

GUSTAVO SCATOLINO SILVA
JOÃO TRINDADE CAVALCANTE FILHO

Manual de DIREITO ADMINISTRATIVO

[CADERNO DE EXERCÍCIOS]

GUSTAVO SCATOLINO

Procurador da fazenda Nacional.

Ex- Assessor de Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Ex- servidor do Superior Tribunal de Justiça na função de analista Judiciário.

Pós-graduado em Direito Administrativo e Processo Administrativo.

JOÃO TRINDADE

Consultor Legislativo do Senado Federal.

EX-Analista Processual do Ministério Público da União.

EX-Assessor Jurídico de Subprocurador-Geral da República,
com atuação na matéria criminal no STF e no STJ.

Mestrando em Direito Constitucional.

Especialista em Direito Constitucional pelo Instituto Brasiliense de Direito Público.

Professor da Escola Superior de Advocacia do Distrito Federal (ESA/DF).

Autor de diversas obras jurídicas, dentre elas: "Roteiro de Direito Constitucional",
" Servidor Público" (Editora jusPodivm) e " Processo Administrativo"

MANUAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO

TEORIA E JURISPRUDÊNCIA
NAS PROVAS DE CONCURSO

CADERNO DE EXERCÍCIOS



EDITORA
*Jus*PODIVM

www.editorajuspodivm.com.br

SUMÁRIO

EXERCÍCIOS 2012	3
Princípios Administrativos.....	3
Organização Administrativa do Estado / Administração Direta	7
Administração Indireta	8
Terceiro Setor	15
Poderes Administrativos.....	16
Atos Administrativos	22
Responsabilidade Civil do Estado.....	33
Controle Administrativo.....	38
Bens Públicos.....	40
Improbidade Administrativa – Lei n. 8429/92	44
Serviços Públicos Lei n. 8987/95	54
Processo Administrativo Lei n.9784/99	59
Licitação Pública Lei n. 8666/93	65
Contratos Administrativos	73
Servidores Públicos Lei n. 8112/90	82
Intervenção do Estado na propriedade	89
 EXERCÍCIOS 2011-2010.....	 92
Princípios Administrativos	92
Organização Administrativa do Estado	96
Poderes Administrativos	103
Atos Administrativos	107
Responsabilidade Civil do Estado.....	114
Controle Administrativo	117
Bens Públicos	118
Improbidade Administrativa – Lei n. 8429/92	119
Serviços Públicos Lei n. 8987/95	122
Processo Administrativo Lei n. 9784/99	126
Licitação Pública Lei n. 8666/93	129
Contratos Administrativos	138
Servidores Públicos Lei n. 8112/90	142
Intervenção do Estado na propriedade	147

EXERCÍCIOS 2012

Princípios Administrativos

1 - (2011 - TRE-SC - Técnico Judiciário - Área Administrativa)

Quanto à Atividade Administrativa, analise os itens abaixo:

I. A função administrativa é o conjunto de poderes jurídicos destinados a promover a satisfação de interesses essenciais, relacionados com a promoção de direitos fundamentais, cujo desempenho exige uma organização estável e permanente, que se faz sob o regime jurídico infralegal e submetido ao controle jurisdicional.

II. Na administração pública, as ordens e instruções de como administrar as coisas que são confiadas ao administrador estão concretizadas nas leis, regulamentos e atos especiais, dentro da moral da instituição. Daí o dever indeclinável de o administrador público agir segundo os preceitos do Direito e da Moral administrativa, porque tais preceitos é que expressam a vontade do titular dos interesses administrativos – o povo – e condicionam os atos a serem praticados no desempenho do múnus público que lhe é confiado.

III. Para que a Administração possa realizar o conjunto das atividades que lhe cabem, no cumprimento de seu papel na vida coletiva, o ordenamento lhe confere poderes.

IV. Caracteriza a essência da função: o exercício do poder preordenado a um fim. Na função, o exercício do poder não é livre, mas, pela impossibilidade de separá-lo de um fim, apresenta-se inevitavelmente condicionado a requisitos que justificam a atuação e orientam seu concreto desenvolvimento. Na função, o dever surge como elemento misto ao poder e, desse modo, a Administração concretiza, na sua atuação, o poder conferido pela norma, para atendimento de um fim.

Está(ão) CORRETO(S):

- a) Apenas o item I.
- b) Apenas o item III.
- c) Apenas os itens I e II.
- d) Todos os itens.

2 - (CONSULPLAN - 2012 - TSE - Técnico Judiciário - Área Administrativa)

Marque a alternativa que contém os fundamentos ou subprincípios do princípio da proporcionalidade.

- a) Adequação, razoabilidade e racionalidade.
- b) Adequação, exigibilidade e proporcionalidade em sentido estrito.
- c) Razoabilidade, necessidade e boa-fé.
- d) Regularidade, exigibilidade e proporcionalidade em sentido estrito.

3 - (FUNCAB - 2012 - MPE-RO - Analista - Auditoria Administrativa)

Na hipótese de Prefeito que delibera desapropriar área de seu desafeto para edificar hospital municipal, verifica-se, do ponto de vista material, ofensa ao seguinte princípio da Administração Pública:

- a) motivação.
- b) moralidade.
- c) legalidade.

d) devido processo legal.

e) inalienabilidade dos bens públicos.

4 - (FCC - 2012 - TRE-PR - Analista Judiciário)

A eficiência, na lição de Hely Lopes Meirelles, é um dever que se impõe a todo agente público de realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento funcional. É o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros. (Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo, Malheiros, 2003. p. 102).

Infere-se que o princípio da eficiência

- a) passou a se sobrepôr aos demais princípios que regem a administração pública, após ter sua previsão inserida em nível constitucional.
- b) deve ser aplicado apenas quanto ao modo de atuação do agente público, não podendo incidir quando se trata de organizar e estruturar a administração pública.
- c) deve nortear a atuação da administração pública e a organização de sua estrutura, somando-se aos demais princípios impostos àquela e não se sobrepondo aos mesmos, especialmente ao da legalidade.
- d) autoriza a atuação da administração pública dissonante de previsão legal quando for possível comprovar que assim serão alcançados melhores resultados na prestação do serviço público.
- e) traduz valor material absoluto, de modo que alcançou status jurídico supraconstitucional, autorizando a preterição dos demais princípios que norteiam a administração pública, a fim de alcançar os melhores resultados.

5 - (FCC - 2012 - TJ-PE - Analista Judiciário)

Analise sob o tema dos princípios da Administração Pública:

I. Ato administrativo negocial pelo qual o Poder Público acerta com o particular a realização de determinado empreendimento ou a abstenção de certa conduta, no interesse recíproco da Administração.

II. Atos enunciativos ou declaratórios de uma situação anterior criada por lei. Nesse caso, não cria um direito, mas reconhece a existência de um direito criado por norma legal.

Esses atos administrativos são denominados, respectivamente,

- a) protocolo administrativo e apostilas.
- b) apostila e portarias.
- c) homologação e ordens de serviço.
- d) protocolo administrativo e provimentos.
- e) autorização e concessões.

6 - (FCC - 2012 - TCE-AP - Analista de Controle Externo)

De acordo com a Constituição Federal, os princípios da Administração Pública aplicam-se

- a) às entidades integrantes da Administração direta e indireta de qualquer dos Poderes.

c) às entidades da Administração direta e indireta, exceto às sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica.

d) à Administração direta, integralmente, e à indireta de todos os poderes e às entidades privadas que recebem recursos públicos, parcialmente.

e) à Administração direta, exclusivamente, sujeitando-se as entidades da Administração indireta ao controle externo exercido pelo Tribunal de Contas.

7 - (FCC - 2012 - TJ-PE - Técnico Judiciário - Área Judiciária)
Tendo em vista os princípios constitucionais que regem a Administração Pública é INCORRETO afirmar que a

a) eficiência, além de desempenhada com legalidade, exige resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros.

b) lei para o particular significa pode fazer assim, e para o administrador público significa deve fazer assim.

c) moral administrativa é o conjunto de regras que, para disciplinar o exercício do poder discricionário da Administração, o superior hierárquico impõe aos seus subordinados.

d) publicidade não é elemento formativo do ato; é requisito de eficácia e moralidade

e) impessoalidade permite ao administrador público buscar objetivos ainda que sem finalidade pública e no interesse de terceiros.

8 - (CESPE - 2011 - TCU - Auditor Federal de Controle Externo)

Os costumes sociais também podem ser considerados fonte do direito administrativo, sendo classificados como fonte direta, pois influenciam a produção legislativa ou a jurisprudência.

9 - (CESPE - 2011 - TCU - Auditor Federal de Controle Externo)

Apesar do princípio da legalidade, que norteia toda a administração pública, o presidente da República pode dispor, por meio de decreto, sobre a organização e o funcionamento da administração federal se isso não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.

10 - (VUNESP - 2011 - TJ-RJ - Juiz Administrativo)

O bem comum da coletividade administrada é o único objetivo do Governo do Rio de Janeiro e, portanto, todo ato administrativo emanado do Administrador Público que não for praticado no interesse da coletividade é ilícito e imoral. Partindo dessa premissa, não há liberdade, tampouco vontade pessoal na Administração Pública. Assim, é correto afirmar, referente aos princípios da Administração Pública, que

a) o Administrador Público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e dele não pode se afastar ou se desviar, sob pena de praticar ato inválido e se expor à responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso.

b) a moralidade administrativa nada mais é que o clássico princípio da finalidade, o qual impõe ao administrador público que só pratique o ato para o seu fim legal.

c) a razoabilidade impõe ao Administrador justificar sua ação administrativa, indicando os pressupostos de fato e de direito que autorizaram sua prática.

d) a motivação se alicerça na segurança jurídica e na necessidade de se respeitarem situações consolidadas no tempo, amparadas pela boa-fé do Administrador Público.

11 - (FCC - 2011 - TRE-PE - Analista Judiciário - Área Administrativa)

As contratações com o Poder Público estão sujeitas, como regras, ao procedimento de seleção de propostas mais vantajosas para a Administração. Nesse sentido, o princípio, tido por instrumental, de realização dos princípios da moralidade administrativa e do tratamento isonômico dos eventuais contratantes com o Poder Público, é classificado como da

a) reserva legal.

b) impessoalidade.

c) publicidade.

d) licitação.

e) eficiência.

12 - (CESPE - 2011 - FUB - Secretário Executivo)

Acerca de direito administrativo, julgue os itens subsequentes.

Tanto na administração pública quanto na particular, o administrador, para que órgão público ou a empresa alcance os objetivos pretendidos, goza de liberdade para fazer o que for necessário, desde que a lei não proíba.

13 - (FCC - 2011 - TRE-PE - Técnico Judiciário)

“Exige que a atividade seja prestada com presteza, perfeição e rendimento funcional” (Hely Lopes Meirelles). O conceito refere-se ao princípio da

a) impessoalidade.

b) eficiência.

c) legalidade.

d) moralidade.

e) publicidade.

14 - (FCC - 2011 - TRE-PE - Analista Judiciário - Área Judiciária)

No que concerne às fontes do Direito Administrativo, é correto afirmar que:

a) o costume não é considerado fonte do Direito Administrativo.

b) uma das características da jurisprudência é o seu universalismo, ou seja, enquanto a doutrina tende a nacionalizar-se, a jurisprudência tende a universalizar-se.

c) embora não influa na elaboração das leis, a doutrina exerce papel fundamental apenas nas decisões contenciosas, ordenando, assim, o próprio Direito Administrativo.

d) tanto a Constituição Federal como a lei em sentido estrito constituem fontes primárias do Direito Administrativo.

e) tendo em vista a relevância jurídica da jurisprudência, ela sempre obriga a Administração Pública.

15 - (TRT 23R (MT) - 2011 - TRT - 23ª REGIÃO (MT) - Juiz)

Analisando se os itens abaixo (I a III) contêm proposições verdadeiras ou falsas, indique qual alternativa corresponde, em ordem sequencial, à CORRETA análise dos itens:

I) O princípio da segurança jurídica, consagrado expressamente como princípio na legislação que rege a conduta da Administração Pública Federal, investe o administrado em posição de proteção à sua confiança diante de atos dotados de aparente legalidade e legitimidade da administração.

II) A proteção à confiança e a exigência de boa-fé na conduta da Administração acarreta, em regra, a proibição da prática de comportamentos contraditórios (*venire contra factum proprium*), o que se dá quando a Administração, desprovida de fundamento normativo que a ampare, pratica atos que contrariam a conduta administrativa anterior, a qual havia investido o particular em uma legítima posição de confiança.

III) De acordo com a atual jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, há direito subjetivo do candidato à nomeação em caso de aprovação dentro do número de vagas anunciadas em edital de concurso público pela Administração.

- a) item I: falsa; item II: falsa; item III: verdadeira.
- b) item I: verdadeira; item II: verdadeira; item III: falsa.
- c) item I: verdadeira; item II: falsa; item III: verdadeira.
- d) item I: falsa; item II: verdadeira; item III: verdadeira.
- e) item I: verdadeira; item II: verdadeira; item III: verdadeira.

16 - (TRT 23R (MT) - 2011 - TRT - 23ª REGIÃO (MT) - Juiz)

Quanto aos atos administrativos, princípios e poderes da Administração, assinale a alternativa que contém uma afirmativa FALSA:

- a) Dentre os elementos do ato administrativo, a competência e a finalidade são elementos vinculados, previstos em lei, ao passo que o motivo e o objeto podem ser vinculados ou discricionários.
- b) O princípio da razoabilidade, conquanto não esteja consagrado expressamente na legislação federal que rege a atuação da Administração como princípio a ser observado na conduta da Administração Pública, revela-se importante instrumento para o controle jurisdicional da discricionariedade administrativa.
- c) O poder de polícia pode ser definido como atividade da administração pública que, limitando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, dentre outras razões de interesse público.
- d) O princípio da eficiência enseja para o agente público o dever de realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento funcional.
- e) De acordo com Súmula do Supremo Tribunal Federal, a Administração Pública pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade.

17 - (FCC - 2011 - TRT - 20ª REGIÃO (SE) - Analista Judiciário - Área Judiciária)

No que concerne à Administração Pública, o princípio da especialidade tem por característica

- a) a descentralização administrativa através da criação de entidades que integram a Administração Indireta.
- b) a fiscalização das atividades dos entes da Administração Indireta.
- c) o controle de seus próprios atos, com possibilidade de utilizar-se dos institutos da anulação e revogação dos atos administrativos.
- d) a relação de coordenação e subordinação entre uns órgãos da Administração Pública e outros, cada qual com atribuições definidas em lei.
- e) a identificação com o princípio da supremacia do interesse privado, inerente à atuação estatal.

18 - (FCC - 2011 - TRE-AP - Analista Judiciário - Área Judiciária)

A conduta do agente público que se vale da publicidade oficial para realizar promoção pessoal atenta contra os seguintes princípios da Administração Pública:

- a) razoabilidade e legalidade.
- b) eficiência e publicidade.
- c) publicidade e proporcionalidade.
- d) motivação e eficiência.
- e) impessoalidade e moralidade.

19 - (FCC - 2011 - TRT - 1ª REGIÃO (RJ) - Técnico Judiciário)

Analise as seguintes proposições, extraídas dos ensinamentos dos respectivos Juristas José dos Santos Carvalho Filho e Celso Antônio Bandeira de Mello:

I. O núcleo desse princípio é a procura de produtividade e economicidade e, o que é mais importante, a exigência de reduzir os desperdícios de dinheiro público, o que impõe a execução dos serviços públicos com presteza, perfeição e rendimento funcional.

II. No texto constitucional há algumas referências a aplicações concretas deste princípio, como por exemplo, no art. 37, II, ao exigir que o ingresso no cargo, função ou emprego público depende de concurso, exatamente para que todos possam disputar-lhes o acesso em plena igualdade.

As assertivas I e II tratam, respectivamente, dos seguintes princípios da Administração Pública:

- a) moralidade e legalidade.
- b) eficiência e impessoalidade.
- c) legalidade e publicidade.
- d) eficiência e legalidade.
- e) legalidade e moralidade.

20 - (FCC - 2011 - TRT - 4ª REGIÃO (RS) - Analista Judiciário)

O conteúdo do princípio constitucional da legalidade,

- a) não exclui a possibilidade de atividade discricionária pela Administração Pública, desde que observados os limites da lei, quando esta deixa alguma margem para a Administração agir conforme os critérios de conveniência e oportunidade.
- b) impede o exercício do poder discricionário pela Administração, haja vista que esse princípio está voltado para a prática dos atos administrativos vinculados, punitivos e regulamentares.

- c) autoriza o exercício do poder discricionário pelo administrador público, com ampla liberdade de escolha quanto ao destinatário do ato, independentemente de previsão normativa.
- d) impede a realização de atos administrativos decorrentes do exercício do poder discricionário, por ser este o poder que a lei admite ultrapassar os seus parâmetros para atender satisfatoriamente o interesse público.
- e) traça os limites da atuação da Administração Pública quando pratica atos discricionários externos, mas deixa ao administrador público ampla liberdade de atuação para os atos vinculados internos.

21 - (FCC - 2011 - TRT - 23ª REGIÃO (MT) - Técnico Judiciário)

O Jurista Celso Antônio Bandeira de Mello apresenta o seguinte conceito para um dos princípios básicos da Administração Pública: De acordo com ele, a Administração e seus agentes têm de atuar na conformidade de princípios éticos. (...) Compreendem-se em seu âmbito, como é evidente, os chamados princípios da lealdade e boa-fé.

Trata-se do princípio da

- a) motivação.
- b) eficiência.
- c) legalidade.
- d) razoabilidade.
- e) moralidade.

GABARITO			
Questão	Resposta	Questão	Resposta
1	D	12	E
2	B	13	B
3	B	14	D
4	C	15	E
5	A	16	B
6	A	17	A
7	E	18	E
8	E	19	B
9	C	20	A
10	A	21	E
11	D		

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVO DO ESTADO

Administração Direta

1 - (VUNESP - 2012 - TJ-MG - Juiz Administração Direta)

Com relação às prerrogativas processuais da Fazenda Pública, assinale a alternativa que apresenta informação incorreta.

- a) A Defensoria Pública pode ajuizar ação contra pessoa jurídica à qual se encontra vinculada; nesta hipótese, contudo, não fará jus aos honorários advocatícios de sucumbência.
- b) É de 20 (vinte) anos o prazo prescricional da pretensão executiva atinente à tarifa por prestação de serviços de água e esgoto, cujo vencimento, na data da entrada em vigor do Código Civil de 2002, era superior a dez anos; do contrário, o prazo será de 10 (dez) anos.
- c) Ao contrário do que ocorre entre particulares, o juiz pode, de ofício, determinar o reforço da penhora em execução movida pela Fazenda Pública.
- d) Os procuradores da Fazenda Pública, de quaisquer dos entes da Federação, detêm a prerrogativa da intimação pessoal quando se tratar de execução fiscal.

2 - (CESPE - 2012 - TJ-CE - Juiz)

Assinale a opção correta acerca dos conceitos que envolvem a administração pública direta e indireta, os agentes de fato, a avocação e delegação de competência no âmbito federal.

- a) O agente de fato tem direito à percepção de remuneração pelas funções que exerce no âmbito da administração, na presunção de que elas são legítimas, ainda que sua investidura no cargo não tenha obedecido ao procedimento legal exigido.
- b) A avocação, que decorre do sistema hierárquico, independe de justificativa, sendo admitida sempre que a autoridade superior entender que pode substituir-se ao agente subalterno.
- c) Um órgão administrativo e seu titular estão autorizados a delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, não se admitindo, porém, que órgãos colegiados deleguem competência a agentes singulares, como, por exemplo, a seus respectivos presidentes.
- d) A administração pública, sob o aspecto orgânico, ou subjetivo, designa a própria função administrativa, que, exercida pelos órgãos e agentes estatais, incumbe, predominantemente, ao Poder Executivo.
- e) As autarquias exercem atividades tipicamente administrativas que requerem, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira sob regime de direito público, razão pela qual se considera que elas integram a administração centralizada.

3 - (MPE-SC - 2012 - MPE-SC - Promotor de Justiça - Manhã)

I – Dotados de personalidade jurídica própria, os órgãos públicos são unidades de atuação da Administração Pública, composto por pessoas e meios materiais para realização de determinadas atribuições.

II – Os cargos em comissão destinam-se tão somente às atribuições de assessoramento, chefia e direção, a serem preenchidos por servidores de carreira, nos casos, percentuais e condições mínimas previstos em lei.

III – Como regra geral, a Fazenda Pública, quando parte em juízo, dispõe de prazo em dobro para contestar e em quádruplo para recorrer, salvo exceções previstas em leis específicas.

IV – Os bens públicos de uso especial não admitem utilização, ainda que parcial, de forma exclusiva por particulares.

V – Os recursos administrativos são um modo de controle interno da Administração Pública, todavia inexistente uniformidade em seus prazos de interposição, sendo estes estabelecidos por cada lei ou decreto regulador de determinada matéria.

- a) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
- b) Apenas as assertivas II e V estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I e V estão corretas.
- e) Todas as assertivas estão corretas.

4 - (FCC - 2012 - TCE-AP - Analista de Controle Externo)

O Decreto-Lei 200/67 constituiu um marco na reforma administrativa e estabeleceu como premissa para o exercício das atividades da Administração Pública federal a descentralização, que deveria ser posta em prática

- a) dentro da Administração federal, mediante a distinção dos níveis de direção dos de execução; da Administração federal para as unidades federadas, mediante convênio, e para a órbita privada, mediante contratos ou concessões.
- b) mediante delegação ampla de competências, na forma prevista em regulamento e desvinculada da supervisão ministerial.
- c) com a criação de sociedades de economia mista, empresas públicas, autarquias e fundações, afastando a anterior descentralização feita por meio de concessão de serviços à iniciativa privada.
- d) mediante, principalmente, a transferência de competências executivas e legislativas aos Estados e Municípios para o exercício de atividades de interesse comum e criação de sociedades de economia mista para exploração de atividade econômica.
- e) por intermédio, principalmente, da criação de entidades de direito privado para a prestação de serviços públicos e exercício de atividade econômica, ligadas à União por contrato de concessão.

5 - (FCC - 2012 - TJ-PE - Analista Judiciário - Área Judiciária)

Dentre as características da Administração Pública, é correto afirmar que esta

- a) tem amplo poder de decisão, mesmo fora da área de suas atribuições, e com faculdade de opção política sobre qualquer matéria objeto da apreciação.
- b) não pode ser considerada uma atividade neutra, normalmente vinculada à lei ou à norma técnica, mas sim atividade política e discricionária.

c) comanda os administrados com responsabilidade constitucional e política, mas sem responsabilidade profissional pela execução.

d) é dotada de conduta independente, motivo pelo qual não tem cabimento uma conduta de natureza hierarquizada.

e) não pratica atos de governo; mas pratica tão somente atos de execução, com maior ou menor autonomia funcional, segundo a competência do órgão e de seus agentes.

6 - (CESPE - 2012 - TJ-PI - Juiz)

Assinale a opção correta com referência à administração direta e indireta.

a) As autarquias são instituídas por lei, iniciando-se a sua existência legal com a inscrição, no registro próprio, de seu ato constitutivo.

b) As empresas públicas, as autarquias e as fundações instituídas e mantidas pelo poder público são beneficiárias do princípio da imunidade tributária, no que se refere aos impostos sobre a renda, o patrimônio e os serviços federais, estaduais e municipais.

c) As sociedades de economia mista podem revestir-se de qualquer forma admitida em direito, como, por exemplo, a de sociedade unipessoal ou pluripessoal.

d) Caracterizadas pela CF como atividades essenciais ao funcionamento do Estado, as administrações tributárias da União, dos estados, do DF e dos municípios devem atuar de forma integrada, inclusive no que concerne ao compartilhamento de dados cadastrais e de informações fiscais, na forma de lei ou de convênio.

e) O princípio da reserva legal, segundo o qual todas as entidades integrantes da administração indireta, independentemente da esfera federativa a que estejam vinculadas, devem ser instituídas por lei, aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista, mas não às suas subsidiárias.

7 - (FCC - 2012 - TCE-AP - Técnico de Controle Externo)

O Estado pretende efetuar reorganização administrativa, desmembrando determinados órgãos da Administração direta, extinguindo cargos vagos e realocando atribuições, tendo como premissa o não incremento de despesa. De acordo com a Constituição Federal, a referida reorganização deverá ser feita por

a) lei, obrigatoriamente em face do princípio da legalidade a que se submete a Administração pública.

b) decreto, eis que a matéria de organização e funcionamento da Administração não se sujeita à reserva legal.

c) decreto, precedido, necessariamente, de lei autorizativa delegando competência ao Chefe do Executivo para dispor sobre a matéria.

d) contrato de gestão, precedido de decreto estabelecendo os indicadores de qualidade e as metas de melhoria dos serviços.

e) contrato de gestão, precedido de lei autorizativa, com eficácia apenas para o próximo exercício orçamentário.

8 - (CESPE - 2012 - Câmara dos Deputados - Analista - Técnico em Material e Patrimônio)

Em relação aos convênios, acordos ou ajustes celebrados por órgãos da administração pública, julgue os itens que se seguem.

Considere que o presidente da Câmara dos Deputados determine providências urgentes para a realização de convênios e acordos imprescindíveis à regular operacionalização da Casa. Nessa situação, diferentemente das minutas de editais de licitação ou dos contratos, os instrumentos pretendidos, em face da urgência apresentada, independem de exame e aprovação da assessoria jurídica da administração.

9 - (CESPE - 2012 - Câmara dos Deputados - Analista - Técnico em Material e Patrimônio)

A celebração de convênio, acordo ou ajuste pelos órgãos ou entidades da administração pública independe de prévia aprovação de plano de trabalho da organização interessada, cujas informações, tais como fases de execução, plano de aplicação dos recursos financeiros e cronograma de desembolso, podem ser prestadas ao longo da realização do trabalho.

10 - (FCC - 2012 - TRT - 6ª Região (PE) - Técnico Judiciário - Área Administrativa)

Sobre a descentralização e a desconcentração é correto afirmar que a

a) descentralização compreende a distribuição de competências para outra pessoa jurídica, enquanto a desconcentração constitui distribuição de competências dentro da mesma pessoa jurídica.

b) desconcentração compreende a distribuição de competências para outra pessoa jurídica, desde que de natureza jurídica de direito público.

c) descentralização constitui distribuição de competências dentro da mesma pessoa jurídica, admitindo, excepcionalmente, a delegação de serviço público a terceiros.

d) descentralização compreende a distribuição de competências para outra pessoa jurídica, vedada a delegação de serviço público à pessoa jurídica de direito privado.

e) desconcentração constitui a delegação de serviço público à pessoa jurídica de direito privado por meio de permissão ou concessão.

11 - (CESPE - 2012 - MPE-PI - Analista Ministerial - Área Processual)

Um órgão administrativo e seu titular podem delegar parte de sua competência a outros órgãos ou titulares, desde que estes lhe sejam hierarquicamente subordinados.

12 - (CESPE - 2012 - MPE-PI - Analista Ministerial - Área Processual)

Segundo classificação doutrinária, quanto ao critério relacionado à posição estatal, os órgãos autônomos são aqueles originários da Constituição e que representam os três poderes do Estado, cujas funções são exercidas por agentes políticos.

13 - (FCC - 2012 - TRE-SP - Técnico Judiciário - Área Administrativa)

O Governador do Estado editou decreto reorganizando a estrutura administrativa de determinada Secretaria de Estado. De acordo com a Constituição Federal, referido decreto é

- a) ilegal, em face da violação ao princípio da legalidade.
- b) legal, podendo contemplar a extinção de órgãos públicos e cargos vagos.
- c) legal, desde que não implique aumento de despesa, nem criação ou extinção de órgãos públicos.
- d) ilegal, eis que nosso ordenamento jurídico não admite regulamento autônomo para matéria de organização administrativa.
- e) legal apenas se decorrente de delegação expressa do Poder Legislativo, passando referido ato a ter força de lei formal.

14 - (FCC - 2012 - TCE-AP - Técnico de Controle Externo Administração Direta)

O Estado pretende efetuar reorganização administrativa, desmembrando determinados órgãos da Administração direta, extinguindo cargos vagos e realocando atribuições, tendo como premissa o não incremento de despesa. De acordo com a Constituição Federal, a referida reorganização deverá ser feita por

- a) lei, obrigatoriamente em face do princípio da legalidade a que se submete a Administração pública.
- b) decreto, eis que a matéria de organização e funcionamento da Administração não se sujeita à reserva legal.
- c) decreto, precedido, necessariamente, de lei autorizativa delegando competência ao Chefe do Executivo para dispor sobre a matéria.
- d) contrato de gestão, precedido de decreto estabelecendo os indicadores de qualidade e as metas de melhoria dos serviços.
- e) contrato de gestão, precedido de lei autorizativa, com eficácia apenas para o próximo exercício orçamentário.

15 - (FCC - 2012 - TJ-PE - Analista Judiciário - Área Judiciária - e Administrativa)

Em relação aos órgãos e agentes da Administração Pública é correto afirmar:

- a) a atuação dos órgãos não é imputada à pessoa jurídica que eles integram, mas tendo a prerrogativa de representá-la juridicamente por meio de seus agentes, desde que judiciais.
- b) a atividade dos órgãos públicos não se identifica e nem se confunde com a da pessoa jurídica, visto que há entre a entidade e seus órgãos relação de representação ou de mandato.
- c) os órgãos públicos são dotados de personalidade jurídica e vontade própria, que são atributos do corpo e não das partes porque estão ao lado da estrutura do Estado.
- d) como partes das entidades que integram os órgãos são meros instrumentos de ação dessas pessoas jurídicas, preordenados ao desempenho das funções que lhe forem atribuídas pelas normas de sua constituição e funcionamento.

e) ainda que o agente ultrapasse a competência do órgão não surge a sua responsabilidade pessoal perante a entidade, posto não haver considerável distinção entre a atuação funcional e pessoal.

16 - (FCC - 2012 - TRT - 11ª Região (AM) - Analista Judiciário - Área Judiciária)

Existem vários critérios de classificação dos órgãos públicos, tais como, os critérios de "esfera de ação", "posição estatal", "estrutura", dentre outros.

No que concerne ao critério "posição estatal", as Casas Legislativas, a Chefia do Executivo e os Tribunais são órgãos públicos

- a) autônomos.
- b) superiores.
- c) singulares.
- d) centrais.
- e) independentes.

GABARITO			
Questão	Resposta	Questão	Resposta
1	C	9	E
2	A	10	A
3	B	11	E
4	A	12	E
5	E	13	C
6	D	14	B
7	B	15	D
8	E	16	E

Administração Indireta

1 - (CESPE - 2012 - STJ - Analista Judiciário - Área Judiciária)
As causas em que as autarquias federais forem interessadas, na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, serão processadas e julgadas na justiça federal.

2 - (CESPE - 2012 - STJ - Analista Judiciário - Área Judiciária)
Os consórcios públicos, quando assumem personalidade jurídica de direito público, constituem-se como associações públicas, passando, assim, a integrar a administração indireta dos entes federativos consorciados.

3 - (PC-SP - 2012 - PC-SP - Delegado de Polícia)
Quando uma pessoa jurídica de direito público ou privado é criada por lei, cabendo-lhe a titularidade e a execução de determinado serviço público, a hipótese é de
a) descentralização territorial
b) desconcentração.
c) descentralização por serviço
d) descentralização por colaboração
e) desestatização

4 - (PC-SP - 2012 - PC-SP - Delegado de Polícia)
Sobre as características comuns às empresas públicas e sociedades de economia mista, é correto afirmar;
a) Podem ser estruturadas sob a forma de sociedade anônima.
b) Possuem personalidade jurídica de direito público
c) Possuem objetivo determinado por lei, mas podem atender a finalidade diversa, verificado o interesse público.
d) Somente a lei pode criá-las ou extingui-las
e) São constituídas exclusivamente por capital público.

5 - (PC-SP - 2012 - PC-SP - Delegado de Polícia)
Sobre as autarquias, é incorreto afirmar:
a) Possuem personalidade jurídica pública
b) São criadas por lei.
c) Têm como privilégio o processo especial de execução
d) Possuem capacidade política.
e) Sujeitam-se a controle administrativo.

6 - (VUNESP - 2012 - TJ-MG - Juiz)
Com relação ao entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca dos serviços postais, assinale a alternativa correta.
a) O serviço postal é serviço público exclusivo da União, prestado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) em situação de privilégio.
b) Os veículos utilizados pela ECT para prestação dos serviços postais podem ser penhorados, desde que em decorrência de execução fiscal pelo não pagamento do IPVA.
c) A ECT é empresa pública submetida ao regime privado, razão pela qual suas dívidas judiciais não se submetem ao regime de precatório
d) O Estado de Minas Gerais pode cobrar o ICMS incidente sobre o serviço de transporte de encomendas realizado pela ECT, tendo em vista que a imunidade tributária do artigo 150, VI, 'a', CF, não se aplica às empresas privadas.

7 - (CESPE - 2012 - TJ-CE - Juiz)

Assinale a opção correta acerca dos conceitos que envolvem a administração pública direta e indireta, os agentes de fato, a avocação e delegação de competência no âmbito federal.

a) O agente de fato tem direito à percepção de remuneração pelas funções que exerce no âmbito da administração, na presunção de que elas são legítimas, ainda que sua investidura no cargo não tenha obedecido ao procedimento legal exigido.
b) A avocação, que decorre do sistema hierárquico, independe de justificativa, sendo admitida sempre que a autoridade superior entender que pode substituir-se ao agente subalterno.
c) Um órgão administrativo e seu titular estão autorizados a delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, não se admitindo, porém, que órgãos colegiados deleguem competência a agentes singulares, como, por exemplo, a seus respectivos presidentes.
d) A administração pública, sob o aspecto orgânico, ou subjetivo, designa a própria função administrativa, que, exercida pelos órgãos e agentes estatais, incumbe, predominantemente, ao Poder Executivo.
e) As autarquias exercem atividades tipicamente administrativas que requerem, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira sob regime de direito público, razão pela qual se considera que elas integram a administração centralizada.

8 - (MPE-SC - 2012 - MPE-SC - Promotor de Justiça - Manhã)

I – Ao Poder Judiciário compete revogar atos administrativos por razões de mérito, no atendimento do interesse público.

II – É vedada a inclusão no objeto da licitação a obtenção de recursos financeiros para sua execução, qualquer que seja sua origem.

III – O princípio da vinculação ao instrumento convocatório estabelece que o edital e a carta-convite contêm as regras a serem observadas no processo licitatório. Em caso de modificação do edital que afete as propostas, as novas regras valerão apenas para os concorrentes já habilitados.
IV – É dispensável a licitação quando houver inviabilidade de competição, sendo inexigível em algumas situações legalmente previstas em que há competição, mas sua realização é facultada.

V – As autarquias submetem-se ao controle administrativo realizado pelos órgãos da cúpula da Administração direta, denominada de “tutela”.

a) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
b) Apenas a assertiva IV está correta.
c) Apenas as assertivas II e V estão corretas.
d) Apenas a assertiva V está correta.
e) Todas as assertivas estão corretas.

9 - (FCC - 2012 - TRT - 6ª Região (PE) - Analista Judiciário - Execução de Mandados)

A respeito do regime jurídico das entidades integrantes da Administração Pública indireta é correto afirmar que é

- a) de direito privado para as empresas públicas e sociedades de economia mista que explorem atividade econômica, sem prejuízo da aplicação dos princípios constitucionais da Administração Pública.
- b) de direito público para as fundações, autarquias e empresas públicas e de direito privado para as sociedades de economia mista.
- c) sempre de direito privado, parcialmente derogado pelas prerrogativas e sujeições decorrentes dos princípios aplicáveis à Administração pública.
- d) sempre de direito público, exceto para as entidades caracterizadas como agências executivas ou autarquias de regime especial.
- e) sempre de direito privado, em relação à legislação trabalhista e tributária, e de direito público em relação aos bens afetados ao serviço público.

10 - (MPE-MG - 2012 - MPE-MG - Promotor de Justiça /)

Análise as assertivas abaixo:

- I. As sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado e integram a Administração Pública indireta.
- II. As empresas públicas são pessoas jurídicas de direito privado, têm capital inteiramente público e podem ser organizadas sob qualquer forma admitida em Direito (civil ou comercial).
- III. O poder de polícia não pode ser exercido pelas agências reguladoras por se tratar de prerrogativa indelegável e exclusiva dos entes da Administração Pública direta.
- IV. Quarentena é o mecanismo pelo qual o ex-dirigente de uma agência reguladora, seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, ficam impedidos de desempenhar funções públicas, pelo período de quarenta dias a contar da data de sua exoneração. Pode-se afirmar que:
 - a) apenas as assertivas I e II estão CORRETAS.
 - b) apenas as assertivas II e III estão CORRETAS.
 - c) apenas as assertivas III e IV estão CORRETAS.
 - d) apenas as assertivas I e IV estão CORRETAS.

11 - (FCC - 2012 - TRF - 2ª REGIÃO - Técnico Judiciário - Segurança e Transporte)

É certo que o patrimônio inicial da autarquia é formado a partir

- a) da transferência de bens móveis e imóveis do ente federado que a tenha criado.
- b) dos bens móveis e imóveis adquiridos especificamente para tal finalidade.
- c) da transferência exclusiva de bens dominicais pertencentes ao órgão público responsável por sua instituição.
- d) do ato de desapropriação de bens móveis e imóveis expedido pelo ente da federação responsável por sua criação.
- e) da requisição de bens móveis e imóveis pertencentes a outros órgãos públicos da respectiva administração pública.

12 - (CESGRANRIO - 2012 - Caixa - Engenheiro Civil /)

A administração pública do Estado Brasileiro estrutura-se em administração direta e indireta.

Integram a administração indireta e são dotadas de personalidade jurídica de direito privado as

- a) autarquias e as fundações
- b) autarquias e as sociedades de economia mista
- c) fundações autárquicas e as empresas públicas
- d) empresas públicas e as sociedades de economia mista
- e) sociedades de economia mista e os entes políticos

13 - (FMP-RS - 2012 - PGE-AC - Procurador)

Analisando a Administração Pública, é INCORRETO afirmar que:

- a) a constituição de uma autarquia é exemplo de desconcentração administrativa.
- b) na descentralização é viável a desconcentração administrativa.
- c) uma empresa pública é hipótese de descentralização administrativa.
- d) a desconcentração pode ser geográfica ou territorial.

14 - (CESPE - 2012 - Polícia Federal - Agente da Polícia Federal)

Existe a possibilidade de participação de recursos particulares na formação do capital social de empresa pública federal.

15 - (CESPE - 2012 - Polícia Federal - Agente da Polícia Federal)

O foro competente para o julgamento de ação de indenização por danos materiais contra empresa pública federal é a justiça federal.

16 - (FCC - 2012 - TJ-RJ - Comissário da Infância e da Juventude)

Em relação aos entes que integram a Administração Indireta, a sociedade de economia mista e a empresa pública

- a) somente podem ser criadas por lei, salvo as subsidiárias, que dispensam autorização legislativa para sua criação.
- b) sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, o que afasta a incidência das normas constitucionais dirigidas à Administração Pública.
- c) sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, mas sua criação deve ser autorizada por lei.
- d) sujeitam-se ao regime jurídico de direito público quando os fins definidos na lei instituidora abrangem a prestação de serviço público.
- e) sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, mas são instituídas, formalmente, por lei, o que afasta o depósito de seus atos constitutivos no Registro Público.

17 - (FCC - 2012 - TJ-RJ - Analista Judiciário - Execução de Mandados)

Determinado Estado da Federação editou decreto alterando a gestão da previdência complementar dos servidores públicos do Estado e transferindo-a para autarquia especial criada no mesmo ato. A medida é

- a) regular, na medida em que é obrigatório ao Estado disciplinar a previdência complementar dos servidores públicos não submetidos ao sistema único.
- b) regular, desde que a nova autarquia passe a gerir os recursos previdenciários dos servidores públicos admitidos após sua criação.
- c) irregular, tendo em vista que a delegação operada somente poderia ter sido feita para ente integrante da Administração Indireta.
- d) irregular, na medida em que a gestão de recursos previdenciários dos servidores não poderia ser delegada a outro ente, ainda que integrante da Administração Indireta.
- e) irregular, na medida em que a autarquia somente poderia ter sido criada por lei.

18 - (CESPE - 2012 - TJ-PI - Juiz)

Assinale a opção correta com referência à administração direta e indireta.

- a) As autarquias são instituídas por lei, iniciando-se a sua existência legal com a inscrição, no registro próprio, de seu ato constitutivo.
- b) As empresas públicas, as autarquias e as fundações instituídas e mantidas pelo poder público são beneficiárias do princípio da imunidade tributária, no que se refere aos impostos sobre a renda, o patrimônio e os serviços federais, estaduais e municipais.
- c) As sociedades de economia mista podem revestir-se de qualquer forma admitida em direito, como, por exemplo, a de sociedade unipessoal ou pluripessoal.
- d) Caracterizadas pela CF como atividades essenciais ao funcionamento do Estado, as administrações tributárias da União, dos estados, do DF e dos municípios devem atuar de forma integrada, inclusive no que concerne ao compartilhamento de dados cadastrais e de informações fiscais, na forma de lei ou de convênio.
- e) O princípio da reserva legal, segundo o qual todas as entidades integrantes da administração indireta, independentemente da esfera federativa a que estejam vinculadas, devem ser instituídas por lei, aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista, mas não às suas subsidiárias.

19 - (CESPE - 2012 - MPE-PI - Analista Ministerial - Área Processual)

Como a empresa pública pode ser organizada sob qualquer das formas admitidas em direito, na esfera federal é admitida sua criação sob a forma de empresa pública unipessoal, desde que esta contenha a assembleia geral como o órgão pelo qual se manifeste a vontade do Estado.

20 - (CESPE - 2012 - PC-CE - Inspetor de Polícia - Civil)

O surgimento de uma autarquia se consolida com o registro de seus estatutos em cartório.

21 - (CESPE - 2012 - PC-CE - Inspetor de Polícia - Civil)

A instituição de fundação pública deve ser autorizada por lei ordinária específica, ao passo que a definição de sua área de atuação deve ser feita por lei complementar.

22 - (CESPE - 2012 - PC-CE - Inspetor de Polícia - Civil)

O Ministério da Saúde é órgão da administração pública indireta.

23 - (FCC - 2012 - TRF - 2ª REGIÃO - Técnico Judiciário - Área Administrativa)

A administração indireta compreende, além de outras entidades, as empresas públicas e sociedades de economia mista, as quais têm personalidade jurídica de direito

- a) público e privado, respectivamente, criadas por lei de iniciativa do Poder Executivo.
- b) privado, instituídas mediante autorização de lei específica.
- c) público e independem de lei complementar para suas instituições.
- d) privado e público, respectivamente, sendo instituídas mediante lei específica.
- e) público, criadas por ato específico e privativo do chefe do Poder Executivo.

24 - (CONSULPLAN - 2012 - TSE - Analista Judiciário - Área Judiciária)

No que tange às pessoas jurídicas integrantes da administração pública, é correto afirmar que

- a) os consórcios públicos sempre serão pessoas jurídicas de direito público.
- b) a parceria público-privada poderá ser celebrada na modalidade de concessão patrocinada ou administrativa.
- c) a sociedade de economia mista, em nenhuma hipótese, pode negociar suas ações em bolsa de valores.
- d) em razão de sua natureza jurídica, as empresas públicas são criadas diretamente pela lei.

25 - (FUNCAB - 2012 - MPE-RO - Analista - Administração)

A Administração Federal Indireta compreende:

- a) Fundações Públicas, Autarquias e Ministérios.
- b) Ministérios, Organizações não Governamentais e Empresas Públicas.
- c) Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações Públicas.
- d) Fundações Públicas, Organizações não Governamentais, Sociedades de Economia Mista e Autarquias.
- e) Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, Ministérios e Organizações não Governamentais.

26 - (UEG - NÚCLEO - 2008 - PC-GO - Delegado de Polícia)

A Saneago-GO, Saneamento de Goiás S.A., sociedade de economia mista, pretende alienar bem imóvel de sua propriedade. Pela legislação aplicável a sociedade poderá

- a) deixar de realizar a avaliação prévia do imóvel.
- b) alienar independentemente de autorização legislativa.
- c) não promover o processo de licitação de concorrência.
- d) dispensar a motivação, por escrito, do interesse público que justifica a alienação.

27 - (TRT 3R - 2012 - TRT - 3ª Região (MG) - Juiz)

Assinale a opção correta, após a análise das afirmativas abaixo:

I – Fazem parte da administração indireta as autarquias, as fundações instituídas pelo Poder Público, as sociedades de

economia mista, as empresas públicas e os consórcios públicos.

II – As autarquias e as fundações instituídas pelo Poder Público têm praticamente as mesmas prerrogativas e sofrem as mesmas restrições que os órgãos da Administração Direta; e as pessoas de direito privado (as sociedades de economia mista e as empresas públicas) só possuem as prerrogativas e sujeitam-se às restrições expressamente previstas em lei.

III – A admissão nos empregos públicos das sociedades de economia mista e das empresas públicas sujeitam-se à regra do concurso público (ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração), mas o regime após a admissão pelo concurso é o da CLT.

IV – As autarquias são criadas por lei, têm personalidade jurídica pública, capacidade de autoadministração, especialização dos fins ou atividades, objetivo de desempenho de serviço público descentralizado e sujeição ao controle ou tutela nos limites da lei.

V – As fundações instituídas pelo Poder Público têm as seguintes características: dotação patrimonial, que pode ser inteiramente do poder público ou semipública e semiprivada; personalidade jurídica pública ou privada, atribuída por lei; desempenho de atividade atribuída ao Estado no âmbito social; descentralização de atividade estatal; capacidade de autoadministração; e sujeição ao controle administrativo ou tutela por parte da Administração Direta, nos limites da lei.

- a) Estão corretas somente as proposições I, II e V.
- b) Estão corretas todas as proposições.
- c) Estão corretas somente as proposições I, II, III e IV.
- d) Estão corretas somente as proposições I, II e III.
- e) Estão corretas somente as proposições III, IV e V.

28 - (FCC - 2012 - TCE-AP - Técnico de Controle Externo)

O Estado pretende criar entidade dotada de autonomia, integrante da Administração indireta, para exercer atividade de natureza econômica, com a participação de entidade privada na constituição do correspondente capital social.

Atende a tal objetivo

- a) uma Empresa pública.
- b) uma Sociedade de economia mista.
- c) uma Parceria Público-Privada.
- d) um Consórcio público.
- e) uma Organização Social - OS.

29 - (FCC - 2012 - TCE-AP - Analista de Controle Externo)

O Decreto-Lei 200/67 constituiu um marco na reforma administrativa e estabeleceu como premissa para o exercício das atividades da Administração Pública federal a descentralização, que deveria ser posta em prática

a) dentro da Administração federal, mediante a distinção dos níveis de direção dos de execução; da Administração

federal para as unidades federadas, mediante convênio, e para a órbita privada, mediante contratos ou concessões.

b) mediante delegação ampla de competências, na forma prevista em regulamento e desvinculada da supervisão ministerial.

c) com a criação de sociedades de economia mista, empresas públicas, autarquias e fundações, afastando a anterior descentralização feita por meio de concessão de serviços à iniciativa privada.

d) mediante, principalmente, a transferência de competências executivas e legislativas aos Estados e Municípios para o exercício de atividades de interesse comum e criação de sociedades de economia mista para exploração de atividade econômica.

e) por intermédio, principalmente, da criação de entidades de direito privado para a prestação de serviços públicos e exercício de atividade econômica, ligadas à União por contrato de concessão.

30 - (FCC - 2012 - TRT - 11ª Região (AM) - Analista Judiciário - Execução de Mandados)

Segundo a Constituição Federal, a instituição de fundação pública deve ser autorizada por

a) ato administrativo emanado pelo Poder Público federal que, inclusive, definirá suas áreas de atuação.

b) ato administrativo emanado pelo Poder Público municipal, do Município onde estiver localizada sua sede que, inclusive, definirá suas áreas de atuação.

c) ato administrativo emanado pelo Poder Público estadual que, inclusive, definirá suas áreas de atuação.

d) lei específica, cabendo à lei complementar definir suas áreas de atuação.

e) decreto municipal, emitido pelo Prefeito do Município onde estiver localizada sua sede que, inclusive, definirá suas áreas de atuação.

31 - (FCC - 2012 - TRT - 11ª Região (AM) - Analista Judiciário - Execução de Mandados)

Considere as seguintes assertivas:

I. Pode adotar uma das modalidades de sociedade disciplinadas pela legislação comercial.

II. Seja de âmbito federal, estadual ou municipal, tem capital inteiramente público, ou seja, dele somente podem participar pessoas jurídicas de direito público.

III. Não pode adotar a forma de sociedade unipessoal.

IV. Se for de âmbito federal, terá seus litígios processados e julgados obrigatoriamente na Justiça Federal.

No que concerne à empresa pública, está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, II e IV.
- b) I e III.
- c) I e IV.
- d) II e III.
- e) III e IV.

32. (UEG - NÚCLEO - 2008 - PC-GO - Delegado de Polícia)

Pela inadequação do modelo tradicional da centralização administrativa, houve a extinção total ou parcial do monopólio estatal de alguns serviços públicos e de outras atividades. Com a transferência total ou parcial da execução ao setor privado surgiram as agências reguladoras. Sobre esse tema, é CORRETO afirmar:

- a) podem as agências reguladoras definir políticas públicas e executá-las nos diversos setores regulados.
- b) a definição da política tarifária, os mecanismos de revisão e os respectivos parâmetros são de competência das agências reguladoras.
- c) a independência quanto à atividade de regulação é relativizada, ainda que tenha como característica a inexistência de subordinação hierárquica face ao poder central.
- d) as agências reguladoras têm natureza de autarquias especiais e integram a administração federal direta; os diretores são nomeados pelo Presidente da República.

GABARITO			
Questão	Resposta	Questão	Resposta
1	C	17	E
2	C	18	D
3	C	19	E
4	D	20	E
5	D	21	C
6	A	22	E
7	A	23	B
8	D	24	B
9	A	25	C
10	A	26	B
11	A	27	B
12	D	28	B
13	A	29	A
14	E	30	D
15	C	31	C
16	C	32	C

Terceiro Setor

1 - (MPT - 2012 - MPT - Procurador)

Leia os itens abaixo e analise:

I - As organizações sociais são as executoras de serviços públicos em regime de parceria com o poder público, sendo pessoas jurídicas de direito privado, não podem ter fins lucrativos e dedicam-se ao ensino, à cultura, à saúde, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à preservação do meio ambiente.

II - As organizações da sociedade civil de interesse público constituem o regime de parceria numa gestão por colaboração.

III - Podem ser qualificadas como sociedades civis de interesse público as organizações sociais, as cooperativas, entidades religiosas; todavia, não podem ser assim qualificadas as sociedades comerciais, organizações creditícias e instituições partidárias.

Marque a alternativa CORRETA:

- a) todas as assertivas estão corretas;
- b) apenas a assertiva III está incorreta;
- c) apenas as assertivas I e II estão incorretas;
- d) apenas as assertivas II e III estão incorretas;

2 - (UEG - NÚCLEO - 2008 - PC-GO - Delegado de Polícia)

Quanto às organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIP, é CORRETO afirmar:

- a) a OSCIP exerce atividade de natureza privada.
- b) a OSCIP recebe ou pode receber delegação para gestão de serviço público.
- c) a OSCIP é criada por lei para desempenhar serviços sociais não exclusivos do Estado.
- d) o Estado incentiva e fiscaliza os serviços desempenhados pela OSCIP, sendo indispensável o termo de convênio para prever as obrigações.

GABARITO			
Questão	Resposta	Questão	Resposta
1	B	2	A

Poderes Administrativos

1 - (CEPERJ - 2012 - PROCON-RJ - Advogado)

A Administração Pública organiza-se de forma escalonada. Quando determinado órgão detém a possibilidade de avocação de processos administrativos, encontra-se diante do poder:

- a) eficiente
- b) moralizador
- c) hierárquico
- d) razoável
- e) regulamentar

2 - (FCC - 2012 - TJ-GO - Juiz)

NÃO se inclui no rol das sanções aplicáveis pela Administração Pública, no exercício de seus poderes típicos, a) a pena de perda da função pública, no processo de improbidade.

- b) a prisão administrativa, no processo disciplinar militar.
- c) a caducidade, nas concessões de serviço público.
- d) a pena de comiso, no regime jurídico dos bens públicos aforados.
- e) o licenciamento compulsório de patentes, no regime jurídico da propriedade industrial.

3 - (FCC - 2012 - TRT - 6ª Região (PE) - Técnico Judiciário - Área Administrativa)

O conceito moderno de poder de polícia o define como a atividade do Estado que limita o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público. Em relação ao poder de polícia administrativa, é correto afirmar que

- a) é exclusivo da autoridade superior do ente público competente para a fiscalização.
- b) compreende a adoção de medidas repressivas para aplicação da lei ao caso concreto.
- c) incide subsidiariamente à polícia judiciária, inclusive para coibir a prática de ilícito penal.
- d) cria obrigações e limitações aos direitos individuais quando a lei não tiver disposto a respeito.
- e) impõe apenas obrigações de fazer, na medida em que não pode impor abstenções e proibições aos administrados.

4 - (FCC - 2012 - TRT - 6ª Região (PE) - Técnico Judiciário - Segurança)

O poder regulamentar cabe ao chefe do Poder Executivo e compreende a edição de normas complementares à lei, para sua fiel execução. Constitui forma de expressão do poder

- a) normativo.
- b) hierárquico.
- c) discricionário.
- d) de polícia.
- e) disciplinar.

5 - (PC-SP - 2011 - PC-SP - Delegado de Polícia)

Assinale a alternativa onde ambas as autoridades apontadas possuem competência para aplicar pena disciplinar a Delegado de Polícia

- a) o Governador do Estado e os Delegados de Polícia Corregedores Auxiliares

b) o Governador do Estado e o Delegado de Polícia Corregedor Geral da Polícia Civil.

c) o Secretário da Segurança Pública e o Delegado de Polícia Corregedor Geral da Polícia Civil

d) o Secretário da Segurança Pública e o Delegado Geral de Polícia.

e) o Delegado Geral de Polícia e o Delegado de Polícia Corregedor Geral da Polícia Civil.

6 - (FCC - 2012 - TRT - 6ª Região (PE) - Analista Judiciário - Área Administrativa)

A interdição de estabelecimento comercial privado por autoridade administrativa constitui exemplo do exercício do poder

- a) disciplinar.
- b) regulamentar.
- c) normativo.
- d) hierárquico.
- e) de polícia.

7 - (FCC - 2012 - TRT - 6ª Região (PE) - Analista Judiciário - Área Judiciária)

Constitui exemplo do poder disciplinar da Administração pública

- a) a imposição de restrições a atividades dos cidadãos, nos limites estabelecidos pela lei.
- b) a imposição de sanção a particulares que contratam com a Administração.
- c) a edição de atos normativos para ordenar a atuação de agentes e órgãos administrativos.
- d) a edição de regulamentos para a fiel execução da lei.
- e) o poder conferido às autoridades de dar ordens a seus subordinados e rever seus atos.

8 - (FCC - 2012 - TRF - 2ª REGIÃO - Técnico Judiciário - Segurança e Transporte)

Em matéria de poderes administrativos, o poder regulamentar tem como objeto a edição de atos administrativos normativos, os quais contêm determinações

- a) gerais, incidindo sobre todos os fatos ou situações enquadradas nas hipóteses que abstratamente prevêm.
- b) específicas, aplicáveis nas hipóteses delineadas e enumeradas em seus termos e correspondentes condições.
- c) que devem ser observadas em determinadas e específicas situações, observadas as regulamentações específicas.
- d) especificadas no próprio ato, mas cuja aplicabilidade depende da expedição de ato complementar.
- e) a serem aplicadas sempre que não for possível estabelecer critérios subjetivos para elucidar determinadas situações.

9 - (TRT 21R (RN) - 2012 - TRT - 21ª Região (RN) - Juiz - 1ª Parte)

Sobre os poderes da administração pública, é correto afirmar-se que:

I – a doutrina e a jurisprudência contemporâneas têm verificado a legitimidade do exercício do poder

discrecionário à luz de novos elementos, como a transparência no processo formativo do ato administrativo e a razoabilidade da motivação administrativa;

II – o exercício do poder de polícia é limitado pelos direitos fundamentais, de modo que a imposição de abstenções aos particulares só é legítima na medida em que o poder público comprove a necessidade da medida, a sua proporcionalidade e eficácia;

III – O poder disciplinar, conquanto relacionado ao poder discrecionário, deve observar a garantia do contraditório e da ampla defesa nos processos administrativos;

IV – Se, no exercício do poder regulamentar, o administrador, por intermédio de decreto, realizar interpretação que amplie o conteúdo da norma, o Supremo Tribunal Federal tem entendido que, se o caso for de interpretação “ultra legem”, a situação resolve-se pela exclusão da ampliação de conteúdo; mas se a norma regulamentar for “contra legem”, a questão caracterizará crise de legalidade, resolvendo-se pela nulidade do decreto regulamentar.

- a) apenas as assertivas I, II e IV estão corretas;
- b) apenas as assertivas I, II e III estão corretas;
- c) apenas as assertivas I e II estão corretas;
- d) apenas as assertivas II, III e IV estão corretas;
- e) apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.

10 - (FMP-RS - 2012 - PGE-AC - Procurador)
Sobre a atuação dos agentes da Administração, é CORRETO afirmar:

- a) O policial militar, ao solicitar a um grupo de pessoas que se encontram num local ermo, que apresentem documentos e se sujeitem à revista, tomando as cautelas adequadas, age de acordo com o seu poder-dever.
- b) O delegado, ao concluir inquérito policial, concluindo que há elementos indicadores de que professores e direção de uma escola, tem o dever de levar ao conhecimento público, através da imprensa, os dados que apurou, pois o princípio da publicidade impõe que a matéria seja levada ao conhecimento de toda a sociedade.
- c) Em razão do poder de polícia administrativa, uma vez constatada a incidência de febre aftosa nos animais de uma determinada fazenda, a autoridade competente determinará o abate imediato de bovinos num raio que considerar adequado para afastar o risco de infecção.
- d) A Administração poderá, após a verificação de prejuízos causados por terceiros, como na hipótese de um acidente de trânsito, executar administrativamente o servidor, que terá direito de regresso contra o particular.

11- ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA:ADMINISTRATIVA – STJ – CESPE - Quanto aos poderes administrativos, julgue o item a seguir.

Se uma agência reguladora federal aplicar multa a uma empresa motivada por determinada infração administrativa cuja lei de regência autorize a aplicação de multa a ser fixada entre R\$ 500,00 e R\$ 1.000.000,00, nesse caso, como a penalidade de multa emana de poder do administrador, o qual está balizado pelos critérios de conveniência e

oportunidade, o Poder Judiciário não poderá alterar o valor da multa, mesmo que o considere exacerbado, mas tão somente anular a própria sanção (multa), se houver ilegalidade, sob pena de violação do princípio da separação dos poderes.

12-ABIN – AGENTE DE INTELIGÊNCIA – CESPE– No que concerne aos poderes públicos, julgue os itens que se seguem.

A- O poder de polícia do Estado pode ser delegado a particulares.

B- Suponha que Maurício, servidor público federal, delegue a autoridade hierarquicamente inferior a competência que ele tem para decidir recursos administrativos. Nessa hipótese, não há qualquer ilegalidade no ato de delegação.

13-OFFICIAL DE INTELIGÊNCIA – ABIN – CESPE – Quanto aos poderes públicos, julgue os próximos itens.

A- Não há que se confundira discricionariedade do administrador em decidir com base nos critérios de conveniência e oportunidade com os chamados conceitos indeterminados, os quais carecem de valoração por parte do intérprete diante de conceitos flexíveis. Dessa forma, a discricionariedade não pressupõe a existência de conceitos jurídicos indeterminados, assim como a valoração desses conceitos não é uma atividade discricionária, sendo passível, portanto, de controle judicial.

B- O ato normativo do Poder Executivo que contenha uma parte que exorbite o exercício de poder regulamentar poderá ser anulado na sua integralidade pelo Congresso Nacional.

C- Decorre do poder disciplinar do Estado a multa aplicada pelo poder concedente a uma concessionária do serviço público que tenha descumprido normas regulador assim postas pelo poder concedente.

14- DELEGADO DE POLÍCIA SUBSTITUTO - ESTADO DE SANTA CATARINA – Com relação aos poderes administrativos, correlacione as colunas a seguir.

- (1) Poder vinculado
- (2) Poder hierárquico
- (3) Poder de polícia
- (4) Poder regulamentar
- (5) Poder disciplinar
- (6) Poder discricionário

() É o mecanismo de que dispõe a Administração Pública para conter abusos do direito individual.

() É a faculdade de que dispõem os chefes do Executivo, em todas as esferas, de explicar a lei para sua correta execução.

() Confere ao administrador liberdade na escolha da conveniência, oportunidade e conteúdo do ato.

() Impõe ao agente público a restrição rigorosa aos preceitos legais, sem qualquer liberdade de ação.

() Tem por objetivo ordenar, controlar, coordenar e corrigir as atividades administrativas no âmbito interno da Administração Pública.

() É a faculdade punitiva interna da Administração e só abrange as infrações relacionadas com o serviço.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

A - 2 - 5 - 6 - 1 - 4 - 3

B - 6 - 5 - 2 - 1 - 3 - 4

C - 1 - 4 - 2 - 6 - 5 - 3

D - 3 - 4 - 6 - 1 - 2 - 5

15- ANALISTA – DIREITO – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA – Sobre poderes da Administração, é incorreto o que se afirma em

A) O poder disciplinar dá efetividade ao poder hierárquico.

B) Em sentido amplo, é correto afirmar que o exercício do poder de polícia está associado à atividade do Poder Legislativo e do Poder Executivo.

C) Poder de polícia é atividade do Estado que consiste em limitar o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público.

D) São poderes decorrentes da organização hierárquica: dar ordens, controlar e aplicar sanções aos subordinados, avocar e delegar função.

E) São medidas preventivas, adotadas com fundamento no poder de polícia: dissolução de reunião, interdição de atividade, apreensão de mercadorias deterioradas, internação de pessoas com doenças contagiosas.

16- PROCURADOR – NATAL – CESPE – Com o estado de direito, passou-se a afirmar a existência de uma função de natureza administrativa cujo objeto é a proteção do bem-estar geral, mediante a regulação dos direitos individuais, expressa ou implicitamente reconhecidos no sistema jurídico. Nesse contexto, o poder público, além de impor certas limitações, emite atos preventivos de controle, aplica penalidades por eventuais infrações e, em

determinados contextos, exerce coação direta em face de terceiros para preservar interesses sociais.

Raquel M. U. de Carvalho. Curso de direito administrativo. Salvador: Jus podivum, 2008, p. 327 (com adaptações).

O texto acima trata do poder

A- discricionário.

B- de polícia.

C- regulatório.

D- disciplinar.

17- PREF. TERESINA – CESPE – FISCAL TRIBUTÁRIO – Tendo por base norma constitucional estadual, João, fiscal de tributos, reteve temporariamente mercadorias que estavam em poder de Maria, com o objetivo de arrolar bens encontrados em situação de ilícito tributário até a comprovação da posse legítima dos bens por parte de Maria.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

A- Na situação descrita, João atuou no exercício do poder de polícia.

B- A retenção da mercadoria constitui desrespeito ao princípio constitucional do devido processo legal e ao princípio constitucional do livre exercício de profissão, ofício ou trabalho.

C- Como contribuinte, Maria sofreu coação indireta por parte de João, que objetivava satisfazer débitos com a fazenda pública.

18- TJPI – CESPE – JUIZ – A respeito da administração pública, assinale a opção correta.

A- O poder regulador insere-se no conceito formal de administração pública.

B- A jurisprudência e a doutrina majoritária admitem a coisa julgada administrativa, o que impede a reapreciação administrativa da matéria decidida, mesmo na hipótese de ilegalidade.

C- O princípio do processo judicial que veda a reforma in pejus não se aplica ao processo administrativo.

D- O poder normativo, no âmbito da administração pública, é privativo do chefe do Poder Executivo.

E- Conforme entendimento do STF, o poder de polícia pode ser exercido pela iniciativa privada.

19- OAB – RJ – CESPE – O poder de polícia

A- consiste sempre em uma atividade discricionária.

B- pode ser exercido por particulares, mesmo quanto a atos de império.

C- pode envolver atos de fiscalização e sanção.

D- não restringe a liberdade ou a propriedade.

20- ANVISA – CESPE – TÉCNICO ADM - Considere que um agente público da ANVISA lavrou auto de infração contra determinada empresa, por violação de normas jurídicas relativas à vigilância sanitária. Nessa situação hipotética, julgue os próximos itens.

A- Caso a autuação fosse ilegal, ela poderia ser invalidada de ofício por autoridade hierarquicamente superior ao agente que autuou a empresa.

B- A referida autuação configura exercício de poder de polícia administrativa.

C- Caso a empresa considere ilegal essa autuação, é cabível impugná-la mediante mandado de segurança.

21 - (CONSULPLAN - 2012 - TSE - Técnico Judiciário - Área Administrativa Atos Administrativos)

Sobre Ato Administrativo, Abuso de Poder e Poder de Polícia, analise cada uma das afirmativas, assinalando aquela que for verdadeira.

a) O mérito do ato administrativo está sempre presente nos atos discricionários, o que não acontece nos atos vinculados.

b) São exemplos de atos administrativos discricionários a licença para construir e a autorização para porte de arma.

c) Na Administração Pública, o abuso de poder apresenta-se unicamente de forma comissiva, seja por excesso ou desvio de poder.

d) O poder de polícia é exercido com vinculação estrita, obedecendo às limitações da lei relativamente à competência, forma, fins, motivos e objeto.

22 - (CONSULPLAN - 2012 - TSE - Técnico Judiciário - Área Administrativa)

Sobre o tema poderes administrativos, marque a alternativa correta.

a) É pacífico o entendimento de que os poderes administrativos são renunciáveis.

b) Regulamento autônomo é aquele que complementa a lei, permitindo a sua fiel execução.

c) Hierarquia é o escalonamento em plano horizontal dos órgãos e agentes da Administração, estabelecendo uma relação de coordenação.

d) O poder disciplinar permite a aplicação de sanções dos servidores da Administração Pública por infração funcional.

23 - (FCC - 2012 - TRE-PR - Analista Judiciário - Área Judiciária)

De acordo com Maria Sylvia Zanella di Pietro, o poder regulamentar é uma das formas de expressão da competência normativa da Administração Pública. Referido poder regulamentar, de acordo com a Constituição Federal, a) é competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo, que também pode editar decretos autônomos, nos casos previstos.

b) admite apenas a edição de decretos executivos, complementares à lei.

c) compreende a edição de decretos regulamentares autônomos sempre que houver lacuna na lei.

d) admite a delegação da competência originária em caráter geral e definitivo.

e) compreende a edição de decretos autônomos e regulamentares, quando houver lacuna na lei.

24 - (FCC - 2012 - TRE-PR - Analista Judiciário - Área Judiciária)

Considerando que sejam atributos do poder de polícia a discricionariedade, a coercibilidade e a autoexecutoriedade, da qual são desdobramentos a exigibilidade e a executoriedade, é correto afirmar:

a) A discricionariedade está presente em todos os atos emanados do poder de polícia.

b) A exigibilidade compreende a necessidade de provocação judicial para adoção de medidas de polícia.

c) A autoexecutoriedade prescinde da coercibilidade, que pode ou não estar presente nos atos de polícia.

d) A coercibilidade traduz-se na caracterização do ato de polícia como sendo uma atividade negativa, na medida em que se presta a limitar a atuação do particular.

e) O poder de polícia pode ser exercido por meio de atos vinculados ou de atos discricionários, neste caso quando houver certa margem de apreciação deixada pela lei.

25 - (TRT 3R - 2012 - TRT - 3ª Região (MG) - Juiz)

São atributos do poder de polícia, exceto:

a) Discricionariedade

b) Exigibilidade

c) Executoriedade

d) Atividade positiva

e) Coercibilidade

26 - (FCC - 2012 - TRE-CE - Técnico Judiciário - Área Administrativa)

Análise as assertivas abaixo concernentes ao poder de polícia.

I. O poder de polícia só poderá reduzir os direitos individuais quando em conflito com interesses maiores da coletividade e na medida estritamente necessária à consecução dos fins estatais.

II. Constituem meios de atuação do poder de polícia, dentre outros, as medidas repressivas, como, por exemplo, dissolução de reunião, interdição de atividade e apreensão de mercadorias deterioradas.

III. A medida de polícia, quando discricionária, não esbarra em algumas limitações impostas pela lei, como por exemplo, no que concerne à competência e à finalidade.

IV. O poder de polícia tanto pode ser discricionário, como vinculado, ressaltando-se que ele é vinculado na maior parte dos casos.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, II e III.
- b) II, III e IV.
- c) I e IV.
- d) III e IV.
- e) I e II.

27 - (FCC - 2012 - TRE-CE - Técnico Judiciário - Área Administrativa)

No que diz respeito ao poder disciplinar, a apuração regular de infração disciplinar e a motivação da punição disciplinar são, respectivamente,

- a) indispensável para a legalidade da punição interna da Administração e prescindível para a validade da pena, em razão da discricionariedade do poder disciplinar.
- b) faculdade da Administração Pública, em razão da discricionariedade presente no poder disciplinar e imprescindível para a validade da pena.
- c) indispensável para a legalidade da punição interna da Administração e imprescindível para a validade da pena.
- d) faculdade da Administração Pública, em razão da discricionariedade presente no poder disciplinar e prescindível para a validade da pena, vez que a motivação tanto pode ser resumida, como suprimida em alguns casos.
- e) dispensável para a aplicação de penalidade, se houver prova contundente acerca do cometimento da infração e imprescindível para a validade da pena.

28 - (FCC - 2012 - TJ-PE - Analista Judiciário - Contabilidade)

Considere sob o foco do poder hierárquico:

- I. Chamar a si funções originariamente atribuídas a um subordinado significa avocar, e só deve ser adotada pelo superior hierárquico e por motivo relevante.
- II. A revisão hierárquica é possível, desde que o ato já tenha se tornado definitivo para a Administração ou criado direito subjetivo para o particular.
- III. As delegações quando possíveis, não podem ser recusadas pelo inferior, como também não podem ser subdelegadas sem expressa autorização do delegante.
- IV. A subordinação e a vinculação política significam o mesmo fenômeno e não admitem todos os meios de controle do superior sobre o inferior hierárquico.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) II, III e IV.
- b) II e IV.
- c) I, II e III.
- d) I e III.

e) I, III e IV.

29 - (FCC - 2012 - TCE-AP - Analista de Controle Externo - Controle Externo - Orçamento e Finanças)

Determinado dirigente de autarquia estadual passou a orientar a atuação da entidade para fins diversos daqueles que justificaram a criação da entidade. Para a correção dessa situação, o ente instituidor da autarquia deverá exercer o poder

- a) Disciplinar.
- b) Normativo.
- c) Regulamentar.
- d) De revisão ex officio.
- e) de tutela.

30 - (FCC - 2012 - TCE-AP - Técnico de Controle Externo)

Submetem-se ao poder disciplinar da Administração:

- a) servidores submetidos ao regime estatutário e servidores ocupantes de emprego público.
- b) funcionários públicos, exclusivamente.
- c) particulares que atuam em setores considerados de interesse público.
- d) as entidades da Administração indireta, em face da tutela exercida pelo ente instituidor.
- e) os administrados, em face do poder da Administração de limitar a atuação privada em prol do interesse coletivo.

31 - (FCC - 2012 - TJ-PE - Oficial de Justiça - Judiciária e Administrativa Atos Administrativos)

No que se refere aos poderes administrativo, discricionário e vinculado, é INCORRETO afirmar:

- a) Mesmo quanto aos elementos discricionários do ato administrativo há limitações impostas pelos princípios gerais de direito e pelas regras de boa administração.
- b) A discricionariedade é sempre relativa e parcial, porque, quanto à competência, à forma e à finalidade do ato, a autoridade está subordinada ao que a lei dispõe.
- c) Poder vinculado é aquele que o Direito Positivo – a Lei – confere à Administração Pública para a prática de ato de sua competência, determinando os elementos e requisitos necessários à sua formalização, mas lembrando a dificuldade de se encontrar um ato administrativo inteiramente vinculado.
- d) A atividade discricionária encontra plena justificativa na impossibilidade de o legislador catalogar na lei todos os atos que a prática administrativa exige.
- e) Na categoria dos atos administrativos vinculados, a liberdade de ação do administrador é ampla, visto que não há necessidade de se ater à enumeração minuciosa do Direito Positivo para realizá-la.

32 - (FCC - 2012 - TJ-PE - Oficial de Justiça - Judiciária e Administrativa)

Em matéria do poder de polícia de que dispõe a Administração Pública, considere:

I. A finalidade do poder de polícia se restringe à defesa do Estado e de sua Administração, conferindo-lhe poderes para anular liberdades públicas ou direitos dos cidadãos.

II. O poder de polícia tem atributos específicos, peculiares, e tais são a discricionariedade, a autoexecutoriedade e a coercibilidade, mas passíveis de controle em geral.

III. No poder de polícia originário e no delegado observa-se que o primeiro é pleno no seu exercício e consectário, ao passo que o segundo é limitado nos termos da delegação e se caracteriza por atos de execução.

IV. As condições de validade do poder de polícia são diferentes as dos demais atos administrativos comuns porque limitadas à proporcionalidade da sanção e à legalidade dos meios empregados pela Administração.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I, II e IV.
- c) I, III e IV.
- d) II e III.
- e) II, III e IV.

33 - (FCC - 2012 - TRT - 11ª Região (AM) - Analista Judiciário - Área Judiciária)

A Administração Pública, ao tomar conhecimento de infrações, cometidas por estudantes de uma escola pública, utiliza-se de um de seus poderes administrativos, qual seja, o poder disciplinar. Nesse caso, a Administração Pública

- a) poderia utilizar-se de tal poder contra os estudantes da escola pública.
- b) não poderia utilizar-se de tal poder, porém, pode impor sanções aos estudantes, com fundamento no poder de polícia do Estado.
- c) poderia utilizar-se de tal poder, no entanto, ele está limitado à fase de averiguação, não cabendo à Administração, nessa hipótese, punir.
- d) não poderia utilizar-se de tal poder, vez que ele somente é aplicável aos servidores públicos.
- e) poderia utilizar-se de tal poder, que, nessa hipótese, será discricionário, ou seja, pode a Administração escolher entre punir e não punir.

GABARITO			
Questão	Resposta	Questão	Resposta
1	C	18	C
2	A	19	C
3	B	20	CCC
4	A	21	A
5	D	22	D
6	E	23	A
7	B	24	E
8	A	25	D
9	C	26	E
10	A	27	C
11	E	28	D
12	EE	29	E
13	CEC	30	A
14	D	31	E
15	D	32	D
16	B	33	A
17	CEE		

Atos Administrativos

1 - (CESPE - 2012 - Câmara dos Deputados - Analista - Técnico em Material e Patrimônio)

O estabelecimento que obtenha do poder público licença para comercializar produtos farmacêuticos não poderá, com fundamento no mesmo ato, comercializar produtos alimentícios, visto que a licença para funcionamento de estabelecimento comercial constitui ato administrativo vinculado.

2 - (CESPE - 2012 - Câmara dos Deputados - Analista - Técnico em Material e Patrimônio)

Considere que um servidor público federal tenha sido aposentado mediante portaria publicada no ano de 2008 e que, em 2010, o TCU tenha homologado o ato de aposentadoria. Nessa situação hipotética, esse ato caracteriza-se como complexo, visto que, para o seu aperfeiçoamento, é necessária a atuação do TCU e do órgão público a que estava vinculado o servidor.

3 - (CESPE - 2012 - Câmara dos Deputados - Analista - Técnico em Material e Patrimônio)

Em decorrência da autoexecutoriedade, atributo dos atos administrativos, a administração pública pode, sem a necessidade de autorização judicial, interditar determinado estabelecimento comercial.

4 - (CESPE - 2012 - MPE-PI - Técnico Ministerial - Área Administrativa - Cargo 10)

Inerente aos atos administrativos, a presunção de legitimidade caracteriza-se por ser um princípio de direito público relativo, isto é, que não admite prova em contrário.

5 - (TRT 15R - 2012 - TRT - 15ª Região - Juiz)

Assinale a alternativa correta:

- a) Os bens públicos nunca podem ser alienados.
- b) A responsabilidade civil do Estado é objetiva, tendo a Constituição Federal Brasileira adotado a teoria do risco integral.
- c) São atributos do ato administrativo: presunção de legitimidade, imperatividade e autoexecutoriedade.
- d) A ação de mandado de segurança somente pode ser ajuizada contra ilegalidade ou abuso de poder praticado por autoridade pública.
- e) Tratando-se de ato discricionário, a validade do ato administrativo não fica vinculada à motivação que lhe fora dada.

6 - (TRT 15R - 2012 - TRT - 15ª Região - Juiz Controle da Administração Pública)

Tratando-se de controle de legalidade do ato administrativo é correto afirmar:

- a) A ação civil pública pode ser ajuizada pelo Ministério Público, pela União, pelos Estados e Municípios, por

autarquias, empresa pública, sociedade de economia mista, fundação e associação.

b) O inquérito civil público pode ser instaurado pelo Ministério Público, pela União, pelos Estados e Municípios.

c) O termo de ajustamento de conduta somente pode ser celebrado pelo Ministério Público.

d) O pedido de arquivamento de inquérito civil público depende de homologação do Juiz que, se entender que não é caso de arquivamento, remeterá os autos ao Procurador Geral de Justiça que poderá designar outro representante do Ministério Público, para ajuizar a ação civil pública.

e) A instauração do inquérito civil público é imprescindível para o ajuizamento da ação civil pública.

7 - (TRT 15R - 2012 - TRT - 15ª Região - Juiz)

Analise as assertivas abaixo e, após, responda:

I. A nulidade do ato administrativo pode ser reconhecida pela própria administração e pelo Poder Judiciário.

II. A revogação de ato pela administração produz efeito ex nunc.

III. Poder hierárquico é a faculdade que a administração possui de punir internamente as infrações funcionais de servidores.

IV. Os serviços públicos uti singuli são mantidos pelos impostos.

V. Ao servidor público não é assegurado o direito de greve.

a) Apenas as assertivas I, II e V estão corretas

b) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.

c) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

d) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

e) Apenas as II e V estão corretas.

8 - (FCC - 2012 - DPE-SP - Defensor Público)

O ato administrativo que se encontra sujeito a termo inicial e parcialmente ajustado à ordem jurídica, após ter esgotado o seu ciclo de formação, é considerado

a) perfeito, válido e eficaz.

b) perfeito, inválido e ineficaz.

c) imperfeito, inválido e eficaz.

d) perfeito, válido e ineficaz.

e) imperfeito, inválido e ineficaz.

9 - (INSTITUTO CIDADES - 2012 - TCM-GO - Auditor de Controle Externo - Informática)

Entre os requisitos ou elementos essenciais à validade dos atos administrativos, o que mais condiz, com o atendimento da observância do princípio fundamental da impessoalidade, é o relativo

a) à competência.

b) à forma.

c) à finalidade.

d) à motivação.

e) ao objeto lícito.

10 - (CESPE - 2012 - STJ - Técnico Judiciário - Telecomunicações e Eletricidade) julgue:

A administração pode anular seus próprios atos por motivo de conveniência ou oportunidade.

11 - (FCC - 2012 - TRT - 6ª Região (PE) - Técnico Judiciário - Segurança)

Dizer que um ato administrativo é discricionário significa que

a) foi editado com base na conveniência e oportunidade do administrador, não podendo ser objeto de controle de legalidade pelo Poder Judiciário.

b) depende de autorização legislativa para sua edição, admitindo, em razão da prévia fiscalização, apenas controle de constitucionalidade a cargo do Poder Judiciário.

c) permite análise de mérito e vinculação quanto a conveniência e oportunidade pelo Poder Judiciário e pelo Poder Legislativo.

d) afasta o controle de oportunidade e conveniência, admitindo apenas revogação nos casos de ilegalidade ou inconstitucionalidade patentes.

e) foi editado com base na conveniência e oportunidade conferida pela lei ao administrador, o que não dispensa a demonstração do interesse público, nem o controle de legalidade pelo Poder Judiciário.

12 - (PC-SP - 2011 - PC-SP - Delegado de Polícia)

De acordo com a Lei 10.177/98, que regula os atos e procedimentos administrativos no âmbito da Administração Pública do Estado de São Paulo, o Delegado de Polícia pode baixar

a) Resolução Substitutiva.

b) Resolução

c) Deliberação

d) Decreto Interno

e) Portaria.

13 - (VUNESP - 2012 - TJ-MG - Juiz)

Analise as afirmativas a seguir.

O Poder Judiciário pode exercer o controle dos atos administrativos, quer no que tange à conformidade dos elementos vinculados com a lei (controle de legalidade stricto sensu) quer no que toca à compatibilidade dos elementos discricionários com os princípios constitucionalmente expressos (controle da legalidade lato sensu), decretando sua nulidade, se necessário)

PORQUE

são elementos do ato administrativo o sujeito, a forma, o objeto, o motivo e a finalidade.

Assinale a alternativa correta.

a) A primeira afirmativa é falsa e a segunda é verdadeira

b) A segunda afirmativa é falsa e a primeira é verdadeira.

c) As duas afirmativas são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.

d) As duas afirmativas são verdadeiras, mas a segunda não justifica a primeira.

14 - (MPE-SC - 2012 - MPE-SC - Promotor de Justiça - Controle da Administração Pública)

I – No Brasil é adotado o sistema anglo-americano de unidade de jurisdição para o controle jurisdicional da Administração Pública.

II – Nos termos do artigo 5º, inciso II da Constituição Federal (“ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”), para a Administração Pública existe plena liberdade de ação, desde que não vedada em lei.

III – A distribuição de competências administrativas decisórias, internamente na mesma pessoa jurídica pública, mantendo-se a união hierárquica, denomina-se desconcentração.

IV – A atividade discricionária da Administração Pública caracteriza-se por um poder de escolha entre soluções diversas, todas igualmente válidas para o ordenamento. Este juízo de conveniência e oportunidade corresponde à noção de mérito administrativo.

V – Segundo a “teoria dos motivos determinantes”, os motivos apresentados pelo agente público para justificar o ato administrativo vinculam sua atividade e o condicionam à sua própria validade.

a) Apenas as assertivas II, III, IV e V estão corretas.

b) Apenas as assertivas I, II, IV e V estão corretas.

c) Apenas as assertivas I, III, IV e V estão corretas.

d) Apenas as assertivas I, II, III e IV estão corretas.

e) Todas as assertivas estão corretas.

15 - (FCC - 2012 - TRT - 6ª Região (PE) - Analista Judiciário - Área Administrativa)

No que diz respeito a convalidação dos atos administrativos, é correto afirmar que

a) é sempre possível, por razões de interesse público, independentemente da natureza do vício.

b) alcança atos que apresentem defeitos sanáveis, desde que não acarrete lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.

c) é obrigatório quando se trata de vício sanável, não podendo, contudo, retroagir seus efeitos à edição do ato convalidado.

d) é facultativa nos casos de vício de forma e de finalidade, retroagindo seus efeitos à data do ato convalidado.

e) somente é possível nas hipóteses de vícios de forma, retroagindo seus efeitos à data de edição do ato convalidado.

16 - (FCC - 2012 - TRT - 6ª Região (PE) - Analista Judiciário - Área Judiciária)

A revogação de um ato administrativo válido e eficaz é

- a) inconstitucional, em face do princípio da segurança jurídica e do ato jurídico perfeito.
- b) possível apenas por decisão judicial e desde que não decorrido o prazo decadencial.
- c) possível, por ato motivado da Administração ou por decisão judicial, ressalvados os direitos adquiridos.
- d) lícita, apenas se comprovada a superveniência de circunstância de fato ou de direito que enseje vício de legalidade.
- e) prerrogativa da Administração, fundada em razões de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

17 - (FCC - 2012 - TRF - 2ª REGIÃO - Técnico Judiciário - Segurança e Transporte)

Os atos administrativos, espécie do gênero "ato jurídico", ao serem editados, devem observar os requisitos de validade, enquanto que os atributos constituem qualidades ou características inerentes a esses atos. Portanto, dentre outros, são requisitos e atributos dos atos administrativos, respectivamente,

I. finalidade e competência; imperatividade e tipicidade.

II. presunção de legitimidade e finalidade; forma e auto-executoriedade.

III. forma e motivo; presunção de legitimidade e imperatividade.

Nesses casos, está correto o que consta APENAS em:

- a) III.
- b) II.
- c) II e III.
- d) I e III.
- e) I e II.

18 - (FMP-RS - 2012 - PGE-AC - Procurador)

Com relação aos atributos dos atos administrativos, é CORRETO afirmar que:

- a) o princípio da presunção de validade, que estabelece uma presunção absoluta (juris et de jure), não admite que seja afastada a "fé pública" de um ato praticado pelo agente público competente.
- b) em razão do princípio da presunção de validade, o efeito suspensivo não é da natureza dos recursos administrativos, somente podendo ser pleiteado no plano do Judiciário, mediante ação própria.
- c) os atos administrativos são dotados de imperatividade, assim, os atos negociais e mesmo os atos unilaterais da Administração, podem atingir esferas jurídicas do particular independente de intervenção Judicial.
- d) em razão da executoriedade dos atos administrativos, é possível a atribuição de sanções ao particular ou de agentes públicos, podendo a Administração imputar responsabilidade na sua esfera de atuação.

19 - (FMP-RS - 2012 - PGE-AC - Procurador)

Com relação aos atos administrativos, é CORRETO afirmar:

- a) O ato que atribui licença à servidora gestante é um ato vinculado.
- b) A extinção de uma Sociedade de Economia mista é um ato vinculado.
- c) A exoneração de Secretário de Estado é um ato vinculado.
- d) A atribuição de licença para tratamento de saúde é um ato discricionário.

20 - (FCC - 2012 - MPE-PE - Técnico Ministerial - Área Administrativa)

As "instruções" são atos administrativos:

- a) normativos.
- b) ordinatórios.
- c) negociais.
- d) enunciativos.
- e) punitivos.

21 - (FCC - 2012 - MPE-PE - Técnico Ministerial - Área Administrativa)

A Administração Pública Estadual concedeu licença à determinada empresa privada para a construção de um edifício em terreno próprio. Sobre o mencionado ato administrativo, é correto afirmar que:

- a) se trata de ato administrativo vinculado.
- b) se enquadra na modalidade de atos administrativos ordinatórios.
- c) a Administração Pública pode negá-lo ainda que a empresa satisfaça todos os requisitos legais.
- d) sua invalidação pode ocorrer por razões de conveniência e oportunidade.
- e) é sinônimo do ato administrativo denominado autorização.

22 - (FCC - 2012 - TJ-RJ - Comissário da Infância e da Juventude)

O ato discricionário

- a) é aquele editado pela Administração Pública quando inexistente lei disciplinando a matéria.
- b) pode ser praticado por qualquer autoridade da esfera da federação competente, quando não houver expressa restrição da legislação.
- c) é aquele que apresenta todos os elementos e características previamente definidos na lei.
- d) pode ser fiscalizado pelos administrados e pelo Judiciário, desde que autorizado pela lei que disciplinou sua edição.
- e) é aquele que envolve a opção legítima feita pelo administrador, nos limites em que ela é assegurada pela lei.

23 - (FCC - 2012 - TJ-RJ - Analista Judiciário - Execução de Mandados)

A Administração Pública revogou um ato de outorga privativa de uso de bem público sob o único e expresso fundamento de que o permissionário teria cedido a área

para terceiros. Posteriormente ficou demonstrado que essa informação era falsa. De acordo com essas informações tem-se que a revogação da permissão de uso é

- a) válida porque se trata de ato discricionário, dispensando qualquer motivação.
- b) nula, uma vez que não foi respeitado o contraditório e o princípio da eficiência.
- c) válida, com fundamento na teoria dos motivos determinantes, pois o ato não precisava ser motivado.
- d) nula, com fundamento na teoria dos motivos determinantes, uma vez que o fundamento invocado para a revogação da permissão de uso era falso.
- e) anulável, porque a Administração não precisa produzir prova dos fundamentos que invocou, ante o princípio da supremacia do interesse público.

24 - (CESPE - 2012 - TJ-PI - Juiz)

Acerca da competência administrativa, da delegação e da ausência de competência, assinale a opção correta.

- a) O ato de delegação, assim como sua anulação, deve ser publicado em meio oficial, exceto no caso de revogação decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificá-la.
- b) Considera-se agente de fato aquele que pratica ato e executa atividades em situações excepcionais, como as de emergência, em colaboração com o poder público, excluindo-se dessa definição os chamados agentes putativos, que desempenham atividade pública na presunção de agir legitimamente, embora não tenham sido investidos conforme o procedimento legalmente exigido.
- c) Os órgãos administrativos e seus titulares podem delegar parte de sua competência a outros órgãos ou agentes, mesmo que não lhes sejam hierarquicamente subordinados, por conveniência de ordem técnica, social, econômica, jurídica ou territorial e desde que não haja impedimento legal.
- d) Inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deve iniciar-se perante a autoridade de grau hierárquico mais elevado.
- e) A delegação é medida unilateral da autoridade delegante, que detém o poder de revogá-la a qualquer tempo. Entretanto, o ato que a formaliza não pode conter ressalvas ou restrições ao pleno exercício da atribuição delegada.

25 - (CESPE - 2012 - TJ-PI - Juiz)

Com relação ao ato administrativo, assinale a opção correta.

- a) Considerando a relação entre a validade e a eficácia do ato administrativo, é correto afirmar que um ato pode ser válido e eficaz ou, ainda, inválido e ineficaz, mas não inválido e eficaz, pois não é possível considerar que, tendo sido editado em desconformidade com a lei, um ato esteja apto a produzir efeitos.
- b) O ato de convalidação, pelo qual é suprido vício existente em ato ilegal, opera efeitos *ex tunc*, retroagindo em seus efeitos ao momento em que foi praticado o ato originário.
- c) Atos compostos são aqueles cuja vontade final exige a intervenção de agentes ou órgãos diversos e apresenta conteúdo próprio em cada uma das manifestações.

d) A autorização para exploração de jazida é exemplo de ato declaratório, já que expressa aquiescência da administração para o particular desenvolver determinada atividade.

e) Os atos administrativos que neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses devem ser motivados, assim como os que importem anulação, suspensão ou convalidação de ato administrativo, não sendo essencial a motivação para os atos que os revoguem, pois a revogação ocorre por motivo de conveniência e oportunidade da administração.

26 - (CESPE - 2012 - MPE-PI - Analista Ministerial - Área Administrativa)

O ato administrativo com vício de legalidade somente pode ser invalidado por decisão judicial.

27 - (CESPE - 2012 - MPE-PI - Analista Ministerial - Área Processual)

Quando o vício do ato administrativo atinge o motivo e a finalidade, não é possível a sua convalidação.

28 - (CESPE - 2012 - MPE-PI - Analista Ministerial - Área Processual)

A anulação de ato administrativo pela administração pública independe de provocação e produz efeitos *ex tunc*.

29 - (CESPE - 2012 - MPE-PI - Analista Ministerial - Área Processual)

A revogação não pode atingir os meros atos administrativos, tais como as certidões e os atestados.

30 - (CESPE - 2012 - TC-DF - Auditor de Controle Externo)

A extinção de ato administrativo perfeito por motivo de conveniência e oportunidade é denominada anulação.

31 - (CESPE - 2012 - TC-DF - Auditor de Controle Externo)

O serviço prestado pelo taxista, condutor autônomo de passageiros, é levado a efeito mediante autorização da administração pública.

32 - (CESPE - 2012 - TC-DF - Auditor de Controle Externo)

O fator limitador do ato administrativo discricionário é o critério da conveniência e oportunidade.

33 - (FCC - 2012 - TRE-SP - Analista Judiciário - Área Administrativa)

A revogação de um ato administrativo

- a) é prerrogativa da Administração, de caráter discricionário, consistente na extinção de um ato válido por razões de conveniência e oportunidade.
- b) constitui atuação vinculada da Administração, na medida em que, em face da indisponibilidade do interesse público,

a Administração está obrigada a revogar atos maculados por vício de oportunidade.

c) pode ser declarada tanto pela Administração como pelo Poder Judiciário, quando identificado que o ato se tornou inconveniente ou inoportuno do ponto de vista do interesse público.

d) somente pode ser procedida por autoridade hierarquicamente superior àquela que praticou o ato, de ofício ou por provocação do interessado, vedada a sua prática pelo Poder Judiciário.

e) constitui prerrogativa da Administração, quando fundada em razões de conveniência e oportunidade, e do Poder Judiciário, quando identificado vício relativo à motivação, competência ou forma.

34 - (CESPE - 2012 - PC-CE - Inspetor de Polícia - Civil)

Com relação aos poderes e atos administrativos, julgue os itens subsequentes.

O ato de aplicação de penalidade administrativa deve ser sempre motivado.

35 - (FCC - 2012 - TRE-SP - Técnico Judiciário - Área Administrativa Processo Administrativo Federal)

Determinada autoridade administrativa detectou, em procedimento ordinário de correição, vício de forma em relação a determinado ato administrativo concessório de benefício pecuniário a servidores. Diante dessa situação, foi instaurado procedimento para anulação do ato, com base na Lei Federal no 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública federal, no qual, de acordo com os preceitos da referida Lei, o ato

a) poderá ser convalidado, em se tratando de vício sanável e desde que evidenciado que não acarreta lesão ao interesse público.

b) não poderá ser anulado, por ensejar direito adquirido aos interessados, exceto se comprovado dolo ou má-fé.

c) deverá ser revogado, operando-se os efeitos da revogação desde a edição do ato, salvo se decorrido o prazo decadencial de 5 anos.

d) poderá ser anulado, revogado ou convalidado, a critério da Administração, independentemente da natureza do vício, de acordo com as razões de interesse público envolvidas.

e) poderá ser convalidado, desde que não transcorrido o prazo decadencial de 5 anos e evidenciada a existência de boa-fé dos beneficiados.

36 - (FCC - 2012 - TRE-SP - Técnico Judiciário - Área Administrativa)

O Governador do Estado editou decreto reorganizando a estrutura administrativa de determinada Secretaria de Estado. De acordo com a Constituição Federal, referido decreto é

a) ilegal, em face da violação ao princípio da legalidade.

b) legal, podendo contemplar a extinção de órgãos públicos e cargos vagos.

c) legal, desde que não implique aumento de despesa, nem criação ou extinção de órgãos públicos.

d) ilegal, eis que nosso ordenamento jurídico não admite regulamento autônomo para matéria de organização administrativa.

e) legal apenas se decorrente de delegação expressa do Poder Legislativo, passando referido ato a ter força de lei formal.

37 - (FCC - 2012 - TRF - 2ª REGIÃO - Analista Judiciário - Área Administrativa)

Sob o tema da classificação dos atos administrativos, apesar de serem todos resultantes da manifestação unilateral da vontade da Administração Pública, o denominado "ato administrativo composto" difere dos demais, por ser

a) o que necessita, para a sua formação, da manifestação de vontade de dois ou mais diferentes órgãos ou autoridades para gerar efeitos.

b) aquele cujo conteúdo resulta da manifestação de um só órgão, mas a sua edição ou a produção de seus efeitos depende de outro ato que o aprove.

c) o ato que decorre da manifestação de vontade de apenas um órgão, unipessoal ou colegiado, não dependendo de manifestação de outro órgão para produzir efeitos.

d) o que tem a sua origem na manifestação de vontade de pelo menos dois órgãos, porém, para produzir os seus efeitos, deve ter a aprovação por órgão hierarquicamente superior.

e) originário da manifestação de vontade de pelo menos duas autoridades superiores da Administração Pública, mas seus efeitos ficam condicionados à aprovação por decreto de execução ou regulamentar.

38 - (FCC - 2012 - TRF - 2ª REGIÃO - Analista Judiciário - Área Administrativa)

A respeito da revogação e anulação dos atos administrativos, analise:

I. A revogação é aplicável apenas em relação aos atos discricionários, podendo ser praticada somente pelo Poder Executivo em relação aos seus próprios atos, em decorrência do ato tornar-se inconveniente e inoportuno, não podendo ser revogados pelo Poder Judiciário, em sua função típica.

II. Os atos discricionários praticados na esfera do Poder Executivo poderão ser objeto de anulação no âmbito desse mesmo Poder, em decorrência de vício insanável, portanto de ilegalidade, mas caberá também ao Poder Judiciário, em sua função típica, a anulação, desde que provocado.

III. Os atos vinculados praticados na esfera do Poder Executivo, aqueles que devem total observância ao respectivo texto legal, não poderão, por esta mesma razão, serem alvo de anulação por esse Poder, mas tão somente pelo Poder Judiciário, em sua função típica.

Nas hipóteses acima descritas, está correto o que consta APENAS em

a) III.

- b) I e III.
- c) I e II.
- d) I.
- e) II e III.

39 - (FCC - 2012 - TRF - 2ª REGIÃO - Analista Judiciário - Área Administrativa)

No âmbito da Administração Pública Federal, no que se refere à motivação do ato administrativo, observa-se que NÃO será necessária a indicação dos fatos e fundamentos jurídicos, dentre outros casos, quando

- a) decorram de reexame de ofício.
- b) importem convalidação de atos administrativos.
- c) declarem a inexigibilidade de processo licitatório.
- d) decidam processo administrativo de seleção pública.
- e) discrepem de propostas e relatórios oficiais.

40 - (CONSULPLAN - 2012 - TSE - Técnico Judiciário - Área Administrativa)

No que tange à revogação e à anulação do ato administrativo, é correto afirmar que

- a) a revogação produz efeito retroativo e a anulação não.
- b) a revogação e a anulação podem ser realizadas pela administração ou pelo judiciário.
- c) na revogação, há análise do mérito do ato administrativo, já na anulação há juízo de legalidade.
- d) a revogação é ato vinculado, enquanto a anulação é discricionário.

41 - (CONSULPLAN - 2012 - TSE - Técnico Judiciário - Área Administrativa)

Sobre o tema ato administrativo, analise.

I. Toda revogação pressupõe um ato legal e perfeito, mas inconveniente ao interesse público. Como a revogação atinge um ato que foi editado em conformidade com a lei, ela não retroage (seus efeitos são *ex nunc*).

II. O ato administrativo a que falte um dos elementos essenciais de validade será considerado inexistente, independente de qualquer decisão administrativa ou mesmo judicial.

III. A permissão é ato administrativo negocial, discricionário e precário, pelo qual o Poder Público faculta ao particular o uso de bens públicos a título gratuito ou oneroso, nas condições estabelecidas pela Administração.

Assinale

- a) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- b) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- c) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- d) se todas as afirmativas estiverem corretas.

42 - (CONSULPLAN - 2012 - TSE - Técnico Judiciário - Área Administrativa)

Os atos administrativos possuem como atributos, EXCETO:

- a) Imperatividade.

- b) Coercibilidade.
- c) Atipicidade.
- d) Autoexecutoriedade.

43 - (CONSULPLAN - 2012 - TSE - Técnico Judiciário - Área Administrativa Atos Administrativos)

Sobre Ato Administrativo, Abuso de Poder e Poder de Polícia, analise cada uma das afirmativas, assinalando aquela que for verdadeira.

- a) O mérito do ato administrativo está sempre presente nos atos discricionários, o que não acontece nos atos vinculados.
- b) São exemplos de atos administrativos discricionários a licença para construir e a autorização para porte de arma.
- c) Na Administração Pública, o abuso de poder apresenta-se unicamente de forma comissiva, seja por excesso ou desvio de poder.
- d) O poder de polícia é exercido com vinculação estrita, obedecendo às limitações da lei relativamente à competência, forma, fins, motivos e objeto.

44 - (FGV - 2012 - OAB - Exame de Ordem Unificado - 3 - Primeira Fase)

A autorização de uso de bem público por particular caracteriza-se como ato administrativo

- a) discricionário e bilateral, ensejando indenização ao particular no caso de revogação pela administração.
- b) unilateral, discricionário e precário, para atender interesse predominantemente particular.
- c) bilateral e vinculado, efetivado mediante a celebração de um contrato com a administração pública, de forma a atender interesse eminentemente público.
- d) discricionário e unilateral, empregado para atender a interesse predominantemente público, formalizado após a realização de licitação.

45 - (FCC - 2012 - INSS - Técnico do Seguro Social)

O controle judicial dos atos administrativos será

- a) sempre de mérito e de legalidade nos atos discricionários e apenas de legalidade nos vinculados.
- b) exclusivamente de mérito nos atos discricionários, porque sua legalidade é presumida.
- c) exclusivamente de mérito nos atos vinculados, porque sua legalidade é presumida.
- d) de legalidade nos atos discricionários, devendo respeitar os limites da discricionariedade nos termos em que ela é assegurada pela lei.
- e) sempre de mérito e de legalidade sejam os atos discricionários ou vinculados.

46 - (UEG - NÚCLEO - 2008 - PC-GO - Delegado de Polícia)

O Diretor-Geral da Agência Goiana de Obras Públicas baixou portaria pela qual nomeou servidores efetivos para compor comissão de sindicância. O relatório final apontou para a aplicação de pena disciplinar leve. Constatou-se que

a competência para composição da comissão pertence ao presidente da agência. Aponte a solução administrativa aplicável à situação do ato administrativo viciado:

- a) o processo de sindicância deve ser anulado, face ao comando normativo do princípio da legalidade quanto à regra de competência.
- b) o vício ocorrido impõe o arquivamento do processo, trancando a possibilidade de reabertura de investigação.
- c) deve o presidente avocar os autos para anular a indicação da sanção disciplinar.
- d) é possível a convalidação do ato pela ratificação.

47 - (UEG - NÚCLEO - 2008 - PC-GO - Delegado de Polícia)
Sobre os aspectos do tema da aptidão do ato administrativo para produzir o resultado para o qual foi editado, é CORRETO afirmar:

- a) eficácia diz respeito ao atendimento a todas as exigências legais, para que seus efeitos sejam reconhecidos na ordem jurídica.
- b) ato perfeito não é aquele que se amolda ao ordenamento jurídico, mas o ato administrativo que reúne todas as fases de formação.
- c) motivação do ato administrativo é a presença das circunstâncias de fato e de direito que autorizam a edição do ato administrativo.
- d) suspensão a eficácia, o ato administrativo perde a vigência.

48 - (FCC - 2012 - TRE-CE - Analista Judiciário - Área Judiciária)

Provimentos são atos administrativos internos, contendo determinações e instruções que a Corregedoria ou os tribunais expedem para a regularização e uniformização dos serviços, com o objetivo de evitar erros e omissões na observância da lei.

Segundo o conceito acima, de Hely Lopes Meirelles, trata-se de atos administrativos

- a) punitivos.
- b) declaratórios.
- c) enunciativos.
- d) negociais.
- e) ordinatórios.

49 - (FCC - 2012 - TRE-PR - Analista Judiciário - Enfermagem)
Os atos administrativos são dotados de atributos peculiares. Dentre eles, destaca-se a autoexecutoriedade, que se traduz

- a) no atributo pelo qual os atos administrativos se impõem a todos.
- b) no dever da administração de praticar os atos previamente previstos em lei para cada situação concreta.
- c) no poder da administração pública de decidir pela validade ou não de determinado ato.
- d) no poder da administração atestar, unilateralmente, se determinado ato administrativo foi executado conforme a lei.
- e) na possibilidade da própria administração pública colocar determinado ato administrativo em execução,

independentemente de prévia manifestação do Poder Judiciário.

50 - (TRT 3R - 2012 - TRT - 3ª Região (MG) - Juiz)

São atributos do ato administrativo, exceto:

- a) Presunção de legitimidade
- b) Finalidade
- c) Imperatividade
- d) Auto-executoriedade
- e) Tipicidade

51 - (FCC - 2012 - TRE-PR - Técnico Judiciário - Área Administrativa)

A literatura jurídica apresenta mais de um conceito para o ato jurídico, variando os critérios de acordo com as definições escolhidas. Afastando-se a conceituação meramente subjetiva, pode-se identificar, como componente da definição de ato administrativo, a característica de

- a) somente poder ser editado por órgão integrante do Poder Executivo.
- b) abranger atos legislativos, mesmo os proferidos pelo Poder Executivo.
- c) poder ser editado por órgão integrante do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário.
- d) sujeitar-se à regime jurídico administrativo próprio, não se submetendo à lei.
- e) não admitir qualquer controle judicial.

52 - (FCC - 2012 - TRE-PR - Técnico Judiciário - Área Administrativa)

Quando se está diante de uma situação concreta que enseja a edição de um ato administrativo vinculado, significa que ao particular titular do interesse jurídico em questão cabe

- a) exigir da autoridade, judicialmente se for necessário, a edição do ato determinado, desde que tenha preenchido os requisitos legais para tanto.
- b) a prerrogativa da autoexecutoriedade, na medida em que pode dispensar a edição concreta do ato, presumindo sua existência.
- c) apenas aguardar a edição do ato, não podendo ingressar com nenhuma medida judicial para tanto, uma vez que o Poder Judiciário não pode suprir a vontade da administração.
- d) ajuizar ação judicial de perdas e danos, exclusivamente, uma vez que o Poder Judiciário não pode suprir a vontade da administração.
- e) requerer administrativamente a edição do ato, sob pena de ajuizamento de ação judicial para suprir o juízo de conveniência e oportunidade da administração pública.

53 - (FCC - 2012 - TRE-CE - Técnico Judiciário - Área Administrativa)

A lei permite a remoção ex officio de um funcionário para atender a necessidade do serviço público. Mauro, servidor público, praticou determinada infração e a Administração Pública utilizou a remoção como forma de punição. Nesse caso,

- a) há violação à finalidade do ato administrativo.
- b) inexistência de vício de finalidade no ato administrativo.
- c) há vício de competência no ato administrativo.
- d) há vício no motivo do ato administrativo.
- e) não há qualquer ilegalidade, ou seja, pode o ato administrativo ser mantido pela Administração.

54 - (FCC - 2012 - TRE-CE - Técnico Judiciário - Área Administrativa)

Análise as assertivas abaixo atinentes aos atos administrativos denominados "gerais ou normativos".

I. São atos administrativos com finalidade normativa, alcançando todos os sujeitos que se encontrem na mesma situação de fato abrangida por seus preceitos.

II. Expressam em minúcias o mandamento abstrato da lei, embora sejam manifestações tipicamente administrativas.

III. A essa categoria pertencem, dentre outros, os decretos regulamentares e os regimentos.

IV. Embora estabeleçam regras gerais e abstratas de conduta, não são leis em sentido formal; logo, não estão necessariamente subordinados aos limites jurídicos definidos na lei formal.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, II e III.
- b) II, III e IV.
- c) I e IV.
- d) II e III.
- e) I, II e IV.

55 - (FCC - 2012 - TRE-CE - Analista Judiciário - Área Administrativa)

Os atos administrativos denominados "negociais".

- a) embora unilaterais, encerram conteúdo tipicamente negocial, de interesse recíproco da Administração e do administrado.
- b) encerram um mandamento geral da Administração Pública.
- c) são sempre discricionários por serem de interesse único da Administração.
- d) operam efeitos jurídicos entre as partes (Administração e administrado), passando, portanto, à categoria de contratos administrativos.
- e) não produzem efeitos à Administração Pública que os expede, tendo em vista a supremacia do ente público.

56 - (FCC - 2012 - TJ-PE - Técnico Judiciário - Suporte Técnico)

No que diz respeito às espécies de atos administrativos, é correto afirmar que

a) nos atos ordinatórios, além de sua função ordinatória, observa-se que eles criam, normalmente, direitos e obrigações para os administrados, mas não geram deveres para os agentes administrativos a que se dirigem.

b) não há distinção entre o ato punitivo da Administração, apenando o ilícito administrativo e o ato punitivo do Estado, que apena o ilícito criminal, visto que ambos têm a natureza de ilicitude.

c) os atos negociais são genéricos, abstratos e de efeitos gerais, que não se limitam entre as partes - Administração e administrado requerente.

d) os atos ordinatórios atuam também no âmbito interno das repartições, alcançando funcionários subordinados a outra chefia, assim como obrigam os particulares.

e) os atos negociais, embora unilaterais, encerram um conteúdo negocial, de interesse recíproco da Administração e do administrado, mas não adentram a esfera contratual.

57 - (FCC - 2012 - TJ-PE - Analista Judiciário-Contabilidade)

Em matéria de atributos do ato administrativo é certo que

a) a imperatividade está presente em todos os atos administrativos, salvo os normativos, e dependem da sua declaração de validade ou invalidade.

b) a presunção de veracidade e legitimidade não transfere, como consequência, o ônus da prova de invalidade do ato administrativo para quem a invoca.

c) a presunção de legitimidade autoriza a imediata execução ou operatividade dos atos administrativos, mesmo que arguidos de vícios ou defeitos que os levem à invalidade.

d) o reconhecimento da autoexecutoriedade do ato administrativo tornou-se mais abrangente em face da legislação constitucional, entretanto sua execução depende, em regra, de ordem judicial.

e) a exequibilidade e a operatividade não possibilitam que o ato administrativo seja posto imediatamente em execução, porque sempre exigem autorização superior ou algum ato complementar.

58 - (FCC - 2012 - TJ-PE - Analista Judiciário - Análise de Sistemas Princípios da Administração Pública)

Análise sob o tema dos princípios da Administração Pública:

I. Ato administrativo negocial pelo qual o Poder Público acerta com o particular a realização de determinado empreendimento ou a abstenção de certa conduta, no interesse recíproco da Administração.

II. Atos enunciativos ou declaratórios de uma situação anterior criada por lei. Nesse caso, não cria um direito, mas reconhece a existência de um direito criado por norma legal.

Esses atos administrativos são denominados, respectivamente,

- a) protocolo administrativo e apostilas.
- b) apostila e portarias.

- c) homologação e ordens de serviço.
- d) protocolo administrativo e provimentos.
- e) autorização e concessões.

59 - (FCC - 2012 - TCE-AP - Analista de Controle Externo - Meio Ambiente)

Em relação a seus próprios atos, a Administração

- a) pode anular os atos eivados de vício de legalidade, a qualquer tempo, vedada a repercussão patrimonial para período anterior à anulação.
- b) pode anulá-los, apenas quando eivados de vício quanto à competência e revogá-los quando identificado desvio de poder ou de finalidade.
- c) pode anulá-los, por razões de conveniência e oportunidade, observado o prazo prescricional.
- d) não pode anular os atos que gerem direitos para terceiros, exceto se comprovado fato superveniente ou circunstância não conhecida no momento de sua edição.
- e) pode revogá-los, por razões de conveniência e oportunidade, preservados os direitos adquiridos.

60 - (FCC - 2012 - TCE-AP - Analista de Controle Externo - Controle Externo - Orçamento e Finanças)

Os atos administrativos podem ser

- a) vinculados, quando a competência para a sua edição é privativa de determinada autoridade e não passível de delegação.
- b) discricionários, quando a lei estabelece margem de decisão para a autoridade de acordo com critérios de conveniência e oportunidade.
- c) vinculados, assim entendidos os que devem ser editados quando presentes os requisitos legais e de acordo com juízo de conveniência e oportunidade.
- d) discricionários, quando, embora o objeto e requisitos para edição sejam pré-estabelecidos em lei, a edição ou não depende do juízo de mérito da administração
- e) vinculados, quando o objeto, competência e finalidade são definidos em lei, restando à autoridade apenas o juízo de conveniência quanto à sua edição no caso concreto.

61 - (FCC - 2012 - TCE-AP - Analista de Controle Externo - Controle Externo - Orçamento e Finanças)

Em relação a seus próprios atos, a Administração

- a) pode anular os atos eivados de vício de legalidade, a qualquer tempo, vedada a repercussão patrimonial para período anterior à anulação.
- b) pode anulá-los, apenas quando eivados de vício quanto à competência e revogá-los quando identificado desvio de poder ou de finalidade.
- c) pode anulá-los, por razões de conveniência e oportunidade, observado o prazo prescricional.
- d) não pode anular os atos que gerem direitos para terceiros, exceto se comprovado fato superveniente ou circunstância não conhecida no momento de sua edição.
- e) pode revogá-los, por razões de conveniência e oportunidade, preservados os direitos adquiridos.

62 - (FCC - 2012 - TCE-AP - Técnico de Controle Externo)

O denominado “mérito” do ato administrativo discricionário corresponde

- a) ao espaço de liberdade de ação da Administração, no que diz respeito à motivação, finalidade e competência para a prática do ato.
- b) à análise de adequação do ato com os requisitos de validade previstos em lei.
- c) à avaliação de eficácia e efetividade da ação da Administração em face da situação concreta.
- d) às razões de conveniência e oportunidade levadas em conta pela Administração para a sua edição.
- e) aos aspectos passíveis de controle pelo Poder Judiciário, que pode anular o ato que não atenda à conveniência administrativa.

63 - (FCC - 2012 - TJ-PE - Oficial de Justiça - Judiciária e Administrativa Atos Administrativos)

No que se refere aos poderes administrativo, discricionário e vinculado, é INCORRETO afirmar:

- a) Mesmo quanto aos elementos discricionários do ato administrativo há limitações impostas pelos princípios gerais de direito e pelas regras de boa administração.
- b) A discricionariedade é sempre relativa e parcial, porque, quanto à competência, à forma e à finalidade do ato, a autoridade está subordinada ao que a lei dispõe.
- c) Poder vinculado é aquele que o Direito Positivo – a Lei – confere à Administração Pública para a prática de ato de sua competência, determinando os elementos e requisitos necessários à sua formalização, mas lembrando a dificuldade de se encontrar um ato administrativo inteiramente vinculado.
- d) A atividade discricionária encontra plena justificativa na impossibilidade de o legislador catalogar na lei todos os atos que a prática administrativa exige.
- e) Na categoria dos atos administrativos vinculados, a liberdade de ação do administrador é ampla, visto que não há necessidade de se ater à enumeração minuciosa do Direito Positivo para realizá-la.

64 - (FCC - 2012 - TJ-PE - Oficial de Justiça - Judiciária e Administrativa)

Analise em conformidade com a classificação dos atos administrativos:

- I. Atos de rotina interna sem caráter decisório, sem caráter vinculante e sem forma especial, geralmente praticados por servidores subalternos, sem competência decisória. Destinam-se a dar andamento aos processos que tramitam pelas repartições públicas.
- II. Atos que se dirigem a destinatários certos, criando-lhes situação jurídica particular, podendo abranger um ou vários sujeitos, desde que sejam individualizados.
- III. Atos que alcançam os administrados, os contratantes e, em certos casos, os próprios servidores provendo sobre seus direitos, obrigações, negócios ou conduta perante a Administração.

Tais situações dizem respeito, respectivamente, aos atos

- a) internos, de expediente e gerais.
- b) gerais, individuais ou especiais e de expediente.
- c) de expediente, individuais ou especiais e externos ou de efeitos externos.
- d) de gestão, externos ou de efeitos externos e individuais.
- e) de expediente, gerais e internos.

65 - (FCC - 2012 - TCE-AP - Analista de Controle Externo - Controle Externo)

A Administração promoveu determinado servidor, constando, a posteriori, que não estavam presentes, no caso concreto, os requisitos legais para a promoção. Diante desse cenário, o ato

- a) somente poderá ser anulado pela via judicial, em face do ato jurídico perfeito e do direito adquirido do servidor.
- b) poderá ser anulado ou convalidado, de acordo com os critérios de conveniência e oportunidade, avaliando o interesse público envolvido.
- c) não poderá ser anulado ou revogado, uma vez que operada a preclusão, exceto se comprovar má-fé do servidor, que tenha concorrido para a prática do ato.
- d) deve ser anulado, desde que não decorrido o prazo decadencial previsto em lei.
- e) poderá ser revogado, se ficar entendido que a promoção não atende o interesse público, vedada, contudo, a cobrança retroativa de diferenças salariais percebidas pelo servidor.

66 - (FCC - 2012 - TJ-PE - Técnico Judiciário - Área Judiciária - e Administrativa)

No que diz respeito às espécies de atos administrativos, é correto afirmar que

- a) os atos negociais, embora unilaterais, encerram um conteúdo negocial, de interesse recíproco da Administração e do administrado, mas não adentram a esfera contratual.
- b) não há distinção entre o ato punitivo da Administração, apenando o ilícito administrativo e o ato punitivo do Estado, que apena o ilícito criminal, visto que ambos têm a natureza de ilicitude.
- c) os atos negociais são genéricos, abstratos e de efeitos gerais, que não se limitam entre as partes - Administração e administrado requerente.
- d) os atos ordinatórios atuam também no âmbito interno das repartições, alcançando funcionários subordinados a outra chefia, assim como obrigam os particulares.
- e) nos atos ordinatórios, além de sua função ordinatória, observa-se que eles criam, normalmente, direitos e obrigações para os administrados, mas não geram deveres para os agentes administrativos a que se dirigem.

67 - (FCC - 2012 - TJ-PE - Técnico Judiciário - Área Judiciária - e Administrativa)

Quanto a invalidação dos atos administrativos consistentes em sua revogação e anulação, é certo que a

- a) revogação e a anulação que, embora constituam meios de invalidação dos atos administrativos, se confundem e se empregam indistintamente.
- b) faculdade de invalidação dos atos administrativos pela própria Administração é bem mais ampla do que se

concede à Justiça Comum, porque esta só pode desfazer seus atos quando ilegais.

c) anulação é a declaração de invalidade de um ato administrativo legítimo e eficaz, enquanto que pela revogação se invalida um ato ilegítimo ou ilegal.

d) faculdade de revogar o ato administrativo só pode ser executada a pedido, e por autoridade superior, nunca pelo mesmo agente que o praticou.

e) anulação de um ato administrativo é exclusividade do Poder Judiciário, devendo, de regra, ser levado à sua apreciação por meios procedimentais

68 - (FCC - 2012 - TRT - 11ª Região (AM) - Analista Judiciário - Área Judiciária)

Considere as seguintes assertivas concernentes ao tema discricionariedade e vinculação dos atos administrativos:

I. A fonte da discricionariedade é a própria lei; aquela só existe nos espaços deixados por esta.

II. No poder vinculado, o particular não tem direito subjetivo de exigir da autoridade a edição de determinado ato administrativo.

III. A discricionariedade nunca é total, já que alguns aspectos são sempre vinculados à lei.

IV. Na discricionariedade, a Administração Pública não tem possibilidade de escolher entre atuar ou não.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, II e III.
- b) I e III.
- c) I e IV.
- d) II, III e IV.
- e) II e IV.

69 - (FCC - 2012 - TRT - 11ª Região (AM) - Analista Judiciário - Área Administrativa)

O motivo do ato administrativo

- a) não interfere na sua validade.
- b) pode ser vinculado.
- c) quando viciado, permite a sua convalidação.
- d) se inexistente, acarreta a sua revogação.
- e) é a exposição dos fatos e do direito que serviram de fundamento para a prática do ato.

70 - (FCC - 2012 - TRT - 11ª Região (AM) - Técnico Judiciário - Área Administrativa)

Determinado administrador público desapropriou certo imóvel residencial com o propósito de perseguir o expropriado, seu inimigo político. Não obstante o vício narrado, a Administração Pública decide convalidar o ato administrativo praticado (desapropriação) com efeitos retroativos. Sobre o fato, é correto afirmar que:

a) Será possível a convalidação, a fim de ser aproveitado o ato administrativo praticado, sanando-se, assim, o vício existente.

- b) Não será possível a convalidação, sendo ilegal o ato praticado, por conter vício de finalidade.
- c) Não será possível a convalidação, sendo ilegal o ato praticado, por conter vício de forma.
- d) Será possível a convalidação, no entanto, ela deverá ter efeitos ex nunc e, não, ex tunc.
- e) Não será possível a convalidação, sendo ilegal o ato praticado, por conter vício de objeto.

GABARITO					
Questão	Resposta	Questão	Resposta	Questão	Resposta
1	C	25	B	49	E
2	C	26	E	50	B
3	C	27	C	51	C
4	E	28	C	52	A
5	C	29	C	53	A
6	A	30	E	54	A
7	C	31	X	55	A
8	B	32	E	56	E
9	C	33	A	57	C
10	E	34	C	58	A
11	E	35	A	59	E
12	E	36	C	60	B
13	D	37	B	61	E
14	C	38	C	62	D
15	B	39	E	63	E
16	E	40	C	64	C
17	D	41	B	65	D
18	D	42	C	66	A
19	A	43	A	67	B
20	B	44	B	68	B
21	A	45	D	69	B
22	E	46	D	70	B
23	D	47	B		
24	C	48	E		

Responsabilidade Civil do Estado

1 - (CESPE - 2012 - Câmara dos Deputados - Analista - Técnico em Material e Patrimônio)

Com relação à responsabilidade civil da administração, julgue os próximos itens.

O fato de um detento morrer em estabelecimento prisional devido a negligência de agentes penitenciários configurará hipótese de responsabilização objetiva do Estado.

2 - (CESPE - 2012 - Câmara dos Deputados - Analista - Técnico em Material e Patrimônio)

As entidades de direito privado prestadoras de serviço público respondem objetivamente pelos prejuízos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.

3 - (CEPERJ - 2012 - PROCON-RJ - Advogado)

Agente do Estado W realiza fiscalização que redunde em penalidades administrativas para a empresa Teco e tal Ltda. Posteriormente, verifica-se que os atos administrativos não tinham fundamento legal e que decorreram de animosidade pessoal com o proprietário do estabelecimento em virtude de conflito amoroso. Diante dessa situação emerge a responsabilidade:

- a) subjetiva do agente e objetiva do Estado W
- b) subjetiva do agente e imunidade do Estado W
- c) objetiva do Estado W e objetiva do agente
- d) subjetiva do Estado W e imunidade do agente
- e) subjetiva do agente e subjetiva do Estado W

4 - (FCC - 2012 - TJ-GO - Juiz)

O regime publicístico de responsabilidade objetiva, instituído pelo art. 37, § 6º da Constituição Federal NÃO é aplicável

- a) a pessoas jurídicas privadas que atuem como parceiras privadas no âmbito das Parcerias-Público-Privadas (PPPs).
- b) a pessoas jurídicas privadas que atuem como concessionárias de serviço público.
- c) aos danos causados por particular que exerça atividade econômica em sentido estrito, sob fiscalização da Administração Pública.
- d) aos danos decorrentes de atos notariais e de registros praticados por particulares, mediante delegação estatal.
- e) aos danos causados pela atuação de entidades da Administração Indireta que tenham personalidade jurídica de direito privado.

5 - (TRT 15R - 2012 - TRT - 15ª Região - Juiz)

Assinale a alternativa correta:

- a) Os bens públicos nunca podem ser alienados.
- b) A responsabilidade civil do Estado é objetiva, tendo a Constituição Federal Brasileira adotado a teoria do risco integral.

c) São atributos do ato administrativo: presunção de legitimidade, imperatividade e autoexecutoriedade.

d) A ação de mandado de segurança somente pode ser ajuizada contra ilegalidade ou abuso de poder praticado por autoridade pública.

e) Tratando-se de ato discricionário, a validade do ato administrativo não fica vinculada à motivação que lhe fora dada.

6 - (FCC - 2012 - TRT - 6ª Região (PE) - Técnico Judiciário - Área Administrativa)

Durante a execução de serviços de reparo e manutenção nas instalações de gás, por empresa pública responsável pela prestação do serviço público de fornecimento, houve pequena explosão, ocasionando o arremesso de peças e materiais pesados a distância significativa, causando danos materiais a particulares que estavam próximos ao local. Nesse caso, a empresa

- a) responde subjetivamente pelos danos causados, cabendo aos particulares a prova de culpa dos agentes que executavam o serviço para fazer jus à indenização.
- b) responde objetivamente pelos danos materiais causados aos particulares, desde que demonstrado o nexo de causalidade, não sendo necessária a comprovação de culpa dos agentes.
- c) responde subjetivamente pelos danos causados, independentemente de prova de culpa dos agentes que executavam o serviço no momento da explosão.
- d) não responde pelos danos causados, devendo os danos serem cobrados diretamente dos agentes responsáveis pela execução dos serviços.
- e) responde objetivamente pelos danos materiais causados aos particulares, desde que demonstrada a culpa dos agentes responsáveis pela execução do serviço, não sendo necessária demonstração do nexo de causalidade.

7 - (PC-SP - 2011 - PC-SP - Delegado de Polícia)

A responsabilidade civil do policial decorre

- a) da prática de dano por erro determinado por terceiro
- b) da prática de ofensas verbais ou físicas contra servidores ou particulares
- c) apenas da prática de crime funcional de que resulte prejuízo para a Fazenda Pública.
- d) de omissão antijurídica cometida em obediência a ordem superior
- e) de procedimento doloso ou culposos que importe prejuízo à Fazenda Pública ou a terceiros

8 - (FCC - 2012 - TRT - 6ª Região (PE) - Analista Judiciário - Execução de Mandados)

De acordo com o ordenamento jurídico brasileiro, a responsabilidade civil do Estado depende necessariamente

- a) da comprovação de conduta comissiva dolosa ou omissiva culposa do agente público.
- b) do nexo de causalidade entre a ação ou omissão de seus agentes e o dano causado a terceiros.
- c) da prévia condenação do agente público em procedimento disciplinar.

- d) da comprovação da falha na prestação do serviço ou conduta dolosa do agente público.
- e) da omissão de agente público, consubstanciada na negligência na prestação do serviço.

9 - (MPE-GO - 2012 - MPE-GO - Promotor de Justiça)

Em tema de responsabilidade civil do Estado é correto afirmar que:

- a) a morte de detento por colegas de carceragem deve ser reparada pelo Estado em razão do dever constitucional de guarda, exonerando-se a Administração da obrigação de indenizar na hipótese de restar inequivocamente demonstrada a ausência de culpa dos agentes carcerários.
- b) A responsabilidade civil do Estado funda-se no risco administrativo, decorrendo, daí a responsabilidade objetiva, que não pode ser invocada em caso de licitude da ação administrativa.
- c) Fundada na teoria do risco integral ou do risco social, a Constituição da República, art. 37, § 6º, averbou que as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.
- d) Tratando-se de ato omissivo do poder público, a responsabilidade civil por tal ato converte-se em subjetiva, pelo que exige dolo ou culpa, esta numa de suas três vertentes, a negligência, a imperícia ou a imprudência, não sendo, entretanto, necessário individualizá-la, dado que pode ser atribuída ao serviço público, de forma genérica, a falta do serviço.

10 - (TRT 21R (RN) - 2012 - TRT - 21ª Região (RN) - Juiz - 1ª Parte)

A respeito da responsabilidade civil da administração pública, é correto afirmar:

- a) a administração tem o dever de reparar os danos ocasionados a terceiros, ainda que no exercício regular da atividade administrativa, devendo, todavia, esperar a citação em ação de indenização por danos, promovida pelo ofendido, para promover a reparação integral ou obter conciliação judicial, sendo-lhe defeso, por seus próprios meios, reparar o dano no âmbito administrativo;
- b) a necessidade de determinação judicial para a reparação do dano causado a terceiros justifica-se pela necessidade de certeza, liquidez e arbitramento judicial do valor da indenização, com vistas a possibilitar que a administração pública ingresse com ação regressiva contra o servidor ou agente público causador do dano;
- c) proposta a ação de indenização por danos contra o agente público, não é o caso de sua extinção por ilegitimidade passiva, mas de chamamento à lide da pessoa jurídica de direito público;
- d) o Supremo Tribunal Federal firmou sua jurisprudência no sentido de que a ação de indenização por danos deve ser proposta contra a pessoa jurídica e não contra o agente público, não sendo admitido o litisconsórcio;
- e) o parágrafo 6º do art. 37 da Constituição Federal estabelece a responsabilidade objetiva, por danos causados a terceiros, das pessoas jurídicas de direito público e das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços

e que exercem atividades delegadas do Estado de intervenção no domínio econômico.

11 - (FMP-RS - 2012 - PGE-AC - Procurador)

No tocante à responsabilidade do Estado, considere a seguinte situação. Num jogo decisivo do campeonato, digladiaram-se, com grande rivalidade, os times do Rio Branco e do Juventus. Os dirigentes advertiram as autoridades militares de que a Arena da Floresta poderia ser palco de consideráveis tumultos. Na ocasião, com o estádio lotado pelas torcidas estrelada e tetracolor, foi montado um sistema especial de segurança no estádio e arredores. Na Rua Baguary, a um quilômetro da entrada, dois grupos de torcedores que haviam trocado ameaças numa rede social confrontaram-se violentamente. Na ocasião, o PM Y, que não estava em serviço, sacou uma faca e feriu X que julgava ter furtado o seu rádio. Marque alternativa CORRETA.

- a) Há curso causal hipotético (nexo causal), pois, mesmo fora do serviço, o policial sempre age em nome do Estado.
- b) Não há curso causal hipotético (nexo causal), pois o policial agia por razões pessoais e não como agente.
- c) Era hipótese de legítima defesa do patrimônio, que exclui a ilicitude, não sendo imputável a responsabilidade nem ao Estado, nem ao PM Y.
- d) Houve omissão e funcionamento anormal do serviço, pois em casos de movimentos multitudinários a responsabilidade é do Estado.

12 - (CESPE - 2012 - MPE-PI - Analista Ministerial - Área Administrativa - Cargo 1)

A regra da responsabilidade civil objetiva do Estado se aplica tanto às entidades de direito privado que prestam serviço público como às entidades da administração indireta que executem atividade econômica de natureza privada

13 - (CESPE - 2012 - MPE-PI - Analista Ministerial - Área Administrativa - Cargo 1 Controle da Administração Pública)

O Poder Judiciário pode examinar os atos da administração pública de qualquer natureza, mas sempre a posteriori, ou seja, depois que tais atos forem produzidos e ingressarem no mundo jurídico.

14 - (CESPE - 2012 - TC-DF - Auditor de Controle Externo)

A responsabilidade do Estado por danos causados por fenômenos da natureza é do tipo subjetiva

15 - (CESPE - 2012 - TC-DF - Auditor de Controle Externo)

Incidirá a responsabilidade civil objetiva do Estado quando, em processo judicial, o juiz, dolosamente, retardar providência requerida pela parte.

16 - (CESPE - 2012 - PC-CE - Inspetor de Polícia - Civil)

As empresas públicas e as sociedades de economia mista que exploram atividade econômica respondem pelos danos que seus agentes causarem a terceiros conforme as mesmas regras aplicadas à demais pessoas jurídicas de direito privado.

17 - (CESPE - 2012 - PC-CE - Inspetor de Polícia - Civil)

A responsabilidade civil do Estado exige três requisitos para a sua configuração: ação atribuível ao Estado, dano causado a terceiros e nexo de causalidade

18 - (FCC - 2012 - TRE-SP - Analista Judiciário - Área Judiciária)

De acordo com a Constituição Federal brasileira, as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviço público respondem pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros. Isso significa que a responsabilidade extracontratual do Estado

- a) independe da comprovação de dolo ou culpa do agente, bastando a comprovação do nexo de causalidade entre a ação do agente público e o dano e a ausência de condições excludentes.
- b) depende da comprovação do dolo ou culpa do agente público, caracterizadora da falha na prestação do serviço público.
- c) independe da comprovação de dolo ou culpa do agente, o qual responde pelos danos causados perante os terceiros, podendo exercer direito de regresso em face da Administração na hipótese de causas excludentes da ilicitude da sua conduta.
- d) é de natureza objetiva, sendo afastada quando comprovada a culpa ou dolo exclusivo do agente que, em tal hipótese, responde diretamente perante o particular.
- e) é de natureza subjetiva, condicionada à comprovação de culpa exclusiva do agente público.

19 - (FCC - 2012 - TRE-SP - Técnico Judiciário - Área Administrativa)

Determinado cidadão sofreu danos em função de atendimento deficiente em unidade hospitalar pública. A responsabilidade civil da Administração pelos danos em questão

- a) é de natureza subjetiva, dependendo da comprovação de dolo ou culpa dos agentes.
- b) é de natureza objetiva, cabendo direito de regresso em face dos agentes responsáveis, no caso de dolo ou culpa.
- c) é de natureza subjetiva, demandando a comprovação da falha na prestação do serviço e culpa de agente público.
- d) é afastada, caso comprovado dolo ou culpa exclusiva do agente público.
- e) independe de comprovação de dolo ou culpa do agente e do nexo de causalidade entre o evento e o dano.

20 - (FCC - 2012 - TRF - 2ª REGIÃO - Técnico Judiciário - Área Administrativa / Responsabilidade Civil do Estado)

Em decorrência das responsabilidades do servidor público, as sanções

a) civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

b) civis e administrativas, por serem independentes entre si, não poderão cumular-se.

c) administrativas e penais, por serem dependentes entre si, poderão cumular-se em qualquer situação.

d) administrativas, civis e penais não poderão cumular-se, eis que são dependentes.

e) de qualquer natureza, por serem dependentes umas das outras, e havendo identidade de provas, podem ser cumulativas.

21 - (FUNCAB - 2012 - MPE-RO - Analista - Processual)

Sobre a responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta.

- a) Depende da demonstração do nexo de causalidade entre o ato de nomeação do servidor e os danos que este gerou.
- b) Possui como requisito a demonstração da culpa do ente público que será responsabilizado.
- c) É objetiva por atos do servidor, o qual pode ser responsabilizado em regresso se demonstrada ao menos sua culpa.
- d) O Estado é solidariamente responsável por ato danoso praticado por concessionária de serviço público.
- e) Pode decorrer de culpa de terceiro, de caso fortuito ou de força maior

22 - (FCC - 2012 - INSS - Perito Médico Previdenciário)

A responsabilidade civil do Estado encontra fundamento na Constituição Federal, aplicando-se sob a modalidade

- a) subjetiva quando se tratar da prática de atos lícitos e objetiva quando se trata de atos ilícitos.
- b) subjetiva, tanto para atos comissivos, quanto para atos omissivos.
- c) objetiva para atos comissivos, ainda que lícitos.
- d) subjetiva para atos comissivos dolosos, praticados por agentes públicos.
- e) objetiva quando se tratar de danos causados a terceiros, excluída qualquer responsabilização para a prática de atos omissivos.

23 - (CONSULPLAN - 2012 - TSE - Analista Judiciário - Área Judiciária)

No que tange à responsabilidade civil do Estado, o STF (Supremo Tribunal Federal) afirma que o art. 37, parágrafo 6º da CF consagra uma dupla garantia. Essa dupla garantia consiste em

- a) o particular poder mover ação indenizatória contra o agente causador do dano e a pessoa jurídica à qual o causador do dano se vincula em litisconsórcio.
- b) o agente causador do dano apenas responder à ação de regresso após a pessoa jurídica ter sido condenada a indenizar o lesado.
- c) ser possível debater em uma mesma ação judicial a responsabilidade objetiva da pessoa jurídica e a subjetiva do agente causador do dano.

d) ser possível ao particular escolher contra quem moverá a ação indenizatória, contra a pessoa jurídica ou contra o agente causador do dano.

24 - (CONSULPLAN - 2012 - TSE - Técnico Judiciário - Área Administrativa)

Em relação a responsabilidade por atos de concessionárias de serviços públicos que causem dano a terceiros, o Brasil adota a teoria do(a)

- a) risco integral.
- b) risco administrativo.
- c) culpa anônima.
- d) responsabilidade com culpa civil.

25 - (CONSULPLAN - 2012 - TSE - Técnico Judiciário - Área Administrativa)

O Estado responderá pelos danos que os seus agentes causarem

- a) somente quando estiverem no exercício de suas funções.
- b) quando estiverem no exercício de suas funções ou quando se utilizarem de suas funções para causar o dano.
- c) no exercício de suas funções ou fora de suas funções ainda que o dano seja causado em uma atividade particular.
- d) somente quando o agente atuar com dolo ou culpa.

26 - (FGV - 2012 - OAB - Exame de Ordem Unificado)

Ambulância do Corpo de Bombeiros envolveu-se em acidente de trânsito com automóvel dirigido por particular, que trafegava na mão contrária de direção. No acidente, o motorista do automóvel sofreu grave lesão, comprometendo a mobilidade de um dos membros superiores. Nesse caso, é correto afirmar que

- a) existe responsabilidade objetiva do Estado em decorrência da prática de ato ilícito, pois há nexo causal entre o dano sofrido pelo particular e a conduta do agente público.
- b) não haverá o dever de indenizar se ficar configurada a culpa exclusiva da vítima, que dirigia na contramão, excluindo a responsabilidade do Estado.
- c) não se cogita de responsabilidade objetiva do Estado porque não houve a chamada culpa ou falha do serviço. E, de todo modo, a indenização do particular, se cabível, ficaria restrita aos danos materiais, pois o Estado não responde por danos morais.
- d) está plenamente caracterizada a responsabilidade civil do Estado, que se fundamenta na teoria do risco integral.

27 - (FCC - 2012 - TRE-PR - Analista Judiciário - Área Judiciária)

Durante uma perseguição a suspeitos, uma viatura policial estadual avançou o sinal vermelho e colidiu com outro veículo, particular, causando danos de grande monta e também lesões corporais nos integrantes do veículo. Nessa hipótese, com base na Constituição Federal e com as informações constantes deste preâmbulo, o Estado

a) responde apenas subjetivamente, desde que haja culpa do agente público, uma vez que este estava no regular desempenho de sua função.

b) responde subjetivamente pelos danos sofridos pelos particulares, desde que reste comprovada negligência do condutor da viatura.

c) responde objetivamente pelos danos sofridos pelos particulares, cabendo direito de regresso contra o condutor da viatura na hipótese de ser comprovada culpa ou dolo.

d) responde subjetivamente, caso seja demonstrado o nexo de causalidade, e o servidor responde objetivamente pelos danos causados.

e) e o servidor respondem objetivamente, uma vez que avançar sinal vermelho significa negligência de natureza gravíssima.

28 - (FCC - 2012 - TJ-PE - Analista Judiciário - Análise de Sistemas)

No que se refere à responsabilidade da Administração Pública, é certo que

a) a doutrina moderna, distinguindo atos de jus imperii e de jus gestionis, admite responsabilidade objetiva da Administração somente quando o dano resulta de atos de gestão, excluindo-se os atos de império.

b) o ato legislativo típico, a exemplo da lei ordinária, em qualquer situação, que cause prejuízo ao particular, é indenizável objetivamente pela Administração Pública.

c) o ato judicial típico, lesivo, não enseja responsabilidade civil por parte da Administração Pública e nem por parte do juiz individualmente, em qualquer hipótese.

d) o dano causado por agentes da Administração Pública por atos de terceiros ou por fenômenos da natureza, também são indenizáveis objetivamente pela Administração.

e) os atos administrativos praticados por órgãos do Poder Legislativo e Judiciário, equiparam-se aos demais atos da Administração e, se lesivos, empenham a responsabilidade objetiva da Fazenda Pública.

29 - (FCC - 2012 - TCE-AP - Analista de Controle Externo - Controle Externo)

Paciente internado em hospital público estadual sofreu lesão ocasionada por conduta negligente de funcionário público que lhe prestou atendimento médico, resultando na sua incapacitação permanente para o trabalho. Diante dessas circunstâncias, o Estado, com base no disposto no artigo 37, § 6º da Constituição Federal,

a) poderá ser responsabilizado pelos danos sofridos pelo paciente somente após a condenação do funcionário público em processo disciplinar.

b) está obrigado a reparar o dano, podendo exercer o direito de regresso em face do funcionário desde que comprovada a atuação culposa do mesmo.

c) está obrigado, exclusivamente, a compensar o paciente pela incapacitação sofrida, com a concessão de benefício previdenciário por invalidez.

d) somente estará obrigado a reparar o dano se comprovada, em processo judicial, a conduta culposa do funcionário e o nexo de causalidade com o dano sofrido.

e) está obrigado a reparar o dano apenas se comprovada culpa grave ou conduta dolosa do funcionário, em processo administrativo instaurado para esse fim específico.

GABARITO			
Questão	Resposta	Questão	Resposta
1	C	16	C
2	C	17	C
3	A	18	A
4	C	19	B
5	C	20	A
6	B	21	C
7	E	22	C
8	B	23	B
9	D	24	B
10	D	25	B
11	B	26	B
12	E	27	C
13	E	28	E
14	C	29	B
15	E		

Controle Administrativo

1 - (TRT 15R - 2012 - TRT - 15ª Região - Juiz Controle da Administração Pública)

Tratando-se de controle de legalidade do ato administrativo é correto afirmar:

- a) A ação civil pública pode ser ajuizada pelo Ministério Público, pela União, pelos Estados e Municípios, por autarquias, empresa pública, sociedade de economia mista, fundação e associação.
- b) O inquérito civil público pode ser instaurado pelo Ministério Público, pela União, pelos Estados e Municípios.
- c) O termo de ajustamento de conduta somente pode ser celebrado pelo Ministério Público.
- d) O pedido de arquivamento de inquérito civil público depende de homologação do Juiz que, se entender que não é caso de arquivamento, remeterá os autos ao Procurador Geral de Justiça que poderá designar outro representante do Ministério Público, para ajuizar a ação civil pública.
- e) A instauração do inquérito civil público é imprescindível para o ajuizamento da ação civil pública.

2 - (CESPE - 2012 - TJ-CE - Juiz)

Com relação ao controle da administração pública, assinale a opção correta.

- a) O Poder Legislativo exerce controle político e financeiro sobre os atos do Poder Executivo, mas, com relação ao Poder Judiciário, o controle que exerce cinge-se a aspectos de natureza financeira e orçamentária.
- b) O controle administrativo é exercido apenas no âmbito do Poder Executivo, por iniciativa da própria administração, para o fim de confirmar, rever ou alterar condutas internas, haja vista aspectos de legalidade ou de conveniência.
- c) Não se admite, sob qualquer pretexto, que o Poder Judiciário exerça controle sobre os atos exclusivamente políticos ou os atos de governo.
- d) O controle dos órgãos da administração direta sobre as entidades da administração indireta consiste em um controle externo que só pode ser exercido nos limites estabelecidos em lei, sob pena de ofensa à autonomia assegurada por lei a essas entidades.
- e) Como entes federativos que não guardam relação de subordinação com a União, os estados, o DF e os municípios dispõem de autonomia para estabelecer suas próprias normas sobre fiscalização contábil, financeira e orçamentária e sobre a organização e funcionamento de suas cortes de contas.

3 - (MPE-SC - 2012 - MPE-SC - Promotor de Justiça - Manhã Controle da Administração Pública)

I – No Brasil é adotado o sistema anglo-americano de unidade de jurisdição para o controle jurisdicional da Administração Pública.

II – Nos termos do artigo 5º, inciso II da Constituição Federal (“ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”), para a

Administração Pública existe plena liberdade de ação, desde que não vedada em lei.

III – A distribuição de competências administrativas decisórias, internamente na mesma pessoa jurídica pública, mantendo-se a união hierárquica, denomina-se desconcentração.

IV – A atividade discricionária da Administração Pública caracteriza-se por um poder de escolha entre soluções diversas, todas igualmente válidas para o ordenamento. Este juízo de conveniência e oportunidade corresponde à noção de mérito administrativo.

V – Segundo a “teoria dos motivos determinantes”, os motivos apresentados pelo agente público para justificar o ato administrativo vinculam sua atividade e o condicionam à sua própria validade.

- a) Apenas as assertivas II, III, IV e V estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I, II, IV e V estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I, III, IV e V estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I, II, III e IV estão corretas.
- e) Todas as assertivas estão corretas.

4 - (FCC - 2012 - TRT - 6ª Região (PE) - Analista Judiciário - Execução de Mandados)

Um dos instrumentos existentes para o exercício do controle judicial da atividade administrativa é a ação popular, sendo correto afirmar que

- a) determina a integração obrigatória, no polo passivo da lide, da pessoa jurídica de direito público da qual emanou o ato impugnado
- b) determina a integração obrigatória, no polo ativo da lide, da pessoa de direito público da qual emanou o ato impugnado.
- c) pressupõe a comprovação da lesão ao patrimônio público, não sendo suficiente a lesão à moralidade administrativa.
- d) somente pode ser intentada por cidadão no gozo dos direitos políticos.
- e) pode ser intentada por qualquer cidadão brasileiro, nato ou naturalizado, e pelo Ministério Público.

5 - (CESPE - 2012 - TJ-PI - Juiz)

A respeito do controle da administração e da prescrição na administração pública federal, assinale a opção correta.

- a) As normas a respeito de fiscalização contábil, financeira e orçamentária previstas na CF aplicam-se à esfera federal, mas não aos estados, ao DF e aos municípios, pois estes podem, no exercício de sua autonomia político-legislativa, estabelecer normas próprias acerca da organização das suas cortes de contas.
- b) A legislação estabelece prazo peremptório de dez anos para a administração pública anular seus próprios atos quando deles decorram efeitos favoráveis para os administrados.

c) A ação punitiva da administração pública, no exercício do poder de polícia, com o propósito de apurar infração à legislação, prescreve em cinco anos.

d) O Poder Legislativo exerce controle político sobre os atos ligados à função administrativa e de organização do Poder Executivo, mas não sobre os atos praticados no âmbito do Poder Judiciário.

e) O controle judicial sobre os atos da administração, além de ser exclusivamente de legalidade, é sempre a posteriori, pois o Poder Judiciário somente pode atuar depois da produção desses atos e de seu ingresso no mundo jurídico.

6 - (CESPE - 2012 - MPE-PI - Analista Ministerial - Área Administrativa)

Com relação ao controle da administração pública e à responsabilidade civil do Estado, julgue os itens seguintes.

Considera-se controle administrativo aquele exercido pela administração pública sobre sua própria atuação, sob os aspectos de legalidade e mérito. Normalmente denominado de autotutela, esse é um poder que se exerce apenas por iniciativa própria.

7 - (CESPE - 2012 - MPE-PI - Analista Ministerial - Área Administrativa)

O Poder Judiciário pode examinar os atos da administração pública de qualquer natureza, mas sempre a posteriori, ou seja, depois que tais atos forem produzidos e ingressarem no mundo jurídico.

8 - (CONSULPLAN - 2012 - TSE - Analista Judiciário - Área Judiciária)

No que tange ao controle sobre as contas do Presidente da República, é correto afirmar que

a) compete ao TCU julgar as contas do Presidente da República e ao Congresso revisar esse julgamento.

b) ao TCU compete somente emitir parecer sobre as contas e ao Congresso Nacional compete julgar essas contas sem estar vinculado ao parecer.

c) ao TCU compete somente emitir parecer vinculante sobre as contas e ao Congresso Nacional compete julgar essas contas, somente podendo o parecer ser rejeitado por maioria qualificada de 2/3.

d) ao TCU compete somente emitir parecer sobre as contas e ao Senado compete julgar essas contas sem estar vinculado ao parecer.

9 - (CONSULPLAN - 2012 - TSE - Técnico Judiciário - Área Administrativa)

Em relação ao controle sobre a administração pública, é correto afirmar que

a) o judiciário pode anular ou revogar atos da administração pública.

b) com base na autotutela, a administração pública pode revogar atos ilegais ou anular os inconvenientes.

c) a anulação de um ato pela administração pública produz efeitos retroativos.

d) a revogação de um ato pela administração produz efeitos retroativos.

10 - (UEG - NÚCLEO - 2008 - PC-GO - Delegado de Polícia)

Acerca das atribuições dos tribunais de contas como órgãos de auxílio ao Poder Legislativo na função fiscalizadora da Administração Pública, é CORRETO afirmar:

a) o parecer prévio emitido pelos tribunais de contas vincula o Poder Legislativo quando do julgamento das contas.

b) pela natureza das atribuições dos tribunais de contas, eles não podem impedir a execução de ato administrativo da administração direta e indireta.

c) apreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal, na administração direta e indireta, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões; excetuam-se dessa apreciação as nomeações para cargo de provimento em comissão.

d) apreciar as contas prestadas anualmente pelo chefe do Executivo, mediante elaboração de parecer prévio, que deverá ser emitido em oitenta dias a contar de seu recebimento.

11 - (FCC - 2012 - TJ-PE - Analista Judiciário - Área Judiciária - e Administrativa)

Considere sob a ótica do controle da Administração Pública:

I. Pedidos que as partes dirigem à instância superior da própria Administração, proporcionando o reexame do ato inferior sob todos os seus aspectos.

II. Solicitação da parte dirigida à mesma autoridade que expediu o ato, para que o invalide ou o modifique nos termos da pretensão do requerente.

III. Oposição expressa a atos da Administração que afetem direitos ou interesses legítimos do Administrado.

Essas hipóteses dizem respeito, respectivamente,

a) à revisão do processo, ao recurso hierárquico e à representação administrativa.

b) ao recurso hierárquico, ao pedido de reconsideração e à reclamação administrativa.

c) à reclamação administrativa, ao pedido de reconsideração e à revisão do processo.

d) ao pedido de reconsideração, à reclamação administrativa e ao recurso hierárquico.

e) ao recurso hierárquico, à revisão do processo e à representação administrativa.

GABARITO			
Questão	Resposta	Questão	Resposta
1	A	7	E
2	D	8	B
3	C	9	C
4	D	10	C
5	C	11	B
6	E		

Bens Públicos

1 - (CEPERJ - 2012 - PROCON-RJ - Analista de Proteção e Defesa do Consumidor)

O Estado W pretende alienar bem do seu patrimônio para obtenção de receita a ser aplicada em atividades de assistência social. Quanto à alienação dos bens públicos, devem concorrer autorização legislativa e:

- a) avaliação, e ser o bem de uso especial
- b) licitação, e ser o bem de uso comum
- c) publicidade, e ser o bem de uso comum
- d) licitação, e ser o bem dominical
- e) avaliação, e ser o bem de uso comum.

2 - (CEPERJ - 2012 - PROCON-RJ - Analista de Proteção e Defesa do Consumidor)

Após inúmeros conflitos envolvendo o movimento dos sem-habituação urbana, o município W resolve pôr termo aos seus problemas fundiários, negociando a declaração de usucapião com autarquia federal proprietária de imóvel ocupado pelos cidadãos integrantes daquele movimento popular. Do ponto de vista jurídico, tal solução é:

- a) viável, vez que o instituto da usucapião permite a declaração de propriedade via judicial
- b) inviável, porque, no caso, se está diante de bens públicos que não são passíveis de aquisição por usucapião.
- c) viável porque, observando-se o interesse social e o direito constitucional à habitação digna, se realiza o primado fundamental da dignidade da pessoa.
- d) inviável porque haveria necessidade de autorização legislativa específica para permitir a usucapião de bens autárquicos
- e) viável, vez que os bens públicos também devem obedecer à premissa do uso adequado da propriedade, não podendo permanecer como dominicais sem utilidade.

3 - (CEPERJ - 2012 - PROCON-RJ - Analista de Proteção e Defesa do Consumidor)

O município Y pretende resolver problema criado pela falta de túmulos no cemitério local, de administração pública e situado em terreno da mesma natureza, ampliando a oferta de jazigos para acolher os munícipes nesse momento de perda. No que concerne à natureza, pode-se afirmar que os cemitérios públicos são bens de uso:

- a) comum
- b) especial
- c) dominical
- d) privado
- e) privativo

4 - (FCC - 2012 - TJ-GO - Juiz Bens Públicos)

A alienação de bens imóveis da Administração

- a) somente pode ser realizada em favor de outro órgão ou entidade da Administração Pública, em vista da indisponibilidade dos bens públicos.
- b) deve ser sempre realizada mediante licitação na modalidade concorrência, excetuados os casos de dispensa.

c) depende de autorização legislativa, quando se tratar de bem de empresa pública ou sociedade de economia mista.

d) não depende de licitação, quando se tratar de venda a outra entidade da Administração Pública, desde que seja entidade de maior abrangência.

e) depende de licitação, caso seja feita por meio de doação com encargo, exceto se houver interesse público devidamente justificado.

5 - (TRT 15R - 2012 - TRT - 15ª Região - Juiz)

Assinale a alternativa correta:

- a) Os bens públicos nunca podem ser alienados.
- b) A responsabilidade civil do Estado é objetiva, tendo a Constituição Federal Brasileira adotado a teoria do risco integral.
- c) São atributos do ato administrativo: presunção de legitimidade, imperatividade e autoexecutoriedade.
- d) A ação de mandado de segurança somente pode ser ajuizada contra ilegalidade ou abuso de poder praticado por autoridade pública.
- e) Tratando-se de ato discricionário, a validade do ato administrativo não fica vinculada à motivação que lhe for dada.

6 - (CESPE - 2012 - STJ - Analista Judiciário - Área Judiciária)

Os bens públicos, sejam eles de uso comum, de uso especial ou dominicais, são imprescritíveis, não sendo, pois, suscetíveis de usucapião.

7 - (VUNESP - 2012 - TJ-MG - Juiz)

Analise as afirmativas a seguir.

Os bens de uso comum do povo, desde que suscetíveis de valoração patrimonial e desafetados, podem ser alienados

PORQUE

tanto uma rua quanto uma praça, uma praia ou as margens de um rio navegável são suscetíveis de valoração patrimonial e de desafetação.

Assinale a alternativa correta.

- a) A primeira afirmativa é falsa e a segunda é verdadeira.
- b) A segunda afirmativa é falsa e a primeira é verdadeira
- c) As duas afirmativas são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.
- d) As duas afirmativas são verdadeiras, mas a segunda não justifica a primeira

8 - (CESPE - 2012 - TJ-CE - Juiz)

No que se refere à classificação e às formas de utilização dos bens públicos, ao tombamento e à servidão administrativa, assinale a opção correta.

a) A servidão administrativa, direito real que autoriza o poder público a usar propriedade alheia para permitir a execução de obras e serviços de interesse público, gera, como regra, a obrigação de indenizar o proprietário.

b) Uso especial é a forma de utilização de bens públicos por meio da qual o indivíduo se submete à incidência da obrigação de pagar pelo uso, podendo os bens de uso especial estar sujeitos a uso especial remunerado, possibilidade que não se estende aos bens de uso comum, em relação aos quais não se admite nenhuma forma de pagamento.

c) O fechamento de rua para a realização de festa comunitária caracteriza autorização de uso, ato pelo qual a administração consente, a título precário, que particulares se utilizem de bem público de modo privativo, atendendo primordialmente a seus próprios interesses.

d) Assim como ocorre na autorização de uso, na permissão de uso, o interesse que predomina é o privado, ainda que haja interesse público como pano de fundo.

e) O tombamento, forma de intervenção do Estado na propriedade privada, tem por objetivo a proteção do patrimônio histórico e artístico, podendo atingir bens móveis ou imóveis, materiais ou imateriais, mas não bens públicos.

9 - (MPE-SC - 2012 - MPE-SC - Promotor de Justiça)

I – Dotados de personalidade jurídica própria, os órgãos públicos são unidades de atuação da Administração Pública, composto por pessoas e meios materiais para realização de determinadas atribuições.

II – Os cargos em comissão destinam-se tão somente às atribuições de assessoramento, chefia e direção, a serem preenchidos por servidores de carreira, nos casos, percentuais e condições mínimas previstos em lei.

III – Como regra geral, a Fazenda Pública, quando parte em juízo, dispõe de prazo em dobro para contestar e em quádruplo para recorrer, salvo exceções previstas em leis específicas.

IV – Os bens públicos de uso especial não admitem utilização, ainda que parcial, de forma exclusiva por particulares.

V – Os recursos administrativos são um modo de controle interno da Administração Pública, todavia inexistem uniformidade em seus prazos de interposição, sendo estes estabelecidos por cada lei ou decreto regulador de determinada matéria.

a) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.

b) Apenas as assertivas II e V estão corretas.

c) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.

d) Apenas as assertivas I e V estão corretas.

e) Todas as assertivas estão corretas.

10 - (MPE-MG - 2012 - MPE-MG - Promotor de Justiça)

Assinale a assertiva CORRETA:

a) O principal marco normativo em relação ao tema responsabilidade extracontratual do poder público foi a

edição do Ato Institucional n. 5, de 13 de dezembro de 1968. Desde então, o Brasil vem adotando a teoria da culpa administrativa, mas admite, excepcionalmente, em hipóteses como a de dano nuclear, a aplicação da teoria da irresponsabilidade estatal.

b) A expressão “domínio eminente” do Estado refere-se à situação em que se verifica a sua imissão provisória na posse de um bem declarado de utilidade pública ou de interesse social.

c) Os bens materiais móveis - embora não sejam objeto de registro - podem ser tombados.

d) Segundo a doutrina administrativista, autorização de uso é o ato bilateral, vinculado e gratuito, por meio do qual a Administração Pública autoriza, a título definitivo, que o particular, comprovada sua hipossuficiência, utilize-se de bem público para fim exclusivo de sua moradia e de seus familiares.

11 - (MPE-MG - 2012 - MPE-MG - Promotor de Justiça)

Nos termos da legislação em vigor, assinale a alternativa CORRETA:

a) Bens reversíveis são aqueles que foram objeto de desapropriação pela União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e que anteriormente integravam o patrimônio de outro órgão ou entidade estatal ou paraestatal da administração direta, indireta ou fundacional.

b) Encampação consiste na estatização da empresa concessionária, após expirado o prazo da concessão, mediante prévia declaração de utilidade ou interesse público, através de decreto específico do poder concedente.

c) Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações; ou, ainda, por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade.

d) A tarifa do serviço público concedido será fixada pela proposta de menor preço apresentada no processo de licitação, sendo vedada sua diferenciação em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários.

12 - (MPT - 2012 - MPT - Procurador)

Marque a alternativa CORRETA:

a) O domínio eminente é o poder geral do Estado quanto a tudo que esteja nas suas linhas territoriais, em virtude da sua soberania. Inclui: bens públicos, privados e não sujeitos ao regime normal da propriedade, como o espaço aéreo.

b) O bem público afetado é o que está voltado para determinado fim público e a desafetação é o contrário, sendo que os bens de uso comum do povo jamais serão desafetados, por causa dessa tipologia que não pode ter sua finalidade alterada.

- c) Os bens de uso especial são os cemitérios públicos, repartições, museus, aeroportos, terras reservadas aos indígenas. Perdem essa configuração, caso estejam sendo alvo de utilização por particulares, sobretudo por delegação.
- d) Todas estão erradas.

13 - (FMP-RS - 2012 - PGE-AC - Procurador)

Conhecido empresário do ramo imobiliário, ao estabelecer um grande empreendimento imobiliário ao lado do Parque Ambiental Chico Mendes, invadiu área de 5 hectares do referido parque. Sob a perspectiva dos bens públicos e do Direito Administrativo, sem excluir outras consequências jurídicas, é CORRETO afirmar que:

- a) a construção é inferior à vigésima parte do do Parque Ambiental Chico Mendes e estando o empresário de boa-fé, este adquire a posse e a propriedade do bem mediante indenização a ser fixada pelo Judiciário, independente de autorização legislativa.
- b) o direito à moradia e a função social da propriedade pública autorizam medida voltada à alienação da área ao construtor, mediante prévia autorização legislativa e indenização equivalente ao valor da área.
- c) embora não seja possível a alienação de uma área pública, após o esbulho, mediante prévia autorização legislativa, somente é admissível a instituição de uma parceria público-privada entre a construtora e o Poder Público.
- d) os bens afetados ao domínio público são inalienáveis e não estão sujeitos a usucapião, de tal sorte, sequer está configurado um bem passível de posse, verificando-se esbulho e impondo-se a adoção das medidas cabíveis para a reintegração e reconstituição da parcela invadida do Parque Ambiental Chico Mendes.

14 - (CESPE - 2012 - TJ-PI - Juiz)

Acerca da classificação e da utilização de bens públicos, das limitações administrativas, do tombamento e da faixa de fronteira, assinale a opção correta.

- a) As limitações administrativas, como forma de restrição da propriedade privada, impõem ao Estado a obrigação de indenizar o proprietário pelo uso de imóvel particular.
- b) A autorização de uso é ato administrativo unilateral e discricionário pelo qual a administração consente, a título precário, que o particular utilize bem público, mas que não pode ser concedida de modo privativo.
- c) O tombamento pode ser voluntário ou compulsório, provisório ou definitivo, conforme a manifestação da vontade ou a eficácia do ato.
- d) São de domínio público e pertencentes à União as áreas localizadas na faixa de fronteira situada ao longo da linha terrestre demarcatória entre o território nacional e países estrangeiros, considerada fundamental para a defesa do território nacional.
- e) Consideram-se bens públicos apenas os que constituem o patrimônio da União, dos estados, do DF ou dos municípios, sendo eles objeto de direito pessoal ou real de cada uma das entidades federativas.

15 - (CESPE - 2012 - MPE-PI - Analista Ministerial - Área Administrativa -)

Os bens e interesses públicos não pertencem à administração, nem a seus agentes, pois visam beneficiar a própria coletividade.

16 - (CESPE - 2012 - MPE-PI - Analista Ministerial - Área Processual)

A alienação ou cessão de terras públicas, inclusive para fins de reforma agrária, submete-se à prévia aprovação do Congresso Nacional.

17 - (FCC - 2012 - TRE-SP - Analista Judiciário - Área Judiciária)

Os bens públicos podem ser classificados, de acordo com a sua destinação, como bens

- a) de uso especial aqueles de domínio privado do Estado e que não podem ser gravados com qualquer espécie de afetação.
- b) de uso especial aqueles utilizados por particular mediante concessão ou permissão de uso.
- c) de uso comum do povo aqueles afetados a determinado serviço público, tais como os edifícios onde se situam os órgãos públicos.
- d) dominicais aqueles destinados à fruição de toda a coletividade e que não podem ser alienados ou afetados à atividade específica.
- e) dominicais aqueles de domínio privado do Estado, não afetados a uma finalidade pública e passíveis de alienação.

18 - (FCC - 2012 - TRF - 2ª REGIÃO - Analista Judiciário - Execução de Mandados)

As principais características que compõem o regime jurídico dos bens públicos são:

- a) a necessidade de lei autorizando a penhora e a prescrição aquisitiva desses bens, desde que sejam bens dominicais.
- b) o seu uso privativo mediante autorização, permissão ou concessão, independente da sua destinação.
- c) a obrigatoriedade de prévia licitação para uso privado mediante concessão e permissão, mas apenas para os bens de uso especial.
- d) a inalienabilidade, a impenhorabilidade, a imprescritibilidade e a não-onerosidade.
- e) a possibilidade desses bens serem alienados mediante prévia licitação na modalidade concorrência, quando se tratar de bens de uso comum do povo.

19 - (FUNCAB - 2012 - MPE-RO - Analista - Processual)

Quanto aos bens Públicos, pode-se afirmar:

- a) As estradas são classificadas como bens públicos dominicais.
- b) São as escolas públicas bens públicos de uso comum.
- c) São inalienáveis, mas podem ser penhorados.
- d) Não podem ser objeto de prescrição aquisitiva.

e) Os bens dominicais encontram-se afetados ao interesse público

20 - (CONSULPLAN - 2012 - TSE - Analista Judiciário - Área Judiciária)

De acordo com a classificação dos bens públicos, é correto afirmar que o meio ambiente

- a) é um bem de uso comum do povo por expressa disposição constitucional.
- b) é um bem de uso especial por ter uma destinação específica.
- c) é um bem dominical por não estar afetado a nenhuma finalidade específica.
- d) não se enquadra em nenhuma classificação, uma vez que não é considerado um bem para o direito brasileiro.

GABARITO			
Questão	Resposta	Questão	Resposta
1	D	11	C
2	B	12	A
3	B	13	D
4	E	14	C
5	C	15	C
6	C	16	E
7	B	17	E
8	C	18	D
9	B	19	D
10	C	20	A

Improbidade Administrativa - Lei n. 8429/92

1 - (CESPE - 2012 - Câmara dos Deputados - Analista - Técnico em Material e Patrimônio)

Em caso de ato de improbidade, o ressarcimento do poder público só será cabível se o ato causar prejuízo ao erário ou ao patrimônio público.

2 - (CESPE - 2012 - Câmara dos Deputados - Analista - Técnico em Material e Patrimônio)

Se um agente público tiver percebido vantagem econômica para intermediar liberação de verba pública de qualquer natureza, ele terá praticado ato de improbidade administrativa que importará enriquecimento ilícito e, por essa razão, estará sujeito exclusivamente às sanções impostas na Lei de Improbidade Administrativa.

3 - (CEPERJ - 2012 - PROCON-RJ - Analista de Proteção e Defesa do Consumidor)

Nos termos da legislação que regulamenta os atos e as punições decorrentes da improbidade administrativa, é correto afirmar:

- a) A representação à autoridade administrativa sobre a existência de ato de improbidade pode ser anônima.
- b) Caso receba representação sem a descrição dos fatos ímprobos e sua autoria, a autoridade administrativa deve instaurar investigação.
- c) A representação poderá ser verbal e, nesse caso, será gravada para encaminhamento à autoridade competente.
- d) A representação, quando escrita, deverá conter a indicação das provas sobre os atos ímprobos.
- e) A rejeição da representação pela autoridade administrativa bloqueia a representação ao Ministério Público sobre os mesmos fatos.

4 - (CEPERJ - 2012 - PROCON-RJ - Analista de Proteção e Defesa do Consumidor)

Após a propositura da ação civil de Improbidade Administrativa, o Ministério Público não poderá apresentar requerimento de desistência. Isso decorre da existência do princípio da:

- a) precariedade
- b) transação
- c) conciliação
- d) indisponibilidade
- e) causa madura

5 - (CEPERJ - 2012 - PROCON-RJ - Advogado)

O prefeito do Município WW é condenado por infração à lei que rege os atos de improbidade administrativa, ainda no exercício do mandato, por receber valores pecuniários a título de comissão em razão do exercício do mandato. Nos termos da legislação de regência, são consequências possíveis da sentença condenatória pela prática de atos de improbidade:

- a) perda de bens adquiridos ilicitamente, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos por cinco anos

b) pagamento de multa civil até três vezes o acréscimo obtido, proibição de contratar com o Poder Público, suspensão dos direitos políticos por oito anos

c) perda dos valores adquiridos ilicitamente, proibição de contratar com o município WW, suspensão dos direitos políticos por seis anos

d) proibição de receber benefícios fiscais pelo prazo de dez anos, pagamento de multa civil sobre o valor ilicitamente adquirido definido caso a caso, suspensão dos direitos políticos por quatro anos

e) vedação de perceber benefícios creditícios pelo prazo de cinco anos, perda dos bens adquiridos ilicitamente, suspensão dos direitos políticos por três anos

6 - (FCC - 2012 - TJ-GO - Juiz Improbidade Administrativa)

NÃO se inclui no rol das sanções aplicáveis pela Administração Pública, no exercício de seus poderes típicos,

a) a pena de perda da função pública, no processo de improbidade.

b) a prisão administrativa, no processo disciplinar militar.

c) a caducidade, nas concessões de serviço público.

d) a pena de comisso, no regime jurídico dos bens públicos aforados.

e) o licenciamento compulsório de patentes, no regime jurídico da propriedade industrial.

7 - (TRT 15R - 2012 - TRT - 15ª Região - Juiz)

Sobre a improbidade administrativa é correto afirmar:

a) Na ação de ressarcimento de dano causado ao erário público é cabível a transação, acordo ou conciliação entre as partes.

b) O único com legitimação ativa para a ação de improbidade é o Ministério Público.

c) Na ação de improbidade administrativa, ainda que formalmente intimados, os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão deixar de comparecer em juízo e optar por prestar depoimento por escrito.

d) Os atos de improbidade administrativa sempre causam danos ao patrimônio público.

e) A prática de ato de improbidade administrativa importa na aplicação apenas de sanção civil e criminal.

8 - (FCC - 2012 - TRT - 6ª Região (PE) - Técnico Judiciário - Segurança)

Determinado servidor público foi condenado criminalmente pela prática de crime contra a Administração Pública. A sanção criminal, nos termos da Lei nº 8.429/92,

a) impede a aplicação das penalidades previstas na Lei de Improbidade, sempre menos graves que a condenação criminal.

b) impede que sejam acumuladas sanções civis, administrativas e por ato de improbidade, ainda que sejam identificadas infrações residuais.

c) permite a aplicação das penalidades previstas na Lei de Improbidade, desde que por conduta culposa, tendo em vista que as infrações dolosas são absorvidas pelo ilícito penal.

d) permite a aplicação das cominações previstas na Lei de Improbidade, isolada ou cumulativamente.

e) permite a aplicação das penalidades previstas na Lei de Improbidade, desde que por conduta dolosa, porque são tão graves quando o ilícito penal.

9 - (PC-SP - 2011 - PC-SP - Delegado de Polícia)

Assinale a alternativa que configura ato de improbidade somente contra os princípios da Administração Pública, nos termos da Lei n.º 8.429/92.

a) Concorrer para que terceiro enriqueça ilicitamente.

b) Frustrar a licitude de processo licitatório.

c) Retardar, indevidamente, ato de ofício.

d) Celebrar contrato de rateio de consórcio público sem suficiente e prévia dotação orçamentária.

e) Perceber vantagem econômica para intermediar a liberação de verba pública de qualquer natureza

10 - (CESPE - 2012 - TJ-CE - Juiz)

Assinale a opção correta, tendo em vista as disposições da Lei n.º 8.429/1992, que trata da improbidade administrativa.

a) A lei determina que a autoridade administrativa responsável pelo inquérito apresente ao MP representação para a indisponibilidade dos bens do indiciado, nos casos em que o ato de improbidade ensejar enriquecimento ilícito, providência prescindível caso as condutas causem lesão ao erário ou atentem contra os princípios da administração.

b) Instaurado processo administrativo, a comissão processante deverá dar conhecimento ao MP e ao tribunal de contas da existência de procedimento para apurar a prática de ato de improbidade. A lei admite que apenas o MP designe representante e intervenha no procedimento administrativo, de modo a firmar sua convicção sobre os fatos que estejam sendo apurados.

c) Qualquer pessoa poderá representar à autoridade competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade, devendo a representação ser escrita ou reduzida a termo e assinada e conter a qualificação do representante, as informações sobre o fato e sua autoria e a indicação das provas de que tenha conhecimento.

d) Entre as medidas de natureza cautelar que podem ser adotadas na esfera administrativa, contra o agente que pratique ato de improbidade, incluem-se o afastamento do exercício do cargo, emprego ou função, e o sequestro e bloqueio de bens.

e) O agente público que cometer ato lesivo ao patrimônio público responderá por ação ou omissão, dolosa ou culposa, assim como o terceiro que, de forma direta ou indireta, dele se beneficiar, desde que aja de forma dolosa.

11 - (MPE-SC - 2012 - MPE-SC - Promotor de Justiça)

I – No desempenho de suas atividades o agente público deve focar-se ao elemento moral de sua conduta e aos fins

buscados, porque a moralidade está umbilicalmente ligada com o interesse público não por vontade da norma constitucional, mas por constituir pressuposto intrínseco da validade do ato administrativo.

II – À configuração do ato de improbidade, qualquer que seja o tipo específico de ofensa, será imprescindível penetrar o domínio da vontade do agente público, não bastando o dolo in re ipsa ou a culpa, quando cabível.

III – Para os fins da Lei n. 8.429/92 é indiferente que a vantagem econômica indevida, que constituiu o fruto do enriquecimento ilícito do agente público ou terceiro, seja obtida por prestação positiva ou negativa.

IV – O conceito de enriquecimento ilícito, nos termos do art. 9º “caput” da LIA, conceitua caracterizar o enriquecimento ilícito o auferimento de vantagem econômica indevida em razão do exercício de qualquer função pública, sendo irrelevante que o agente público pratique ato lícito ou ilícito.

V - O art. 9º, inciso VII (norma residual), da Lei n. 8.429/92, busca punir o comportamento do agente público que, não possuindo qualquer outra fonte de renda que não aquela de seu vínculo, amealha bens ou valores (mobiliários ou imobiliários) incompatíveis ou desproporcionais com a evolução de seu patrimônio ou renda. A inidoneidade financeira (presumida na norma) gera a ilicitude do enriquecimento, contudo, ajuizada a respectiva ação, inviável será a inversão do ônus da prova.

a) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.

b) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.

c) Apenas as assertivas I, IV e V estão corretas.

d) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

e) Todas as assertivas estão corretas.

12 - (MPE-SC - 2012 - MPE-SC - Promotor de Justiça)

I – A caracterização da conduta do agente público que aceitar emprego ou comissão de pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições daquele, durante a atividade, é indispensável que o agente público tenha satisfeito efetivamente o interesse privado, não bastando a potencialidade desse interesse que precisa ser amparado ou atingido.

II – O enriquecimento indevido pela prática de ato de improbidade a que alude o art. 9º, inciso XII, da LIA, já está presumido pela própria norma, uma vez que trata-se de hipótese típica de prestação negativa em razão de o agente público poupar o que normalmente gastaria se utilizasse bens, rendas, verbas ou valores de seu acervo patrimonial.

III – Para a configuração de ato de improbidade administrativa com lesão ao erário a que alude o art. 10, da Lei n. 8.429/92, por dolo ou culpa, a ilicitude (imoralidade) é traço essencial à lesividade por força de presunção legal

absoluta. Combate-se, em regra, o enriquecimento ilícito do particular. Lesão sem repercussão patrimonial não configura essa espécie de improbidade e os incisos do referido artigo refletem hipóteses de lesividade presumida.

IV – Na ação civil pública inviável a cumulação de provimentos típicos e atípicos.

V – O critério da potencialidade para a produção do dano gerado pelo ato pode servir como indicador da presença da improbidade na ilegalidade, desde que por algum meio esteja demonstrado o elemento subjetivo do tipo previsto no art. 11, da Lei n. 8.429/92.

- a) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I, IV e V estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II, III e V estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- e) Todas as assertivas estão corretas.

13 - (MPE-SC - 2012 - MPE-SC - Promotor de Justiça)

I – Pelos mesmos fatos, a absolvição na esfera criminal não projeta efeitos na área cível da improbidade administrativa, em razão da incomunicabilidade de instâncias.

II – O princípio do não-locupletamento indevido repousa na regra de equidade que proíbe que uma pessoa se enriqueça às custas do dano, do trabalho ou atividade de outrem, sem a vontade deste ou do direito. O enriquecimento que atinge a moral pública é o injusto, fruto de uma ilicitude.

III – O art. 10, da Lei n. 8.429/92 visa proteger o patrimônio (de natureza econômico ou não) das entidades mencionadas no art. 1º da mesma lei. O uso da palavra erário deve-se atribuir a função de elemento designativo dos sujeitos passivos do ato de improbidade e, por sua vez, o vocábulo perda patrimonial, descrito logo a seguir no caput da norma, abarca toda e qualquer lesão ao patrimônio público (sentido amplo).

IV – A prática de ato de improbidade “visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto na regra de competência”, prevista no inciso I, do art. 11, da LIA, nítida hipótese de desvio de finalidade, encampa formas de violação ao princípio da eficiência.

V – Tratando-se de ação civil pública que busque sanção para perdimento de bens resultantes de enriquecimento ilícito e reparação dos danos, a medida de indisponibilidade de bens poderá atingir aqueles adquiridos mesmo antes da prática do ato de improbidade, sendo imprescindível a coexistência de causa e efeito entre este e a aquisição do(s) bem(s).

- a) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
- b) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II, IV e V estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I e V estão corretas.
- e) Todas as assertivas estão corretas.

14 - (MPE-SC - 2012 - MPE-SC - Promotor de Justiça)

I – O prefeito afastado do cargo por medida judicial cautelar em ação de improbidade administrativa, terá seus

direitos políticos assegurados (votar e ser votado), estando legitimado a exercer a representatividade popular do cargo que concorreu posteriormente, caso eleito.

II – A multa prevista no art. 12, e seus incisos, da Lei n. 8.429/92, de caráter inibitório, não está ligada a uma relação de equilíbrio com o dano causado, sendo o montante deste sempre inferior ao da multa.

III – Para a posição doutrinária e jurisprudencial que admite a aplicação não cumulativa das sanções do art. 12, incisos I, II e III da LIA, tal entendimento, longe de ofender o equilíbrio constitucional dos poderes e levar ao arbítrio judicial, viabilizará a interpretação conforme a Constituição Cidadã e minimizará a dissonância existente entre a tutela dos direitos fundamentais e a severidade das sanções cominadas.

IV – A prescrição para o agente detentor de mandato de Prefeito que tenha praticado ato de improbidade no primeiro ano de mandato começará a fluir, mesmo em caso de reeleição, a partir do término do último mandato outorgado ao agente, posto a unicidade à sua atividade e a temporariedade do vínculo a que alude o inciso I, do art. 23, da LIA.

V – As condutas do art. 11, da LIA, isoladamente, não geram a perda de bens.

- a) Apenas as assertivas I, II, III e IV estão corretas.
- b) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I, II, IV e V estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II, III e V estão corretas.
- e) Todas as assertivas estão corretas.

15 - (MPE-SC - 2012 - MPE-SC - Promotor de Justiça)

I – A sanção da perda da função pública decorrente do reconhecimento judicial da prática de ato de improbidade, tem cunho constitutivo negativo e atingirá tanto o cargo efetivo do agente como comissionado por ele ocupado, seja no mesmo ou em outro órgão ou entidade estatal, inclusive em nível de governo diferente daquele em que praticou o ato ímprobo.

II – O Aposentado que vier a praticar ato de improbidade no exercício de nova função pública, após condenação com sanção de perda da função pública, no momento próprio de sua execução, perderá o vínculo desta função e também terá cassada a aposentadoria.

III – A suspensão dos direitos políticos aplicada ao agente por ato ímprobo anterior, mas no momento em que tiver exercendo mandato eletivo vier a transitar em julgado a decisão, será ele (agente) afastado do cargo para o qual foi eleito.

IV – Cuidando-se da prática de atos ímprobos contra bens e interesses estaduais ou municipais, a atribuição para a

instauração de Inquérito Civil ou Procedimento Preparatório é do Promotor de Justiça ou do Procurador-Geral de Justiça, conforme o caso concreto.

V – A ação civil pública de responsabilidade por ato de improbidade administrativa (Lei n. 8.429/92), admite a interposição de medida cautelar de seqüestro especial, contudo imprescindível os requisitos do art. 813, do CPC e que sobre o(s) bem(s) haja litigiosidade.

- a) Apenas as assertivas III e V estão corretas.
- b) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I, IV e V estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
- e) Todas as assertivas estão corretas.

16 - (MPE-SC - 2012 - MPE-SC - Promotor de Justiça)

I – A medida cautelar de protesto poderá ser proposta pelo Órgão do Ministério Público para evitar iminente ocorrência de prescrição.

II – Havendo sido proposta pelo Ministério Público ação civil pública por ato de improbidade administrativa e concorrentemente ajuizada ação popular pelo legitimado, ambas abarcando os mesmos fatos e também com recebimento da inicial, poderá ocorrer a continência e, quando do julgamento, será apreciado por primeiro o(s) pedido(s) da ação popular e, após, o(s) daquela.

III – O procedimento do processo da ação de responsabilidade civil por ato de improbidade administrativa é híbrido, iniciando-se com base nas regras processuais estabelecidas pela legislação especial (Lei n. 8.429/92), passando para o rito ordinário estabelecido pelo Código de Processo Civil e, em situações específicas para o ato, a respectiva regra do Código de Processo Penal.

IV – Em ação de improbidade administrativa as partes poderão interpor recurso da sentença independentemente do preparo, nos moldes do art. 18, da Lei n. 7.347/85. Julgado procedente o pedido, as sanções de perda da função pública e de suspensão dos direitos políticos do(s) demandado(s) só podem ser executadas após o trânsito em julgado da decisão.

V – A sentença de procedência prolatada em ação civil de responsabilidade por ato de improbidade administrativa poderá conter sanções de cunho declaratório, constitutivo e condenatório. No tocante ao seu cumprimento e preenchidos os requisitos em específico, na parte constitutiva e declaratória, o magistrado determinará o cumprimento mediante expedição de ofícios mandamentais. Contudo, na parte relacionada com a(s) sanção(es) de cunho condenatório, necessário se faz, para seu cumprimento, a adoção das medidas específicas do Código de Processo Civil.

- a) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- b) Apenas as assertivas II, IV e V estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I, III e V estão corretas.
- d) Apenas as assertivas III e V estão corretas.
- e) todas as assertivas estão corretas.

17 - (FCC - 2012 - TRT - 6ª Região (PE) - Analista Judiciário - Execução de Mandados)

De acordo com a Lei nº 8.429/92, os atos de improbidade administrativa

- a) que causem enriquecimento ilícito ou lesão ao patrimônio público ensejam a possibilidade de obter a indisponibilidade de bens do indiciado.
- b) somente podem ser considerados lesivos ao patrimônio público quando decorrentes de conduta dolosa do agente.
- c) permitem a aplicação de sanções pecuniárias apenas na hipótese de ensejarem enriquecimento ilícito.
- d) que atentem contra os princípios da Administração pública pressupõem, como sujeito ativo, agente público.
- e) que ensejam lesão ao patrimônio público pressupõem o enriquecimento ilícito pelo agente público.

18 - (FCC - 2012 - TRT - 6ª Região (PE) - Analista Judiciário - Área Judiciária)

A respeito dos atos de improbidade administrativa é correto afirmar que

- a) podem ter como sujeito passivo entidade para cuja criação ou custeio o erário concorra com menos de 50%, limitando-se, nesse caso, a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre os cofres públicos.
- b) pressupõem, para aplicação de sanções pecuniárias previstas na lei específica, cumulativamente, a ocorrência de prejuízo ao erário, enriquecimento ilícito e violação aos princípios da Administração pública.
- c) possuem como sujeito ativo agentes públicos ou agentes políticos, exclusivamente, e como sujeito passivo entidades da Administração direta e indireta de todos os Poderes.
- d) pressupõem, para aplicação das penalidades previstas na legislação própria, conduta comissiva com enriquecimento ilícito ou prejuízo ao erário e vínculo funcional ou eletivo do sujeito ativo com o poder público.
- e) são aqueles praticados contra o patrimônio público ou de entidades que recebam recurso ou subvenção pública, desde que em montante superior a 50% do capital ou custeio.

19 - (MPE-GO - 2012 - MPE-GO - Promotor de Justiça)

Acerca da disciplina dada pela Lei 8.429/1992 às sanções aplicáveis aos agentes públicos que praticarem atos de improbidade administrativa, é incorreto afirmar:

- a) A ação para aplicação de sanções aos agentes públicos que praticarem atos de improbidade administrativa e a ação de ressarcimento prescrevem em cinco anos após findo o exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança e dentro do prazo prescricional previsto em lei específica para faltas disciplinares puníveis com demissão a bem do serviço público, nos casos de exercício de cargo efetivo ou emprego.
- b) O responsável por ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito está sujeito à perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a

dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos.

c) Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito aceitar promessa de vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para tolerar a exploração ou a prática de jogos de azar, de lenocínio, de narcotráfico, de contrabando, de usura ou de qualquer outra atividade ilícita.

d) A ação de responsabilização por prática de ato de improbidade administrativa segue o rito ordinário, com a ressalva de que, autuada a inicial, o requerido será notificado para oferecer manifestação por escrito, dentro do prazo de quinze dias, sendo que somente após cumprida essa formalidade o juiz, em decisão fundamentada, deliberará sobre a rejeição da ação ou recebimento da inicial, para só então, neste último caso, proceder à citação do réu para contestação.

20 - (FCC - 2012 - MPE-PE - Analista Ministerial - Área Jurídica)

Norberto, Prefeito de Araripina, celebrou contrato para a prestação de serviços públicos por meio da gestão associada sem observar as formalidades previstas na lei. A conduta narrada

a) constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública, pois não está previsto em lei, nem como ato de improbidade gerador de lesão ao erário, nem que importe em enriquecimento ilícito.

b) constitui ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.

c) constitui ato de improbidade administrativa causador de prejuízo ao erário.

d) não constitui ato ímprobo, porém caracteriza conduta criminosa.

e) constitui mero ilícito administrativo.

21 - (MPE-MG - 2012 - MPE-MG - Promotor de Justiça)

O princípio da moralidade administrativa disposto no caput do artigo 37 da Carta da República traz em seu bojo a ética da conduta administrativa. Essa ética, pautada em valores morais a que o agente público deve se submeter para o desempenho da Administração Pública, Tais valores de moralidade administrativa são concebidos a partir daquilo que a sociedade, em determinado momento, considera eticamente adequado, moralmente aceito. Em se tratando de ação de improbidade, é CORRETO afirmar:

a) Em qualquer fase do processo, reconhecida a inadequação da ação de improbidade em relação a um dos réus, o juiz extinguirá o processo em relação a esse, sem julgamento do mérito. Dessa decisão caberá agravo de instrumento.

b) A propositura da ação não prevenirá a jurisdição do juízo para todas as ações posteriormente intentadas que possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto.

c) Estando a inicial em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a citação do requerido, para oferecer contestação, dentro do prazo de quinze dias.

d) Recebida a manifestação prévia, o juiz, no prazo de quinze dias, em decisão fundamentada, rejeitará a ação, se convencido da inexistência do ato de improbidade, da improcedência da ação ou da inadequação da via eleita.

22 - (CESPE - 2012 - Polícia Federal - Agente da Polícia Federal)

Se o suposto autor do ato alegar que não tinha conhecimento prévio da ilicitude, o ato de improbidade restará afastado, por ser o desconhecimento da norma motivo para afastá-lo.

23 - (CESPE - 2012 - MPE-PI - Analista Ministerial - Área Administrativa)

Os atos de improbidade que importam enriquecimento ilícito sujeitam seus autores, entre outras sanções, à perda da função pública, à suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos e à perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio.

24 - (CESPE - 2012 - MPE-PI - Analista Ministerial - Área Administrativa)

No sistema adotado pela referida lei, são sujeitos ativos do ato de improbidade os agentes públicos, assim como aqueles que, não se qualificando como tais, induzem ou concorrem para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficiam direta ou indiretamente

25 - (CESPE - 2012 - TC-DF - Auditor de Controle Externo)

Com base na Lei de Improbidade Administrativa, julgue os itens seguintes.

Durante a instrução processual, o agente público poderá ser afastado do seu cargo mediante determinação de autoridade administrativa competente.

26 - (CESPE - 2012 - TC-DF - Auditor de Controle Externo)

Apenas a autoridade administrativa competente poderá instaurar investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade, sendo vedada a representação da autoridade para que ocorra a instauração da investigação.

27 - (CESPE - 2012 - TC-DF - Auditor de Controle Externo)

O agente público que colaborar com o retorno de recursos do erário que tenham sido enviados para o exterior terá a possibilidade de realizar um acordo ou transação com o Ministério Público, tendo em vista evitar a ação principal por improbidade administrativa.

28 - (CESPE - 2012 - TC-DF - Auditor de Controle Externo)
A Lei de Improbidade Administrativa pune atos praticados contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos poderes do DF, inclusive os realizados por aqueles que não sejam servidores públicos.

29 - (CESPE - 2012 - TC-DF - Auditor de Controle Externo)
De acordo com a referida lei, a aplicação da pena de ressarcimento aos cofres públicos independe da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público.

30 - (FCC - 2012 - TRE-SP - Analista Judiciário - Área Administrativa)

A respeito dos elementos constitutivos dos atos de improbidade administrativa, é correto afirmar que

- a) podem ser sujeito ativo tanto o agente público, servidor ou não, como terceiro que induza ou concorra para a prática do ato ou dele se beneficie de forma direta ou indireta.
- b) apenas os agentes públicos, assim considerados os servidores e os detentores de mandato eletivo, podem ser sujeito ativo do ato de improbidade.
- c) podem ser sujeito passivo do ato de improbidade, além das entidades integrantes da Administração direta e indireta de todos os Poderes, também as entidades nas quais o erário haja concorrido para a formação do patrimônio, desde que em montante superior a 50%.
- d) pressupõe, como elemento objetivo, a ocorrência de dano ao erário e, como elemento subjetivo, dolo ou culpa do sujeito ativo e enriquecimento ilícito.
- e) pressupõe, como elemento objetivo, a ocorrência de dano ao erário ou a violação aos princípios da Administração e, como elemento subjetivo, conduta comissiva dolosa, independentemente de enriquecimento ilícito.

31 - (FCC - 2012 - TRE-SP - Analista Judiciário - Área Judiciária)

Diretor-Presidente de determinada sociedade de economia mista firmou contrato para a execução de obra pública com empresas vencedoras dos correspondentes procedimentos licitatórios, instaurados para diferentes lotes do empreendimento. Posteriormente, restou comprovado conluio entre os licitantes, bem como o estabelecimento, no Edital, de condições de participação que objetivavam favorecer a determinados licitantes e propiciar o arranjo fraudulento. Em tal situação, às penalidades previstas na Lei de Improbidade Administrativa

- a) sujeitam-se apenas os licitantes que tenham praticado atos com o objetivo de fraudar o procedimento licitatório, desde que comprovado o dano ao erário.
- b) sujeita-se apenas o Diretor-Presidente da sociedade de economia mista, desde que comprovada conduta dolosa ou enriquecimento ilícito.
- c) sujeitam-se os agentes públicos e os particulares que tenham concorrido para a prática do ato ou dele tenham se beneficiado, direta ou indiretamente, independentemente de dano ao erário

d) sujeitam-se os agentes públicos e os particulares que tenham concorrido para a prática do ato ou dele tenham se beneficiado, desde que comprovado dano ao erário.

e) sujeitam-se apenas os agentes públicos que tenham concorrido, de forma ativa ou passiva, para a prática do ato ou dele tenham se beneficiado.

32 - (FCC - 2012 - TRE-SP - Analista Judiciário - Área Judiciária)

André é titular de cargo em comissão de natureza gerencial no Tribunal Regional Eleitoral. Em razão de sua conduta inadequada foi responsabilizado por lesão aos cofres públicos. Assim, André foi punido com a destituição do cargo em comissão. Nesse caso, a penalidade aplicada implica a

- a) indisponibilidade de bens e o ressarcimento ao erário, com prejuízo da ação penal.
- b) indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível.
- c) instauração de ação penal e multa pecuniária, com prejuízo das medidas de natureza cível.
- d) incompatibilização do servidor para nova investidura no cargo público federal, pelo prazo de 10 (dez) anos.
- e) incompatibilização do servidor para nova investidura em cargo público federal, pelo prazo de 5 (cinco) anos.

33 - (FCC - 2012 - TRF - 2ª REGIÃO - Técnico Judiciário - Área Administrativa)

É certo que, no processo judicial por atos de improbidade administrativa, o afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à instrução processual, poderá ser determinado apenas por parte

- a) da autoridade judicial ou administrativa competente.
- b) da autoridade judicial competente.
- c) do Ministério Público, quando autor da ação.
- d) da autoridade administrativa competente.
- e) do Poder Judiciário ou do Ministério Público.

34 - (FCC - 2012 - TRF - 2ª REGIÃO - Analista Judiciário - Execução de Mandados)

No que diz respeito ao processo judicial por atos de improbidade administrativa, é certo que, estando a inicial em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a

- a) notificação do requerido, para oferecer manifestação por escrito, que poderá ser instruída com documentos e justificações, dentro do prazo de quinze dias.
- b) intimação do requerido, para oferecer manifestação, por escrito, podendo ouvir testemunhas, dentro do prazo de trinta dias.
- c) citação do requerido, para oferecer contestação, podendo juntar documentos e arrolar testemunhas, dentro do prazo de oito dias.
- d) cientificação do requerido, para oferecer defesa, escrita ou verbal, podendo juntar documentos e justificação dentro do prazo de dez dias.

e) notificação do requerido, para oferecer defesa prévia, por escrito, vedada a juntada de documentos e justificações, dentro do prazo de vinte dias.

35 - (FCC - 2012 - TRF - 2ª REGIÃO - Analista Judiciário - Área Administrativa)

Quando o ato de improbidade administrativa causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, cabe à autoridade administrativa responsável pelo inquérito

- a) encaminhá-lo ao Tribunal ou Conselho de Contas para que requeira o sequestro dos bens do indiciado.
- b) requerer ao Ministério Público o ajuizamento da ação popular face ao indiciado.
- c) representar à autoridade policial para a prisão preventiva do indiciado e o confisco de bens do indiciado.
- d) requerer ao juiz competente que proceda à indisponibilidade de bens do indiciado.
- e) representar ao Ministério Público para a indisponibilidade dos bens do indiciado.

36 - (FCC - 2012 - TRF - 2ª REGIÃO - Analista Judiciário - Área Judiciária)

No que se refere ao processo judicial por atos de improbidade administrativa, a ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta

- a) pela Defensoria Pública, dentro de quinze dias do deferimento da tutela antecipada
- b) pela pessoa jurídica interessada, dentro de dez dias do indeferimento da medida cautelar.
- c) pela pessoa física interessada, dentro de quinze dias da efetivação da medida cautelar.
- d) pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar.
- e) pelo Tribunal ou Conselho de Contas, dentro de trinta dias do indeferimento da tutela antecipada.

37 - (FCC - 2012 - INSS - Perito Médico Previdenciário)

Constitui ato de improbidade administrativa, que atenta contra os princípios da administração pública, nos termos da Lei nº 8.429/92, o seguinte ilícito:

- a) receber gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público.
- b) revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo.
- c) adquirir, para si ou para outrem, no exercício de cargo público, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público.
- d) conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.
- e) permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente.

38 - (FCC - 2012 - INSS - Perito Médico Previdenciário)

A prática de determinado ato por pessoa, que não seja agente público e que tenha sido contratada para prestar serviços para o Poder Público, é considerada:

- a) Infração disciplinar, punível discricionariamente com base no poder de polícia da Administração Pública.
- b) Ilícito penal, caso tipificada na legislação vigente, afastando a incidência da responsabilização em qualquer outra esfera.
- c) Ilícito administrativo, caso tipificada na legislação vigente, afastando a incidência da responsabilização criminal, mantida a possibilidade de responsabilização civil.
- d) Ato de improbidade, que, pela gravidade, exclui a responsabilização em qualquer outra esfera.
- e) Ato de improbidade, ainda que não cause prejuízo financeiro ao erário público.

39 - (CONSULPLAN - 2012 - TSE - Analista Judiciário - Área Judiciária)

Sobre a prescrição em relação às ações de improbidade administrativa, é correto afirmar que

- a) toda e qualquer sanção prevista na lei de improbidade administrativa não mais se sujeita à prescrição segundo o STF (Supremo Tribunal Federal).
- b) somente as ações de ressarcimento do erário público são imprescritíveis; as ações para aplicação das demais consequências em relação aos atos de improbidade prescrevem.
- c) é de 5 anos o prazo prescricional para ajuizar ação com o objetivo de impor qualquer sanção prevista na lei de improbidade, inclusive o ressarcimento ao erário público.
- d) é de 3 anos o prazo prescricional para ajuizar ação com o objetivo de impor qualquer sanção prevista na lei de improbidade, inclusive o ressarcimento ao erário público.

40 - (FUNCAB - 2012 - MPE-RO - Analista - Administração)

Com base na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, as afirmativas a seguir são corretas, EXCETO:

- a) Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação dolosa do agente, ou de terceiro, dar-se-á o ressarcimento até o limite do valor do dano.
- b) Em caso de enriquecimento ilícito, perderá o agente público ou terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio.
- c) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações dessa lei até o limite do valor da herança.
- d) Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos.
- e) Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá à autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.

41 - (UEG - NÚCLEO - 2008 - PC-GO - Delegado de Polícia)

Diante do comando da Lei n. 8.429/92, que dispõe sobre as condutas que configuram a improbidade administrativa e as sanções aplicáveis, é CORRETO afirmar:

- a) face ao princípio de proporcionalidade, as sanções de perda da função pública, a suspensão dos direitos políticos, a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios e o pagamento de multa civil poderão ser aplicadas de forma isolada.
- b) estão excluídos da responsabilização aqueles que não possuem vínculo efetivo ou em comissão com a Administração Pública, diante da definição de agente público para fim de incidência da Lei de Improbidade Administrativa.
- c) a pessoa jurídica beneficiada pelo ato de improbidade não pode ser responsabilizada pelas sanções previstas, apenas a(s) pessoa(s) que por ela respondem.
- d) a aplicação das sanções previstas na Lei n. 8.429/92 aos gestores públicos está condicionada à rejeição das contas pelo Tribunal de Contas.

42 - (FCC - 2012 - TRE-CE - Analista Judiciário - Área Judiciária)

Marcio foi aprovado em concurso público e, em seguida, nomeado para o respectivo cargo no âmbito da Prefeitura de Fortaleza. Nos termos da Lei no 8.429/1992, a posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no Serviço de Pessoal competente. Ocorre que Marcio recusou-se a apresentar declaração dos bens, dentro do prazo determinado. Nesse caso, Marcio

- a) não sofrerá punição, tendo em vista que não é considerado agente público; portanto, não se sujeita a tal obrigatoriedade.
 - b) será punido com pena de demissão, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
 - c) será punido com pena de advertência e proibido de concorrer a novos concursos públicos pelo prazo de um ano.
 - d) não sofrerá punição, pois a recusa em apresentar a declaração, dentro do prazo determinado, não configura infração passível de penalidade.
 - e) será punido com pena de suspensão, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
- ATENÇÃO: Esta questão foi anulada pela banca que organizou o concurso."

43 - (FCC - 2012 - TRE-PR - Analista Judiciário - Enfermagem)

Os atos de improbidade que causarem lesão ao patrimônio público ensejam, dentre outras providências,

- a) representação ao Ministério Público ou à Procuradoria do Órgão para providenciar a indisponibilidade dos bens do indiciado.
- b) ajuizamento de ação judicial para sequestro do patrimônio do indiciado.
- c) representação ao Ministério Público para ajuizamento de ação judicial para sequestro e leilão dos bens do indiciado.

d) bloqueio da totalidade dos bens do indiciado, até final conclusão do processo e apuração do real valor devido para o ressarcimento do prejuízo.

e) sequestro do patrimônio do indiciado, com o depósito em juízo do valor obtido com o leilão dos bens, até final conclusão do processo.

44 - (FCC - 2012 - TRE-PR - Técnico Judiciário - Área Administrativa)

O servidor que praticar ato de improbidade estará sujeito às

- a) cominações estabelecidas na Lei de Improbidade (Lei no 8.429/92), que, por mais graves, afastam a aplicação de outras sanções penais ou civis.
- b) cominações estabelecidas na Lei de Improbidade (Lei no 8.429/92) e às sanções penais cabíveis, excluindo-se a incidência de outras sanções de natureza civil ou administrativa.
- c) sanções administrativas, no que concerne às infrações disciplinares, e às cominações previstas na Lei de Improbidade, afastando-se apenas a aplicação de sanções penais e civis, para evitar duplicidade de penalização pelo mesmo fato.
- d) sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação e às cominações previstas na Lei de Improbidade, isolada ou cumulativamente.
- e) sanções penais, civis, administrativas ou às cominações previstas na Lei de Improbidade, isoladamente e nessa ordem de preferência, como critério de gravidade.

45 - (FCC - 2012 - TRE-CE - Técnico Judiciário - Área Administrativa)

Nos termos da Lei no 8.429/1992, dar-se-á o integral ressarcimento do dano ao erário, se houver lesão ao patrimônio público por conduta

- a) comissiva ou omissiva, exclusivamente dolosa, praticada por agente público ou terceiro.
- b) exclusivamente omissiva e dolosa, praticada tão somente por agente público.
- c) exclusivamente comissiva e culposa, praticada por agente público ou terceiro.
- d) comissiva ou omissiva, dolosa ou culposa, praticada por agente público ou terceiro.
- e) exclusivamente comissiva, dolosa ou culposa, praticada tão somente por agente público.

46 - (FCC - 2012 - TRE-CE - Analista Judiciário - Área Administrativa)

Bento, servidor público estadual, está sendo investigado pelo Ministério Público do Estado do Ceará em razão de suspeita da prática de ato de improbidade administrativa. No curso do procedimento administrativo de investigação, celebram acordo, em que Bento assume colaborar com as investigações, delatando o esquema de corrupção ocorrido no âmbito da Administração Pública e, em troca, o Ministério Público compromete-se a não ajuizar ação civil por ato de improbidade administrativa contra Bento. Sobre o tema, é correto afirmar que

- a) o acordo celebrado entre as partes somente será válido se homologado por Juiz de Direito.
- b) é vedada a realização de acordo no que concerne às ações de improbidade administrativa.
- c) embora inexista previsão legal sobre o tema, é válido o acordo, por analogia a outras normas que regulamentam interesses coletivos, como na área ambiental.
- d) o acordo celebrado entre as partes, para a sua validade, depende da participação da Fazenda Pública Estadual, pois esta terá que concordar em não exigir ao erário eventual ressarcimento devido por Bento
- e) é válido o acordo celebrado entre as partes, tendo em vista a existência de previsão legal autorizando tal ajuste na hipótese de o investigado colaborar com as investigações.

47 - (FCC - 2012 - TCE-AP - Técnico de Controle Externo)
Estão sujeitos às penalidades previstas na Lei de improbidade administrativa:

- a) agentes públicos, assim entendidos apenas aqueles detentores de mandato eletivo e seus auxiliares diretos.
- b) ocupantes de cargo, função ou emprego público, exclusivamente.
- c) agentes públicos e detentores de mandato eletivo, exclusivamente.
- d) servidores públicos e particulares, desde que ligados ao poder público por vínculo contratual.
- e) agentes públicos e particulares que se beneficiem de forma direta ou indireta do ato de improbidade.

48 - (FCC - 2012 - TCE-AP - Técnico de Controle Externo)
De acordo com a Lei no 8.429/1992, configuram atos de improbidade administrativa

- a) os que causem dano ao erário, exclusivamente.
- b) os que causem, sempre cumulativamente, dano ao erário e enriquecimento ilícito.
- c) também aqueles que atentem contra os princípios da Administração pública, ainda que não causem dano ao erário.
- d) apenas os que configuram crimes contra a Administração, na forma prevista na legislação penal.
- e) os que causem, sempre cumulativamente, dano ao erário, enriquecimento ilícito e violação aos princípios da Administração.

49 - (FCC - 2012 - TCE-AP - Analista de Controle Externo)
Os dirigentes de empresa privada da qual o Estado participou com 49% para a criação, aportando recursos a título de subscrição do capital social, apropriaram-se ilegalmente de recursos da referida empresa. De acordo com a Lei no 9.429/1992, que trata dos atos de improbidade administrativa, os dirigentes

- a) somente estão sujeitos à Lei de Improbidade se forem agentes públicos e tiverem auferido a vantagem em função de tal condição.
- b) estão sujeitos à Lei de Improbidade, limitando-se a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre os cofres públicos, sem prejuízo das demais sanções previstas no referido diploma legal e em outras leis específicas.

- c) somente poderão ser apenados com a apreensão dos valores auferidos indevidamente, recaiando as sanções administrativas sobre os agentes públicos responsáveis pela fiscalização da aplicação dos recursos públicos.
- d) não estão sujeitos à Lei de Improbidade, eis que o prejuízo foi causado a entidade de natureza privada, ficando, contudo, impedidos de contratar com a Administração e de receber recursos públicos a qualquer título.
- e) estão sujeitos apenas às sanções patrimoniais previstas na Lei de Improbidade excluídas outras sanções civis e penais previstas em leis específicas.

50 - (FCC - 2012 - TRT - 11ª Região (AM) - Analista Judiciário - Execução de Mandados)

Miguel, servidor público federal, liberou verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes. Em razão disso, o Ministério Público Federal propôs ação de improbidade administrativa, imputando-lhe ato ímprobo previsto no artigo 10, inciso XI, da Lei 8.429/1992 (ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário). Ao longo da instrução processual, restaram comprovados dois fatos: (i) inexistência de lesão aos cofres públicos; (ii) conduta meramente culposa, não tendo Miguel agido com dolo.

Em razão das conclusões advindas do processo em questão, o Poder Judiciário concluirá que

- a) existiu ato de improbidade administrativa, vez que a ausência de lesão ao erário e de dolo não impedem a caracterização do ato ímprobo em questão.
- b) existiu ato de improbidade administrativa, pois para caracterizar o ato ímprobo narrado basta a presença de conduta culposa, não sendo a "lesão ao erário" imprescindível à sua caracterização.
- c) inexistiu ato de improbidade administrativa, haja vista que o ato ímprobo narrado exige conduta exclusivamente dolosa.
- d) inexistiu ato de improbidade administrativa, uma vez que, para a caracterização do ato ímprobo narrado, imprescindível se faz a ocorrência de lesão ao erário.
- e) inexistiu ato de improbidade administrativa, uma vez que, para a caracterização do ato ímprobo narrado, imprescindível se faz a ocorrência de lesão ao erário e de conduta dolosa.

51 - (FCC - 2012 - TRT - 11ª Região (AM) - Analista Judiciário - Área Judiciária)

Guilherme, servidor público federal, recebeu vantagem econômica para fazer declaração falsa sobre avaliação em obra pública. Ricardo, também servidor público federal, através de determinado ato, facilitou que terceiro enriquecesse ilícitamente. Segundo as disposições legais expressas contidas na Lei nº 8.429/1992, as condutas de Guilherme e Ricardo constituem

- a) ato ímprobo que importa enriquecimento ilícito e ato ímprobo causador de prejuízo ao erário, respectivamente.

- b) apenas ilícito penal, não caracterizando atos de improbidade administrativa, dada a atipicidade das condutas.
- c) ato ímprobo causador de prejuízo ao erário e ato ímprobo que atenta contra os princípios da Administração Pública, respectivamente.
- d) ato ímprobo que importa enriquecimento ilícito e ato ímprobo que atenta contra os princípios da Administração Pública, respectivamente.
- e) atos ímprobos que importam enriquecimento ilícito.

52 - (FCC - 2012 - TRT - 11ª Região (AM) - Analista Judiciário - Área Administrativa)

No curso de determinada ação de improbidade administrativa, um dos réus vem a falecer, razão pela qual, é chamado a intervir na lide, seu único sucessor Felipe, empresário do ramo hoteleiro. Ao final da demanda, todos os réus são condenados pela prática de ato ímprobo previsto no artigo 11, da Lei nº 8.429/1992 (violação aos princípios da Administração Pública), sendo-lhes impostas as seguintes sanções: ressarcimento integral do dano, perda da função pública e suspensão dos direitos políticos por cinco anos. Nesse caso, Felipe

- a) responderá apenas pelo ressarcimento do dano, devendo arcar, obrigatoriamente, com a reposição integral do prejuízo causado ao erário.
- b) estará sujeito à suspensão dos direitos políticos e ao ressarcimento integral do dano.
- c) não está sujeito às cominações previstas na Lei de Improbidade Administrativa.
- d) estará sujeito às três sanções impostas.
- e) responderá apenas pelo ressarcimento do dano, até o limite do valor da herança.

53 - (FCC - 2012 - TRT - 11ª Região (AM) - Técnico Judiciário - Área Administrativa)

Nos termos da Lei nº 8.429/1992, praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto na regra de competência constitui

- a) ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública.
- b) mero ilícito administrativo.
- c) ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.
- d) conduta lícita, não caracterizando qualquer irregularidade.
- e) ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.

GABARITO			
Questão	Resposta	Questão	Resposta
1	C	28	C
2	E	29	E
3	D	30	A
4	D	31	C
5	B	32	B
6	A	33	B
7	C	34	A
8	D	35	E
9	C	36	D
10	C	37	B
11	A	38	E
12	C	39	B
13	B	40	A
14	E	41	A
15	D	42	B
16	C	43	A
17	A	44	D
18	A	45	D
19	A	46	B
20	C	47	E
21	A	48	C
22	E	49	B
23	C	50	D
24	C	51	A
25	C	52	E
26	E	53	A
27	E		

Serviços Públicos lei n. 8987/95

1 - (CEPERJ - 2012 - PROCON-RJ - Analista de Proteção e Defesa do Consumidor)

No mundo contemporâneo, tem-se estabelecido o debate quanto à proteção das fronteiras e o modo de ofertar segurança, existindo movimentos que visam privatizar o serviço de vigilância com a formação de milícias particulares. Na perspectiva do Direito Administrativo, é caso de serviço indelegável o atinente a:

- a) transporte coletivo
- b) telefonia
- c) energia elétrica
- d) segurança interna
- e) rodovias

2 - (CEPERJ - 2012 - PROCON-RJ - Analista de Proteção e Defesa do Consumidor)

Nos termos da Constituição Federal, é serviço privativo da União o da seguinte alternativa:

- a) postal
- b) de saúde pública
- c) de construção de moradias
- d) proteção ao meio ambiente
- e) proteção ao consumidor

3 - (CESGRANRIO - 2012 - Caixa - Advogado)

Com o objetivo de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes, o poder concedente pode intervir na concessão por prazo determinado.

Para sua formalização, a intervenção pressupõe

- a) lei autorizativa
- b) lei complementar
- c) autorização judicial
- d) decreto do poder concedente
- e) resolução da agência reguladora competente

4 - (FCC - 2012 - TJ-GO - Juiz)

No tocante ao regime da concessão de serviços públicos, na sua forma tradicional, a Lei Federal no 8.987/95

- a) condiciona a outorga de subconcessão, a transferência da concessão e a transferência do controle societário da concessionária à expressa concordância do poder concedente.
- b) admite a possibilidade de subconcessão, desde que haja previsão no contrato original de concessão, o que torna dispensável nova autorização do poder concedente.
- c) exige que a transferência da concessão seja expressamente autorizada pelo poder concedente, mas nada estabelece no tocante à transferência do controle societário da concessionária.
- d) veda a subconcessão do serviço delegado, pois o contrato de concessão é intuitu personae.

e) permite a transferência da concessão, mediante a realização prévia de concorrência para a escolha do novo concessionário.

5 - (FCC - 2012 - TRT - 6ª Região (PE) - Técnico Judiciário - Área Administrativa)

A concessão de serviço público, disciplinada pela Lei Federal no 8.987/95, constitui

- a) ato do Poder Público que transfere à pessoa jurídica distinta a titularidade de determinado serviço público, que passará a executá-lo em seu próprio nome.
- b) contrato administrativo por meio do qual a Administração Pública, mantendo-se titular de determinado serviço público, delega ao concessionário a execução do mesmo, compreendendo a remuneração paga diretamente pelo usuário, por meio da cobrança de tarifa.
- c) contrato administrativo do Poder Público que transfere a pessoa jurídica de direito público ou privado a titularidade de determinado serviço público, que passará a executá-lo em seu próprio nome.
- d) ato administrativo de delegação de titularidade e execução de serviço público, compreendendo a remuneração paga diretamente pelo usuário, por meio da cobrança de tarifa.
- e) contrato administrativo que transfere à pessoa jurídica de direito público distinta a titularidade de determinado serviço público, que passará a executá-lo remunerando-se diretamente da tarifa paga pelo usuário.

6 - (CESPE - 2012 - TJ-CE - Juiz)

Acerca da concessão, permissão e autorização de serviço público, assinale a opção correta.

- a) Diferentemente da concessão, a permissão de serviço público pode ser contratada não apenas com pessoa jurídica e consórcio de empresas, mas também com pessoa física.
- b) Tratando-se de concessão patrocinada, o concessionário percebe apenas dos usuários recursos decorrentes do pagamento de tarifas.
- c) Para as concessões de serviço público simples, assim como para as precedidas da execução de obra pública, deve-se adotar, obrigatoriamente, como modalidade licitatória, a concorrência.
- d) Considera-se concessão de serviço público simples o contrato administrativo pelo qual a administração pública transfere a execução de certa atividade de interesse coletivo a pessoa jurídica ou a consórcio de empresas, sendo a remuneração feita por meio do sistema de tarifas ou taxas.
- e) A autorização de uso é ato administrativo unilateral, discricionário e precário, ao passo que a autorização de serviço público se configura como contrato administrativo, ainda que revogável unilateralmente pela administração.

7 - (FCC - 2012 - TRT - 6ª Região (PE) - Analista Judiciário - Execução de Mandados)

A respeito dos princípios e regime jurídico aplicável ao serviço público é correto afirmar que

- a) o princípio da universalidade veda a exploração por regime de concessão de serviços de natureza essencial.
- b) a modicidade tarifária impõe a obrigação do poder concedente de subsidiar a prestação de serviço público por concessionários ou permissionários quando o mesmo se mostrar deficitário.
- c) o princípio da universalidade e da igualdade dos usuários veda a suspensão da prestação de serviço público por inadimplemento do usuário.
- d) o princípio da continuidade do serviço público impede a Administração de encampar o serviço enquanto não selecionar, por procedimento licitatório, nova concessionária ou permissionária.
- e) o princípio da continuidade do serviço público impede o concessionário de rescindir unilateralmente o contrato no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente, devendo intentar ação judicial para esse fim.

8 - (FCC - 2012 - TRT - 6ª Região (PE) - Analista Judiciário - Área Judiciária)

Empresa concessionária de transporte público urbano passou a prestar o serviço de forma deficiente, sem regularidade e descumprindo obrigações contratuais. Diante dessa situação, o Poder Concedente

- a) poderá revogar a concessão, dada a sua natureza precária.
- b) poderá encampar o serviço, com vistas a sua continuidade, sem necessidade de lei autorizativa.
- c) deverá decretar a intervenção, mediante autorização legal prévia, com vistas a restabelecer a regularidade dos serviços.
- d) poderá declarar a caducidade da concessão ou aplicar as sanções previstas no contrato de concessão.
- e) poderá decretar a caducidade, desde que comprove razões de interesse público determinantes para a retomada dos serviços.

9 - (MPE-GO - 2012 - MPE-GO - Promotor de Justiça)

Concessão e permissão são instrumentos através dos quais se descentraliza a prestação de serviços públicos para particulares. Considerando o disposto na Lei 8.987/95, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, é incorreto afirmar:

- a) Considera-se concessão de serviço público a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.
- b) Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, tomando-se como serviço adequado o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.
- c) Incumbe à concessionária a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros, sendo que a fiscalização exercida pelo órgão competente pode atenuar essa responsabilidade.

- d) Toda concessão de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública, será objeto de prévia licitação, nos termos da legislação própria e com observância dos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, igualdade, do julgamento por critérios objetivos e da vinculação ao instrumento convocatório.

10 - (MPE-GO - 2012 - MPE-GO - Promotor de Justiça)

Assinale a alternativa correta:

- a) Ex vi do princípio da vedação ao locupletamento ilícito, ao Estado é defeso dispor como melhor lhe aprouver sobre as condições de prestação do serviço público ou retomá-lo, sem que a isso se lhe possa opor o concessionário.
 - b) A outorga do serviço ou obra pública depende de lei que a autorize, na medida em que não pode o Poder Executivo, por decisão sua, transferir a terceiros o exercício de atividade cometida, por peculiar, ao Estado.
 - c) A não renovação da concessão ou permissão de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens dependerá de aprovação da maioria absoluta do Congresso Nacional, em votação nominal.
 - d) Nos certames licitatórios em que se permita a participação de empresas em consórcio, o poder concedente deve exigir que o consórcio vencedor se constitua em empresa antes da celebração do contrato.
- ATENÇÃO: Esta questão foi anulada pela banca que organizou o concurso."

11 - (MPE-MG - 2012 - MPE-MG - Promotor de Justiça)

Nos termos da legislação em vigor, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Bens reversíveis são aqueles que foram objeto de desapropriação pela União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e que anteriormente integravam o patrimônio de outro órgão ou entidade estatal ou paraestatal da administração direta, indireta ou fundacional.
- b) Encampação consiste na estatização da empresa concessionária, após expirado o prazo da concessão, mediante prévia declaração de utilidade ou interesse público, através de decreto específico do poder concedente.
- c) Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações; ou, ainda, por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade.
- d) A tarifa do serviço público concedido será fixada pela proposta de menor preço apresentada no processo de licitação, sendo vedada sua diferenciação em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários.

12 - (FMP-RS - 2012 - PGE-AC - Procurador)

Para a efetivação de serviços públicos, a Administração celebra negócios jurídicos, analisando as afirmativas abaixo é INCORRETO afirmar que:

- a) os Estados, o Distrito Federal e os Municípios têm competência para legislar sobre consórcios públicos.
- b) os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados podem autorizar a gestão associada de serviços públicos.
- c) os consórcios públicos e os convênios de cooperação podem autorizar a transferência total de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos.
- d) os consórcios públicos e os convênios de cooperação podem autorizar a transferência parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos.

13 - (CESPE - 2012 - Polícia Federal - Agente da Polícia Federal)

No que se refere às licitações, julgue os itens que se seguem.

Os contratos de concessão de serviços públicos sempre exigem licitação prévia na modalidade concorrência.

14 - (FCC - 2012 - TJ-RJ - Analista Judiciário - Execução de Mandados)

O Poder Público contratou, na forma da lei, a prestação de serviços de transporte urbano à população. A empresa contratada providenciou todos os bens e materiais necessários à prestação do serviço, mas em determinado momento, interrompeu as atividades. O Poder Público assumiu a prestação do serviço, utilizando-se, na forma da lei, dos bens materiais de titularidade da empresa. A atuação do poder público consubstanciou-se em expressão do princípio da

- a) continuidade do serviço público.
- b) eficiência.
- c) segurança jurídica.
- d) boa-fé.
- e) indisponibilidade do interesse público.

15 - (CESPE - 2012 - TJ-PI - Juiz)

Em relação a serviços públicos, concessão de serviços públicos e desapropriação, assinale a opção correta.

- a) É prevista, na CF, para o serviço postal e o correio aéreo nacional, complementaridade entre os sistemas privado, público e estatal, razão pela qual o Estado, embora obrigado a prestar tais serviços, pode oferecê-los em concessão, permissão ou autorização.
- b) Por serem prestados a grupos indeterminados de indivíduos, os serviços de energia domiciliar e os de uso de linha telefônica são considerados serviços *uti universi*.
- c) A modalidade de licitação própria das concessões de serviço público é a concorrência, que deve ser obrigatoriamente observada pela União, pelos estados, pelo DF e pelos municípios.

d) Extinta a concessão, retornam ao poder concedente, de forma gratuita, todos os bens reversíveis utilizados pelo concessionário para a execução do serviço.

e) A União pode desapropriar bens dos estados, do DF e dos municípios, tendo os estados e os municípios, por sua vez, o poder de desapropriar bens entre si, mas não bens da União.

16 - (CESPE - 2012 - MPE-PI - Analista Ministerial - Área Administrativa -)

Acerca da classificação dos serviços públicos, julgue o seguinte item.

Consideram-se serviços públicos coletivos (*uti universi*) aqueles que têm por finalidade a satisfação individual e direta das necessidades dos cidadãos, como são os de energia elétrica domiciliar e os de uso de linha telefônica

17 - (CESPE - 2012 - PC-CE - Inspetor de Polícia - Civil)

Julgue os próximos itens, relativos a serviços públicos.

A titularidade dos serviços públicos é conferida expressamente ao poder público.

18 - (FCC - 2012 - TCE-SP - Agente de Fiscalização Financeira - Administração)

De acordo com a Constituição Federal, a prestação de serviço público por particular é

- a) vedada, em qualquer hipótese.
- b) permitida, apenas quando se tratar de serviço não essencial, passível de cobrança de tarifa.
- c) possível, apenas para aqueles serviços de titularidade não exclusiva de Estado.
- d) vedada, exceto quando contar com autorização legislativa específica.
- e) permitida, na forma da lei, mediante concessão ou permissão, precedida de licitação.

19 - (FCC - 2012 - INSS - Técnico do Seguro Social)

Em relação à extinção do contrato de concessão é correto afirmar que

- a) caducidade é a rescisão unilateral antes de findo o prazo de concessão, que se consubstancia na retomada do serviço pelo poder concedente por razões de interesse público.
- b) reversão é a rescisão unilateral da concessão que se consubstancia na retomada do serviço pelo poder concedente por razões de interesse público.
- c) encampação é a extinção unilateral da concessão por motivo de inadimplemento contratual, não cabendo, portanto, indenização ao concessionário pelos prejuízos que sofrer.
- d) reversão é a rescisão unilateral da concessão por motivo de inadimplemento contratual do concessionário, cabendo indenização pela interrupção do contrato antes de findo seu prazo.

e) encampação é a retomada do serviço pelo poder concedente por razões de interesse público, durante o prazo de concessão, mediante lei autorizativa específica.

20 - (FCC - 2012 - TRE-CE - Analista Judiciário - Área Judiciária Serviços Públicos)

Na concessão de serviço público, a rescisão unilateral por motivo de inadimplemento contratual denomina-se

- a) retrocessão.
- b) encampação.
- c) reversão.
- d) caducidade.
- e) adjudicação.

21 - (FCC - 2012 - TCE-AP - Analista de Controle Externo - Meio Ambiente)

A propósito dos elementos definidores e traços característicos dos serviços públicos, é correto afirmar:

- a) Independem de definição por lei, podendo ser de titularidade do poder público, quando de natureza não econômica, ou privada, quando passíveis de exploração mediante concessão ou permissão.
- b) São definidos por lei e de titularidade pública ou privada, conforme sua natureza essencial ou econômica.
- c) Independem de definição por lei, bastando sua caracterização como atividade essencial, de titularidade exclusiva do poder público.
- d) São definidos por lei e de titularidade do poder público, que pode prestá-los diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão.
- e) São definidos em lei como obrigação do poder público e direito dos cidadãos, devendo ser prestados de forma universal e independentemente de cobrança de tarifa.

22 - (FCC - 2012 - TCE-AP - Analista de Controle Externo - Meio Ambiente)

Os serviços públicos

- a) devem ser sempre prestados pelo poder público, em face de seu caráter essencial.
- b) podem ter sua titularidade transferida a entidade privada, quando de natureza econômica, mediante concessão.
- c) podem ser prestados por particular, apenas a título precário, mediante permissão.
- d) não são passíveis de cobrança de tarifa, exceto quando submetidos, por lei, ao regime de concessão.
- e) constituem obrigação do poder público, que pode prestá-los diretamente ou mediante concessão ou permissão, sempre através de licitação.

23 - (FCC - 2012 - TCE-AP - Analista de Controle Externo - Controle Externo - Orçamento e Finanças)

A propósito dos elementos definidores e traços característicos dos serviços públicos, é correto afirmar:

- a) Independem de definição por lei, podendo ser de titularidade do poder público, quando de natureza não econômica, ou privada, quando passíveis de exploração mediante concessão ou permissão.

b) São definidos por lei e de titularidade pública ou privada, conforme sua natureza essencial ou econômica.

c) Independem de definição por lei, bastando sua caracterização como atividade essencial, de titularidade exclusiva do poder público.

d) São definidos por lei e de titularidade do poder público, que pode prestá-los diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão.

e) São definidos em lei como obrigação do poder público e direito dos cidadãos, devendo ser prestados de forma universal e independentemente de cobrança de tarifa.

24 - (FCC - 2012 - TCE-AP - Técnico de Controle Externo)

Os serviços públicos

- a) não são passíveis de exploração por particulares, exceto os denominados serviços públicos impróprios.
- b) somente podem ser prestados por entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos.
- c) constituem obrigação do poder público, que pode prestá-los diretamente ou mediante concessão ou permissão a particular, precedida de licitação.
- d) podem ter a sua titularidade transferida a particular, mediante concessão, precedida de autorização legislativa específica.
- e) devem ser prestados pelo poder público, exclusivamente, podendo ser delegados a entidade integrante da Administração indireta criada para esse fim.

25 - (FCC - 2012 - TJ-PE - Oficial de Justiça - Judiciária e Administrativa)

No que se refere às formas e meios de prestação do serviço público ou de utilidade pública, é INCORRETO afirmar que

- a) serviço centralizado é todo aquele em que o Poder Público presta por seus próprios órgãos em seu nome e sob sua exclusiva responsabilidade.
- b) ocorre a outorga quando o Estado transfere, por contrato, unicamente a execução do serviço, para que o outorgado preste-o ao público em seu nome, por conta e risco, nas condições regulamentares e sob controle estatal.
- c) serviço desconcentrado é todo aquele que a Administração executa centralizadamente, mas o distribui entre vários órgãos da mesma entidade, para facilitar sua realização e obtenção pelos usuários.
- d) serviço descentralizado é todo aquele que o Poder Público transfere sua titularidade ou, simplesmente, sua execução, por outorga ou delegação, a consórcios públicos, autarquias e empresas privadas, dentre outras.
- e) a execução direta do serviço ocorre sempre que o encarregado de seu oferecimento ao público o realiza pessoalmente, ou por seus órgãos, ou por prepostos (não por terceiros contratados).

26 - (FCC - 2012 - TCE-AP - Analista de Controle Externo - Controle Externo Serviços Públicos)

O Estado concedeu a particular exploração de rodovia, mediante procedimento licitatório no qual se sagrou vencedor o licitante que ofereceu o maior valor pela

outorga da concessão, paga em parcelas anuais (ônus de outorga), tendo o Poder Concedente fixado a tarifa (pedágio) no momento da assinatura do contrato e assegurado, contratualmente, o seu reajuste anual. No curso da concessão, o Estado decidiu reduzir o valor do pedágio, alegando que o mesmo estaria onerando demasiadamente os usuários. A conduta do Estado é

- a) legítima, em face do poder de alteração unilateral dos contratos administrativos, desde que limitada ao percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato.
- b) legítima, apenas se comprovar que o fluxo de veículos excedeu as projeções de demanda realizadas no momento da licitação, gerando ganhos injustificados para o concessionário.
- c) legítima, desde que restabeleça o equilíbrio econômico financeiro do contrato, o que pode ser feito pela redução do ônus de outorga.
- d) ilegítima, em face da imutabilidade da equação econômico-financeira e da garantia de rentabilidade assegurada nos contratos de concessão (taxa interna de retorno).
- e) legítima, independentemente da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro tendo em vista que a concessão pressupõe a exploração do serviço por conta e risco do concessionário.

GABARITO			
Questão	Resposta	Questão	Resposta
1	D	15	C
2	A	16	E
3	D	17	C
4	A	18	E
5	B	19	E
6	C	20	D
7	E	21	D
8	D	22	E
9	C	23	D
10	E	24	C
11	C	25	B
12	A	26	C
13	X	27	C
14	A	28	A

27 - (FCC - 2012 - TJ-PE - Técnico Judiciário - Área Judiciária - e Administrativa)

Os serviços de preservação da saúde pública e os de polícia, dentre outros, são considerados serviços

- a) públicos ou impróprios do Estado e também administrativos.
- b) de utilidade pública, assim como impróprios do Estado ou *uti singuli*.
- c) públicos, assim como, próprios do Estado ou *uti universi*.
- d) públicos ou semi-comerciais e também administrativos.
- e) de utilidade pública, e também próprios do Estado ou *uti singuli*.

28 - (FCC - 2012 - TRT - 11ª Região (AM) - Analista Judiciário - Execução de Mandados)

O Município de Manaus, ao prestar determinado serviço público aos seus munícipes, estabelece tarifas diferenciadas aos respectivos usuários do serviço. Tal conduta

- a) é possível em algumas hipóteses como, por exemplo, o estabelecimento de tarifas reduzidas para usuários de menor poder aquisitivo.
- b) não é possível, pois a adoção de tarifas diferenciadas sempre implicará em distinção de caráter pessoal.
- c) é possível, sendo vedada, no entanto, a isenção de tarifas, sob pena de implicar em afronta ao princípio da razoabilidade.
- d) não é possível, por violar o princípio da modicidade.
- e) é possível, ainda que os usuários tenham as mesmas condições técnicas e jurídicas para a fruição do serviço público.

Processo Administrativo lei n. 9784/99

1 - (CESPE - 2012 - Câmara dos Deputados - Analista - Técnico em Material e Patrimônio)

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética acerca de agentes públicos, do processo administrativo

e do regime jurídico dos servidores públicos civis da União, seguida

de uma assertiva a ser julgada.

Em um processo administrativo, a administração pública deixou de intimar Lucas, a parte interessada, para tomar ciência de sanção que lhe foi imposta; contudo, Lucas apresentou-se nos autos de forma espontânea. Nessa situação, configurou-se hipótese de nulidade, por ofensa ao princípio da ampla defesa e do contraditório, visto que o comparecimento de Lucas não supre a falta cometida pela administração.

2 - (INSTITUTO CIDADES - 2012 - TCM-GO - Auditor de Controle Externo - Informática)

Acerca do sistema administrativo brasileiro, é CORRETO afirmar:

a) Adota-se o sistema de jurisdição mediante o contencioso administrativo, excludente da atuação judicial.

b) O sistema de jurisdição dúplice, vigente no Brasil, permite a simultaneidade da atuação do contencioso administrativo e a atuação judicial.

c) Embora existente decisão administrativa sobre determinado tema, esta é passível de apreciação judicial.

d) As decisões administrativas não estão sujeitas a reexame recursal, devendo ser revistas pela via judicial.

e) Baseia-se o sistema administrativo jurisdicional, em vigor no Brasil, no sistema francês.

3 - (CESPE - 2012 - STJ - Técnico Judiciário - Telecomunicações e Eletricidade)

Com base na Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, julgue

os itens subsecutivos.

No processo administrativo, a norma administrativa deve ser interpretada de forma a garantir o atendimento do fim público a que se destine, vedada a aplicação retroativa de nova interpretação.

4 - (CESPE - 2012 - STJ - Técnico Judiciário - Telecomunicações e Eletricidade)

A administração pode anular seus próprios atos por motivo de conveniência ou oportunidade.

5 - (CESPE - 2012 - STJ - Técnico Judiciário - Telecomunicações e Eletricidade)

A Lei n.º 9.784/1999 não se aplica aos órgãos dos Poderes Judiciário e Legislativo, ainda que no desempenho de funções de natureza administrativa.

6 - (CESPE - 2012 - STJ)

Estará impedido de atuar no processo administrativo o servidor que estiver litigando administrativamente com o interessado, hipótese em que a comunicação do fato deverá ser dirigida à autoridade competente, sob pena de configurar-se a prática de falta grave, para fins disciplinares.

7 - (CESPE - 2012 - STJ)

Considerando-se que o processo administrativo gera ônus para a administração pública, a regra é a cobrança de despesas processuais, as quais somente poderão ser afastadas nos casos expressamente previstos em lei.

8 - (CESPE - 2012 - STJ - Analista Judiciário - Área Judiciária)

Os processos administrativos de que resultem sanções podem ser revistos a qualquer tempo, a pedido ou de ofício; dessa revisão pode resultar o agravamento da sanção, diferentemente do que ocorre na esfera judicial.

9 - (CESPE - 2012 - STJ - Analista Judiciário - Área Judiciária)

Os preceitos dessa lei aplicam-se à administração pública direta e indireta no âmbito do Poder Executivo federal, mas não alcançam os Poderes Legislativo e Judiciário da União, que dispõem de autonomia para editar atos acerca de sua organização e funcionamento quando no desempenho de função administrativa.

10 - (PC-SP - 2011 - PC-SP - Delegado de Polícia)

O afastamento preventivo do policial civil é medida que somente pode ser aplicada se

a) instaurado processo administrativo.

b) instaurada sindicância ou processo administrativo, ou durante o curso de tais procedimentos.

c) instaurada sindicância.

d) tiver sido instaurado inquérito policial que apure crime funcional, ou no seu curso.

e) tiver sido decretada prisão cautelar.

11 - (PC-SP - 2011 - PC-SP - Delegado de Polícia)

Policial civil requer aposentadoria visando elidir eventual penalidade de demissão em processo administrativo a que responde

a) poderá ser punido mesmo aposentado.

b) o pedido de aposentadoria será indeferido enquanto não julgado o processo administrativo.

c) só se eximirá de penalidade caso a aposentadoria se der por invalidez

d) não poderá ser alcançado por penalidade demissória se registrar mais de 25 anos de trabalho de natureza

estritamente policial.

e) não poderá ser demitido após 65 anos de idade

12 - (VUNESP - 2012 - TJ-MG - Juiz Administração Direta)
Com relação às prerrogativas processuais da Fazenda Pública, assinale a alternativa que apresenta informação incorreta.

a) A Defensoria Pública pode ajuizar ação contra pessoa jurídica à qual se encontra vinculada; nesta hipótese, contudo, não fará jus aos honorários advocatícios de sucumbência.

b) É de 20 (vinte) anos o prazo prescricional da pretensão executiva atinente à tarifa por prestação de serviços de água e esgoto, cujo vencimento, na data da entrada em vigor do Código Civil de 2002, era superior a dez anos; do contrário, o prazo será de 10 (dez) anos.

c) Ao contrário do que ocorre entre particulares, o juiz pode, de ofício, determinar o reforço da penhora em execução movida pela Fazenda Pública.

d) Os procuradores da Fazenda Pública, de quaisquer dos entes da Federação, detêm a prerrogativa da intimação pessoal quando se tratar de execução fiscal.

13 - (CESPE - 2012 - TJ-CE - Juiz)

Assinale a opção correta com relação aos atos administrativos, com base na Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal.

a) A motivação do ato administrativo deve ser explícita, clara e congruente, não podendo, portanto, consistir em mera declaração de concordância com argumentos e fundamentos constantes de pareceres e decisões anteriores à prática do ato.

b) O impedimento, como hipótese de incapacidade do sujeito de atuar em processo administrativo, gera uma presunção relativa de incapacidade, razão pela qual o vício fica sanado se não for arguido pelo interessado no momento oportuno.

c) Elemento do ato administrativo, a competência se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, sendo, portanto, irrenunciável e indelegável, quer pela vontade da administração, quer por acordo com terceiros.

d) A convalidação do ato administrativo é sempre conduta discricionária, cabendo à administração, diante do caso concreto, verificar o que atende melhor ao interesse público.

e) A revogação é ato discricionário pelo qual a administração extingue um ato válido, por razões de oportunidade e conveniência; entretanto, não podem ser revogados, entre outros, os atos administrativos que gerem direitos adquiridos.

14 - (FCC - 2012 - MPE-PE - Analista Ministerial - Área Jurídica)

No que concerne ao processo administrativo disciplinar, é INCORRETO afirmar que

a) tem início com despacho de autoridade competente, determinando a instauração, ou seja, age ex officio, assim que tiver ciência de alguma irregularidade.

b) se desenvolve nas seguintes fases: instauração, instrução, defesa, relatório e decisão.

c) a fase de instrução rege-se pelo princípio do contraditório, não vigorando a oficialidade nesse momento, isto é, não é possível à comissão processante tomar a iniciativa de levantar provas.

d) não havendo elementos suficientes para instaurar o processo, a autoridade competente determinará previamente a realização de sindicância.

e) determinada a instauração e já autuado o processo, é este encaminhado à comissão processante, que o instaura, por meio de portaria.

15 - (MPE-MG - 2012 - MPE-MG - Promotor de Justiça)

Assinale a alternativa CORRETA:

a) O Supremo Tribunal Federal sedimentou entendimento no sentido de que é constitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.

b) Por força do princípio da oficialidade, que decorre da supremacia do interesse da Administração sobre o do administrado, vigora em nosso Direito, segundo súmula do Supremo Tribunal Federal, a seguinte máxima: "formalismo para o administrado e informalismo para a Administração".

c) O Supremo Tribunal Federal entende que a falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição.

d) Mesmo sendo dirigido ao superior hierárquico em relação à autoridade que editou o ato contra o qual se insurge o administrado, o pedido de reconsideração não tem natureza jurídica de recurso administrativo, sendo cabível, segundo entendimento firmado no Supremo Tribunal Federal, apenas nas hipóteses constitucionais de defesa dos direitos e garantias fundamentais.

16 - (FCC - 2012 - TJ-RJ - Comissário da Infância e da Juventude)

Em regular processo administrativo instaurado por provocação do interessado para o reconhecimento e deferimento de determinado direito, cabe ao interessado

a) a prova dos fatos que alegar, ainda que possa exigir da Administração que junte aos autos documentos que estejam em órgãos públicos de sua esfera e que comprovem as informações feitas por aquele.

b) apenas a alegação dos fatos, cabendo à Administração a desconstituição dos mesmos, em razão da inversão do ônus da prova.

c) escusar-se de apresentar outros documentos além dos juntados ao requerimento oficial, sem que isso possa fundamentar decisão contrária da Administração.

d) apresentar as provas que possuir para demonstração de seu direito, ainda que tenham sido obtidas por meios ilícitos, dado que o processo administrativo não se submete à mesma formalidade do processo judicial.

e) exigir a realização de audiência pública para debater o objeto do processo, ainda que a autoridade não tenha declarado a relevância necessária para tanto.

17 - (FCC - 2012 - TJ-RJ - Analista Judiciário - Execução de Mandados)

De acordo com o disposto na Lei nº 9.784/99 (Processo Administrativo), das decisões proferidas em processos administrativos cabe recurso administrativo

- a) à autoridade superior, não cabendo juízo de reconsideração pela autoridade que proferiu a decisão.
- b) interposto somente pelos titulares de direitos e interesses que forem parte no processo.
- c) interposto pelas partes no processo ou por aqueles cujos direitos sejam indiretamente afetados pela decisão.
- d) à autoridade que proferiu a decisão, que, se entender cabível, determinará o encaminhamento à autoridade superior.
- e) à autoridade que proferiu a decisão, quando tiver sido interposto pelo próprio interessado e à autoridade superior, quando se tratar de recurso de terceiro.

18 - (CESPE - 2012 - TJ-PI - Juiz)

A respeito da disciplina referente ao processo administrativo, assinale a opção correta de acordo com a Lei nº 9.784/1999.

- a) Apenas os atos do processo que resultem, para o interessado, em imposição de sanções devem ser objeto de intimação, estando essa formalidade dispensada para os atos de outra natureza, pois se presume o dever do interessado em acompanhar todas as fases do processo.
- b) Como regra, a sindicância constitui condição prévia para a instauração do processo administrativo disciplinar.
- c) Na instrução do processo, a administração pública pode, quando a matéria envolver assunto de interesse geral, antes da decisão do pedido e desde que não haja prejuízo para a parte interessada, abrir consulta pública para que pessoas físicas ou jurídicas possam examinar os autos e apresentar alegações escritas.
- d) No recurso administrativo, o órgão competente pode decidir, confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, mas não pode essa análise implicar agravamento da situação do recorrente.
- e) A autoridade competente para decidir fica vinculada ao relatório e à capitulação proposta pelo órgão responsável pela instrução, estando, assim, impedida de aplicar penalidade mais severa do que a sugerida pela comissão processante.

19 - (CESPE - 2012 - MPE-PI - Analista Ministerial - Área Processual)

Julgue os itens que se seguem, referentes ao instituto da licitação e ao controle da administração pública.

É inconstitucional a exigência de depósito prévio de dinheiro ou bens para a admissibilidade do primeiro recurso administrativo interposto pelo particular em face de determinado ato administrativo, ilegitimidade que não se estende aos demais recursos cabíveis

20 - (FCC - 2012 - TRE-SP - Analista Judiciário - Área Administrativa)

Determinado cidadão apresentou requerimento a órgão público, que restou indeferido pela autoridade competente, de forma fundamentada e observado o prazo legal para o exame do pleito. Ao tomar ciência da decisão, o cidadão, de acordo com a Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito federal,

- a) não possui direito a recurso, podendo, contudo, impugnar o ato judicialmente, com a interposição de mandado de segurança.
- b) poderá apresentar recurso, dirigido ao superior hierárquico daquele que proferiu a decisão, mediante o oferecimento de caução.
- c) poderá apresentar recurso, dirigido à autoridade que proferiu a decisão, que poderá reconsiderá-la, no prazo de 5 dias, ou, em caso negativo, encaminhá-lo à autoridade superior.
- d) não possui direito a recurso, mas apenas a pedido de reconsideração, dirigido à autoridade que praticou o ato, desde que fundamentado em elementos novos ou adicionais em relação àqueles que foram considerados na decisão original.
- e) poderá apresentar recurso ou pedido de reconsideração, no prazo de 5 dias, à autoridade que proferiu o ato ou ao superior hierárquico, respectivamente, ao qual será atribuído efeito suspensivo mediante o recolhimento de caução.

21 - (FCC - 2012 - TRE-SP - Técnico Judiciário - Área Administrativa Processo Administrativo Federal)

Determinada autoridade administrativa detectou, em procedimento ordinário de correição, vício de forma em relação a determinado ato administrativo concessório de benefício pecuniário a servidores. Diante dessa situação, foi instaurado procedimento para anulação do ato, com base na Lei Federal nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública federal, no qual, de acordo com os preceitos da referida Lei, o ato

- a) poderá ser convalidado, em se tratando de vício sanável e desde que evidenciado que não acarreta lesão ao interesse público.
- b) não poderá ser anulado, por ensejar direito adquirido aos interessados, exceto se comprovado dolo ou má-fé.
- c) deverá ser revogado, operando-se os efeitos da revogação desde a edição do ato, salvo se decorrido o prazo decadencial de 5 anos.
- d) poderá ser anulado, revogado ou convalidado, a critério da Administração, independentemente da natureza do vício, de acordo com as razões de interesse público envolvidas.
- e) poderá ser convalidado, desde que não transcorrido o prazo decadencial de 5 anos e evidenciada a existência de boa-fé dos beneficiados.

22 - (FCC - 2012 - TRF - 2ª REGIÃO - Analista Judiciário - Informática)

No inquérito administrativo disciplinar, quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão

proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame

- a) por junta formada por um médico indicado por parte do servidor e outro de livre escolha da administração.
- b) psicotécnico e avaliado obrigatoriamente por um médico neurologista.
- c) por junta médica particular ou oficial, integrada por dois psicólogos.
- d) psicotécnico, oficial ou não, e avaliado obrigatoriamente por dois médicos da medicina do trabalho.
- e) por junta médica oficial, da qual participe, pelo menos, um psiquiatra.

23 - (FCC - 2012 - TRF - 2ª REGIÃO - Analista Judiciário - Informática)

Analise os prazos para:

I. a prescrição quanto às infrações punidas com destituição de cargo em comissão.

II. a revisão do processo disciplinar.

Nesses casos, respectivamente para I e II, é correto:

- a) 5 (cinco) anos; e 2 (dois) anos.
- b) 5 (cinco) anos; e não há prazo, podendo ocorrer a qualquer tempo.
- c) 2 (dois) anos; e 5 (cinco) anos.
- d) 1 (um) ano; e 2 (dois) anos.
- e) 180 (cento e oitenta) dias; e não há prazo, ocorre a qualquer tempo.

24 - (FCC - 2012 - TRF - 2ª REGIÃO - Técnico Judiciário - Área Administrativa)

Nos processos administrativos da Administração Pública Federal, o direito da Administração de anular os atos administrativos, de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários, decai em

- a) 5 (cinco) anos, contados, em regra, da data em que forem praticados.
- b) 3 (três) anos, contados em regra, da data em que forem praticados.
- c) 4 (quatro) anos, sempre contados da data em que forem praticados.
- d) 1 (um) ano, após o conhecimento pela Administração Federal da prática do ato.
- e) 2 (dois) anos, após o conhecimento pela Administração Federal da prática do ato.

25 - (FCC - 2012 - TRF - 2ª REGIÃO - Técnico Judiciário - Área Administrativa)

No que diz respeito à competência no processo administrativo da Administração Pública Federal, NÃO

- a) é permitido, em qualquer hipótese, a avocação de competência.
- b) pode ser objeto de delegação a edição de atos de caráter normativo.
- c) pode ser objeto de delegação a prática de atos administrativos negociais.

d) é necessária a publicação, no meio oficial, dos atos de delegação e sua revogação.

e) pode ser revogado, pela própria autoridade delegante, o ato de delegação.

26 - (FCC - 2012 - TRF - 2ª REGIÃO - Analista Judiciário - Execução de Mandados)

Em matéria de recurso administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, é INCORRETO afirmar que

- a) a interposição de recurso, salvo exigência legal, independe de caução.
- b) o recurso, salvo disposição legal diversa, tramitará no máximo por três instâncias administrativas.
- c) o recurso, salvo disposição legal expressa em contrário, não tem efeito suspensivo.
- d) o prazo para a apresentação de alegações no recurso será de oito dias.
- e) o recurso pode ser conhecido pelo órgão administrativo competente, mesmo após exaurida a esfera administrativa.

27 - (FCC - 2012 - TRF - 2ª REGIÃO - Analista Judiciário - Área Administrativa)

Em conformidade com os preceitos legais pertinentes ao processo disciplinar e sua revisão, analise:

I. Julgada procedente a revisão, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, exceto em relação à destituição do cargo em comissão, que será convertida em exoneração.

II. Sendo procedente a decisão proferida na revisão, todos os direitos do servidor poderão ser restabelecidos, exceto em relação à exoneração do cargo efetivo, que será convertida em transposição.

III. A decisão favorável proferida na revisão ensejará a anulação da penalidade aplicada, salvo a exoneração do cargo de carreira, que será convertida em readmissão.

Nas situações acima descritas, está correto o que consta APENAS em

- a) II.
- b) III.
- c) I e III.
- d) I.
- e) II e III.

28 - (FCC - 2012 - TRF - 2ª REGIÃO - Analista Judiciário - Área Administrativa)

Nos processos administrativos no âmbito da Administração Pública Federal, o interessado poderá desistir do pedido formulado,

- a) parcialmente apenas ou, ainda, renunciar a quaisquer direitos, mediante manifestação escrita ou verbal.
- b) total ou parcialmente, mediante manifestação escrita, vedada a renúncia a direitos disponíveis.
- c) totalmente apenas ou, ainda, renunciar a direitos indisponíveis, mediante manifestação escrita.

- d) total ou parcialmente ou, ainda, renunciar a direitos disponíveis, mediante manifestação escrita.
- e) totalmente ou, ainda, renunciar a direitos indisponíveis, mediante manifestação escrita ou verbal.

29 - (FCC - 2012 - TRF - 2ª REGIÃO - Analista Judiciário - Área Judiciária)

No que diz respeito à forma, tempo e lugar dos atos do processo administrativo na Administração Pública Federal, é correto afirmar que, em qualquer hipótese,

- a) os atos do processo, dentre outros requisitos, devem ser produzidos por escrito, em vernáculo.
- b) os atos pertinentes ao processo dependem de forma determinada
- c) deve-se proceder ao reconhecimento de firma nos documentos em razão de sua obrigatoriedade.
- d) os atos do órgão, dentre outros, devem ser praticados no prazo de três dias.
- e) os atos do processo devem realizar-se em dias úteis, ou não, no horário normal de funcionamento das repartições.

30 - (FCC - 2012 - TRE-CE - Analista Judiciário - Área Judiciária)

Considere as assertivas abaixo atinentes aos princípios do processo administrativo:

I. O princípio da oficialidade está presente no poder de iniciativa da Administração Pública para instaurar o processo, na instrução do processo e também na revisão de suas decisões.

II. No processo administrativo, prevalece o princípio da atipicidade, no sentido de que muitas infrações administrativas não são descritas com precisão na lei.

III. No processo administrativo, embora vigore o princípio da pluralidade de instâncias, não é permitido alegar em instância superior o que não foi arguido de início.

IV. É consequência do princípio da pluralidade de instâncias reexaminar a matéria de fato e produzir novas provas.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, III e IV.
- b) II e III.
- c) I, II e IV.
- d) I e IV.
- e) II, III e IV.

31 - (FCC - 2012 - TRE-PR - Analista Judiciário - Área Judiciária)

A um engenheiro ocupante de cargo público foi encaminhado processo administrativo para proferimento de parecer técnico. Identificou, contudo, que se tratava de processo administrativo no qual havia atuado como perito, na época contratado para tanto. Nessa situação,

- a) deverá abster-se de atuar, comunicando o fato à autoridade superior, sob pena de cometimento de falta grave.
- b) poderá atuar normalmente, devendo, contudo, manter-se fiel ao entendimento proferido quando era perito.
- c) poderá atuar normalmente, na medida em que ocupante de cargo público goza de boa-fé, não importando a atuação anterior ao provimento.
- d) deverá abster-se de atuar oficialmente, podendo lançar parecer meramente opinativo e não vinculatório nos autos, cabendo à autoridade superior a decisão sobre a questão.
- e) poderá abster-se de atuar caso não se repute isento o suficiente para proferir parecer técnico sobre o caso.

32 - (FCC - 2012 - TRE-PR - Técnico Judiciário - Área Administrativa)

De acordo com o disposto na Lei no 9.784/99, das decisões proferidas em processos administrativos cabe recurso administrativo

- a) à autoridade superior, não cabendo juízo de reconsideração pela autoridade que proferiu a decisão.
- b) interposto somente pelos titulares de direitos e interesses que forem parte no processo.
- c) interposto pelas partes no processo ou por aqueles cujos direitos sejam indiretamente afetados pela decisão recorrida.
- d) à autoridade que proferiu a decisão, que, se entender cabível, determinará o encaminhamento à autoridade superior.
- e) à autoridade que proferiu a decisão, quando tiver sido interposto pelo próprio interessado e à autoridade superior, quando se tratar de recurso de terceiros.

33 - (FCC - 2012 - TRE-PR - Analista Judiciário - Área Administrativa)

A um engenheiro ocupante de cargo público foi encaminhado processo administrativo para proferimento de parecer técnico. Identificou, contudo, que se tratava de processo administrativo no qual havia atuado como perito, na época contratado para tanto. Nessa situação,

- a) deverá abster-se de atuar, comunicando o fato à autoridade superior, sob pena de cometimento de falta grave.
- b) poderá atuar normalmente, devendo, contudo, manter-se fiel ao entendimento proferido quando era perito.
- c) poderá atuar normalmente, na medida em que ocupante de cargo público goza de boa-fé, não importando a atuação anterior ao provimento.
- d) deverá abster-se de atuar oficialmente, podendo lançar parecer meramente opinativo e não vinculatório nos autos, cabendo à autoridade superior a decisão sobre a questão
- e) poderá abster-se de atuar caso não se repute isento o suficiente para proferir parecer técnico sobre o caso.

34 - (FCC - 2012 - TRE-PR - Analista Judiciário - Área Administrativa)

Iniciado o processo administrativo por provocação do interessado, este

- a) não poderá desistir do pedido, ainda que renuncie aos direitos invocados no processo.
- b) não poderá desistir do pedido se houver mais interessados no processo, sob pena de influenciar a decisão.
- c) poderá desistir do pedido, não atingindo os direitos dos demais interessados.
- d) poderá desistir do pedido, não podendo a administração prosseguir com o processo por motivo de interesse público.
- e) poderá desistir do processo, mas não renunciar a qualquer direito, ainda que disponível.

35 - (FCC - 2012 - TRE-CE - Técnico Judiciário - Área Administrativa)

Cláudio é parte em determinado processo administrativo, sendo seus direitos atingidos por decisão administrativa proferida pela Administração Pública Federal. Contra a referida decisão, Cláudio interpôs recurso administrativo, sem, no entanto, prestar caução. Nos termos da Lei nº 9.784/1999,

- a) Cláudio não é legitimado para interpor o recurso administrativo, sendo assim, pouco importa a discussão atinente à caução.
- b) a caução é sempre necessária à interposição do recurso administrativo, motivo pelo qual o recurso será considerado deserto.
- c) a interposição de recurso administrativo independe de caução, salvo exigência legal nesse sentido.
- d) a caução jamais será necessária à interposição do recurso administrativo, pois, do contrário, caracterizaria exigência contrária aos princípios do processo administrativo.
- e) a exigência de caução é ato discricionário da Administração Pública; logo, é ela quem decidirá acerca da necessidade ou não de sua prestação.

36 - (FCC - 2012 - TRE-CE - Analista Judiciário - Área Administrativa)

Nos termos da Lei nº 9.784/99, um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole:

- a) técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.
- b) jurídica, econômica ou administrativa, apenas.
- c) social ou jurídica, apenas.
- d) territorial ou jurídica, apenas.
- e) administrativa, econômica ou jurídica, apenas.

37 - (FCC - 2012 - TRT - 11ª Região (AM) - Analista Judiciário - Área Administrativa)

A Administração Pública Federal, ao conduzir determinado processo administrativo, aplica retroativamente nova interpretação acerca de norma administrativa, sob o fundamento de ser mais vantajosa ao interesse público. Nos termos da Lei nº 9.784/1999,

- a) a postura da Administração Pública é ilegal, por violar um dos critérios que devem ser observados nos processos administrativos.
- b) é possível, em qualquer hipótese, a aplicação retroativa de nova interpretação de norma administrativa.
- c) é vedada a aplicação retroativa de nova interpretação da norma administrativa, salvo para o melhor atendimento do fim público a que se dirige.
- d) o fundamento da Administração Pública para justificar sua postura não está previsto em lei, sendo necessário o preenchimento de outro requisito legal para que possa aplicar retroativamente nova interpretação de norma administrativa.
- e) independentemente da retroatividade de nova interpretação, é vedada a interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público.

GABARITO			
Questão	Resposta	Questão	Resposta
1	E	20	C
2	C	21	A
3	C	22	E
4	E	23	B
5	E	24	A
6	C	25	B
7	E	26	X
8	E	27	D
9	E	28	D
10	B	29	A
11	A	30	C
12	C	31	A
13	E	32	C
14	C	33	A
15	C	34	C
16	A	35	D
17	C	36	A
18	C	37	A
19	E		

Licitação Pública Lei n. 8666/93

1 - (CONSULPLAN - 2012 - TSE - Analista Judiciário)

De acordo com a Lei nº 8.666/1993, o tipo de licitação que se aplica nos casos de alienação de bens ou concessão de direito real de uso, denomina-se

- a) maior lance ou oferta.
- b) melhor técnica.
- c) menor preço.
- d) técnica e preço.

2 - (CONSULPLAN - 2012 - TSE - Analista Judiciário)

De acordo com a Lei nº 8.666/1993, para adquirir um produto no valor de R\$ 75.000,00, a administração pública

- a) tem que se valer exclusivamente da modalidade de licitação denominada convite.
- b) não pode se valer da modalidade de licitação denominada convite.
- c) pode usar exclusivamente as modalidades licitatórias de convite ou tomada de preços.
- d) pode usar as modalidades licitatórias de convite, tomada de preços ou concorrência.

3 - (CONSULPLAN - 2012 - TSE - Analista Judiciário)

Em conformidade com o Art. 22 da Lei nº 8.666/93, uma modalidade de licitação é caracterizada como aquela que ocorre entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de três pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até vinte e quatro horas da apresentação das propostas. Essa modalidade de licitação é denominada

- a) convite.
- b) concurso.
- c) concorrência.
- d) leilão.

4 - (CONSULPLAN - 2012 - TSE - Analista Judiciário)

Analise as afirmativas relacionadas aos anexos de um Edital de Licitação, de acordo com a Lei nº 8.666/93.

- I. Projeto básico e/ou executivo, com todas as suas partes, desenhos, especificações e outros complementos.
- II. Contrato a ser firmado entre a Administração e todas as empresas participantes do processo de licitação.
- III. Especificações complementares e as normas de execução pertinentes à licitação.

No que diz respeito aos anexos que um Edital de Licitação deve conter, assinale

- a) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- b) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- c) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- d) se todas as afirmativas estiverem corretas.

5 - (FUNCAB - 2012 - MPE-RO - Analista – Processual)

Segundo a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o instrumento de contrato é obrigatório:

- a) nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites dessas duas modalidades de licitação.
- b) apenas se inexistir ordem de execução de serviço.
- c) em qualquer hipótese de contrato administrativo.
- d) em qualquer hipótese de contrato administrativo, salvo nos casos de concorrência e de tomada de preços, em que pode ser substituído pelas disposições do próprio edital.
- e) quando o edital não possa suprir suas disposições.

6 - (CONSULPLAN - 2012 - TSE - Analista Judiciário)

No que tange às modalidades de licitações é correto afirmar que

- a) a concorrência pode ser substituída por tomada de preços.
- b) a tomada de preços pode ser substituída pelo convite.
- c) a tomada de preços pode substituir o convite.
- d) quando a lei aponta uma modalidade de licitação como a aplicável não há a possibilidade de substituição.

7 - (CONSULPLAN - 2012 - TSE - Analista Judiciário)

NÃO é hipótese de contrato sujeito à licitação dispensável:

- a) Aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo.
- b) Fornecimento de bens e serviços, produzidos ou prestados no País, que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional, mediante parecer de comissão especialmente designada pela autoridade máxima do órgão.
- c) Compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.
- d) Aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.

8 - (FUNCAB - 2012 - MPE-RO)

Nos termos da Lei nº 8.666/93, uma licitação para execução de obras, cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade e/ou com características e especificações exclusivas:

- a) é vedada em qualquer circunstância.
- b) é dispensável se for tecnicamente justificável.
- c) é considerada nula em qualquer circunstância e implica a responsabilidade de quem lhe tenha dado causa.
- d) é vedada, mas no caso de ser tecnicamente justificável será inexigível a licitação.
- e) é vedada, entretanto será permitida se for tecnicamente justificável.

9 - (CONSULPLAN - 2012 - TSE - Analista Judiciário - Área Judiciária)

Sobre a obrigatoriedade de licitação para a administração pública contratar, é correto afirmar que

a) em relação à concessão de serviços públicos, não há possibilidade de não ser realizada licitação por expressa disposição constitucional.

b) a Constituição autoriza que a lei ordinária disponha sobre as hipóteses em que a licitação poderá ser excepcionada, inclusive em relação à concessão de serviços públicos.

c) quando não houver possibilidade de concorrência, a licitação poderá ser dispensada segundo expressa disposição da Lei nº 8.666/93.

d) no Brasil, não existe exceção em relação à obrigatoriedade de licitação para a administração pública contratar.

10 - (CONSULPLAN - 2012 - TSE - Técnico Judiciário)

Em relação aos tipos de licitação pode-se afirmar que

a) no tipo “melhor técnica”, o preço não influencia na contratação.

b) finalizada a classificação das propostas o procedimento a ser seguido nas licitações de melhor técnica e técnica e preço são os mesmos.

c) o tipo “melhor técnica” pode ser utilizado na seleção para qualquer tipo de contrato.

d) no tipo melhor técnica e preço não é necessário que a primeira colocada cubra o melhor preço dentre as classificadas; esta exigência aplica-se ao tipo melhor preço.

11 - (CONSULPLAN - 2012 - TSE - Técnico Judiciário)

No que tange a licitação é correto afirmar que

a) licitação inexigível é aquela em que a lei confere ao administrador a possibilidade discricionária de realizar ou não a licitação.

b) licitação dispensável é aquela onde não há a possibilidade de concorrência, por isso a contratação é feita sem procedimento licitatório.

c) não existe a possibilidade de excepcionar a obrigatoriedade de licitação no Brasil.

d) na licitação dispensada, a própria lei estabelece previamente as hipóteses onde não será necessária a licitação.

12 - (CONSULPLAN - 2012 - TSE - Técnico Judiciário)

O TSE, em dezembro 2011, celebrou após regular processo licitatório, um contrato com a empresa Soluções Tecnológicas Ltda, tendo como objeto a prestação de serviços de suporte na área de informática, com vigência de seis meses. Segundo a Lei Federal nº 8.666/93, só NÃO será motivo para rescisão do referido contrato pelo TSE

a) a paralisação do serviço, objeto do contrato, sem justa causa e prévia comunicação à Administração.

b) a dissolução da empresa contratada, Soluções Tecnológicas Ltda.

c) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa contratada, que prejudique a execução do contrato celebrado entre as partes.

d) o atraso, justificado no início do serviço, objeto do contrato.

13 - (CONSULPLAN - 2012 - TSE - Técnico Judiciário)

“_____” é a modalidade de licitação em que quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação

preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.”

Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

a) Concorrência

b) Concurso

c) Leilão

d) Pregão presencial

14 - (CONSULPLAN - 2012 - TSE - Técnico Judiciário)

O TSE pretende realizar uma licitação em que será usada a modalidade tomada de preços tipo menor preço. A partir da primeira publicação do edital resumido ou da expedição do convite, o prazo mínimo para o recebimento de propostas nessa tomada de preços tipo menor preço é de

a) 5 dias.

b) 15 dias.

c) 30 dias.

d) 45 dias.

15 - (CONSULPLAN - 2012 - TSE - Técnico Judiciário)

É inexigível a licitação, conforme a Lei Federal nº 8.666/93

a) na hipótese de contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido.

b) nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.

c) para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

d) para a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.

16 - (CONSULPLAN - 2012 - TSE - Técnico Judiciário)

A Secretaria responsável do TSE pretende realizar uma licitação na modalidade concorrência técnica e preço. Na elaboração do instrumento editalício, somente será considerado um documento exigido para a qualificação técnica do licitante proponente

a) o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado no órgão competente.

b) o balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, registrado na Junta Comercial do Estado sede da licitante.

c) a prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante.

d) a comprovação, fornecida pelo TSE de que a licitante recebeu os documentos e de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da referida licitação.

17 - (CONSULPLAN - 2012 - TSE - Técnico Judiciário - Área Administrativa)

A venda de bens imóveis da administração pública, quando se sujeita à licitação deve ser realizada

- a) sempre na modalidade de concorrência.
- b) na modalidade de concorrência, tendo como exceção as hipóteses de imóveis adquiridos em procedimentos judiciais ou por dação em pagamento.
- c) por leilão, em regra.
- d) pela modalidade adequada ao preço do imóvel, podendo ser concorrência, tomada de preços, convite ou leilão.

18 - (FUNCAB - 2012 - MPE-RO - Analista - Administração)
Conforme o Artigo 3 da Lei nº 8.666/93, nos processos de licitação previstos no caput, poderá ser estabelecida margem de preferência para produtos manufaturados e para serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras. Essa margem será estabelecida com base em estudos revistos periodicamente, em prazo não superior a cinco anos, que levam em consideração as condições, EXCETO:

- a) geração de emprego e renda.
- b) custo adicional dos produtos e serviços.
- c) análise e desenvolvimento de produtos e serviços.
- d) desenvolvimento e inovação tecnológica realizados no País.
- e) efeito na arrecadação de tributos federais, estaduais e municipais.

19 - (FUNCAB - 2012 - MPE-RO - Analista - Administração)
O tipo de licitação que corresponde aos casos de alienação de bens ou concessão de direito real de uso é a de:

- a) menor preço.
- b) melhor técnica.
- c) técnica e preço.
- d) modalidade concurso
- e) maior lance ou oferta.

20 - (FUNCAB - 2012 - MPE-RO - Analista - Auditoria)
Segundo a Constituição Federal, ressalvados os casos especificados na legislação, estão obrigados a contratar obras, serviços, compras e alienações mediante processo de licitação pública apenas:

- a) os órgãos da administração direta.
- b) as empresas públicas e as autarquias.
- c) as pessoas de direito público de capacidade política, bem como as autarquias, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as fundações governamentais.
- d) as pessoas de direito público de capacidade política.
- e) as entidades da administração indireta.

21 - (FUNCAB - 2012 - MPE-RO)

É correto afirmar que, nos termos da Lei nº 8.666/93, uma comissão Permanente de Licitações é composta de:

- a) no mínimo, três membros, sendo, pelo menos, dois deles servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos responsáveis pela licitação, cuja investidura não exceda a um ano.
- b) no mínimo, três membros qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos responsáveis pela licitação, cuja investidura não exceda a dois anos.
- c) no mínimo, três membros e dois suplentes que sejam servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos responsáveis pela licitação, cuja investidura não exceda a dois anos.

d) no mínimo, quatro membros, sendo, pelo menos, três deles servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos responsáveis pela licitação, cuja investidura não exceda a um ano.

e) no mínimo, três membros, sendo, pelo menos, três deles servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos responsáveis pela licitação, cuja investidura não exceda a um ano, prorrogável por igual período.

22 - (FUNCAB - 2012 - MPE-RO)

Segundo a Lei nº 8.666/93, é correto afirmar que Concorrência é a modalidade de licitação entre interessados:

- a) devidamente cadastrados ou que atendam a todas as condições exigidas para cadastramento, até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- b) do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de três pela unidade administrativa, a qual estenderá o instrumento convocatório aos demais cadastrados, na correspondente especialidade, que manifestarem interesse, com antecedência de até 24 horas da apresentação das propostas.
- c) que comprovem, na fase inicial de habilitação preliminar, possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
- d) para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial, com antecedência mínima de 45 dias.
- e) na venda de bens móveis inservíveis para a Administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao da avaliação.

23 - (UEG - NÚCLEO - 2008 - PC-GO - Delegado de Polícia)

A Lei n. 8.666/93, que instituiu normas para licitação e contratos da Administração Pública, prevê regras acerca da contratação direta. Sobre esse tema, é CORRETO afirmar:

- a) tratando-se de autorização legal para contratar de forma direta, o administrador não está obrigado a justificar a razão da escolha daquele que será contratado.
- b) o administrador público, se quiser, poderá realizar processo licitatório tanto na licitação dispensável quanto na licitação dispensada.
- c) é possível contratação direta se ocorrer a situação denominada licitação deserta.
- d) é possível contratação direta no caso de ocorrência da chamada licitação fracassada.

24 - (FCC - 2012 - TRE-CE - Analista Judiciário - Área Judiciária)

O Estado do Ceará pretende realizar procedimento licitatório para a realização de obra de engenharia no valor de R\$ 1.550.000,00 (um milhão, quinhentos e cinquenta mil reais). A modalidade de licitação para tal hipótese é

- a) concorrência ou tomada de preços.
- b) tomada de preços, apenas.

- c) concorrência, apenas.
- d) tomada de preços ou convite.
- e) convite, apenas.

25 - (FCC - 2012 - TRE-CE - Analista Judiciário)

A empresa "Y" sagrou-se vencedora de determinado procedimento licitatório. Em razão disso, a Administração Pública convocou-a regularmente para assinar o termo de contrato, dentro do prazo e condições estabelecidos. No entanto, a empresa "Y", injustificadamente, não compareceu para a assinatura do termo de contrato.

Diante do fato narrado e nos termos da Lei de Licitações (Lei nº 8.666/1993),

- a) é facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.
- b) a Administração está obrigada a revogar a licitação.
- c) o prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez.
- d) a Administração deverá anular a licitação.
- e) o fato narrado caracteriza descumprimento parcial da obrigação assumida, ficando a empresa "Y" proibida de participar de novo certame pelo prazo de dois anos.

26 - (FCC - 2012 - TRE-PR - Analista Judiciário - Área Judiciária)

Determinada Secretaria de Estado autuou processo administrativo para formalizar a aquisição de equipamentos fornecidos por produtor exclusivo, hipótese que se enquadrava em inexigibilidade de licitação. Efetuada a compra, por ocasião de regular fiscalização do contrato, verificou-se que não foi providenciada a ratificação da inexigibilidade de licitação e a respectiva publicação no Diário Oficial. De acordo com a Lei nº 8.666/93, o ato é

- a) regular, uma vez que a ratificação e a publicação da inexigibilidade no Diário Oficial visam apenas a atender o princípio da publicidade.
- b) ineficaz, na medida em que o ato de ratificação da inexigibilidade e sua respectiva publicação no Diário Oficial constituem condição para a eficácia do ato.
- c) eficaz, na medida em que a exigência de ratificação e respectiva publicação do ato no Diário Oficial são necessários apenas em caso de dispensa de licitação.
- d) irregular, tendo em vista que a inexigibilidade de licitação deve ser declarada ao final do certame que deve ser realizado.
- e) regularizável, caso a autoridade fiscalizadora ratifique a inexigibilidade, suprimindo a ausência do ato.

27 - (FCC - 2012 - TRE-PR - Analista Judiciário - Área Judiciária)

A Lei nº 8.666/93 prevê a possibilidade de rescisão unilateral do contrato administrativo pela administração pública. Segundo essa Lei, ao particular é assegurado

- a) a faculdade de rescindir o contrato unilateralmente no caso de inadimplemento da administração pública, ainda que se trate de serviço público essencial.
- b) o poder de paralisar a execução do contrato sem qualquer penalidade, independentemente de provocação administrativa ou judicial, ainda que se trate de serviço

público essencial, no caso de infringência, por parte da administração, de cláusula contratual.

c) a suspensão de suas obrigações contratuais no caso de atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela administração pública em decorrência de serviços já executados.

d) o desfazimento dos serviços já executados, caso seja materialmente possível, e a rescisão unilateral da avença.

e) poder de requerer administrativamente a rescisão unilateral e o pagamento de indenização pelos serviços já executados, caso não seja possível o desfazimento material dos mesmos e o retorno ao status quo ante.

28 - (FCC - 2012 - TRE-PR - Analista Judiciário)

Determinado Estado da Federação pretende adquirir um imóvel pertencente a União Federal. Durante a instrução do processo administrativo autuado para viabilizar a referida aquisição foi lançado parecer concluindo pela necessidade de realização de prévia licitação.

O parecer, de acordo com o disposto na Lei Federal nº 8.666/93,

- a) procede, na medida em que se trata de alienação de bem público a ente público de esfera diversa.
- b) procede, na medida em que o ente público interessado na aquisição do bem tem preferência para a compra somente ao final do procedimento de licitação.
- c) procede, uma vez que o ente titular do domínio do bem integra a administração direta, sendo dispensável apenas quando se trata de venda entre entes públicos da administração indireta.
- d) não procede, uma vez que se dispensa licitação quando se trata de venda de imóvel a outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo.
- e) não procede, uma vez que entre entes públicos é inexigível procedimento de licitação para aquisição de bens móveis e imóveis.

29 - (FCC - 2012 - TRE-PR - Analista Judiciário)

A administração pública realizou, por meio de regular procedimento, a apreensão de grande quantidade de obras de arte. Pretende agora aliená-las onerosamente. Para tanto, de acordo com a Lei nº 8.666/93, a modalidade de licitação adequada é

- a) pregão.
- b) convite.
- c) tomada de preços.
- d) leilão.
- e) empreitada.

30 - (FCC - 2012 - TJ-PE - Analista Judiciário)

Segundo a Lei 8.666/1993, artigo , inciso X, "o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT" caracterizam

- a) a compra.
- b) a alienação.
- c) o projeto executivo.
- d) o projeto básico.
- e) a aquisição.

36 - (FCC - 2012 - TRE-PR - Analista Judiciário - Área Administrativa)

Concluída determinada licitação, a Administração Pública entendeu por homologá-la, mas adjudicar o objeto da licitação a outro licitante, por entender que o vencedor não cumpriria o contrato adequadamente. O licitante vencedor

- a) poderá exigir a assinatura do contrato e o início da execução da avença.
- b) deverá exigir a revogação da licitação, tendo em vista que a Administração não pode adjudicar o objeto do certame a outro que não ao vencedor.
- c) poderá exigir a adjudicação do objeto do certame em seu favor, embora a Administração ainda possa revogar a licitação por razões de oportunidade e conveniência.
- d) deverá pleitear indenização equivalente ao valor do contrato que seria celebrado, uma vez que tem direito subjetivo à formalização da referida avença.
- e) poderá exigir a realização de nova licitação, na qual concorrerá com preferência em relação aos outros.

37 - (FCC - 2012 - TRE-PR - Analista Judiciário - Área Administrativa)

Um município precisa promover a aquisição de grande quantidade de mantimentos destinados ao atendimento das vítimas das enchentes decorrentes de deslizamentos de morros causados pelas torrenciais chuvas de verão. Considerando a necessidade de urgente atendimento da população desabrigada, o município

- a) deverá realizar licitação emergencial, reduzindo os prazos para apresentação e julgamento das propostas.
- b) poderá promover a aquisição emergencial com dispensa de licitação, autuando e instruindo processo administrativo nos termos da lei.
- c) deverá promover a aquisição emergencial com dispensa de licitação, instruindo o competente processo administrativo após o fornecimento dos bens a fim de viabilizar a regularização do contrato.
- d) poderá providenciar a apreensão das mercadorias dos estabelecimentos próximos, após o fornecimento e autuar processo administrativo para regular contratação da aquisição executada.
- e) deverá solicitar à União Federal o atendimento das vítimas da enchente, providenciando-se, na esfera federal, a contratação emergencial para aquisição dos bens.

38 - (FCC - 2012 - TRE-CE - Técnico Judiciário - Área Administrativa)

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório

- a) aplica-se somente aos licitantes, vez que estes não podem deixar de atender os requisitos do instrumento convocatório.
- b) é princípio básico das licitações, no entanto, sua inobservância não enseja a nulidade do procedimento licitatório.
- c) tem por objetivo evitar que a Administração Pública descumpra as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.
- d) permite à Administração Pública, excepcionalmente, aceitar proposta com eventual inobservância às condições estabelecidas no edital, desde que mais favorável ao interesse público.

e) não está expressamente previsto na Lei de Licitações (Lei no 8.666/1993), porém caracteriza-se como um dos mais importantes princípios das licitações.

39 - (FCC - 2012 - TRE-CE - Técnico Judiciário - Área Administrativa)

O Estado do Ceará pretende realizar procedimento licitatório na modalidade concurso, para a escolha de trabalho científico. Nos termos da Lei no 8.666/1993, o edital deverá ser publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de

- a) 30 dias.
- b) 45 dias.
- c) 10 dias.
- d) 15 dias.
- e) 40 dias.

40 - (FCC - 2012 - TRE-CE - Analista Judiciário - Área Administrativa)

A Prefeitura de Fortaleza pretende contratar serviço de advocacia especializado, para o patrocínio de causa judicial, envolvendo tema extremamente complexo na área do Direito Administrativo. Nesse caso,

- a) será inexigível a licitação se o serviço for de natureza singular e o escritório de notória especialização, não sendo requisito legal a inviabilidade de com- petição.
- b) deverá ser realizado o respectivo procedimento licitatório, vez que o serviço em questão não está previsto na Lei de Licitações (Lei no 8.666/93) como hipótese de inexigibilidade de licitação.
- c) será inexigível a licitação se houver inviabilidade de competição, e se o serviço for de natureza singular, e o escritório de notória especialização.
- d) será inexigível a licitação se houver inviabilidade de competição e o serviço for de natureza singular, não sendo requisito legal a notória especialização do escritório, por se enquadrar na discricionariedade administrativa.
- e) deverá ser realizado o procedimento licitatório, pois, mesmo em hipóteses de inexigibilidade de licitação, é necessário procedimento prévio para a escolha do contratado, isto é, hipótese simplificada de licitação.

41 - (FCC - 2012 - TCE-AP - Analista de Controle Externo)

Os limites estabelecidos pela Lei no 8.666, de 1993 e alterações posteriores, para celebração de aditivos de obras novas, são

- a) acréscimo de até 25% do valor inicial.
- b) supressão de até 35% do valor inicial, não podendo exceder o limite ainda que haja acordo entre as partes.
- c) acréscimo de até 35% e supressão de 55% do valor inicial.
- d) acréscimo de até 50% do valor inicial.
- e) supressão de até 50% do valor inicial, podendo exceder o limite caso haja acordo entre as partes.

42 - (FCC - 2012 - TCE-AP - Analista de Controle Externo)

Segundo a Lei no 8.666, de 1993 e alterações posteriores, o regime de empreitada por preço global é quando se contrata

31 - (FCC - 2012 - TRE-PR - Técnico Judiciário - Área Administrativa)

O julgamento das propostas apresentadas em regular procedimento de concorrência deve ser feito

- a) de acordo com os critérios, subjetivos e objetivos, constantes do edital publicado.
- b) objetivamente, sendo possível a desconsideração parcial dos critérios constantes no edital caso necessário para contratação da proposta de menor preço.
- c) preliminarmente de acordo com os requisitos constantes do edital, facultando-se aos competidores, antes do julgamento definitivo, a redução de sua proposta.
- d) observando-se os critérios objetivos constantes do edital e de seus anexos, ainda que publicados após o prazo para apresentação das propostas.
- e) objetivamente, observando-se os critérios fixados no edital, que não poderá ser alterado para adequação das propostas.

32 - (FCC - 2012 - TRE-PR - Técnico Judiciário - Área Administrativa)

A Secretaria da Cultura de determinado Estado pretende promover um evento de grandes proporções para angariar fundos para auxiliar as vítimas das enchentes que assolaram determinada região. O artista convidado, consagrado pela crítica especializada, apresentou proposta de orçamento bastante reduzido (R\$ 15.000,00) em razão da natureza do evento. De acordo com a Lei no 8.666/93, a contratação

- a) deverá ser precedida de licitação, na medida em que não se trata de serviço singular.
- b) poderá ser feita com inexigibilidade de licitação.
- c) poderá ser feita independentemente de licitação em razão da natureza benéfico do evento.
- d) deverá ser precedida de concurso, em razão da natureza artística da contratação.
- e) deverá ser feita com dispensa de licitação, apenas se comprovando a notória especialização.

33 - (FCC - 2012 - TRE-PR - Técnico Judiciário - Área Administrativa)

A Administração Pública decidiu realizar licitação para aquisição de material de informática. A modalidade escolhida foi pregão, que apresenta, como característica a possibilidade de

- a) disputa verbal entre todos os participantes, independentemente do número, após a apresentação do menor lance.
- b) disputa verbal entre o licitante que apresentar o menor lance e os autores das ofertas com preço até 10% (dez por cento) superiores àquela.
- c) inclusão de novos participantes após o início da sessão, caso a menor proposta apresentada seja superior à pesquisa de mercado feita pela Administração Pública.
- d) aditamento das propostas apresentadas, mediante suspensão da sessão por 48 horas, reiniciando-se o procedimento após o decurso desse prazo.
- e) aditamento das propostas apresentadas após o julgamento das ofertas, de modo a reduzir o valor dos lances o máximo possível, atendendo ao critério de menor preço.

34 - (FCC - 2012 - TRE-PR - Analista Judiciário - Área Administrativa)

A Administração Pública realizou regular licitação para contratação de obras de construção de uma unidade escolar. No curso das obras foi identificada necessidade de alteração do material previsto para implantação do sistema de esgoto, com majoração dos custos incorridos pela contratada, em razão de alteração de diretrizes pela empresa responsável pela captação e tratamento. A Administração Pública alterou unilateralmente o contrato para contemplar a adequação às novas diretrizes. Nesse caso,

- a) deverá ser promovido o aditamento do contrato para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, uma vez que restou demonstrada a imprevisibilidade e inevitabilidade da alteração.
- b) fica o contratado obrigado a aceitar a alteração unilateral, não sendo exigível qualquer majoração no valor uma vez que o aumento dos encargos não se deu por vontade da administração, mas sim por razões técnicas.
- c) deverá ser rescindido o contrato e promovida nova licitação, não cabendo qualquer indenização ao contratado, tendo em vista que a Administração não deu causa à alteração e que as obras não foram concluídas.
- d) deverá ser realizada licitação para contratação apenas da construção do sistema de esgoto, permanecendo válido o contrato para o restante da obra e reduzindo-se o objeto do contrato original e o respectivo valor a ser pago.
- e) deverá ser formalizado o contrato com dispensa de licitação para as novas obras necessárias, como forma de promover o reequilíbrio econômico financeiro do contrato.

35 - (FCC - 2012 - TRE-PR - Analista Judiciário - Área Administrativa)

A Administração Pública realizou licitação para aquisição de equipamentos hospitalares. Após a celebração do contrato com o vencedor do certame, foi identificado vício no procedimento de licitação, tendo sido declarado nulo o certame.

Nessas condições,

- a) a Administração Pública deverá realizar nova licitação, sendo o contratado sucedido pelo vencedor do novo certame, mantida a avença original.
- b) a nulidade do procedimento de licitação enseja a nulidade do contrato, podendo o contratado ser indenizado pelos serviços já executados, caso não lhe seja imputada responsabilidade pelo vício.
- c) a nulidade do procedimento de licitação enseja a nulidade do contrato, não cabendo indenização para o contratado em razão da presunção de culpa do mesmo pelo desfazimento da avença.
- d) a Administração Pública poderá manter o contrato celebrado, uma vez que a nulidade do procedimento de licitação deu-se após a assinatura da avença, não lhe alcançando efeitos.
- e) a Administração Pública deverá aditar o procedimento de licitação para sanar os vícios identificados, aditando, em consequência, o contrato para adequá-lo aos novos termos do edital

- a) a execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas.
- b) um empreendimento em sua integralidade, compreendendo parte das etapas das obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade da contratada até a sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação.
- c) mão de obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais.
- d) a execução da obra ou do serviço por preço certo e total.
- e) a execução de um empreendimento ou obra em sua integralidade pelos quantitativos aferidos pelos valores de mercado.

43 - (FCC - 2012 - TCE-AP - Analista de Controle Externo)
De acordo com a Lei no 8.666/1993, poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários

- a) o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica.
- b) a empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico.
- c) a empresa cujo autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou responsável técnico.
- d) o servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
- e) o autor do projeto, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização ou supervisão, a serviço exclusivamente da Administração interessada.

44 - (FCC - 2012 - TCE-AP - Analista de Controle)
Após sagrar-se vencedor em procedimento licitatório para execução de obra pública, o particular subcontratou parte dos serviços objeto do contrato celebrado com a Administração. De acordo com a Lei no 8.666/1993, essa subcontratação é

- a) legal, desde que no limite admitido no edital e no contrato, sem prejuízo das responsabilidades legais e contratuais do contratado.
- b) ilegal, tendo em vista que o contrato administrativo é intuito personae, constituindo a subcontratação uma burla ao procedimento licitatório.
- c) ilegal, exceto se o contrato tiver sido celebrado na modalidade empreitada integral e sempre mediante prévia e expressa anuência da Administração.
- d) legal, independentemente de autorização da Administração ou desde que os serviços subcontratados sejam acessórios e não exijam capacitação técnica objeto de aferição no procedimento licitatório.
- e) ilegal, eis que a subcontratação somente é admitida na hipótese de incapacidade superveniente do contratado para executar a integralidade do contrato, apurada em procedimento administrativo.

45 - (FCC - 2012 - TJ-PE - Oficial de Justiça)
O leilão proceder-se-á na forma da legislação pertinente, observando-se, entre outros aspectos, que

- a) os bens arrematados deverão ser pagos, imediatamente após a realização do leilão, à vista ou no percentual estabelecido no edital, não inferior a 5% (cinco por cento),

e o restante nas condições e prazos estipulados no edital de convocação.

- b) deverá ser cometido a leiloeiro oficial, ou não, mas vedada a designação de servidor pela Administração.
- c) todo bem a ser leiloadado dispensa a avaliação prévia, sendo esta facultativa, objetivando a fixação do preço máximo de arrematação.
- d) o edital do leilão não exige ampla divulgação no município em que será realizado, bastando uma simples comunicação aos interessados.
- e) o pagamento da parcela à vista, nos leilões internacionais, poderá ser realizado em até 03 (três) dias úteis, prorrogáveis por mais 02 (dois) dias.

46 - (FCC - 2012 - TCE-AP - Analista de Controle Externo)
O Estado adquiriu imóvel em procedimento judicial (adjudicação em execução fiscal) e, não havendo interesse em destiná-lo ao serviço público, decidiu aliená-lo onerosamente. Para isso, com base na Lei de licitações,

- a) está dispensado de realizar procedimento licitatório, bastando a avaliação prévia do imóvel e a sua alienação por valor compatível com os praticados no mercado.
- b) está obrigado a instaurar procedimento licitatório, na modalidade concorrência, não sendo necessária autorização legislativa, já que o imóvel não foi afetado ao serviço público.
- c) deverá obter autorização legislativa para alienação do imóvel, realizar avaliação prévia e instaurar procedimento licitatório na modalidade pregão.
- d) deverá realizar avaliação prévia e procedimento licitatório, que pode adotar a modalidade leilão.
- e) está dispensado da realização do procedimento licitatório e da obtenção de autorização legislativa, exceto se o imóvel já estiver incorporado ao patrimônio público.

47 - (FCC - 2012 - TCE-AP - Analista de Controle Externo)
Instaurado procedimento licitatório na modalidade pregão para aquisição de material de escritório, na forma regrada pela Lei no 10.520/2002, foram recebidas as seguintes propostas: R\$ 100.000,00 (licitante A); R\$ 120.000,00 (licitante B); R\$ 140.000,00 (licitante C), R\$ 150.000,00 (licitante D) e R\$ 155.000,00 (licitante E), todos esses valores situados abaixo do valor estimado pela Administração para a aquisição pretendida, de acordo com orçamento. Diante desse cenário, o pregoeiro deverá

- a) encerrar a etapa de recebimento das propostas, passando à abertura da documentação de habilitação do licitante A.
- b) iniciar o procedimento de negociação com o licitante A, de forma a obter o desconto mínimo de 10% sobre o valor ofertado.
- c) reabrir a fase de apresentação de propostas, eis que não foram apresentadas ao menos 3 propostas situadas até 10% acima da melhor proposta, inviabilizando a etapa de lances.
- d) franquear aos licitantes A, B, C e D, apenas, a apresentação de lances verbais e sucessivos.
- e) franquear a todos os licitantes, exceto o licitante A (autor da melhor proposta), a apresentação de lances verbais e sucessivos, com vistas a obter a redução de suas propostas,

e, após, a abertura de nova etapa de lances entre aquele que oferecer a maior redução e o licitante A.

GABARITO			
Questão	Resposta	Questão	Resposta
1	A	25	A
2	D	26	B
3	A	27	C
4	B	28	D
5	A	29	D
6	C	30	C
7	A	31	E
8	E	32	B
9	A	33	B
10	B	34	A
11	D	35	B
12	D	36	C
13	A	37	B
14	B	38	C
15	C	39	B
16	D	40	C
17	B	41	A
18	C	42	D
19	E	43	E
20	C	44	A
21	A	45	A
22	C	46	D
23	C	47	D
24	C		

Contratos Administrativos

1 - (CEPERJ - 2012 - PROCON-RJ - Advogado)

Nos termos da lei federal que regulamenta os contratos administrativos, revela-se correto afirmar, quanto aos contratos de obras:

- a) O projeto executivo deve ser apresentado pelo vencedor no certame licitatório.
- b) Havendo etapas na obra, o particular poderá continuar empreendendo sem necessidade de autorização da Administração.
- c) O orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários deve ser apresentado após o resultado da licitação.
- d) Não há necessidade de previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso.
- e) É vedado incluir no objeto da licitação a obtenção de recursos financeiros para sua execução, qualquer que seja a sua origem.

2 - (CESPE - 2012 - Câmara dos Deputados - Analista - Técnico em Material e Patrimônio)

Acerca de contratos administrativos, julgue os itens subsecutivos.

Em se tratando de compras ou de locação de equipamentos, executado o contrato administrativo, seu objeto deve ser recebido, provisoriamente, por servidor ou comissão designada por autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

3 - (CESPE - 2012 - Câmara dos Deputados - Analista - Técnico em Material e Patrimônio)

A rescisão do contrato firmado com a administração pública pode ser determinada por ato unilateral e escrito da administração, na hipótese de ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução contratual.

4 - (CESPE - 2012 - Câmara dos Deputados - Analista - Técnico em Material e Patrimônio)

É considerado nulo, sem qualquer efeito, o contrato verbal feito pela administração, com exceção dos relativos a contratações de pequenas compras de pronto pagamento, como as de valor não superior a 5% do valor estimado para a modalidade convite, feitas em regime de adiantamento.

5 - (CESPE - 2012 - Câmara dos Deputados - Analista - Técnico em Material e Patrimônio)

Considere que um licitante vencido em certame regular licitatório pretenda impugnar a publicação do resumo do instrumento do contrato, feita no diário oficial em prazo

legalmente estabelecido. Nessa situação, procede a pretensão do licitante, dada a exigência legal de publicação integral do instrumento do contrato e dos seus aditamentos na imprensa oficial, condição indispensável para sua validade, em observância ao princípio da publicidade.

6 - (CESPE - 2012 - Câmara dos Deputados - Analista - Técnico em Material e Patrimônio)

Em relação aos convênios, acordos ou ajustes celebrados por órgãos

da administração pública, julgue os itens que se seguem.

A celebração de convênio, acordo ou ajuste pelos órgãos ou entidades da administração pública independe de prévia aprovação de plano de trabalho da organização interessada, cujas informações, tais como fases de execução, plano de aplicação dos recursos financeiros e cronograma de desembolso, podem ser prestadas ao longo da realização do trabalho.

7 - (CESPE - 2012 - Câmara dos Deputados - Analista - Técnico em Material e Patrimônio)

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada à luz da Lei n.º 8.666/1993 e suas alterações.

A administração pública, ao suprimir parte do objeto de um contrato, provocou modificações no valor inicial contratual. Nessa situação, o contrato poderá ser rescindido mediante requerimento da empresa contratada.

8 - (CESPE - 2012 - Câmara dos Deputados - Analista - Técnico em Material e Patrimônio)

Com base na legislação pertinente a licitações, contratações e aquisições de bens e serviços feitas pela administração pública nas diversas modalidades, julgue os próximos itens.

Os órgãos e as entidades públicas contratantes de serviços de execução indireta são obrigados a divulgar na Internet a listagem mensalmente atualizada dos contratos firmados, indicando a contratada o objeto, o valor mensal e o quantitativo de empregados envolvidos em cada contrato de prestação de serviços.

9 - (FCC - 2012 - DPE-SP - Defensor Público)

Em relação às licitações, contratos e demais ajustes da Administração Pública é correto afirmar que

- a) constitui cláusula desnecessária do contrato administrativo a especificação de seu conteúdo, desde que estipulado com clareza o preço e as condições de pagamento.
- b) as minutas de convênios devem ser previamente examinadas por assessoria jurídica dos órgãos públicos, à qual não compete aprová-las.
- c) inexistindo interessado selecionado, em decorrência da inabilitação ou da desclassificação, a licitação deverá ser declarada deserta.

d) a subcontratação parcial pode ser realizada, desde que haja anterior previsão explicitada no edital da licitação e ratificada no contrato.

e) as sanções para o caso de inadimplemento não precisam ser indicadas no edital de licitação, mas sim no contrato a ser firmado.

10 - (CESPE - 2012 - STJ - Analista Judiciário - Área Judiciária)

Na execução dos contratos administrativos, prorrogações de prazo devem ser justificadas por escrito e previamente autorizadas pela autoridade competente para celebrar o contrato.

11 - (CESPE - 2012 - TJ-CE - Juiz)

À luz do que dispõe a Lei n.º 8.666/1993, assinale a opção correta, relativamente aos contratos, convênios e consórcios administrativos.

a) Os consórcios administrativos são firmados entre entidades de natureza diversa, públicas ou privadas, adquirindo, após as respectivas formalidades, personalidade jurídica de direito público ou privado.

b) Os contratos administrativos devem ser publicados, em sua íntegra, na imprensa oficial, no prazo máximo de trinta dias contados da data da assinatura, sob pena de nulidade.

c) Do instrumento de contrato deve, obrigatoriamente, constar a exigência da prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras, cabendo à administração indicar, já no edital, a modalidade de garantia a ser apresentada.

d) O contratado pela administração pública é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, e, em caso de inadimplência, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos e consequente regularização é transferida à contratante.

e) Diversamente dos contratos administrativos, os convênios administrativos não se submetem à obrigatoriedade de licitação.

12 - (MPE-SC - 2012 - MPE-SC - Promotor de Justiça - Manhã / Princípios da Administração Pública)

I – A tese da “reserva do possível” sustenta que a satisfação dos direitos fundamentais é limitada pela capacidade orçamentária do Estado.

II – Quando a Administração Pública pratica atos administrativos em situação de igualdade com os particulares, sem usar sua supremacia sobre os destinatários, para conservação de seu patrimônio e desenvolvimento de seus serviços, aqueles são classificados como atos de gestão.

III – As cláusulas exorbitantes caracterizam o contrato administrativo e excepcionam seu regime jurídico no que se refere às prerrogativas da Administração Pública, aproximando-o do contrato privado.

IV – Em observância ao princípio da continuidade, o particular não pode invocar a exceção do contrato não cumprido em face da Administração Pública.

V – A ocupação temporária da propriedade particular, quando realizada em caso de perigo público iminente, exime a Administração Pública de eventual indenização.

a) Apenas as assertivas IV e V estão corretas.

b) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.

c) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

d) Apenas as assertivas I, III e V estão corretas.

e) Todas as assertivas estão corretas.

13 - (FCC - 2012 - TRT - 6ª Região (PE) - Analista Judiciário - Área Administrativa)

No curso da execução de contrato administrativo regido pela Lei no 8.666/1993 para a construção de uma rodovia, identificou-se a necessidade de alteração do projeto inicial para melhor adequação técnica. A alteração importou majoração dos encargos do contratado, em relação àqueles tomados por base para o oferecimento de sua proposta na fase de licitação. Diante dessa situação, a Administração contratante

a) poderá alterar unilateralmente o contrato, desde que a alteração do projeto não importe acréscimo de mais de 50% do objeto.

b) poderá alterar o contrato de forma consensual com o contratado, assegurado o reequilíbrio econômico-financeiro, que não poderá superar 25% do valor do contrato.

c) poderá alterar unilateralmente o contrato, sem necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, que somente é devido nas hipóteses de álea econômica extraordinária.

d) poderá alterar unilateralmente o contrato, reestabelecendo o seu equilíbrio econômico-financeiro por aditamento contratual.

e) somente poderá alterar o contrato se contar com a concordância do contratado e assegurado o seu reequilíbrio econômico-financeiro.

14 - (FCC - 2012 - MPE-PE - Analista Ministerial - Área Jurídica)

O Município de Recife e a empresa Construir S/A, após o encerramento de procedimento licitatório, celebraram contrato administrativo para a construção de uma escola pública. No entanto, houve a rescisão do mencionado contrato, sem culpa da empresa contratada, em razão da supressão, por parte da Administração, de obras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. Na hipótese, a empresa Construir S/A será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

a) pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão, apenas.

b) devolução de garantia e pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão, apenas.

- c) devolução de garantia, pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão e pagamento do custo da desmobilização.
- d) pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão e pagamento do custo da desmobilização, apenas.
- e) devolução de garantia, apenas.

15 - (FMP-RS - 2012 - PGE-AC - Procurador)

De acordo com a Lei nº 2.408, de 22 de dezembro de 2010, que dispõe sobre a desconsideração da personalidade jurídica para estender os efeitos das sanções de declaração de idoneidade, suspensão e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública e demais pessoas físicas e jurídicas que especifica, no tocante ao objeto da referida lei, marque a alternativa INCORRETA.

- a) A declaração da desconsideração da personalidade jurídica será precedida de processo administrativo no qual devem ser assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da lei.
- b) Os efeitos das sanções relativas à desconsideração da personalidade jurídica poderão ser estendidos às pessoas jurídicas que constituíam a pessoa jurídica penalizada à época do ilícito, nos termos da lei.
- c) A declaração da desconsideração da personalidade jurídica terá como efeito a responsabilização das pessoas físicas ou jurídicas que detiverem participação, majoritária ou minoritária, na pessoa jurídica penalizada à época do ilícito, autorizando medida cautelar administrativa, nos termos da lei.
- d) A desconsideração da personalidade jurídica se dará, preferencialmente, no próprio processo administrativo destinado à aplicação da penalidade, nos termos da lei.

16 - (FMP-RS - 2012 - PGE-AC - Procurador)

A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, contempla o tratamento dos contratos administrativos, examinando a matéria assinala a alternativa INCORRETA.

- a) É possível a alteração bilateral para contemplar acréscimos ou supressões que não excedam trinta por cento do valor inicial atualizado do contrato.
- b) A Administração pode modificar, unilateralmente, o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os interesses do contratado.
- c) A Administração pode rescindir unilateralmente o contrato na hipótese de dissolução da sociedade ou falecimento do contratado.
- d) O caso fortuito ou força maior, com a devida comprovação, se impeditivos da execução, podem dar motivo à rescisão contratual.

17 - (FCC - 2012 - MPE-PE - Técnico Ministerial - Área Administrativa)

Nos termos da Lei no 8.666/1993, a prestação de serviços a serem executados de forma contínua poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a sessenta meses. No

entanto, em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, o prazo de sessenta meses poderá ser prorrogado em até

- a) sessenta meses.
- b) vinte e quatro meses.
- c) seis meses.
- d) doze meses.
- e) trinta e seis meses.

18 - (CESPE - 2012 - Polícia Federal - Agente da Polícia Federal Serviços Públicos)

Os contratos de concessão de serviços públicos sempre exigem licitação prévia na modalidade concorrência.

19 - (CESPE - 2012 - MPE-PI - Analista Ministerial - Área Administrativa -)

A execução de uma obra que tenha sido objeto de licitação pública pode ser iniciada antes mesmo da conclusão do respectivo projeto executivo.

20 - (CESPE - 2012 - MPE-PI - Analista Ministerial - Área Processual)

Com relação aos contratos administrativos e aos serviços públicos, julgue os próximos itens.

No que se refere à formalização do contrato administrativo, o denominado termo de contrato é dispensável nos casos de concorrência e de tomada de preços.

21 - (FCC - 2012 - TRE-SP - Analista Judiciário - Área Judiciária)

O Estado contratou, mediante prévio procedimento licitatório, a construção de um conjunto de unidades escolares em diferentes localidades. No curso da execução do contrato, identificou decréscimo na demanda escolar em Município no qual seria construída uma das unidades. Diante dessa situação, decidiu reduzir, unilateralmente, o objeto inicialmente contratado, não contando, contudo, com a concordância da empresa contratada. De acordo com a Lei nº 8.666/1993, a contratada

- a) está obrigada a aceitar a supressão quantitativa determinada pela Administração, desde que não ultrapasse 25% do valor inicial atualizado do contrato.
- b) não está obrigada a aceitar a supressão, em face do princípio da vinculação ao edital, exceto quando decorrente de contingenciamento de recursos orçamentários.
- c) está obrigada a aceitar a supressão quantitativa determinada pela Administração, desde que não ultrapasse 50% do valor do contrato, assegurado o direito ao recebimento por materiais já adquiridos e eventuais prejuízos devidamente comprovados.
- d) não está obrigada, em nenhuma hipótese, a aceitar a supressão do objeto do contrato, que somente poderá ser implementada por acordo entre as partes e observado o limite de 50% do valor inicial atualizado do contrato.
- e) poderá rescindir o contrato, unilateralmente, desde que comprove que a sua execução tornou-se economicamente desequilibrada, fazendo jus à indenização por prejuízos comprovados e lucros cessantes.

22 - (FCC - 2012 - TRE-SP - Técnico Judiciário - Área Administrativa)

Os contratos administrativos, de acordo com a Lei no 8.666/1993, possuem vigência adstrita aos respectivos créditos orçamentários, constituindo EXCEÇÃO

- a) os contratos de obras, que poderão ser prorrogados por até 24 meses, caso comprovada a ocorrência de condições supervenientes que determinem a alteração do projeto.
- b) os contratos para entrega futura e parcelada de bens, que poderão ser prorrogados até o limite de 24 meses, para atender necessidade contínua da Administração.
- c) os contratos de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ser prorrogados, por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 meses.
- d) os contratos por escopo, até limite de 12 meses, e desde que o objeto esteja contido nas metas estabelecidas no Plano Plurianual.
- e) o aluguel de equipamentos e a utilização de programas de informática, até o limite de 60 meses e por mais 12 meses, em caráter excepcional.

23 - (FCC - 2012 - TRF - 2ª REGIÃO - Técnico Judiciário - Área Administrativa)

Analise, sob o tema dos contratos administrativos, as prerrogativas conferidas à Administração em relação a esses contratos:

I. Modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitado os direitos do contratado.

II. Rescindir-los unilateralmente, em qualquer hipótese, desde que necessário.

III. Ocupar provisoriamente, em determinadas hipóteses, bens móveis e imóveis e serviços vinculados ao objeto do contrato nos casos de serviços essenciais.

IV. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

Nesses casos, está correto o que consta APENAS em

- a) I, III e IV.
- b) II e III.
- c) II, III e IV.
- d) I e IV.
- e) I e II.

24 - (FCC - 2012 - TRF - 2ª REGIÃO - Técnico Judiciário - Área Administrativa)

Sob o aspecto da inexecução e da rescisão dos contratos, NÃO constitui motivo, dentre outros, para a rescisão contratual:

- a) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato.
- b) a paralisação da obra, serviço ou fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração.

- c) o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos.
- d) a dissolução da sociedade ou do falecimento do contratado.
- e) o atraso justificado no início da obra, serviço ou fornecimento.

25 - (FCC - 2012 - TRF - 2ª REGIÃO - Analista Judiciário - Área Administrativa)

No tocante à formalização de todos os contratos administrativos, são cláusulas necessárias, dentre outras, as que estabeleçam:

I. o objeto e seus elementos característicos.

II. o regime de execução, a modalidade de garantia a ser ofertada pelo contratado e a forma de fornecimento.

III. o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica.

IV. a obrigatoriedade da exigência de garantias, em qualquer hipótese, para assegurar sua plena execução.

Nesses casos, está correto o que consta APENAS em

- a) I e II.
- b) I, III e IV.
- c) II e III.
- d) I, II e IV.
- e) I e III.

26 - (FCC - 2012 - TCE-SP - Agente de Fiscalização Financeira - Administração)

O Departamento de Estradas de Rodagem - DER, autarquia estadual, contratou a execução de obras de ampliação de uma rodovia e, no curso da execução do contrato, constatou a imprescindibilidade de alteração do projeto para melhor adequação técnica. Diante dessa situação, o DER

- a) somente pode alterar o contrato com a concordância do contratado e desde que não importe majoração do valor inicial atualizado.
- b) pode alterar o contrato, unilateralmente, com as devidas justificativas, restabelecendo o equilíbrio econômico-financeiro do contrato caso a alteração aumente os encargos do contratado.
- c) não pode alterar o contrato, em face da vinculação ao Edital, estando autorizado a rescindi-lo, unilateralmente, e promover nova licitação com adequação do objeto.
- d) pode alterar o contrato, unilateralmente, desde que a alteração não implique acréscimo de mais de 50% do valor inicial atualizado do contrato.
- e) pode alterar o contrato, até o limite de 25% do valor inicial atualizado, desde que conte com a concordância do contratado.

27 - (FCC - 2012 - TCE-SP - Agente de Fiscalização Financeira - Administração)

Determinado órgão da Administração estadual celebrou, após regular procedimento licitatório, contrato de prestação de serviços de vigilância. Aproximando-se do prazo final do contrato, com base na Lei nº 8.666/93, o órgão

a) está obrigado a instaurar novo procedimento licitatório, eis que os contratos administrativos não admitem prorrogação, limitando-se ao prazo compatível com a dotação orçamentária que lhes dá suporte.

b) poderá prorrogar o contrato, eis que os contratos administrativos admitem prorrogação, independentemente da natureza do serviço, até o máximo de 12 meses e desde que assegurada dotação orçamentária.

c) está obrigado a instaurar novo procedimento licitatório, exceto se comprovar que a interrupção do serviço causará prejuízo ao serviço público, situação em que, assegurado o suporte orçamentário, poderá prorrogar o contrato pelo prazo máximo de 12 meses.

d) poderá prorrogar o contrato, excepcionalmente, até o limite de 6 meses, se comprovar que o preço contratado situa-se abaixo dos praticados no mercado e que não haverá tempo hábil para realização de nova licitação.

e) poderá prorrogar o contrato, desde que caracterizado que se trata de serviços a serem executados de forma contínua, até o máximo de 60 meses e, excepcionalmente, por mais 12 meses.

28 - (FUNCAB - 2012 - MPE-RO - Analista - Processual)

Segundo a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o instrumento de contrato é obrigatório:

a) nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites dessas duas modalidades de licitação.

b) apenas se inexistir ordem de execução de serviço.

c) em qualquer hipótese de contrato administrativo.

d) em qualquer hipótese de contrato administrativo, salvo nos casos de concorrência e de tomada de preços, em que pode ser substituído pelas disposições do próprio edital.

e) quando o edital não possa suprir suas disposições.

29 - (CONSULPLAN - 2012 - TSE - Analista Judiciário - Análise de Sistemas)

São cláusulas exorbitantes inerentes ao regime jurídico dos contratos administrativos a possibilidade de, EXCETO:

a) Modificação unilateral do contrato inclusive as cláusulas econômico-financeiras.

b) Aplicação de sanções administrativamente ao contratado.

c) Rescisão unilateral do contrato pela administração.

d) Administração pública fiscalizar a execução do contrato.

30 - (CONSULPLAN - 2012 - TSE - Analista Judiciário - Análise de Sistemas)

São motivos para a rescisão, EXCETO:

a) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil.

b) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado.

c) Qualquer alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa.

d) A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto.

31 - (CONSULPLAN - 2012 - TSE - Analista Judiciário - Análise de Sistemas)

No que tange à rescisão dos contratos administrativos é correto afirmar que

a) é possível a rescisão sem acesso ao judiciário e sem a concordância da administração.

b) não é possível a rescisão amigável do contrato, pois o interesse público é indisponível.

c) a rescisão sempre será judicial quando não houver concordância da administração.

d) a rescisão sempre será judicial quando não houver concordância do contratado e da administração.

32 - (CONSULPLAN - 2012 - TSE - Analista Judiciário - Área Judiciária)

Em relação à alteração dos contratos administrativos, é correto afirmar que

a) o fato do príncipe motiva a alteração do contrato em razão de uma atuação da administração pública diretamente relacionada ao objeto do contrato.

b) não existe a possibilidade de alteração do contrato administrativo sem concordância do contratado em função do brocardo *pacta sunt servanda*.

c) o contratado é obrigado a aceitar qualquer acréscimo ou supressão nas obras, serviços ou compras desde que mantido o equilíbrio econômico-financeiro.

d) o aumento de um tributo que venha a onerar substancialmente a execução do contrato pode ser classificado como fato do príncipe.

33 - (CONSULPLAN - 2012 - TSE - Técnico Judiciário - Programação de Sistemas)

O TSE, em dezembro 2011, celebrou após regular processo licitatório, um contrato com a empresa Soluções Tecnológicas Ltda, tendo como objeto a prestação de serviços de suporte na área de informática, com vigência de seis meses. Segundo a Lei Federal nº 8.666/93, só NÃO será motivo para rescisão do referido contrato pelo TSE

a) a paralisação do serviço, objeto do contrato, sem justa causa e prévia comunicação à Administração.

b) a dissolução da empresa contratada, Soluções Tecnológicas Ltda.

c) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa contratada, que prejudique a execução do contrato celebrado entre as partes.

d) o atraso, justificado no início do serviço, objeto do contrato.

34 - (CONSULPLAN - 2012 - TSE - Técnico Judiciário - Programação de Sistemas)

NÃO é considerada uma cláusula necessária em um contrato, segundo a Lei Federal nº 8.666/93

- a) o regime de execução.
- b) o preço e as condições de pagamento.
- c) os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo.
- d) o reconhecimento dos direitos do contratado, em caso de rescisão administrativa, devido a inexecução total ou parcial do contrato.

35 - (FCC - 2012 - INSS - Técnico do Seguro Social Serviços Públicos)

Em relação à extinção do contrato de concessão é correto afirmar que

- a) caducidade é a rescisão unilateral antes de findo o prazo de concessão, que se consubstancia na retomada do serviço pelo poder concedente por razões de interesse público.
- b) reversão é a rescisão unilateral da concessão que se consubstancia na retomada do serviço pelo poder concedente por razões de interesse público.
- c) encampação é a extinção unilateral da concessão por motivo de inadimplemento contratual, não cabendo, portanto, indenização ao concessionário pelos prejuízos que sofrer.
- d) reversão é a rescisão unilateral da concessão por motivo de inadimplemento contratual do concessionário, cabendo indenização pela interrupção do contrato antes de findo seu prazo.
- e) encampação é a retomada do serviço pelo poder concedente por razões de interesse público, durante o prazo de concessão, mediante lei autorizativa específica.

36 - (FUNCAB - 2012 - MPE-RO - Analista - Administração)

Os contratos administrativos de que trata a Lei nº 8.666 regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam, EXCETO:

- a) o objeto e seus elementos característicos.
- b) as garantias oferecidas para assegurar o início da execução, quando exigidas.
- c) as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso.
- d) os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas.
- e) os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso.

37 - (FUNCAB - 2012 - MPE-RO - Analista - Contabilidade)

Com respeito à declaração de nulidade de um contrato, é correto afirmar, segundo a Lei nº 8.666/93, que esse ato administrativo:

- a) é capaz de impedir os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, mas é incapaz de desconstruir os efeitos jurídicos que já tenham sido produzidos até a data na qual tenha sido declarado nulo.
- b) é incapaz de impedir os efeitos jurídicos que o contrato declarado nulo venha a produzir ou tenha produzido até a data de sua nulidade.
- c) não pode ser induzido pela nulidade do procedimento licitatório.
- d) exonera a Administração de qualquer dever de indenizar o contratado pelo que este houver comprovadamente executado, até a data em que a nulidade tenha sido declarada, mesmo que não lhe seja imputável.
- e) não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver comprovadamente executado até a data em que a nulidade tenha sido declarada, contanto que não lhe seja imputável.

38 - (FUNCAB - 2012 - MPE-RO - Analista - Contabilidade)

Com respeito à formalização de contratos, é correto afirmar, segundo a Lei nº 8.666/93, que um contrato verbal com a Administração é:

- a) nulo e de nenhum efeito, sem exceção.
- b) nulo e de nenhum efeito, salvo no caso de pequenas compras feitas em regime de adiantamento e cujo valor não seja superior a 10% do limite estabelecido para convites.
- c) nulo e de nenhum efeito, salvo no caso de pequenas compras feitas em regime de adiantamento e cujo valor não seja superior a 5% do limite estabelecido para convites.
- d) nulo e de nenhum efeito, salvo no caso de pequenas compras feitas em regime de adiantamento e cujo valor não seja superior a 3% do limite estabelecido para convites.
- e) nulo e de nenhum efeito, salvo no caso de pequenas compras feitas em regime de adiantamento e cujo valor não seja superior a 1% do limite estabelecido para convites.

39 - (FUNCAB - 2012 - MPE-RO - Analista - Contabilidade)

Em casos de prorrogação de prazos, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de um contrato é assegurada desde que, mantidas as demais cláusulas, ocorra algum dos motivos abaixo, EXCETO:

- a) superveniência de fato excepcional, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato.
- b) alteração do projeto ou de suas especificações, por iniciativa da empresa contratada.
- c) interrupção da execução ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem da Administração.
- d) impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração.
- e) omissão ou atraso de providências a cargo da Administração que resulte em impedimento ou retardamento na execução do contrato.

40 - (UEG - NÚCLEO - 2008 - PC-GO - Delegado de Polícia)

Quanto aos contratos administrativos regidos pela Lei n.

8.666/93, é CORRETO afirmar:

- a) a Administração Pública deverá exigir garantia do contratado, independentemente de previsão no edital.
- b) a Administração Pública não poderá declarar a inidoneidade do contratado para licitar e contratar com o Poder Público, porquanto tal competência é do Poder Judiciário.
- c) é ilegal qualquer ajuste verbal com a Administração Pública; o contrato nessa circunstância é nulo.
- d) o contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessários nas obras, serviços ou compras até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

41 - (FCC - 2012 - TRE-CE - Analista Judiciário - Área Judiciária)

A empresa "Y" sagrou-se vencedora de determinado procedimento licitatório. Em razão disso, a Administração Pública convocou-a regularmente para assinar o termo de contrato, dentro do prazo e condições estabelecidos. No entanto, a empresa "Y", injustificadamente, não compareceu para a assinatura do termo de contrato.

Diante do fato narrado e nos termos da Lei de Licitações (Lei no 8.666/1993),

- a) é facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.
- b) a Administração está obrigada a revogar a licitação.
- c) o prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez.
- d) a Administração deverá anular a licitação.
- e) o fato narrado caracteriza descumprimento parcial da obrigação assumida, ficando a empresa "Y" proibida de participar de novo certame pelo prazo de dois anos.

42 - (FCC - 2012 - TRE-CE - Analista Judiciário - Área Judiciária)

Na concessão de serviço público, a rescisão unilateral por motivo de inadimplemento contratual denomina-se

- a) retrocessão.
- b) encampação.
- c) reversão.
- d) caducidade.
- e) adjudicação.

43 - (FCC - 2012 - TRE-PR - Analista Judiciário - Área Judiciária)

A Lei no 8.666/93 prevê a possibilidade de rescisão unilateral do contrato administrativo pela administração pública. Segundo essa Lei, ao particular é assegurado

- a) a faculdade de rescindir o contrato unilateralmente no caso de inadimplemento da administração pública, ainda que se trate de serviço público essencial.
- b) o poder de paralisar a execução do contrato sem qualquer penalidade, independentemente de provocação administrativa ou judicial, ainda que se trate de serviço

público essencial, no caso de infringência, por parte da administração, de cláusula contratual.

c) a suspensão de suas obrigações contratuais no caso de atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela administração pública em decorrência de serviços já executados.

d) o desfazimento dos serviços já executados, caso seja materialmente possível, e a rescisão unilateral da avença.

e) poder de requerer administrativamente a rescisão unilateral e o pagamento de indenização pelos serviços já executados, caso não seja possível o desfazimento material dos mesmos e o retorno ao status quo ante.

44 - (FCC - 2012 - TRE-PR - Analista Judiciário - Área Judiciária)

Determinado ente público locou um imóvel para instalar suas atividades. Contratou, regularmente, obras de reforma para adequação do prédio ao fluxo das pessoas atendidas. Durante a execução das referidas obras identificou-se que seria necessário aditar o contrato em 35% (trinta e cinco por cento) do valor inicial.

Nesse caso,

a) o contratado fica desobrigado de aceitar o acréscimo, tendo em vista que excedeu o limite de 25% legalmente previsto para majoração do contrato.

b) a administração pública deverá realizar nova licitação para contratar o acréscimo de serviços identificado, visto não ser legal a majoração do contrato original em montante superior a 25%.

c) a administração deverá aditar o contrato original para alterar seu objeto, na medida em que o montante do acréscimo excede o percentual legal de majoração.

d) o contratado deverá aceitar a majoração, tendo em vista que o percentual de aumento está dentro do limite legalmente previsto para majoração de contrato de obras de reforma.

e) o contratado terá preferência para participar do novo certame que obrigatoriamente deverá ser realizado, tendo em vista a necessidade de alteração do objeto original do contrato.

45 - (FCC - 2012 - TRE-PR - Analista Judiciário - Área Administrativa)

A Administração Pública realizou regular licitação para contratação de obras de construção de uma unidade escolar. No curso das obras foi identificada necessidade de alteração do material previsto para implantação do sistema de esgoto, com majoração dos custos incorridos pela contratada, em razão de alteração de diretrizes pela empresa responsável pela captação e tratamento. A Administração Pública alterou unilateralmente o contrato para contemplar a adequação às novas diretrizes. Nesse caso,

a) deverá ser promovido o aditamento do contrato para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, uma vez que restou demonstrada a imprevisibilidade e inevitabilidade da alteração.

- b) fica o contratado obrigado a aceitar a alteração unilateral, não sendo exigível qualquer majoração no valor uma vez que o aumento dos encargos não se deu por vontade da administração, mas sim por razões técnicas.
- c) deverá ser rescindido o contrato e promovida nova licitação, não cabendo qualquer indenização ao contratado, tendo em vista que a Administração não deu causa à alteração e que as obras não foram concluídas.
- d) deverá ser realizada licitação para contratação apenas da construção do sistema de esgoto, permanecendo válido o contrato para o restante da obra e reduzindo-se o objeto do contrato original e o respectivo valor a ser pago.
- e) deverá ser formalizado o contrato com dispensa de licitação para as novas obras necessárias, como forma de promover o equilíbrio econômico financeiro do contrato.

46 - (FCC - 2012 - TRE-PR - Analista Judiciário - Área Administrativa)

No curso da execução de determinado contrato administrativo, precedido de regular licitação, o contratado veio a falecer, ensejando a

- a) rescisão do contrato, devendo a Administração Pública indenizar os sucessores do falecido por todo o período de vigência da avença, uma vez que não houve culpa do contratado.
- b) manutenção do contrato, podendo o falecido ser sucedido pelo segundo colocado no certame, caso este aceite as condições em curso.
- c) rescisão unilateral da avença pela Administração Pública, justificando-se a decisão pelas razões de interesse público devidamente justificadas.
- d) manutenção do contrato, que somente será rescindido por meio de ação judicial, uma vez que não houve culpa do contratado.
- e) rescisão do contrato, sem culpa do contratado, eximindo-se a Administração Pública de qualquer indenização pelos prejuízos sofridos, uma vez que não deu causa à rescisão.

47 - (FCC - 2012 - TRE-CE - Analista Judiciário - Área Administrativa)

A empresa "Z Construção e Engenharia Ltda." não cumpriu as cláusulas de determinado contrato administrativo celebrado com a União Federal, o que ensejou a rescisão contratual por ato unilateral e escrito da União. A rescisão mencionada acarretará, dentre outras consequências, a ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade. Tal consequência, no entanto, deverá ser precedida de autorização expressa do

- a) Presidente do Congresso Nacional.
- b) Juiz ou Tribunal competente.
- c) Ministro de Estado competente.
- d) Presidente da Câmara dos Deputados.
- e) Presidente do Tribunal de Contas da União

48 - (FCC - 2012 - TCE-AP - Analista de Controle Externo - Engenharia)

Os limites estabelecidos pela Lei no 8.666, de 1993 e alterações posteriores, para celebração de aditivos de obras novas, são

- a) acréscimo de até 25% do valor inicial.
- b) supressão de até 35% do valor inicial, não podendo exceder o limite ainda que haja acordo entre as partes.
- c) acréscimo de até 35% e supressão de 55% do valor inicial.
- d) acréscimo de até 50% do valor inicial.
- e) supressão de até 50% do valor inicial, podendo exceder o limite caso haja acordo entre as partes.

49 - (FCC - 2012 - TCE-AP - Analista de Controle Externo - Tecnologia da Informação)

Após sagrar-se vencedor em procedimento licitatório para execução de obra pública, o particular subcontratou parte dos serviços objeto do contrato celebrado com a Administração. De acordo com a Lei no 8.666/1993, essa subcontratação é

- a) legal, desde que no limite admitido no edital e no contrato, sem prejuízo das responsabilidades legais e contratuais do contratado.
- b) ilegal, tendo em vista que o contrato administrativo é intuito personae, constituindo a subcontratação uma burla ao procedimento licitatório.
- c) ilegal, exceto se o contrato tiver sido celebrado na modalidade empreitada integral e sempre mediante prévia e expressa anuência da Administração.
- d) legal, independentemente de autorização da Administração ou desde que os serviços subcontratados sejam acessórios e não exijam capacitação técnica objeto de aferição no procedimento licitatório.
- e) ilegal, eis que a subcontratação somente é admitida na hipótese de incapacidade superveniente do contratado para executar a integralidade do contrato, apurada em procedimento administrativo.

50 - (FCC - 2012 - TCE-AP - Analista de Controle Externo - Controle Externo)

O Estado concedeu a particular exploração de rodovia, mediante procedimento licitatório no qual se sagrou vencedor o licitante que ofereceu o maior valor pela outorga da concessão, paga em parcelas anuais (ônus de outorga), tendo o Poder Concedente fixado a tarifa (pedágio) no momento da assinatura do contrato e assegurado, contratualmente, o seu reajuste anual. No curso da concessão, o Estado decidiu reduzir o valor do pedágio, alegando que o mesmo estaria onerando demasiadamente os usuários. A conduta do Estado é

- a) legítima, em face do poder de alteração unilateral dos contratos administrativos, desde que limitada ao percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato.
- b) legítima, apenas se comprovar que o fluxo de veículos excedeu as projeções de demanda realizadas no momento da licitação, gerando ganhos injustificados para o concessionário.

c) legítima, desde que restabeleça o equilíbrio econômico financeiro do contrato, o que pode ser feito pela redução do ônus de outorga.

d) ilegítima, em face da imutabilidade da equação econômico-financeira e da garantia de rentabilidade assegurada nos contratos de concessão (taxa interna de retorno).

e) legítima, independentemente da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro tendo em vista que a concessão pressupõe a exploração do serviço por conta e risco do concessionário.

GABARITO			
Questão	Resposta	Questão	Resposta
1	E	26	B
2	E	27	E
3	C	28	A
4	C	29	A
5	E	30	C
6	E	31	C
7	E	32	D
8	E	33	D
9	D	34	D
10	C	35	E
11	E	36	B
12	C	37	E
13	D	38	C
14	C	39	B
15	C	40	D
16	A	41	A
17	D	42	D
18	E	43	C
19	C	44	D
20	E	45	A
21	A	46	E
22	C	47	C
23	A	48	A
24	E	49	A
25	E	50	C

Servidores Públicos Lei n. 8112/90

1 - (CONSULPLAN - 2012 - TSE - Analista Judiciário)

Segundo o art. 5º da Lei nº 8.112/90, a nacionalidade brasileira é requisito básico para investidura em cargo público. Entretanto, o §3º do mesmo artigo abre exceção aos estrangeiros, na forma da lei, quando vierem a prover cargos de

- a) universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais.
- b) estatais de economia mista vinculados à atividade extrativista.
- c) universidades corporativas para o ensino a distância.
- d) órgãos públicos vinculados à atividade diplomática.

2 - (CONSULPLAN - 2012 - TSE - Analista Judiciário)

A respeito do estágio probatório e da estabilidade, assinale a afirmativa INCORRETA.

- a) Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório, durante o qual a assiduidade, a disciplina, a capacidade de iniciativa, a produtividade e a responsabilidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo.
- b) O servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado ou, se estável, sofrerá reversão ao cargo anteriormente ocupado.
- c) O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.
- d) O servidor em estágio probatório poderá exercer quaisquer cargos de provimento em comissão ou funções de direção, chefia ou assessoramento no órgão ou entidade de lotação, e somente poderá ser cedido a outro órgão ou entidade para ocupar cargos de Natureza Especial, cargos de provimento em comissão do Grupo- Direção e Assessoramento Superiores – DAS, de níveis 6, 5 e 4, ou equivalentes.

ATENÇÃO: Esta questão foi anulada pela banca que organizou o concurso.")

3 - (CONSULPLAN - 2012 - TSE - Analista Judiciário)

Sobre a sindicância, analise.

- I. Por ser um procedimento preparatório, a abertura de sindicância não tem o condão de obstar o decurso do prazo prescricional das ações disciplinares, havendo a interrupção da prescrição apenas quando instaurado o processo administrativo disciplinar.
 - II. Constitui discricionariedade da autoridade administrativa a abertura de sindicância ou processo administrativo disciplinar para a apuração imediata de irregularidades no serviço público de que tiver ciência.
 - III. O prazo para a conclusão da sindicância será de até 30 dias, prorrogável por igual período, a critério da autoridade superior.
 - IV. Da sindicância poderá resultar aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até trinta dias.
- Estão corretas apenas as afirmativas

- a) I, II
- b) II, III
- c) III, IV
- d) I, IV

4 - (FUNCAB - 2012 - MPE-RO)

Segundo o Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia, Lei Complementar nº 68/1992, é correto afirmar:

- a) São requisitos básicos a serem apurados no estágio probatório a disciplina e a pontualidade, mas não a produtividade do servidor.
- b) Será exonerado o servidor empossado que não entrar em exercício no prazo de 90 (noventa) dias contados da data da posse ou do ato que lhe determinar o provimento.
- c) A nomeação será feita em caráter temporário, para substituição de cargos em comissão.
- d) O servidor habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquire estabilidade no serviço público ao completar 05 (cinco) anos de efetivo exercício.
- e) A quitação com as obrigações militares e eleitorais não é requisito básico para investidura em cargo público.

5 - (FUNCAB - 2012 - MPE-RO - Técnico em Contabilidade)

"É a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica." Tal assertiva, segundo o Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia, traduz o conceito de:

- a) nomeação.
- b) promoção.
- c) reintegração.
- d) reversão.
- e) readaptação.

6 - (CONSULPLAN - 2012 - TSE - Analista Judiciário)

Com base na Lei nº 8.112/90, a respeito da remoção, redistribuição e substituição, analise.

I. Remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, obrigatoriamente com mudança de sede.

II. O interesse da administração e a manutenção da essência das atribuições do cargo são alguns dos preceitos a serem avaliados no caso de redistribuição.

III. Os servidores investidos em cargo ou função de direção ou chefia e os ocupantes de cargo de Natureza Especial terão substitutos indicados no regimento interno ou, no caso de omissão, previamente designados pelo dirigente máximo do órgão ou entidade. Assinale

- a) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- b) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- c) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- d) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

7 - (CONSULPLAN - 2012 - TSE - Analista Judiciário)

Em janeiro do ano de 2000, Carlos ingressou no serviço público para o exercício de cargo efetivo em autarquia federal por meio de concurso público de provas e títulos.

remuneração, para a participação de curso de capacitação profissional, tendo em vista o transcurso do triênio legal necessário à aquisição da estabilidade e concessão do benefício. Acerca da pretensão de Carlos, de acordo com as diretrizes traçadas pela Lei nº 8.112/90, assinale a alternativa correta.

- a) Será possível, desde que haja interesse da Administração e que a licença não ultrapasse o prazo máximo de três meses.
- b) Será possível, sendo vedado, entretanto, o recebimento de remuneração durante o período de licença para capacitação profissional.
- c) Não será possível, posto que o período de efetivo exercício desenvolvido por Carlos não é suficiente à concessão da licença pleiteada.
- d) Não será possível, uma vez que o afastamento para a participação de cursos de capacitação é permitido apenas aos servidores públicos, integrantes da Administração Direta, que desempenhem atividades nas áreas científicas e tecnológicas.

8 - (CONSULPLAN - 2012 - TSE - Técnico Judiciário)
São hipóteses de vacância, EXCETO:

- a) Morte.
- b) Promoção.
- c) Licença.
- d) Exoneração.

9 - (CONSULPLAN - 2012 - TSE - Técnico Judiciário - Área Administrativa)

Com base na Lei nº 8.112/90 e suas alterações, são casos de provimento de cargos públicos, EXCETO:

- a) O servidor que sai de seu cargo e ingressa em outro situado em classe mais elevada (progressão funcional).
- b) O servidor passa a integrar quadro funcional diverso, saindo de seu cargo efetivo para outro de igual denominação.
- c) O restabelecimento, por laudo médico, de servidor aposentado por invalidez.
- d) O retorno do servidor a determinado cargo, tendo em vista que o cargo que ocupava foi extinto ou declarado desnecessário.

10 - (CONSULPLAN - 2012 - TSE - Técnico Judiciário - Área Administrativa)

De acordo com a Lei nº 8.112/90 e suas alterações, no caso de servidor que, tendo tomado posse, não entre em exercício no prazo estabelecido, ocorrerá

- a) exoneração de ofício.
- b) demissão por abandono de cargo.
- c) vacância imediata.
- d) afastamento por prazo determinado ou indeterminado, conforme o caso.

11 - (CONSULPLAN - 2012 - TSE - Técnico Judiciário - Área Administrativa)

A respeito da redistribuição, com base na Lei nº 8.112/90 e suas alterações, é INCORRETO afirmar que

- a) ocorrerá ex officio para ajustamento de lotação e da força de trabalho às necessidades dos serviços, inclusive

nos casos de reorganização, extinção ou criação de órgão ou entidade.

b) nos casos de reorganização ou extinção de órgão ou entidade, extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade no órgão ou entidade, o servidor estável que não for redistribuído será colocado em disponibilidade, até seu aproveitamento.

c) o servidor que não for redistribuído ou colocado em disponibilidade poderá ter exercício provisório em outro órgão ou entidade, até seu adequado aproveitamento.

d) a redistribuição de cargos efetivos vagos se dará por ato isolado do órgão da Administração Pública Federal envolvido, submetido ao órgão destinatário e ao órgão central controlador para aprovação.

12 - (CONSULPLAN - 2012 - TSE - Técnico Judiciário)

Com base na Lei nº 8.112/90 e suas alterações, analise.

I. O servidor perderá a parcela de remuneração diária, proporcional aos atrasos, ausências e saídas antecipadas, iguais ou superiores a sessenta minutos.

II. As gratificações e os adicionais incorporam-se ao vencimento ou provento, nos casos e condições indicados em lei.

III. Será concedida ajuda de custo àquele que, não sendo servidor da União, for nomeado para cargo em comissão, com mudança de domicílio.

Assinale

- a) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- b) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- c) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- d) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.

13 - (CONSULPLAN - 2012 - TSE - Técnico Judiciário)

De acordo com a Lei nº 8.112/90 e suas alterações, ao servidor NÃO é proibido

- a) participar de gerência ou administração de sociedade privada.
- b) exercer o comércio na qualidade de cotista ou comanditário.
- c) aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro.
- d) recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado.

14 - (FGV - 2012 - OAB)

Luiz Fernando, servidor público estável pertencente aos quadros de uma fundação pública federal, inconformado com a pena de demissão que lhe foi aplicada, ajuizou ação judicial visando à invalidação da decisão administrativa que determinou a perda do seu cargo público. A decisão judicial acolheu a pretensão de Luiz Fernando e invalidou a penalidade disciplinar de demissão. Diante da situação hipotética narrada, Luiz Fernando deverá ser

a) reintegrado ao cargo anteriormente ocupado, ou no resultante de sua transformação, com ressarcimento de todas as vantagens.

b) aproveitado no cargo anteriormente ocupado ou em outro cargo de vencimentos e responsabilidades compatíveis com o anterior, sem ressarcimento das vantagens pecuniárias.

c) readaptado em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis, com ressarcimento de todas as vantagens.
d) reconduzido ao cargo anteriormente ocupado ou em outro de vencimentos e responsabilidades compatíveis com o anterior, com ressarcimento de todas as vantagens pecuniárias.

15 - (FCC - 2012 - INSS - Técnico do Seguro Social)

Sérgio, servidor público federal, teve ciência de irregularidades ocorridas no âmbito da Administração Pública Federal, em razão do cargo que ocupa. Por medo de retaliação, não relatou os fatos de que teve conhecimento. Nos termos da Lei no 8.112/1990, Sérgio

- a) não descumpriu dever legal.
- b) deveria ter levado os fatos ao conhecimento da autoridade superior.
- c) agiu corretamente, pois omitiu-se para a salvaguarda de seus direitos.
- d) deveria obrigatoriamente ter levado os fatos ao conhecimento do Poder Judiciário.
- e) agiu expressamente nos termos da Lei.

16 - (FCC - 2012 - TRE-CE - Analista Judiciário - Área Judiciária)

Considere:

- I. Nenhuma outra pessoa que resida com o servidor receba auxílio-moradia.
- II. O deslocamento tenha sido por força de alteração de lotação ou nomeação para cargo efetivo.
- III. O deslocamento tenha ocorrido após 30 de junho de 2006.
- IV. O cônjuge do servidor ocupe imóvel funcional.

De acordo com a Lei no 8.112/1990, conceder-se-á auxílio-moradia ao servidor se atendidos, dentre outros, os requisitos mencionados APENAS em

- a) I, III e IV.
- b) II e IV.
- c) I e III.
- d) I e IV.
- e) II e III.

17 - (FCC - 2012 - TRE-CE - Analista Judiciário - Área Judiciária)

Poderá ser concedida licença ao servidor para acompanhar cônjuge ou companheiro que foi deslocado para outro ponto do território nacional, para o exterior ou para o exercício de mandato eletivo dos Poderes Executivo e Legislativo. De acordo com a Lei no 8.112/1990, esta licença será

- a) por prazo indeterminado e sem remuneração.
- b) de até 120 dias consecutivos, com remuneração.
- c) de até 180 dias consecutivos, sem remuneração.
- d) de, no máximo, 90 dias, com remuneração na sua integralidade.
- e) de, no máximo, 90 dias, com remuneração de 50% dos vencimentos líquidos.

18 - (FCC - 2012 - TRE-CE - Analista Judiciário)

Com relação a Revisão do Processo Administrativo Disciplinar considere:

I. Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do servidor, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo.

II. Julgada procedente a revisão, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os direitos do servidor, inclusive em relação à destituição do cargo em comissão.

III. A revisão correrá em apenso ao processo originário, sendo que na petição inicial, o requerente pedirá dia e hora para a produção de provas e inquirição das testemunhas que arrolar.

IV. O requerimento de revisão do processo será dirigido ao Ministro de Estado ou autoridade equivalente, que, se autorizar a revisão, encaminhará o pedido ao dirigente do órgão ou entidade onde se originou o processo disciplinar. Segundo a Lei no 8.112/90, está correto o que se afirma APENAS em

- a) III e IV.
- b) I, II e III.
- c) II, III e IV.
- d) I e IV.
- e) I, III e IV.

19 - (FCC - 2012 - TRE-PR - Técnico Judiciário - Área Administrativa)

No curso do processo disciplinar, a autoridade poderá determinar, com fundamento na Lei no 8.112/90,

- a) a disponibilidade do servidor, mantida sua remuneração até o final do processo.
- b) o afastamento do servidor, a fim de que não venha a influir na apuração da irregularidade.
- c) a suspensão do servidor, com prejuízo de sua remuneração, que poderá ser paga caso a decisão seja favorável ao servidor.
- d) a transferência do servidor para outra unidade, a fim de que não interfira na apuração dos fatos.
- e) o licenciamento do servidor, mantida sua remuneração até o final do processo, caso não se trate de infração de natureza grave.

20 - (FCC - 2012 - TRE-PR - Técnico Judiciário - Área Administrativa)

De acordo com a Lei Federal no 8.112/90, aos deficientes físicos é assegurado o direito

- a) subjetivo à nomeação para cargo efetivo na administração pública, ainda que não sejam nomeados os demais aprovados no concurso do qual participaram.
- b) a participar de concurso público para provimento de cargo efetivo, reservando-se às pessoas nessas condições prioridade em relação à aprovação de todos os demais participantes, em percentual de 10% das vagas.
- c) à nomeação para emprego público, independentemente da participação em concurso público de provas e títulos, em percentual de 5% das vagas não ocupadas.
- d) de se inscreverem em concurso público para provimento de cargo, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores, devendo ser reservado para pessoas nessas condições 20% das vagas oferecidas no concurso.

e) à nomeação para 20% das vagas oferecidas no concurso público, independentemente da nomeação dos demais aprovados e da deficiência apresentada.

21 - (FCC - 2012 - TRE-PR - Técnico Judiciário)

A Administração Pública demitiu, sem a observância de regular processo legal, servidor estável, ocupante de cargo público efetivo, que cometeu infração disciplinar de natureza grave. Ajuizada ação judicial, obteve o servidor público decisão judicial que invalidou a demissão e determinou, com fundamento na Lei Federal no 8.112/90, dentre outras obrigações, à Administração Pública, sua

a) recondução ao cargo, com indenização de todo o período transcorrido desde sua demissão injustificada.

b) reintegração ao cargo, afastado o recebimento de indenização pelo período anterior em razão da natureza da infração disciplinar cometida.

c) recondução ao serviço público, nomeando-o para cargo existente no quadro da Administração Pública, ainda que de nível superior ao anteriormente ocupado.

d) reintegração ao cargo anteriormente ocupado, com ressarcimento de todas as vantagens desde a época da demissão, ainda que o cargo tenha sido extinto.

e) reintegração ao cargo anteriormente ocupado, mesmo que ocupado por outro servidor público, este que poderá ser reconduzido ao cargo de origem.

22 - (FCC - 2012 - TRE-PR - Analista Judiciário - Área Administrativa)

São formas de provimento de cargo público, de acordo com a Lei Federal no 8.112/90:

a) Nomeação e indicação.

b) Ascensão e reversão.

c) Transferência e readaptação.

d) Reintegração e readaptação.

e) Recondução e ascensão.

23 - (FCC - 2012 - TRE-CE - Analista Judiciário)

Com relação a Revisão do Processo Administrativo Disciplinar considere:

I. Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do servidor, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo.

II. Julgada procedente a revisão, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os direitos do servidor, inclusive em relação à destituição do cargo em comissão.

III. A revisão correrá em apenso ao processo originário, sendo que na petição inicial, o requerente pedirá dia e hora para a produção de provas e inquirição das testemunhas que arrolar.

IV. O requerimento de revisão do processo será dirigido ao Ministro de Estado ou autoridade equivalente, que, se autorizar a revisão, encaminhará o pedido ao dirigente do órgão ou entidade onde se originou o processo disciplinar.

Segundo a Lei no 8.112/90, está correto o que se afirma APENAS em

a) III e IV.

b) I, II e III

c) II, III e IV.

d) I e IV.

e) I, III e IV.

24 - (FCC - 2012 - TRE-CE - Técnico Judiciário)

De acordo com a Lei no 8.112/90, no tocante ao processo administrativo disciplinar, como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até

a) sessenta dias, com prejuízo da remuneração, improrrogáveis, independentemente da conclusão do processo.

b) trinta dias, sem prejuízo da remuneração, podendo o afastamento ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, exceto se não concluído o processo.

c) noventa dias, com prejuízo da remuneração, podendo o afastamento ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

d) trinta dias, sem prejuízo da remuneração, improrrogáveis, independentemente da conclusão do processo.

e) sessenta dias, sem prejuízo da remuneração, podendo o afastamento ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

25 - (FCC - 2012 - TRE-CE - Técnico Judiciário)

Considere os seguintes requisitos:

I. A aposentadoria tenha sido voluntária.

II. Funcionário estável quando na atividade.

III. Aposentadoria tenha ocorrido nos sete anos anteriores à solicitação.

IV. Existência de solicitação de reversão.

Para a Reversão de servidor aposentado no interesse da administração, são necessários, dentre outros requisitos, os indicados APENAS em

a) I, II e III.

b) I e II.

c) II e IV.

d) I, II e IV.

e) III e IV.

26 - (FCC - 2012 - TRE-CE - Técnico Judiciário)

De acordo com a Lei no 8.112/90, poderá ser dispensada de perícia oficial, na forma definida em regulamento, a licença para tratamento de saúde inferior a

a) quinze dias, dentro de um ano.

b) trinta dias, dentro de um ano.

c) sessenta dias, dentro de dois anos.

d) trinta dias, dentro de dois anos.

e) noventa dias, dentro de um ano.

27 - (FCC - 2012 - TRE-CE - Técnico Judiciário)

Caroline, servidora pública efetiva, é candidata a cargo eletivo na localidade onde desempenha suas funções e que exerce cargo de direção. Neste caso, de acordo com a Lei no 8.112/1990, Caroline

- a) será afastada do cargo público que exerce, a partir do dia imediato ao do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, até o décimo dia seguinte ao do pleito.
- b) não será afastada do cargo público que exerce até a proclamação final do resultado das eleições na qual ela é candidata.
- c) será afastada do cargo público que exerce, a partir do dia imediato ao do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, até a proclamação final do resultado das eleições.
- d) será afastada do cargo público que exerce, a partir do dia imediato ao do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, até o dia seguinte ao do pleito.
- e) será afastada do cargo público que exerce, a partir do dia imediato ao do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, até o dia do pleito.

28 - (FCC - 2012 - TRE-CE - Técnico Judiciário - Área Administrativa)

Segundo o art. 104 da Lei no 8.112/1990 "é assegurado ao servidor o direito de requerer aos Poderes Públicos, em defesa de direito ou interesse legítimo". A respeito do Direito de Petição, considere:

- I. Cabe pedido de reconsideração à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão, não podendo ser renovado.
- II. Caberá das decisões sobre os recursos sucessivamente interpostos.
- III. O direito de requerer prescreve em três anos quanto aos atos de demissão e de cassação de aposentadoria ou disponibilidade.
- IV. Para o exercício do direito de petição, é assegurada vista do processo ou documento, na repartição, ao servidor ou a procurador por ele constituído.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) II e IV.
- b) I e II.
- c) III e IV.
- d) I, II e III.
- e) I, II e IV.

29 - (FCC - 2012 - TRE-CE - Técnico Judiciário - Área Administrativa)

Liliane e Teresa são técnicas judiciárias do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará. No exercício do cargo, Liliane praticou usura e Teresa procedeu de forma desidiosa. Considerando que ambas não possuem qualquer infração administrativa constante nos seus prontuários, segundo a Lei no 8.112/1990, Liliane e Teresa estão sujeitas a penalidade de

- a) advertência.
- b) suspensão.
- c) demissão.
- d) demissão e suspensão, respectivamente.
- e) suspensão e demissão, respectivamente.

30 - (FCC - 2012 - TRE-CE - Técnico Judiciário - Área Administrativa)

Considere:

I. Cleópatra, técnica judiciária do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará foi demitida em razão da prática de ato de improbidade devidamente comprovado.

II. Afrodite, auxiliar judiciária do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará foi demitida por incontinência pública e conduta escandalosa na repartição.

III. Minotauro, funcionário público no exercício de cargo em comissão no Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará foi destituído do cargo pela prática de crime contra a administração pública.

De acordo com a Lei no 8.112/1990, NÃO poderá retornar ao serviço público federal

- a) Minotauro, apenas.
- b) Cleópatra, Afrodite e Minotauro.
- c) Cleópatra, apenas.
- d) Cleópatra e Minotauro, apenas.
- e) Cleópatra e Afrodite, apenas.

31 - (FCC - 2012 - TRE-CE - Técnico Judiciário - Área Administrativa)

A lei permite a remoção ex officio de um funcionário para atender a necessidade do serviço público. Mauro, servidor público, praticou determinada infração e a Administração Pública utilizou a remoção como forma de punição. Nesse caso,

- a) há violação à finalidade do ato administrativo.
- b) inexistente vício de finalidade no ato administrativo.
- c) há vício de competência no ato administrativo.
- d) há vício no motivo do ato administrativo.
- e) não há qualquer ilegalidade, ou seja, pode o ato administrativo ser mantido pela Administração.

32 - (FCC - 2012 - TRE-CE - Analista Judiciário - Área Administrativa)

Dagmar, analista judiciário do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará, na qualidade de funcionária pública efetiva, pretende a concessão de licença para tratar de assuntos particulares. Neste caso, considerando que Dagmar não está em estágio probatório, de acordo com a Lei no 8.112/90, a referida licença

- a) poderá ser concedida pelo prazo de até quarenta e cinco dias, com remuneração.
- b) não poderá ser concedida pela inexistência de dispositivo legal concessivo na referida lei.
- c) poderá ser concedida pelo prazo de até seis meses consecutivos, sem remuneração.
- d) poderá ser concedida pelo prazo de até dois anos, consecutivos ou não, sem remuneração.
- e) poderá ser concedida pelo prazo de até três anos consecutivos, sem remuneração.

33 - (FCC - 2012 - TRE-CE - Analista Judiciário - Análise de Sistemas)

Zuleica, Teodora e Bárbara são analistas dos Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará, sendo que Teodora é aposentada, Zuleica praticou infração disciplinar sujeita a penalidade de suspensão de até 30 dias, Teodora praticou infração disciplinar sujeita a cassação da aposentadoria e Bárbara praticou infração disciplinar sujeita a penalidade de

administrativo disciplinar para a apuração das infrações cometidas por

- a) Teodora e Bárbara, apenas.
- b) Zuleica, Teodora e Bárbara.
- c) Teodora, apenas.
- d) Zuleica e Bárbara, apenas.
- e) Bárbara, apenas.

34 - (FCC - 2012 - TRE-CE - Analista Judiciário)

Com relação a Revisão do Processo Administrativo Disciplinar considere:

I. Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do servidor, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo.

II. Julgada procedente a revisão, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os direitos do servidor, inclusive em relação à destituição do cargo em comissão.

III. A revisão correrá em apenso ao processo originário, sendo que na petição inicial, o requerente pedirá dia e hora para a produção de provas e inquirição das testemunhas que arrolar.

IV. O requerimento de revisão do processo será dirigido ao Ministro de Estado ou autoridade equivalente, que, se autorizar a revisão, encaminhará o pedido ao dirigente do órgão ou entidade onde se originou o processo disciplinar.

Segundo a Lei nº 8.112/90, está correto o que se afirma APENAS em

- a) III e IV.
- b) I e II e III.
- c) II, III e IV.
- d) I e IV.
- e) I, III e IV.

35 - (FCC - 2012 - TRE-CE - Analista Judiciário)

Segundo a Lei nº 8.112/90, NÃO se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito

- a) os adicionais, apenas.
- b) as gratificações, apenas.
- c) as indenizações, apenas.
- d) as indenizações e os adicionais.
- e) as gratificações e os adicionais.

36 - (FCC - 2012 - TRT - 11ª Região (AM) - Analista Judiciário - Execução de Mandados)

Joana, servidora pública federal, recebeu algumas diárias, porém, não se afastou da sede. Nos termos da Lei 8.112/1990, Joana

- a) independentemente do motivo, não precisará restituí-las, haja vista tratar-se de verba de natureza alimentar.
- b) dependendo do motivo, não precisará restituí-las.
- c) independentemente do motivo, deverá restituí-las integralmente, no prazo de trinta dias.
- d) ficará obrigada a restituí-las apenas parcialmente, no prazo de dez dias.
- e) ficará obrigada a restituí-las integralmente, no prazo de cinco dias.

37 - (FCC - 2012 - TRT - 11ª Região (AM) - Analista Judiciário - Execução de Mandados)

Marcelo, servidor público federal, ocupante de cargo efetivo, pretende solicitar licença para tratar de interesses particulares. Referida licença, nos termos da Lei 8.112/1990, será concedida

- a) por prazo indeterminado.
- b) a critério da Administração Pública.
- c) com remuneração.
- d) pela Administração Pública, podendo ser interrompida, a qualquer tempo, exclusivamente no interesse do serviço.
- e) mesmo que Marcelo esteja em estágio probatório.

38 - (FCC - 2012 - TRT - 11ª Região (AM) - Analista Judiciário - Área Judiciária)

Com a extinção do órgão público "X", foi extinto o cargo público ocupado por João, que é servidor público federal estável. No entanto, com tal extinção, João foi colocado em disponibilidade. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, João

- a) deveria obrigatoriamente ter sido redistribuído, não sendo possível sua colocação em disponibilidade pela Administração Pública.
- b) será aproveitado em vaga que vier a ocorrer em órgãos ou entidades da Administração Pública Federal ou Estadual, mediante determinação do órgão Central do Sistema de Pessoal Civil.
- c) retornará à atividade mediante aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.
- d) terá cassada sua disponibilidade e tornado sem efeito eventual aproveitamento, caso não entre em exercício no prazo legal, ainda que por motivo de doença comprovada por junta médica oficial.
- e) não poderá ser mantido sob responsabilidade do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, até seu adequado aproveitamento.

39 - (FCC - 2012 - TRT - 11ª Região (AM) - Analista Judiciário)

Nos termos da Lei nº 8.112/1990, no que diz respeito ao auxílio-moradia, é correto afirmar:

- a) O valor do auxílio-moradia poderá superar 25% (vinte e cinco por cento) da remuneração de Ministro de Estado.
- b) Será possível a concessão da vantagem, ainda que a pessoa que resida com o servidor também receba auxílio-moradia.
- c) No caso de falecimento, exoneração, colocação de imóvel funcional à disposição do servidor ou aquisição de imóvel, o auxílio-moradia continuará sendo pago por um mês.
- d) Conceder-se-á a vantagem ao servidor desde que, dentre outros requisitos legais, o deslocamento tenha sido por força de alteração de lotação ou nomeação para cargo efetivo.
- e) Será possível a concessão da vantagem, ainda que o cônjuge ou companheiro do servidor ocupe imóvel funcional.

40 - (FCC - 2012 - TRT - 11ª Região (AM) - Técnico Judiciário)

Manoel, servidor público federal, foi punido com a penalidade de suspensão por sessenta dias. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, após o decurso de determinado período

de efetivo exercício, Manoel terá a sanção cancelada de seus registros, desde que, nesse período, não tenha praticado nova infração disciplinar. O lapso temporal a que se refere o enunciado é de

- a) 2 anos.
- b) 4 anos.
- c) 3 anos.
- d) 5 anos.
- e) 1 ano.

GABARITO			
Questão	Resposta	Questão	Resposta
1	A	21	E
2	B	22	D
3	C	23	E
4	C	24	E
5	E	25	D
6	D	26	A
7	C	27	A
8	C	28	E
9	B	29	C
10	A	30	D
11	D	31	A
12	C	32	E
13	B	33	A
14	A	34	E
15	B	35	C
16	C	36	E
17	A	37	B
18	E	38	C
19	B	39	C
20	D	40	D

Intervenção do Estado na propriedade

1 - (CESGRANRIO - 2012 - Caixa - Advogado)

O prazo de caducidade do decreto expropriatório nas desapropriações por utilidade pública, contado da data de sua expedição, é de

- a) 120 dias
- b) 180 dias
- c) 2 anos
- d) 5 anos
- e) 10 anos

2 - (CESPE - 2012 - STJ - Analista Judiciário - Área Judiciária)
Com relação ao instituto da requisição e ao regime jurídico dos bens públicos, julgue os itens subsecutivos.

Como modalidade de intervenção estatal que visa à satisfação do interesse público, a requisição incide sobre bens e sobre serviços particulares.

3 - (VUNESP - 2012 - TJ-MG - Juiz)

Analise as afirmativas a seguir.

Não podem os Estados e Municípios decretar a desapropriação de imóvel rural

PORQUE

é competência exclusiva da União a desapropriação que se destine à reforma agrária.

Assinale a alternativa correta.

- a) A primeira afirmativa é falsa e a segunda é verdadeira.
- b) A segunda afirmativa é falsa e a primeira é verdadeira.
- c) As duas afirmativas são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.
- d) As duas afirmativas são verdadeiras, mas a segunda não justifica a primeira

4 - (MPE-SC - 2012 - MPE-SC - Promotor de Justiça)

I – O apossamento do imóvel particular pelo Poder Público, com sua integração no patrimônio público, sem obediência às formalidades do procedimento expropriatório é chamada de desapropriação indireta.

II – Não afasta a responsabilidade do servidor público pela prática de infração administrativa a sua absolvição por falta de provas na ação penal correspondente.

III – A concessão de serviços públicos é a transferência de sua prestação feita pelos entes públicos, mediante quaisquer das modalidades de licitação, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.

IV – Pelos danos causados a terceiros pelo só fato da existência de obra pública executada por empreiteira

privada contratada responde somente a Administração Pública.

V – Segundo a Constituição Federal o servidor público estável apenas perderá o cargo em duas hipóteses: mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa ou em razão de sentença judicial transitada em julgado.

- a) Apenas as assertivas III, IV e V estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I, II e V estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- e) Todas as assertivas estão corretas.

5 - (FMP-RS - 2012 - PGE-AC - Procurador)

Na qualidade de Procurador(a), emitindo Parecer requerido pelo Procurador-Geral do Estado, para estabelecer os contornos da concessão de direito real de uso no âmbito da Administração estadual, analise as assertivas abaixo expressas:

I – A concessão de direito real de uso de terrenos públicos pode ser remunerada ou gratuita, por tempo determinado ou indeterminado, constituindo direito real resolúvel, podendo ser utilizada como mecanismo de regularização de ocupações urbanas por populações de baixa renda.

II – Tal mecanismo não se restringe às soluções voltadas à regularização de áreas ocupadas por populações de baixa renda, mas também pode contemplar outras alternativas, tais como a regularização fundiária de interesse social, urbanização, o cultivo da terra e o aproveitamento sustentável das várzeas.

III – Em se tratando de atividade essencial ao desenvolvimento comercial do Estado, é ato discricionário do Governador, a deliberação pela gratuidade na concessão de um bem de uso especial do Estado, pelo prazo de 50 anos, com o objetivo de estabelecer uma Concessionária de veículos automotores, visando à geração de empregos.

Assinale a alternativa CORRETA.

- a) Apenas I e II são verdadeiras.
- b) Apenas I e III são verdadeiras.
- c) Apenas II e III são verdadeiras.
- d) I, II e III são verdadeiras.

6 - (FMP-RS - 2012 - PGE-AC - Procurador)

Sobre as restrições ao direito de propriedade, no plano do direito administrativo, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Nas hipóteses de tombamento, em razão do interesse público na preservação dos bens de interesse histórico, artístico, cultural, antropológico e arquitetônico, dentre outros, será sempre efetivada a prévia indenização pela restrição da propriedade.
- b) Em razão da situação de perigo iminente, como casos de enchentes, a Administração pode efetivar,

permanentemente, a requisição de bens móveis, imóveis e até de serviços particulares.

c) A servidão administrativa constitui um ônus real imposto ao particular para assegurar a realização de obras e serviços públicos, sendo devida a indenização pelos prejuízos efetivamente suportados pelo proprietário do bem.

d) No caso da requisição, não há uma imposição de indenização, pois visa ao afastamento de perigo iminente, somente sendo possível a aferição de responsabilidade por ato lícito, caso danos sejam verificados após a requisição.

7 - (FMP-RS - 2012 - PGE-AC - Procurador)

Na construção de uma rodovia, o Departamento de Estradas de Rodagem, Infra Estrutura Hidroviária e Aeroportuária do Acre – (DERACRE), bem como o próprio Estado, deixaram de efetuar o devido procedimento desapropriatório, dando continuidade à estrada sem o devido decreto e indenização prévias. Em tal hipótese, qual é a solução CORRETA na atuação do(a) Procurador(a) do Estado perante uma ação de reintegração de posse?

a) Reconhecer o pedido de reintegração, na medida em que a independência funcional e o caráter de ministério público da função impõem que seja privilegiada a verdade real.

b) Reconhecendo eventual irregularidade procedimental, ou desapropriação indireta, alegar que, uma vez afetado ao domínio público, a ação perde o caráter possessório e/ou petitório, restando apenas a questão indenizatória.

c) Alegar a *compensatio lucrum cum damnum*, defendendo a atuação do DERACRE por valorizar sobremaneira a propriedade do particular, podendo inclusive alegar em contestação o direito à indenização, uma vez que as ações possessórias têm caráter dúplice.

d) Levar a matéria ao conhecimento do(a) Procurador(a)-Geral do Estado, para apurar responsabilidades, pedindo dispensa de contestação e determinando a abertura do devido processo administrativo.

8 - (CESPE - 2012 - TJ-PI - Juiz)

Acerca da classificação e da utilização de bens públicos, das limitações administrativas, do tombamento e da faixa de fronteira, assinale a opção correta.

a) As limitações administrativas, como forma de restrição da propriedade privada, impõem ao Estado a obrigação de indenizar o proprietário pelo uso de imóvel particular.

b) A autorização de uso é ato administrativo unilateral e discricionário pelo qual a administração consente, a título precário, que o particular utilize bem público, mas que não pode ser concedida de modo privativo.

c) O tombamento pode ser voluntário ou compulsório, provisório ou definitivo, conforme a manifestação da vontade ou a eficácia do ato.

d) São de domínio público e pertencentes à União as áreas localizadas na faixa de fronteira situada ao longo da linha terrestre demarcatória entre o território nacional e países estrangeiros, considerada fundamental para a defesa do

território nacional.

e) Consideram-se bens públicos apenas os que constituem o patrimônio da União, dos estados, do DF ou dos municípios, sendo eles objeto de direito pessoal ou real de cada uma das entidades federativas.

9 - (FCC - 2012 - TRF - 2ª REGIÃO - Analista Judiciário - Área Judiciária)

Parte da propriedade rural, localizada no município de Itambé do Sul, pertencente a Alberto e sua mulher Rosângela, foi objeto de intervenção do Estado por intermédio da União. O respectivo ato administrativo estabeleceu restrições e condicionamentos ao uso daquele bem imóvel, devendo o Poder Público indenizar, caso ocorram, os respectivos danos. Nesse caso, as características da situação jurídica acima correspondem à

a) requisição administrativa, abrangendo apenas imóveis, não é auto-executória e preserva a propriedade com os seus donos.

b) servidão administrativa como direito real público, tem caráter de definitividade e não retira a propriedade de seus donos.

c) ocupação temporária como utilização provisória de bem imóvel, remunerada ou gratuita, retirando a propriedade de seus donos

d) limitação administrativa, impondo apenas a obrigação de não fazer, correspondendo ao ato unilateral, retirando a propriedade de seus donos enquanto perdurar o ato.

e) desapropriação para proteger o patrimônio público, provisória ou definitiva, esta última retirando o bem de seus proprietários.

10 - (CONSULPLAN - 2012 - TSE - Analista Judiciário - Área Judiciária)

A indenização em dinheiro, por parte do ente público, ocorre quando há

a) desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária.

b) desapropriação em virtude de descumprimento da função social da propriedade rural.

c) indenização das benfeitorias necessárias realizadas em propriedade desapropriada em função do descumprimento da função social da propriedade rural.

d) expropriação de glebas onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas.

11 - (UEG - NÚCLEO - 2008 - PC-GO - Delegado de Polícia)

Acerca do instituto da servidão administrativa, é CORRETO afirmar:

a) a servidão administrativa impõe ao proprietário do imóvel um gravame de caráter temporário, que é característica típica desse instituto.

- b) a servidão administrativa poderá concretizar-se por acordo entre o Poder Público e o proprietário.
- c) a servidão administrativa opera transferência de posse do bem ao Poder Público.
- d) nas situações em que a servidão administrativa decorre diretamente de lei, não é possível indenização.

GABARITO			
Questão	Resposta	Questão	Resposta
1	D	7	B
2	C	8	C
3	A	9	B
4	D	10	C
5	B	11	B
6	C		

EXERCÍCIOS 2010 E 2011

Princípios Administrativos

1(CESPE / ANAL. ADM. / DPU) A respeito dos princípios e normas que regem a administração pública brasileira, assinale a opção correta.

A A proibição constitucional de acumular cargos públicos alcança os servidores de autarquias e fundações públicas, mas não os empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista.

B O princípio da publicidade se verifica sob o aspecto da divulgação externa dos atos da administração, não propiciando o conhecimento da conduta interna dos agentes públicos.

C Apenas os brasileiros, por preencherem os requisitos estabelecidos em lei, podem assumir cargos, empregos e funções públicas.

D O servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, fica afastado de seu cargo, emprego ou função, e pode optar pela sua remuneração.

E O princípio da irredutibilidade dos vencimentos alcança todos os servidores, inclusive os que não mantêm vínculo efetivo com a administração pública.

2(MOVENS / AGENTE ADM. / MIN.CUL) Com base nos princípios constitucionais da Administração Pública, relacione a primeira coluna à segunda e, em seguida, assinale a opção correta.

I – Legalidade

II – Impessoalidade

III – Moralidade

IV – Publicidade

V – Eficiência

() A atividade administrativa deve buscar os melhores resultados com os recursos escassos de que dispõe.

() A Administração Pública tem de dar transparência a todos os atos que praticar e fornecer as informações solicitadas pelos órgãos estatais competentes e por toda a sociedade.

() A excelência em gestão pública é para todos e não admite tratamento diferenciado, a não ser para os casos específicos tratados em lei.

() Os atos da Administração Pública devem estar inteiramente conformados aos padrões éticos dominantes na sociedade para a gestão dos bens e interesses públicos, sob pena de invalidade jurídica.

() Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

A sequência correta é:

(A) I, IV, II, V, III.

(B) III, I, II, V, IV.

(C) IV, V, II, I, III.

(D) V, IV, II, III, I.

(E) V, IV, III, I, II.

3. PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA - CESPE - 2010

De acordo com a jurisprudência do STF, será inconstitucional qualquer norma editada por ente da Federação que exija depósito ou arrolamento prévios de dinheiros ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.

4. TRE – ES - CARGO 10: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: JUDICIÁRIA

Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência são princípios constitucionais que regem a administração pública, traduzindo-se o princípio da impessoalidade no princípio da finalidade, que impõe ao administrador público o dever de praticar o ato administrativo apenas para o seu fim legal.

5. TRE – ES - CARGO 10: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: JUDICIÁRIA

Contraria o princípio da moralidade o servidor público que nomeie o seu sobrinho para um cargo em comissão subordinado.

6. TRE – ES - CARGO 10: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: JUDICIÁRIA

Os princípios elencados na Constituição Federal, tais como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, aplicam-se à administração pública direta, autárquica e fundacional, mas não às empresas públicas e sociedades de economia mista que explorem atividade econômica.

7. ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA – TRE/RN – FCC

O princípio segundo o qual a Administração Pública Direta fiscaliza as atividades dos entes da Administração Indireta denomina-se

(A) finalidade.

(B) controle.

(C) autotutela.

(D) supremacia do interesse público.

(E) legalidade.

8. FCC - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS- Técnico Administrativo

São princípios da Administração Pública, expressamente previstos no artigo 37, caput, da Constituição Federal, dentre outros,

(A) eficiência, razoabilidade e legalidade.

(B) motivação, moralidade e proporcionalidade.

(C) legalidade, moralidade e impessoalidade.

(D) publicidade, finalidade e legalidade.

(E) eficiência, razoabilidade e moralidade.

9. PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA - CESPE - 2010

Antônio, filho de agricultores, trabalhou na atividade rural em regime de economia familiar e foi para a cidade, onde se tornou servidor público do MAPA, vindo a se aposentar

em 2000. O TCU, analisando sua aposentadoria para fins de registro em 2009, considerou ilegal sua concessão, visto ter constatado que não houve o recolhimento das contribuições previdenciárias referentes ao período de atividade rural.

Diante disso, o TCU determinou ao MAPA que providenciasse o cancelamento da aposentadoria de Antônio e o seu retorno ao serviço público. Com referência a essa situação hipotética e considerando a jurisprudência do STF acerca dessa questão, julgue os itens que se seguem.

Como transcorreram mais de cinco anos, contados do ato concessório de aposentadoria até a análise de sua legalidade, a intimação de Antônio para participar do processo, assegurando-lhe o contraditório e a ampla defesa, é pressuposto de legitimidade da decisão do TCU.

10. CFOPMDF - DF - 2010

Pelo princípio da legalidade, aplicável no âmbito da administração pública, o administrador público pode praticar todas as condutas que não estejam expressamente proibidas em lei.

11. JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTODO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA PRIMEIRA REGIÃO – CESPE - 2010

Assinale a opção correta quanto à classificação, aos requisitos dos atos administrativos e à teoria dos motivos determinantes.

A O parecer, como ato administrativo que expressa posicionamento de natureza técnica, é sempre vinculante, de forma que a autoridade decisória não pode agir de maneira distinta da constante do ato opinativo.

B O pressuposto da revogação é o interesse público, razão pela qual ela incide sobre atos válidos e inválidos que a administração pretenda abolir do rol de normas jurídicas, em razão dos inconvenientes e dos malefícios que causem à coletividade.

C Em obediência ao princípio da solenidade da forma, entendida esta como o meio pelo qual se exterioriza a vontade da administração, o ato administrativo deve ser escrito e manifestado de maneira expressa, não se admitindo, no direito público, o silêncio como forma de manifestação da vontade da administração.

D Se um ato administrativo discricionário for praticado por autoridade que não tenha competência, a autoridade competente não estará obrigada a convalidá-lo se considerar que não estão presentes os aspectos de mérito que sustentam sua apreciação.

E Segundo a teoria dos motivos determinantes, a motivação dos atos administrativos é sempre necessária, seja para os atos vinculados, seja para os discricionários, pois constitui garantia de legalidade que tanto diz respeito aos interessados como à própria administração.

12. ESAF - Fiscal de Rendas - Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro - 2010

Referente aos princípios da Administração Pública, assinale a opção correta.

a) Tendo em vista o caráter restritivo da medida, é necessária lei formal para coibir a prática de nepotismo no

âmbito da Administração Pública, tomando-se inviável, assim, sustentar tal óbice com base na aplicação direta dos princípios previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal.

b) Entre os princípios da Administração Pública previstos expressamente na Constituição Federal, encontram-se os da publicidade e da eficácia.

c) É viável impedir, excepcionalmente, o desfazimento de um ato, a princípio, contrário ao Ordenamento Jurídico, com base no princípio da segurança jurídica.

d) O princípio da autotutela consiste na obrigatoriedade de o agente público, independentemente da sua vontade, sempre defender o ato administrativo quando impugnado judicialmente, em face da indisponibilidade do interesse defendido.

e) O devido processo legal não é preceito a ser observado na esfera administrativa, mas apenas no âmbito judicial.

13. FCC - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO - Analista Judiciário - Área Administrativa - Caderno de Prova 'AA', Tipo 001 - 2011

Carlos, auditor fiscal do tesouro nacional, ao preencher incorretamente documento de arrecadação do tesouro, causou prejuízo ao fisco na ordem de trinta reais. Tal fato acarretou sua demissão do serviço público. Em razão disso, postulou no Judiciário a anulação da pena, o que foi acolhido pelos seguintes fundamentos: o servidor procurou regularizar o erro, buscando recolher aos cofres públicos a quantia inferior recolhida; sua ficha funcional é boa e não desabona sua atuação; a quantia inferior recolhida é irrisória; a pena de demissão é ato extremo que deve ser efetivado apenas em casos gravíssimos.

O exemplo citado refere-se ao restabelecimento dos princípios, que devem sempre nortear a atuação da Administração Pública:

(A) moralidade e impessoalidade.

(B) eficiência e motivação.

(C) motivação e moralidade.

(D) razoabilidade e proporcionalidade.

(E) probidade e eficiência.

14. FCC - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO – JUIZ - 2011

Suponha uma situação em que uma empresa pública contrate pessoal por processo seletivo, conforme legislação então vigente, que posteriormente venha a ser entendido por Tribunal de Contas como não suficiente para atender à exigência constitucional de concurso público. Suponha ainda que se queira, transcorrido período superior a 5 anos, anular as contratações assim realizadas. Um caso como esse encontra claros precedentes em recente jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no sentido de se impor a

(A) anulação das contratações, com base no princípio da legalidade estrita.

(B) manutenção das contratações, com base no princípio da proteção à confiança, constante expressamente do rol de princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública.

(C) revogação das contratações, mediante juízo de conveniência e oportunidade da Administração, vez que não caracterizada ilicitude na situação.

(D) manutenção das contratações, com base no princípio da segurança jurídica, implícito no princípio do Estado de Direito.

(E) anulação das contratações, com base no princípio da isonomia, implícito na regra do concurso público.

15. FCC - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO – JUIZ - 2011

Consoante jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa

(A) desde que demanda idêntica seja levada, concomitantemente, pelo interessado, à apreciação judicial.

(B) quando da decisão puder resultar anulação de ato administrativo que beneficie o interessado, sem exceções, mas excluídas as hipóteses de revogação de ato.

(C) quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.

(D) quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, sem exceções.

(E) em quaisquer procedimentos.

16. FCC - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO – JUIZ - 2011

Interpretando a Constituição Federal em matéria processual, o Supremo Tribunal Federal fixou entendimento no sentido de que a falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar

(A) não ofende a Constituição.

(B) ofende o princípio constitucional da ampla defesa.

(C) ofende o princípio constitucional do contraditório.

(D) ofende o princípio constitucional da moralidade.

(E) ofende o princípio constitucional da indispensabilidade do advogado à administração da justiça.

17. IADES – PGDF – ANALISTA ADM. - 2011

O conceito de Legalidade Comum está consubstanciado na lei. No Direito Administrativo, o conceito de legalidade ultrapassa os limites da lei, exigindo outros conceitos para caracterizá-lo.

Assinale a alternativa que contém os conceitos que mais caracterizam a legalidade administrativa.

(A) Lei, impessoalidade e finalidade.

(B) Lei, autotutela e motivação.

(C) Lei, interesse público e moralidade.

(D) Lei, motivação e razoabilidade.

(E) Lei, igualdade e hierarquia.

18. IADES – PGDF – ANALISTA ADM. - 2011

Julgue os itens a seguir acerca do Princípio da Legalidade, um dos eixos estruturantes do Estado e da Administração Pública moderna.

I - Ninguém será obrigado a fazer algo ou a deixar de fazer algo senão em virtude de lei.

II - Há matérias para as quais a Constituição estabeleceu a reserva legal e que não podem ser reguladas por atos normativos executivos.

III- A Constituição previu, em matérias especiais, fontes normativas primárias diversas da lei em sentido estrito.

IV- Os atos administrativos eivados de ilegalidade produzem efeitos que sempre podem ser invalidados.

A quantidade de itens certos é igual a

(A) 0. (B) 1. (C) 2. (D) 3. (E) 4.

19. IADES – PGDF – TÉCNICO - 2011

É importante, no estudo do Direito Administrativo, delimitarmos as funções estatais, bem como a relação entre o Governo e a Administração Pública. Da coordenação desses esforços, o interesse público deve ser o grande objetivo dos agentes. Acerca desse cenário, assinale a alternativa correta.

(A) Não contraria a característica central dos atos legislativos, qual seja, o atingimento da generalidade das situações, por exemplo, a aprovação de uma lei, pelo próprio Legislativo, mas que concede uma pensão especial a determinada pessoa. A esse efeito, denominase corretamente de “lei de efeitos concretos”. No mesmo sentido, no seu âmbito de atuação, também o Poder Judiciário exerce o que se denomina de função materialmente administrativa, da mesma maneira em consonância com o ordenamento jurídico brasileiro.

(B) Como corolário do princípio da legalidade, é matéria subordinada exclusivamente à aprovação em lei a organização e o funcionamento da Administração Pública Federal.

(C) Os órgãos públicos distinguem-se das entidades em face de aqueles não possuírem personalidade jurídica própria. Nesse sentido, uma Assembleia Legislativa não possui capacidade processual para defender, em seu nome, seus interesses em juízo, sendo, nesse caso, o Estado-Membro o competente para fazer parte dessa ação.

(D) O sistema federativo brasileiro é do tipo de agregação, no qual há descentralização política em relação dos entes políticos, quais sejam, União, Estados-Membros, Distrito Federal e Municípios.

(E) O Direito Administrativo brasileiro, em face do princípio da legalidade, não agasalha a teoria da aparência dos atos administrativos.

20. JUIZ PARAÍBA – CESPE - 2011

O STJ firmou jurisprudência no sentido de que o exame dos atos da banca examinadora e das normas do edital de concurso público pelo Poder Judiciário não se restringe aos princípios da legalidade e da vinculação ao edital.

21. CESPE – ANALISTA ADM – CORREIOS – 2011

Entre as acepções do princípio da impessoalidade, inclui-se aquela que proíbe a vinculação de atividade da administração à pessoa do gestor público, evitando-se, dessa forma, a realização de propaganda oficial para a promoção pessoal.

22. JUIZ PARAÍBA – CESPE - 2011

De acordo com o STF, o cargo de conselheiro do tribunal de contas, para efeitos da SV n.º 13, é de natureza política.

23. JUIZ PARAÍBA – CESPE - 2011

A vedação imposta pela SV n.º 13 do STF é direcionada tanto aos cargos administrativos quanto aos cargos e funções políticas.

GABARITO			
Questão	Resposta	Questão	Resposta
1	E	13	D
2	D	14	D
3	C	15	C
4	C	16	A
5	C	17	C
6	E	18	D
7	B	19	A
8	C	20	E
9	C	21	C
10	E	22	E
11	D	23	E
12	C		

Organização Administrativa do Estado

1. (CESPE / ANAL. ADM. / DPU) Acerca da administração indireta na organização administrativa brasileira, assinale a opção correta.

A As autarquias estão sujeitas a controle administrativo exercido pela administração direta, nos limites da lei.

B A empresa pública é pessoa jurídica de direito privado organizada exclusivamente sob a forma de sociedade anônima.

C A autarquia é pessoa jurídica de direito público dotada de capacidade política.

D A fundação instituída pelo Poder Público detém capacidade de autoadministração, razão pela qual não se sujeita ao controle por parte da administração direta.

E A sociedade de economia mista pode ser organizada sob quaisquer das formas admitidas em direito.

2. (ESAF / ANALISTA TÉCNICO / SUSEP) A SUSEP é uma autarquia, atua na regulação da atividade de seguros (entre outras), e está sob supervisão do Ministério da Fazenda. Logo, é incorreto dizer que ela:

- a) é integrante da chamada Administração Indireta.
- b) tem personalidade jurídica própria, de direito público.
- c) está hierarquicamente subordinada a tal Ministério.
- d) executa atividade típica da Administração Pública.
- e) tem patrimônio próprio.

3. (ESAF / ANALISTA TÉCNICO / SUSEP) Para que uma autarquia tenha existência regular, há a necessidade de observância dos seguintes procedimentos:

- a) criação diretamente por lei, com inscrição de seu ato constitutivo na serventia registral pertinente.
- b) criação diretamente por lei, sem necessidade de qualquer inscrição em serventias registrais.
- c) criação autorizada em lei, com inscrição de seu ato constitutivo na serventia registral pertinente.
- d) criação autorizada em lei, sem necessidade de qualquer inscrição em serventias registrais.
- e) criação diretamente por lei, ou respectiva autorização legal para sua criação, sendo necessária a inscrição de seu ato constitutivo em serventias registrais, apenas nesta última hipótese.

4. (ESAF / ANALISTA TÉCNICO / SUSEP) A partir da Emenda Constitucional n. 32, de 2001, parte significativa dos administrativistas passou a aceitar a possibilidade de edição, pelo Chefe do Poder Executivo, de espécie de decreto autônomo. Nesse contexto, é matéria a ser disciplinada por meio de tal modalidade de decreto:

- a) criação de órgãos públicos, desde que sem aumento imediato de despesas.
- b) extinção de órgãos públicos, mas apenas do Poder Executivo.
- c) extinção de entidades vinculadas aos Ministérios.
- d) criação de funções ou cargos públicos, desde que sem aumento imediato de despesas.

e) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos.

5. (FCC / DIREITO / BAHIA) Quanto às autarquias, analise:

I. O seu patrimônio é formado com a transferência de bens móveis e imóveis da entidade-matriz, os quais se incorporam ao ativo da nova pessoa jurídica.

II. É pessoa jurídica de Direito Privado, com função pública própria, típica e outorgada pelo Estado, criada através do registro de seus estatutos, segundo a lei que autoriza a sua criação.

III. Os atos dos seus dirigentes equiparam-se aos atos administrativos, devendo observar os mesmos requisitos para sua expedição, sujeitando-se aos controles internos e ao exame de legalidade pelo Judiciário, pelas vias comuns ou especiais.

IV. Por realizarem serviços públicos centralizados, despersonalizados e limitados, se acham integradas na estrutura orgânica do Executivo e hierarquizadas à tutela do órgão público vinculado.

V. Nasce com os privilégios administrativos da entidade estatal que as institui, auferindo as vantagens tributárias e prerrogativas processuais da Fazenda Pública, além de outros que lhes forem outorgados por lei especial.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) IV e V.
- (C) I, III e V.
- (D) II, III e IV.
- (E) III, IV e V.

6. (FCC / EXECUTIVO PÚBLICO / CASA CIVIL SP) Além de outras, NÃO constitui característica das autarquias, a

- (A) criação por lei.
- (B) personalidade jurídica pública.
- (C) capacidade de autodeterminação.
- (D) isenção de controle ou tutela.
- (E) especialização dos fins ou atividades.

7. JUIZ FEDERAL – TRF 5ª REGIÃO – CESPE - 2011

É característica da natureza de autarquia especial conferida à Agência Nacional de Energia Elétrica, agência reguladora criada pelo Estado brasileiro,

A a contratação de servidores não concursados para atribuições efetivas.

B a independência administrativa.

C o mandato variável de seus dirigentes.

D a exoneração sumária de seus dirigentes.

E a vinculação financeira a órgãos da administração direta.

8. (FCC / ANAL. CONTROLE EXTERNO- INSPETOR / TCM.CE / ABRIL DE 2010. As sociedades de economia mista e as empresas públicas

(A) estão sujeitas ao mesmo regime jurídico das empresas privadas, inclusive no que diz respeito a matéria tributária e trabalhista.

(B) não estão submetidas ao princípios da Administração pública, exceto quando prestadoras de serviço público.

(C) sujeitam-se ao regime jurídico de direito público, quando prestadoras de serviço público, e ao regime de

direito privado, quando exploradoras de atividade econômica.

(D) sujeitam-se ao mesmo regime jurídico das fundações públicas, exceto no que diz respeito à matéria de pessoal.

(E) estão sujeitas ao mesmo regime jurídico das empresas privadas, exceto no que diz respeito a matéria tributária e trabalhista.

9. (FCC / EXEC.MANDADOS/ TRF4º / ABRIL DE 2010/ P.A-T1 Questão 23. No que se refere aos órgãos públicos, é INCORRETO afirmar ser característica destes (algumas não presentes em todos), dentre outras, o fato de que

(A) não possuem personalidade jurídica e são resultado da desconcentração.

(B) podem firmar, por meio de seus administradores, contratos de gestão com outros órgãos.

(C) alguns possuem autonomia gerencial, orçamentária e financeira.

(D) não possuem patrimônio próprio, mas integram a estrutura da pessoa jurídica.

(E) têm capacidade para representar em juízo a pessoa jurídica que integram.

10. (MOVENS / ANAL. TÉC ESP / MIN.CUL./ 25.4.2010 / Questão 30 Quanto à administração direta e à indireta, assinale a opção correta.

(A) A exploração de atividade econômica é restrita, no ordenamento jurídico brasileiro, às hipóteses de segurança nacional, sujeitando-se as empresas estatais que se enquadram nesse modelo ao regime próprio das empresas privadas, exceto no que se refere às relações trabalhistas e tributárias.

(B) As agências reguladoras são criadas sob a forma de autarquia em regime especial, cujos dirigentes têm mandato fixo, sendo certo que suas decisões não se caracterizam pela definitividade, uma vez que são sujeitas à revisão por parte do ministério a que estejam vinculadas, estando imunes às regras de controle finalístico ou de resultados.

(C) As autarquias são pessoas públicas administrativas criadas por decreto do Poder Executivo, dotadas de personalidade jurídica, de capacidade política de criar seu próprio direito e de competência genérica no âmbito de suas áreas de atuação.

(D) Os ministérios são órgãos centrais, de competência genérica, que exercem suas atribuições em todo o território de sua jurisdição. Há ministérios típicos, que devem existir em qualquer estrutura político administrativa racional, e atípicos, criados de acordo com a conveniência político-administrativa de cada país.

(E) O instituto da concentração ou centralização é uma forma de execução dos serviços públicos; desconcentração ou descentralização, de prestação dos serviços, de acordo com a doutrina majoritária.

11. TRE – ES - CARGO 10: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: JUDICIÁRIA

A desconcentração mantém os poderes e as atribuições na titularidade de um mesmo sujeito de direito, ao passo que

a descentralização os transfere para outro sujeito de direito distinto e autônomo, elevando o número de sujeitos titulares de poderes públicos.

12. OAB – 2011 – FGV É correto afirmar que a desconcentração administrativa ocorre quando um ente político

(A) cria, mediante lei, órgãos internos em sua própria estrutura para organizar a gestão administrativa.

(B) cria, por lei específica, uma nova pessoa jurídica de direito público para auxiliar a administração pública direta.

(C) autoriza a criação, por lei e por prazo indeterminado, de uma nova pessoa jurídica de direito privado para auxiliar a administração pública.

(D) contrata, mediante concessão de serviço público, por prazo determinado, uma pessoa jurídica de direito público ou privado para desempenhar uma atividade típica da administração pública.

13. FCC - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO - Analista Judiciário - Área Judiciária - Especialidade Execução de Mandados

São características das autarquias e fundações públicas:

(A) Processo especial de execução para os pagamentos por elas devidos, em virtude de sentença judicial;

Impenhorabilidade dos seus bens.

(B) Imunidade tributária relativa aos impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes; Prazos simples em juízo.

(C) Presunção de veracidade, imperatividade e executoriedade dos seus atos; Não sujeição ao controle administrativo.

(D) Prazos dilatados em juízo; Penhorabilidade dos seus bens.

(E) Processo de execução regido pelas normas aplicáveis aos entes privados; Imunidade tributária relativa aos impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

14. FCC - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO - Analista Judiciário - Área Judiciária

No que diz respeito à Administração Pública,

(A) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

(B) é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

(C) a administração fazendária e seus servidores fiscais não terão, ainda que dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos.

(D) somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de fundação, cabendo à lei ordinária, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

(E) independe de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias de sociedade de economia mista, assim como a participação delas em empresa privada.

15. FCC - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS - Analista Judiciário - Área Administrativa
Constitui traço distintivo entre sociedade de economia mista e empresa pública:
(A) forma de organização, isto é, forma jurídica.
(B) desempenho de atividade de natureza econômica.
(C) criação autorizada por lei.
(D) sujeição a controle estatal.
(E) personalidade jurídica de direito privado.
16. FCC - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO - Analista Judiciário - Área Administrativa
Considerando a Organização Administrativa Brasileira, é correto afirmar que
(A) a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios são entidades estatais.
(B) o Brasil é uma confederação formada pela união indissolúvel dos Estados-membros, dos Municípios e do Distrito Federal
(C) os poderes e competências dos Municípios são delimitados por ato do Presidente da República.
(D) as empresas públicas e as sociedades de economia mista integram a administração direta da União, dos Estados-membros e dos Municípios.
(E) Os Ministérios são órgãos autônomos, unipessoais, integrantes da administração indireta, porém vinculados à Presidência da República
17. FCC - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO - Analista Judiciário - Área Administrativa
A repartição de funções entre os vários órgãos de uma mesma pessoa jurídica da Administração Pública é conceito de
(A) desconcentração.
(B) descentralização.
(C) descentralização por serviços.
(D) delegação de competência.
(E) desmembramento.
18. FCC - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS - Analista Judiciário - Área Judiciária
Os órgãos públicos
(A) confundem-se com as pessoas físicas, porque congregam funções que estas vão exercer.
(B) são singulares quando constituídos por um único centro de atribuições, sem subdivisões internas, como ocorre com as seções integradas em órgãos maiores.
(C) não são parte integrante da estrutura da Administração Pública.
(D) não têm personalidade jurídica própria.
(E) são compostos quando constituídos por vários agentes, sendo exemplo, o Tribunal de Impostos e Taxas.
19. FCC - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS - Analista Judiciário - Área Judiciária
De acordo com a Organização Administrativa Brasileira, o Sesi, o Sesc e o Senai são entidades
(A) estatais.
(B) paraestatais.
(C) autárquicas.
(D) fundacionais.

(E) empresariais.

20. FCC - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS - Analista Judiciário - Área Judiciária
Os órgãos públicos
(A) são classificados como entidades estatais.
(B) têm autonomia política.
(C) têm personalidade jurídica.
(D) são soberanos.
(E) são centros de competência instituídos para o desempenho de funções estatais.
21. CESPE – SEAS/ES – ESPECIALISTA EM GESTÃO, REGULAÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE
A administração pública brasileira se desenvolveu de forma acelerada, indo do patrimonialismo ao gerencialismo em menos de um século. Esse avanço refletiu-se no cenário socioeconômico de forma positiva, tal como se percebe na melhoria de diversos índices de desenvolvimento. Em relação à organização administrativa do Estado brasileiro, julgue os itens seguintes.
56 Caso um governador crie uma secretaria estadual de saúde, que comporá a estrutura de governo do estado, ele praticará ato de desconcentração administrativa.
22. CESPE – SEAS/ES – ESPECIALISTA EM GESTÃO, REGULAÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE
O modelo de descentralização administrativa por outorga preconiza a transferência da titularidade do serviço a determinada entidade por prazo definido, que deve ser de, no máximo, trinta anos.
23. CESPE – SEAS/ES – ESPECIALISTA EM GESTÃO, REGULAÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE
Em decorrência de a administração indireta possuir competência para o exercício descentralizado das atividades administrativas, ela não possui vínculo com a administração direta.
24. CESPE – SEAS/ES – ESPECIALISTA EM GESTÃO, REGULAÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE
Entre as unidades integrantes da administração indireta, inclui-se a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).
25. CESPE – SEAS/ES – ESPECIALISTA EM GESTÃO, REGULAÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE
Embora não haja lei geral que trate das agências reguladoras, estas, em virtude de serem imbuídas de autonomia administrativa, exercem importante papel na segurança jurídica do país.
26. CESPE – SEAS/ES – ESPECIALISTA EM GESTÃO, REGULAÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE
A extinção de uma fundação pública abrange os movimentos de concentração e de centralização administrativas.
27. CESPE – SEAS/ES – ESPECIALISTA EM GESTÃO, REGULAÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE
Organização social é a qualificação concedida à pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, cujas

principais atividades dirigem-se à área de saúde. Essa qualificação tem caráter compulsório e não depende de requisitos específicos.

28. CESPE – SEAS/ES – ESPECIALISTA EM GESTÃO, REGULAÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE

As agências executivas que firmam contratos de gestão com o poder público integram a organização administrativa da União, compondo a administração indireta.

29. ABIN - DIREITO - CESPE - 2010

A administração pública é caracterizada, do ponto de vista objetivo, pela própria atividade administrativa exercida pelo Estado, por meio de seus agentes e órgãos.

30. ABIN - DIREITO - CESPE - 2010

Embora, em regra, os órgãos públicos não tenham personalidade jurídica, a alguns órgãos é conferida a denominada capacidade processual, estando eles autorizados por lei a defender em juízo, em nome próprio, determinados interesses ou prerrogativas.

31. ABIN – OFICIAL TÉCNICO DE INTELIGÊNCIA – ADMINISTRAÇÃO - 2010

As fundações instituídas e mantidas pelo poder público integram a administração direta, enquanto as empresas públicas e de economia mista fazem parte da administração indireta.

32. CESPE – SEAS/ES – ESPECIALISTA EM GESTÃO, REGULAÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE

A realização de contrato de gestão entre o poder público e uma fundação pública, além de representar um avanço na administração pública brasileira, aumenta os mecanismos de controle do Estado sobre a atividade final e a fundação.

33. PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA - CESPE - 2010

As empresas públicas sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais e tributários, podendo, em razão de ter capital exclusivamente público, gozar de privilégios fiscais não extensivos às empresas do setor privado.

34. CFOPMDF - DF – 2010 - CESPE

A delegação de serviço público, em qualquer de suas modalidades, implica transferência da titularidade do serviço.

35. CFOPMDF - DF – 2010 - CESPE

A administração pública pode desconcentrar sua atuação por intermédio da criação de entidades dotadas de personalidade jurídica própria.

36. ESAF - Auditor-Fiscal do Trabalho – MTE – 2010 – Prova 2 – Gabarito 1

Tendo por base a organização administrativa brasileira, classifique as descrições abaixo como sendo fenômenos:

(1) de descentralização; ou (2) de desconcentração. Após, assinale a opção correta.

() Criação da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para prestar serviços oficiais de estatística, geologia e cartografia de âmbito nacional;

() Criação de delegacia regional do trabalho a ser instalada em municipalidade recém emancipada e em franco desenvolvimento industrial e no setor de serviços;

() Concessão de serviço público para a exploração do serviço de manutenção e conservação de estradas;

() Criação de novo território federal.

a) 2 / 1 / 2 / 1

b) 1 / 2 / 2 / 1

c) 2 / 2 / 1 / 1

d) 1 / 2 / 1 / 1

e) 1 / 2 / 1 / 2

37. ESAF - ANALISTA TÉCNICO DA SUSEP – 2010

A SUSEP é uma autarquia, atua na regulação da atividade de seguros (entre outras), e está sob supervisão do Ministério da Fazenda. Logo, é incorreto dizer que ela:

a) é integrante da chamada Administração Indireta.

b) tem personalidade jurídica própria, de direito público.

c) está hierarquicamente subordinada a tal Ministério.

d) executa atividade típica da Administração Pública.

e) tem patrimônio próprio.

38. ESAF - ANALISTA TÉCNICO DA SUSEP – 2010

Para que uma autarquia tenha existência regular, há a necessidade de observância dos seguintes procedimentos:

a) criação diretamente por lei, com inscrição de seu ato constitutivo na serventia registral pertinente.

b) criação diretamente por lei, sem necessidade de qualquer inscrição em serventias registrais.

c) criação autorizada em lei, com inscrição de seu ato constitutivo na serventia registral pertinente.

d) criação autorizada em lei, sem necessidade de qualquer inscrição em serventias registrais.

e) criação diretamente por lei, ou respectiva autorização legal para sua criação, sendo necessária a inscrição de seu ato constitutivo em serventias registrais, apenas nesta última hipótese.

39. ESAF - Agente de Trabalhos de Engenharia - 2010

Assinale a opção na qual consta entidade da Administração Pública Indireta.

a) Órgão público

b) Autarquia

c) Serviço Social Autônomo

d) Ministério

e) Polícia militar

40. ESAF - Fiscal de Rendas - Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro - 2010

Assinale a opção em que consta hipótese que não é aplicável simultaneamente à autarquia e à empresa pública.

a) Observância do princípio do concurso público.

b) Natureza pública dos bens da entidade.

c) Componente da Administração Pública Indireta.

d) Portadora de personalidade jurídica.

e) Obediência à Constituição Federal.

41. Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro Secretaria Municipal de Fazenda - Agente de Fazenda – ESAF - 2010
Não é considerada entidade da Administração Pública Indireta:

- a) a autarquia.
- b) a sociedade de economia mista.
- c) o órgão público.
- d) a fundação pública.
- e) a empresa pública.

42. FCC - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO - Analista Judiciário - Área Judiciária - 2011

A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, sendo que

(A) somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

(B) independe de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias de empresa pública, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada, sendo necessária aprovação do Poder Executivo.

(C) as obras, serviços, compras e alienações, ressalvados os casos especificados na legislação, serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, não sendo mantidas, no entanto, as condições efetivas da proposta.

(D) a autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta não poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade.

(E) a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter prioritário com o fim de marcar os benefícios da administração pública em prol da democracia, dela podendo constar imagens que caracterizem promoção pessoal de servidores públicos que desempenharam sua função com zelo e dedicação para lhe dar o devido reconhecimento popular.

43. FCC - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO - Analista Judiciário - Área Judiciária - 2011

Para os fins do Decreto-Lei no 200/67, autarquia é

(A) a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União ou a entidade da Administração Indireta.

(B) a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, criada por lei para a exploração de atividade econômica que o Governo seja levado a exercer por força de contingência ou de conveniência administrativa.

(C) o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.

(D) a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa.

(E) a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com fins lucrativos, criada por lei, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção.

44. FCC - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA - Procurador do Estado - 2011

Organizações Sociais, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e Serviços Sociais Autônomos são espécies do gênero denominado entidades de colaboração com a Administração Pública. É característica comum dessas três espécies, conforme legislação federal,

(A) estarem sujeitas ao controle dos Tribunais de Contas, embora tenham personalidade jurídica de direito privado.

(B) serem beneficiárias de prerrogativas processuais semelhantes às das entidades de direito público, quando houver questionamento dos atos praticados no exercício de atividades consideradas de interesse público.

(C) contarem obrigatoriamente com a participação de representantes do Poder Público em seus órgãos internos de deliberação superior.

(D) serem beneficiárias de contribuições parafiscais, estabelecidas para custeio de suas atividades de interesse público.

(E) celebrarem obrigatoriamente contrato de gestão, com a Administração Pública, para desempenho de suas atividades

45- FCC - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA - Procurador do Estado - 2011

É um traço comum de todas as entidades da Administração Indireta:

(A) serem processadas em juízo privativo do ente político ao qual estão vinculadas.

(B) a proibição de acumulação remunerada de cargos, empregos e funções, ressalvadas as hipóteses constitucionalmente admitidas.

(C) serem criadas diretamente por lei específica, editada pelo ente criador.

(D) a sujeição de seus servidores ao teto constitucional estabelecido no art. 37, XI da Constituição Federal.

(E) a impenhorabilidade de seus bens.

46. CESPE - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - Conhecimentos Básicos - Nível Superior - 2010

A similaridade entre concentração e centralização deve-se ao fato de estas serem mecanismos de acumulação de competências.

47. CESPE - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - Conhecimentos Básicos - Nível Superior - 2010

A distribuição interna de atribuições de uma pessoa jurídica da administração pública direta, por exemplo, constitui um ato de desconcentração.

48. CESPE - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - Conhecimentos Básicos - Nível Superior - 2010

Os mecanismos utilizados pela administração pública para distribuir e escalonar as funções de seus órgãos compõem a noção de poder discricionário sobre os critérios e procedimentos de organização administrativa.

49. CESPE – ANALISTA ADM – CORREIOS – 2011

Toda função é atribuída e delimitada por norma legal, que configura a competência do órgão, do cargo e do agente, isto é, estrutura a natureza da função e o limite de poder para o desempenho dessa função.

50. CESPE – ANALISTA ADM – CORREIOS – 2011

A descentralização é uma forma de transferir a execução de um serviço público para terceiros, que se encontrem dentro ou fora da administração. A desconcentração é uma forma de se transferir a execução de um serviço público de um órgão para outro dentro da administração direta. Nesse sentido, a diferença entre descentralização e desconcentração está na amplitude da transferência.

51. CESPE – ANALISTA ADM – CORREIOS – 2011

As empresas públicas possuem personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio e são criadas por lei específica.

52. CESPE – ANALISTA ADM – CORREIOS – 2011

As autarquias são dotadas de personalidade jurídica de direito privado; as fundações públicas são dotadas de personalidade jurídica de direito público. Tanto estas quanto aquelas integram a administração indireta.

53. CESPE – ANALISTA ADM – CORREIOS – 2011

As entidades paraestatais não integram a administração direta nem a administração indireta, mas colaboram com o Estado no desempenho de atividades de interesse público, como são os casos do SENAC e do SENAI.

54. CESPE – ANALISTA ADM – CORREIOS – 2011

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), instituída pelo poder público mediante autorização de lei específica, é vinculada ao Ministério das Comunicações e, portanto, integrada à administração direta.

55. CESPE – ANALISTA ADM – CORREIOS – 2011

A criação de empresa pública depende de autorização de lei específica. Caso seu capital seja exclusivamente público, esse tipo de empresa poderá ser constituído sob qualquer forma jurídica, exceto na forma de sociedade anônima.

56. CESPE – ANALISTA ADM – CORREIOS – 2011

O fenômeno da desconcentração, que ocorre tanto na administração direta como na indireta, equivale à técnica administrativa conhecida como departamentalização, cujo objetivo central é tornar mais ágil, especializada e eficiente a prestação de serviços.

57. CESPE – ADVOGADO – CORREIOS - 2011

Em sentido subjetivo, a administração pública compreende o conjunto de órgãos e de pessoas jurídicas ao qual a lei confere o exercício da função administrativa do Estado.

58. TRT 17ª - CONTADOR – 2009 – CESPE

O direito brasileiro admite a figura da fundação de direito privado, instituída por lei, pelo poder público. Nessa fundação, os empregados são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.

59. AGENTE E ESCRIVÃO DE POLÍCIA – PARAÍBA – CESPE - 2008

A criação de uma fundação pública se efetiva com a edição de uma lei específica. (OBS! utilizou fundação pública genericamente sem falar se de Direito. Público ou privado. Se utilizar “fundações públicas” se refere a fp de dr. Público e de dr. Privado.

60. CARGO 1: AUDITOR FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO – ÁREA: CONTROLE EXTERNO – ESPECIALIDADE: CONTROLE EXTERNO – ORIENTAÇÃO: AUDITORIA DE OBRAS PÚBLICAS – TCU – CESPE – 2009.

A criação de fundações públicas, pessoas jurídicas de direito público ou privado, deve ser autorizada por lei específica, sendo a criação efetiva dessas entidades feita na forma da lei civil, com o registro dos seus atos constitutivos, diferentemente do que ocorre com as autarquias.

61. JUIZ FEDERAL – 2ª REGIÃO – CESPE – 2009

De acordo com o entendimento do STF, os serviços prestados pela INFRAERO, no exercício da sua atividade fim, são imunes ao imposto sobre serviços.

62. DELEGADO DE POLÍCIA – PARAÍBA – CESPE - 2008

Considere a seguinte situação hipotética. O município de João Pessoa pretende receber o Imposto Sobre Serviços (ISS) da INFRAERO, empresa pública federal que presta serviço público aeroportuário em regime de monopólio, em face dos serviços prestados, sobre os quais não incide ICMS. Nessa situação, a pretensão do município deve ser atendida, já que a imunidade recíproca não atinge as empresas públicas, mas apenas a administração direta da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, bem como as suas autarquias e fundações públicas.

63. CARGO 4: TÉCNICO FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO – ÁREA: APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO – ESPECIALIDADE: TÉCNICA ADMINISTRATIVA

A regra constitucional do teto remuneratório se aplica às empresas públicas federais e suas subsidiárias, mesmo na hipótese de não receberem recursos da União para pagamento de despesas de pessoal.

64. ANALISTA JUDICIÁRIO - TST – ÁREA: JUDICIÁRIA -2008 – CESPE

Por força constitucional, o fato de a CAIXA ser uma empresa pública impede que Adriano possa ser demitido sem justa causa.

65. JUIZ FEDERAL 5ª REGIÃO – CESPE – 2009

A penhora de bens de sociedade de economia mista prestadora de serviço público pode ser realizada ainda que esses bens sejam essenciais para a continuidade do serviço.

66. ADVOGADO – HEMOBRÁS – 2008 – CESPE

As empresas públicas estão sujeitas ao regime de falências.

67. OFICIAL DE JUSTIÇA – TJCE – CESPE – 2008 – A criação de subsidiárias de sociedades de economia mista depende de autorização legislativa, assim como a participação de empresa pública em empresa privada.

68. IBRAM – CESPE – 2009 – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – CARGO 2 ANALISTAS DE ATIVIDADES DO MEIO AMBIENTE - ADVOGADO

Uma autarquia pode ser qualificada como agência executiva desde que estabeleça contrato de gestão com o ministério supervisor e tenha também plano estratégico de reestruturação e de desenvolvimento institucional em andamento.

69. TCE RN – ASSESSOR TÉCNICO JURÍDICO – CESPE – 2009

As casas legislativas, o Poder Judiciário e os TCs estão obrigados a licitar, visto que são tidos como administração pública direta.

70. JUIZ PARAÍBA – CESPE - 2011

Acerca da administração direta e indireta, assinale a opção correta.

A A agência executiva, nova categoria de pessoa administrativa com natureza jurídica distinta, caracteriza-se pela celebração de contrato de gestão com o ministério supervisor.

B As agências reguladoras, que controlam, em regra, a prestação de serviços públicos e de atividade econômica, somente podem ser criadas no âmbito federal.

C As empresas públicas, reguladas pela Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/1976), devem ter a forma jurídica de sociedades anônimas.

D Aos empregados submetidos ao regime de pessoal das sociedades de economia mista e sujeitos à obrigatoriedade do concurso público é garantida a estabilidade estatutária.

E O princípio da imunidade tributária relativa aos impostos sobre a renda, sobre o patrimônio e sobre os serviços federais, estaduais e municipais é extensivo às fundações instituídas e mantidas pelo poder público, independentemente de estas possuírem personalidade de direito público ou de direito privado.

71. JUIZ PARAÍBA – CESPE - 2011

É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto em empresas públicas e sociedades de economia mista, que se submetem ao regime celetista de direito privado, no qual predomina a autonomia de vontades.

72. JUIZ FEDERAL – TRF 5ª REGIÃO – CESPE – 2011

Entre os setores do Estado, destaca-se o denominado terceiro setor — conceito surgido com a reforma do Estado brasileiro —, que compreende os serviços não exclusivos do Estado e abrange a atuação simultânea do Estado com outras organizações privadas e não estatais, como as organizações sociais (OSs) e as organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs). Considerando as semelhanças e as diferenças entre essas duas entidades paraestatais, assinale a opção correta.

A O poder público deve celebrar contrato de gestão com a OSCIP.

B O processo de habilitação de OS deve tramitar no Ministério da Justiça.

C As OSs são regidas pela Lei n.º 9.790/1999.

D As OSCIPs são regidas pela Lei n.º 9.637/1998.

E Nem a OS nem a OSCIP podem ter fim lucrativo ou econômico.

73. JUIZ FEDERAL – TRF 5ª REGIÃO – CESPE - 2011

A respeito do regime jurídico e das características das empresas estatais — empresas públicas e sociedades de economia mista —, assinale a opção correta.

A A instituição de empresa estatal pode ser realizada no mesmo ato jurídico de criação de secretaria de um estado-membro da Federação.

B As empresas estatais não estão obrigadas a obedecer aos princípios de impessoalidade, moralidade, eficiência e publicidade.

C As empresas estatais exploradoras de atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas.

D A responsabilidade civil das empresas estatais pelos atos ilícitos civis praticados por seus agentes é objetiva.

E As empresas estatais podem ser dotadas de personalidade jurídica de direito privado ou de direito público.

GABARITO					
Questão	Resposta	Questão	Resposta	Questão	Resposta
1	A	26	E	51	E
2	C	27	E	52	E
3	B	28	C	53	C
4	E	29	C	54	E
5	C	30	C	55	E
6	D	31	E	56	C
7	B	32	C	57	C
8	A	33	E	58	E
9	E	34	E	59	E
10	E	35	E	60	E
11	C	36	D	61	C
12	A	37	C	62	E
13	A	38	B	63	E
14	B	39	B	64	E
15	A	40	B	65	E
16	A	41	C	66	E
17	A	42	A	67	C
18	D	43	C	68	C
19	B	44	A	69	C
20	E	45	B	70	E
21	C	46	C	71	E
22	E	47	C	72	E
23	E	48	E	73	C
24	C	49	C		
25	C	50	C		

Poderes Administrativos

1. (CESPE / ANAL. ADM. / DPU) No que se refere ao processo administrativo e aos poderes da administração, assinale a opção correta.

A O princípio da gratuidade não se aplica ao processo administrativo, considerando-se a necessidade de cobertura das despesas decorrentes da tramitação.

B O princípio da obediência à forma e aos procedimentos tem aplicação absoluta no processo administrativo, razão pela qual os atos do referido processo sempre dependem de forma determinada.

C O denominado princípio da oficialidade não tem aplicação no âmbito do processo administrativo, pois a instauração do processo depende de provocação do administrado.

D O poder disciplinar é aquele pelo qual a administração pública apura infrações e aplica penalidades aos servidores públicos e a pessoas sujeitas à disciplina administrativa, sendo o processo administrativo disciplinar obrigatório para a hipótese de aplicação da pena de demissão.

E Prevalece no processo administrativo a aplicação do princípio da tipicidade, pelo qual a configuração de infração de natureza administrativa depende de descrição precisa na lei.

No que se refere aos poderes administrativos e aos princípios que regem a administração pública, julgue os itens subsequentes.

2. (CESPE / TÉCNICO ADM./ ANEEL) De acordo com o princípio da legalidade, a administração pública somente pode fazer o que a lei lhe permite.

3. (CESPE / TÉCNICO ADM./ ANEEL) Como decorrência da relação hierárquica presente no âmbito da administração pública, um órgão de hierarquia superior pode avocar atribuições de um órgão subordinado, desde que estas não sejam de competência exclusiva.

4. (ESAF / ANALISTA TÉCNICO / SUSEP) No desvio de poder, ocorre o seguinte fenômeno:

a) o agente, que tem competência para a prática do ato, o realiza, contudo, com finalidade diversa daquela prevista em lei.

b) o agente pratica um ato para o qual não tem competência.

c) o agente pratica um ato com objeto ou motivo diverso do originalmente previsto em lei.

d) o agente deixa de praticar um ato vinculado.

e) o agente pratica um ato discricionário com motivo diverso do previsto em lei.

5. (FCC / EXEC.MANDADOS/ TRF4º) Dentre outros, são atributos ou qualidades do poder de Polícia

(A) a discricionariedade e a coercibilidade.

(B) a auto-executoriedade e a forma.

(C) a presunção de legitimidade e a competência.

(D) o motivo e a tipicidade.

(E) a forma e a finalidade.

6. (MOVENS / ANAL. TÉC ESP / MIN.CUL.) Para a concretização dos interesses públicos, os administradores detêm poderes e deveres juridicamente institucionalizados.

Acerca desses poderes e deveres, julgue os itens abaixo, em seguida, assinale a opção correta.

I – O excesso de poder ocorre quando o agente atua dentro de sua competência, mas se afasta do interesse público.

II – O poder está sempre vinculado a uma vontade e a uma capacidade: aquele que detém essa capacidade deve ter condições legais de aplicar e fazer valer a sua vontade.

III – O dever de probidade, quando descumprido pelo agente público, acarretar-lhe-á a perda da função pública e dos direitos políticos.

IV – O dever do agente público de prestar contas alcança a Administração centralizada, excluindo-se as entidades a ela vinculadas.

Estão certos apenas os itens

(A) I e II.

(B) I e III.

(C) II e III.

(D) II e IV.

(E) III e IV.

7. (MOVENS / ANAL. TÉC ESP / MIN.CUL) A respeito do poder de polícia e dos princípios da administração pública, assinale a opção correta.

(A) De acordo com o princípio da publicidade, deve haver divulgação oficial dos atos administrativos que produzam consequências jurídicas fora dos órgãos que os emitem, sendo certo que todo ato administrativo deve ser publicado.

(B) Entre as sanções impostas aos particulares pela aplicação do poder de polícia, não se encontram as de natureza penal, na medida em que o descumprimento de certa determinação administrativa poderá acarretar, no máximo, a imposição de multa.

(C) O poder de polícia caracteriza-se, geralmente, como uma atividade predominantemente negativa (*non facere*), ou de abstenção, em confronto com a noção de atividade de prestação de serviços públicos.

(D) O princípio da impessoalidade não está expressamente previsto no texto constitucional, mas é de observância obrigatória por parte da administração, que não pode agir motivada por interesses particulares ou de grupos.

(E) Pelo princípio da discricionariedade administrativa, o administrador tem liberdade para apreciar determinadas situações e, segundo critérios de oportunidade e conveniência, escolher, entre duas ou mais soluções, aquela que melhor atenda aos interesses da administração, ainda que sem respaldo legal.

8. TRE – ES - CARGO 10: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: JUDICIÁRIA

Ainda que não lhe seja permitido delegar o poder de polícia a particulares, em determinadas situações, faculta-se ao Estado a possibilidade de, mediante contrato celebrado,

atribuir a pessoas da iniciativa privada o exercício do poder de polícia fiscalizatório para constatação de infrações administrativas estipuladas pelo próprio Estado.

9. TRE – ES - CARGO 10: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: JUDICIÁRIA

Caso se determine, por meio de lei, a certa autoridade a competência para editar atos normativos secundários, essa competência pode ser objeto de delegação.

10. TRE – ES - CARGO 10: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: JUDICIÁRIA

Como exemplos de poder de polícia, as licenças são atos vinculados e, como regra, definidos, ao passo que as autorizações espelham atos discricionários e precários.

11. CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS EFETIVOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAGI – PR – ADVOGADO – UNIUV

NÃO constitui Poder da Administração Pública:

- (A) Poder Normativo;
- (B) Poder Disciplinar;
- (C) Poder Constituinte;
- (D) Poder Regulamentar;
- (E) Poder Hierárquico.

12. CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS EFETIVOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAGI – PR – ADVOGADO – UNIUV

Sobre o Poder de Polícia, é CORRETO afirmar que:

- (A) Uma das formas de sua expressão é a edição de leis pelo Poder Legislativo;
- (B) Não pode se exteriorizar por meio de decretos do Poder Executivo;
- (C) É exercido por meio de medidas preventivas, ainda que coercíveis, cabendo somente ao Poder Judiciário, na demanda judicial, exercer a sua forma repressiva;
- (D) Não comporta discricionariedade;
- (E) É fato gerador de imposto.

13. FCC - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS- Técnico Administrativo

Sobre o poder hierárquico, é correto afirmar:

- (A) É possível a apreciação da conveniência e da oportunidade das determinações superiores pelos subalternos.
- (B) Em geral, a responsabilidade pelos atos e medidas decorrentes da delegação cabe à autoridade delegante.
- (C) As determinações superiores -?com exceção das manifestamente ilegais - , devem ser cumpridas; podem, no entanto, ser ampliadas ou restringidas pelo inferior hierárquico.
- (D) Rever atos de inferiores hierárquicos é apreciar tais atos em todos os seus aspectos, isto é, tanto por vícios de legalidade quanto por razões de conveniência e oportunidade.
- (E) A avocação de ato pelo superior não desonera o inferior da responsabilidade pelo mencionado ato.

14. FCC - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS- Técnico Administrativo

Sobre o poder disciplinar, é correto afirmar:

- (A) Existe discricionariedade quanto a certas infrações que a lei não define, como ocorre, por exemplo, com o “procedimento irregular” e a “ineficiência no serviço”, puníveis com pena de demissão.
- (B) Há discricionariedade para a Administração em instaurar procedimento administrativo, caso tome conhecimento de eventual falta praticada.
- (C) Inexiste discricionariedade quando a lei dá à Administração o poder de levar em consideração, na escolha da pena, a natureza e a gravidade da infração e os danos que dela provierem para o serviço público.
- (D) O poder disciplinar é sempre discricionário e decorre da supremacia especial que o Estado exerce sobre aqueles que se vinculam à Administração.
- (E) É possível, em determinadas hipóteses, que a Administração deixe de punir o servidor comprovadamente faltoso.

15. FCC - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS- Técnico Administrativo

No que concerne ao poder de polícia, é correto afirmar:

- (A) É vedada a utilização de meios diretos de coação.
- (B) Constitui-se somente por atividades preventivas.
- (C) É puramente discricionário.
- (D) Incide sobre pessoas.
- (E) É possível a utilização de meios indiretos de coação.

16. ABIN – OFICIAL TÉCNICO DE INTELIGÊNCIA – ADMINISTRAÇÃO - 2010

A licença é um ato administrativo que revela o caráter preventivo da atuação da administração no exercício do poder de polícia.

17. JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTADO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA PRIMEIRA REGIÃO – CESPE - 2010

Assinale a opção correta acerca dos poderes disciplinar, hierárquico, regulamentar e de polícia administrativa.

A No campo disciplinar, o direito administrativo utiliza, como regra, o sistema da rígida tipicidade, prevendo cada conduta ilícita e a sanção respectiva.

B O poder de polícia é atividade discricionária que não envolve competências vinculadas.

C Decorre da hierarquia o poder que o órgão administrativo hierarquicamente superior possui de, em qualquer circunstância e sem necessidade de justificação, avocar temporariamente a competência atribuída a órgão inferior.

D Em razão do sistema de jurisdição única adotado no Brasil, cabe ao Poder Judiciário, com exclusividade, a prerrogativa de controlar os atos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar.

E Os processos de natureza disciplinar, mesmo que redundem na aplicação de penalidades de advertência e de suspensão de até trinta dias, estão submetidos ao princípio da ampla defesa e do contraditório, sendo inconstitucional qualquer dispositivo legal que dispense essa exigência.

18. ESAF – AFTE – MTE – 2010

Sabendo-se que o agente público, ao utilizar-se do poder que lhe foi conferido para atender o interesse público, por vezes o faz de forma abusiva; leia os casos concretos abaixo narrados e assinale: (1) para o abuso de poder na modalidade de excesso de poder; e (2) para o abuso de poder na modalidade de desvio de poder. Após, assinale a opção que contenha a sequência correta.

() Remoção de servidor público, ex officio, com o intuito de afastar o removido da sede do órgão, localidade onde também funciona a associação sindical da qual o referido servidor faz parte;

() Aplicação de penalidade de advertência por comissão disciplinar constituída para apurar eventual prática de infração disciplinar;

() Deslocamento de servidor público, em serviço, com o consequente pagamento de diárias e passagens, para a participação em suposta reunião que, na realidade, revestia festa de confraternização entre os servidores da localidade de destino;

() Agente público que, durante a fiscalização sanitária, interdita estabelecimento pelo fato de ter encontrado no local inspecionado um único produto com prazo de validade expirado.

a) 2 / 1 / 2 / 1

b) 1 / 1 / 2 / 2

c) 1 / 2 / 1 / 2

d) 2 / 2 / 1 / 2

e) 2 / 1 / 1 / 2

19. ESAF - Agente de Trabalhos de Engenharia – 2010 Um servidor público edita um ato administrativo, o qual, não havendo condição suspensiva, opera efeitos desde já. Particular, posteriormente, pode contestar sua validade, sustentando que o ato padece de vício de legalidade, devendo, contudo, provar sua alegação. Assinale o item que contém o atributo do ato administrativo que ocasiona a transferência do ônus da prova da invalidade do referido ato para quem a invoca.

a) Imperatividade

b) Poder regulamentar

c) Presunção de legitimidade

d) Autoexecutoriedade

e) Exigibilidade

20. ESAF - Agente de Trabalhos de Engenharia – 2010 Para fins de formalização do Poder Regulamentar que o Ordenamento Jurídico lhe outorga, o Chefe do Poder Executivo utiliza qual instrumento?

a) Resolução

b) Instrução Normativa

c) Lei

d) Decreto

e) Circular

21. ESAF - Fiscal de Rendas - Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro - 2010

Em relação aos Poderes da Administração, assinale a opção incorreta.

a) Apesar do nome que lhes é outorgado, os Poderes da Administração não podem ser compreendidos

singularmente como instrumentos de uso facultativo e, por isso, parte da doutrina os qualifica de “deveres-poderes”.

b) O Poder de Polícia possui um conceito amplo e um conceito estrito, sendo que o sentido amplo abrange inclusive atos legislativos abstratos.

c) O Poder Hierárquico não é restrito apenas ao Poder Executivo.

d) O exercício do Poder Disciplinar é o fundamento para aplicação de sanções a particulares, inclusive àqueles que não possuem qualquer vínculo com a Administração.

e) Poder Regulamentar configura a atribuição conferida à Administração de editar atos normativos secundários com a finalidade de complementar a lei, possibilitando a sua eficácia.

22. ESAF – AFTE – MTE - 2010

Ao exercer o poder de polícia, o agente público percorre determinado ciclo até a aplicação da sanção, também chamado ciclo de polícia. Identifique, entre as opções abaixo, a fase que pode ou não estar presente na atuação da polícia administrativa.

a) Ordem de polícia.

b) Consentimento de polícia.

c) Sanção de polícia.

d) Fiscalização de polícia.

e) Aplicação da pena criminal.

23. Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro Secretaria Municipal de Fazenda - Agente de Fazenda – ESAF - 2010 Sobre o Poder de Polícia, assinale a opção correta.

a) A Administração poderá implantar preço público em razão do exercício do Poder de Polícia.

b) Todas as pessoas federativas (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) possuem, em tese, atribuição para exercer o Poder de Polícia, a ser realizado, entretanto, nos limites das suas respectivas competências.

c) Todos os atos de Poder de Polícia autorizam a imediata execução pela Administração, sem necessidade de autorização de outro Poder, em face do atributo da auto-executoriedade.

d) Inexiste, no Ordenamento Jurídico Pátrio, conceito expresso de Poder de Polícia.

e) Não há distinção entre Polícia Administrativa e Polícia Judiciária.

24. FCC - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS - 2011

Em relação aos poderes da Administração Pública, é correto afirmar que o poder

(A) normativo é decorrência do poder vinculado da Administração, na medida em que só admite a prática de atos expressamente previstos em lei.

(B) normativo é reflexo do poder discricionário nos casos em que é dado à Administração Pública o poder de substituir a lei em determinada matéria.

(C) disciplinar é decorrente do poder de polícia administrativo, na medida em que admite a aplicação de sanções a todos os particulares.

(D) disciplinar, no que diz respeito aos servidores públicos, é decorrente do poder hierárquico, na medida em que se traduz no poder da Administração de apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos sujeitos à sua disciplina.

(E) regulamentar, quando decorrente do poder hierárquico, é discricionário, porque não encontra estabelecidos em lei as hipóteses taxativas de sua incidência.

25. FCC - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS - 2011

O poder de polícia expressa-se, em sentido amplo, por meio de

(A) medidas repressivas, não compreendendo medidas preventivas.

(B) medidas gerais preventivas de limitação de direitos, podendo ser discricionárias quando não previstas em lei.

(C) atos administrativos concretos limitadores do exercício de direitos e atividades individuais em caráter geral e abstrato.

(D) atos administrativos normativos gerais e atos administrativos de aplicação da lei ao caso concreto.

(E) medidas preventivas abstratas, tais como vistorias e licenças.

26. FCC - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS - 2011

A responsabilização do servidor público pode se dar no âmbito civil, penal e administrativo. Em relação a referida responsabilização, é correto afirmar:

(A) O ilícito administrativo é dotado da mesma tipicidade do ilícito penal, uma vez que demanda expressa previsão legal da conduta punível para sua caracterização.

(B) A caracterização do ilícito penal demanda a comprovação da existência de dolo ou culpa, enquanto na esfera civil se admite a responsabilização objetiva do servidor.

(C) A caracterização do ilícito civil prescinde da comprovação do nexo de causalidade entre a ação ou omissão do servidor e o dano verificado.

(D) Uma mesma conduta do servidor público pode configurar ilícito administrativo e ilícito penal, mas o processo administrativo disciplinar somente se inicia após a conclusão do processo crime, caso tenha restado comprovada a autoria.

(E) A caracterização do ilícito administrativo prescinde da comprovação da tipicidade do ilícito penal, porque o fato punível na esfera administrativa pode não constituir crime.

27. CESPE – TJES – ANALISTA JUDICIÁRIO - 2011

Além dos atos que provêm de autoridade pública, caracterizam-se, também, como atividades de polícia administrativa as providências tomadas por particulares para prevenir prejuízos ou ameaças a seus direitos ou patrimônios.

28. CESPE – TJES – ANALISTA JUDICIÁRIO - 2011

O poder disciplinar consiste em distribuir e escalonar as funções, ordenar e rever as atuações e estabelecer as relações de subordinação entre os órgãos públicos, inclusive seus agentes.

29. JUIZ PARAÍBA – CESPE - 2011

No que concerne aos poderes da administração, assinale a opção correta.

A O STF emitiu decisão favorável à delegação do poder de polícia, mediante edição de lei, a pessoa jurídica de direito privado.

B Forma de conferir liberdade ao administrador público, o poder discricionário permite que a autoridade, mediante os critérios de conveniência e oportunidade, opte pela ação que melhor propicie a consecução do interesse público, atuação que se sobrepõe aos limites da lei.

C O poder regulamentar permite que o ato normativo derivado inove e aumente os direitos e obrigações previstos no ato de natureza primária que o autoriza, desde que tenha por objetivo o cumprimento das determinações legais.

D Segundo o STF, é inconstitucional, por ofensa ao princípio da livre concorrência, lei municipal que impeça a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.

E O poder de polícia no ordenamento jurídico brasileiro é tratado, exclusivamente, no âmbito infraconstitucional.

30. CESPE – ADVOGADO – CORREIOS – 2011

Os direitos e deveres do servidor público são consagrados na Constituição Federal e na legislação federal, vedada a instituição de outros direitos e deveres no âmbito das leis ordinárias dos estados e dos municípios.

GABARITO			
Questão	Resposta	Questão	Resposta
1	D	16	C
2	C	17	E
3	C	18	A
4	A	19	C
5	A	20	D
6	C	21	D
7	C	22	E
8	C	23	B
9	E	24	D
10	C	25	D
11	C	26	E
12	A	27	E
13	D	28	E
14	A	29	D
15	E	30	E

Atos Administrativos

1. (CESPE / TÉCNICO ADM./ ANEEL) A revogação do ato administrativo, que implica extinção de um ato válido, produz efeitos retroativos.

2. (CESPE / ANAL. ADM. / DPU) Com relação aos atos administrativos, assinale a opção correta.

A Valendo-se de seu poder de autotutela, a administração pública pode anular o ato administrativo, sendo que o reconhecimento da desconformidade do ato com a lei produz efeitos a partir da própria anulação.

B Pelo atributo da presunção de veracidade, a validade do ato administrativo não pode ser apreciada de ofício pelo Poder Judiciário.

C Os atos administrativos discricionários, por sua própria natureza, não admitem o controle pelo Poder Judiciário.

D Quanto à exequibilidade, o denominado ato administrativo perfeito é aquele que já exauriu seus efeitos, tornando-se definitivo e não podendo mais ser impugnado na via administrativa ou na judicial.

E No que se refere às espécies de atos administrativos, a aprovação e a homologação são atos administrativos com igual significado e extensão.

3. (ESAF / ANALISTA TÉCNICO / SUSEP) O chamado mérito administrativo costuma ser relacionado ao(s) seguinte(s) elemento(s) do ato administrativo:

- a) finalidade e objeto.
- b) finalidade e motivo.
- c) motivo e objeto.
- d) finalidade, apenas.
- e) motivo, apenas.

4. (ESAF / ANALISTA TÉCNICO / SUSEP) No que tange aos atos administrativos discricionários praticados no âmbito da SUSEP, o Poder Judiciário:

- a) não pode sobre eles se manifestar, em face da liberdade que é concedida ao agente público na produção de tais atos.
- b) pode exercer controle sobre tais atos, em todos os seus aspectos, em vista da inafastabilidade do Poder Judiciário no exame dos atos dos gestores públicos.
- c) somente poderá exercer o controle que diga respeito à competência daquele que expediu o ato.
- d) poderá exercer o controle que diga respeito ao motivo de tais atos.
- e) poderá exercer o controle que diga respeito à finalidade de tais atos.

5. (FCC / DIREITO / BAHIA GÁS) Em relação a invalidação dos atos administrativos, é INCORRETO afirmar que

- (A) como regra, os efeitos da anulação dos atos administrativos retroagem às suas origens, invalidando as consequências passadas, presentes e futuras do ato anulado.
- (B) revogação é a supressão de um ato discricionário ilegítimo e ineficaz, realizada pela Administração e pelo Judiciário, por não mais convir a sua existência.

(C) anulação é a declaração de invalidação de um ato administrativo ilegítimo ou ilegal, feito pela Administração ou pelo Poder Judiciário.

(D) o Poder Judiciário somente anula atos ilegais, não podendo revogar atos inconvenientes ou inoportunos mas formal e substancialmente legítimos, porque isso é atribuição exclusiva da Administração.

(E) para a anulação do ato ilegal não se exigem formalidades

especiais, nem há prazo determinado para a invalidação, salvo quando norma legal o fixar expressamente.

6. (FCC / EXECUTIVO PÚBLICO / CASA CIVIL SP) Quanto ao ato administrativo é INCORRETO afirmar que

(A) o fato administrativo resulta sempre do ato administrativo que o determina, resultando do cumprimento de alguma decisão administrativa.

(B) a competência administrativa, por ser de ordem pública é improrrogável e intransferível.

(C) a inobservância da forma vicia substancialmente o ato, tornando-o passível de invalidação, desde que necessária à sua perfeição e eficácia.

(D) o motivo ou causa é a situação de direito ou de fato que determina ou autoriza a realização do ato administrativo.

(E) os dirigentes das fundações e autarquias não praticam atos administrativos típicos ou equiparados, não sendo portanto passíveis de controle judicial próprio das autoridades públicas.

7. (FCC / EXECUTIVO PÚBLICO / CASA CIVIL SP) Quanto à revogação ou invalidação dos atos administrativos, considere:

I. O ato nulo gera direitos ou obrigações às partes, criando situações ou gerando direitos e obrigações enquanto não anulado, motivo pelo qual pode ser convalidado.

II. A Administração pode desfazer seus próprios atos por considerações de mérito e de ilegalidade, ao passo que o Judiciário só os pode invalidar quando ilegais.

III. Um ato inoportuno ou inconveniente só pode ser revogado pela própria Administração, mas um ato ilegal pode ser anulado, tanto pela Administração como pelo Judiciário.

IV. Se a Administração praticou ato ilegal, não pode ela anular ou revogar o ato por seus próprios meios diante do litígio instaurado com o seu destinatário, devendo socorrer-se do Judiciário.

V. A anulação de um ato administrativo baseia-se em razões de conveniência ou de oportunidade, enquanto na revogação, em razões de legitimidade ou legalidade.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) II e III.
- (B) I e V.
- (C) II, IV e V.
- (D) I, III e IV.
- (E) III, IV e V.

8. (FCC / JUIZ) Todos os criadores de gado bovino de corte de determinado município foram proibidos de promover o

decidiu, por meio de procedimento regular e válido, prolongar o período de segurança necessário para se certificar da efetividade de nova vacina cuja aplicação foi imposta àqueles, em caráter experimental. A medida foi extremamente prejudicial aos produtores locais, na medida em que já haviam adiado o cronograma de abate por anteriores três meses, nos termos da regulamentação da aplicação da vacina, obrigação imposta pela Administração Estadual.

A proibição imposta pelo poder público configura ato

(A) lícito, podendo ensejar indenização por parte do Estado pelos danos experimentados pelos produtores durante o período em que perdurar a prorrogação da proibição.

(B) ilícito, atacável por meio de mandado de segurança, tendo em vista que não houve observância do contraditório e da ampla defesa para imposição da proibição.

(C) lícito, não cabendo qualquer indenização em favor dos produtores, uma vez que se trata de medida que expressa o poder de polícia da administração pública.

(D) ilícito, na medida em que excede os limites do poder de polícia, que se prestam a restringir a atuação dos particulares, e não a proibir a livre iniciativa e a produção econômica.

(E) lícito, assistindo, no entanto, aos produtores, cuja atividade foi proibida, pleitear indenização somente dos produtores da vacina.

9. (FCC / ANAL. ADM. / TRF4º) No que diz respeito ao atributo da tipicidade do ato administrativo, é certo que

(A) tal qualidade permite a prática de ato totalmente discricionário ou de atos inominados.

(B) esse atributo existe nos contratos porque há imposição de vontade da Administração.

(C) essa tipicidade só existe em relação aos atos unilaterais.

(D) trata-se de um atributo que pode criar obrigações, unilateralmente, aos administrados.

(E) um dos fundamentos desse atributo é a necessidade da Administração em exercer com agilidade suas atribuições.

10(FCC / ANAL. ADM. / TRF4º). Em relação aos atos administrativos negociais, é certo que

(A) não produzem quaisquer efeitos concretos e individuais para os administrados.

(B) não são contratos, mas sim manifestações unilaterais de vontade da Administração coincidentes com a pretensão do particular.

(C) são dotados, como os demais atos, de imperatividade ou coercitividade.

(D) podem ser discricionários ou precários, dependendo de sua espécie, mas nunca vinculados ou definitivos.

(E) podem ser considerados desta espécie as autorizações, as apostilas e os atestados.

11. (FCC / EXEC.MANDADOS/ TRF4) Tendo em vista a classificação dos atos administrativos, considere as hipóteses seguintes:

I. A mudança de local e horário de uma reunião de órgãos públicos com particulares.

II. A cassação da autorização para utilização do passeio público para uma banca de jornais.

III. O apostilamento de títulos e a nomeação de um servidor público federal.

Referidos atos são classificados, respectivamente, como ato

(A) desconstitutivo, modificativo e declaratório.

(B) modificativo, desconstitutivo e declaratório.

(C) desconstitutivo, abdicativo e modificativo.

(D) modificativo, alienativo e constitutivo.

(E) declaratório, extintivo e constitutivo.

12(FCC / TÉCNICO ADM./ TRF4). A desapropriação, pelo Município, de imóvel pertencente a inimigo do respectivo Prefeito Municipal, com o objeto de causar prejuízo ao desapropriado, constitui ofensa ao elemento do ato administrativo referente

(A) ao objeto.

(B) à vinculação.

(C) à forma.

(D) à competência.

(E) à finalidade.

13. (FCC / TÉCNICO ADM./ TRF4) No que diz respeito ao atributo da executoriedade, é certo que

(A) afasta a apreciação judicial dos atos administrativos.

(B) não está presente em todos os atos administrativos.

(C) só é válido mediante prévia apreciação judicial do ato administrativo.

(D) existe em todos os atos administrativos e em qualquer situação.

(E) permite a implementação do ato administrativo, mas sem o uso da força.

14. (FCC / TÉCNICO ADM./ TRF4º) Dentre outras, NÃO pode ser considerada característica dos atos administrativos gerais:

(A) aplicabilidade de comandos concretos a destinatários determinados ou determináveis em quaisquer situações.

(B) prevalência sobre o ato administrativo individual.

(C) impossibilidade de impugnação por meio de recursos administrativos.

(D) revogabilidade incondicionada.

(E) impossibilidade de impugnação direta pela pessoa lesada, restando, somente, a via de arguição de inconstitucionalidade.

15. FCC / TÉCNICO ADM. / TRF4º /) Analise:

I. Atos administrativos, endereçados aos servidores públicos, que veiculam determinações atinentes ao adequado desempenho de suas funções, e não atingem os administrados, não criando para estes direitos ou obrigações.

II. Atos administrativos que declaram, a pedido do interessado, uma situação jurídica preexistente relativa a um particular, mas não contém uma manifestação de vontade da Administração Pública.

Nesse casos, são conhecidos, respectivamente, como espécies de atos

(A) normativos e negociais.

(B) enunciativos e declaratórios.

(C) ordinatórios e enunciativos.

(D) punitivos e declaratórios.

(E) normativos e ordinatórios.

16. (FCC / TÉCNICO ADM./ TRF4) No que se refere a efeitos decorrentes dos atos administrativos, é correto afirmar que (A) a anulação somente produz efeitos prospectivos, para a frente (ex nunc).

(B) a revogação do ato faz retroagir seus efeitos (ex tunc) ao momento da prática do ato.

(C) a anulação do ato desfaz, de forma absoluta, os efeitos, mesmo quanto aos terceiros de boa-fé.

(D) todos os efeitos produzidos pela anulação do ato, de regra, devem ser desfeitos.

(E) a revogação e a anulação do ato produzem efeitos iguais tanto no tempo, como no espaço.

17. (MOVENS / ANAL. TÉC ESP / MIN.CUL) Um dos pressupostos dos atos administrativos é que estes sejam emanados de agente competente. Em relação a esse assunto, julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção correta.

I – Configuram-se como de natureza material os atos administrativos emanados do Poder Executivo.

II – No que se refere à competência para validar o ato administrativo, o princípio da especialidade é inerente ao fato de que a competência dos agentes está vinculada ao respectivo poder de atuação.

III – Produzirão efeitos os atos administrativos emanados de agente de fato desde que sejam ratificados por agente de direito.

A sequência correta é:

(A) V, F, F.

(B) V, F, V.

(C) F, V, V.

(D) F, V, F.

(E) F, F, V.

18. (MOVENS / ANAL. TÉC ESP / MIN.CUL.) No que se refere aos atos administrativos e aos requisitos para o provimento de cargos públicos, assinale a opção correta.

(A) Os elementos intrínsecos do ato administrativo são: a ação ou a abstenção humanas, consubstanciadas em atos comissivos ou omissivos; a forma, que é a declaração de vontade do Estado; e o objeto ou conteúdo, que é a matéria de interesse público, ou seja, a relação jurídica administrativa sobre o que o ato administrativo se refere.

(B) Os elementos extrínsecos do ato administrativo são: o agente público, que, em nome do Estado, declara sua vontade normativa; o tempo e o lugar, sem os quais não há nem fato jurídico; e a autoexecutoriedade, segundo a qual a realização do ato administrativo não se sujeita à participação de outros Poderes.

(C) Um cientista britânico, em 2009, estabeleceu residência no Brasil, onde pretende ocupar cargo público de provimento mediante concurso. Nessa situação, a pretensão do estrangeiro revela-se juridicamente inviável, na medida em que os cargos públicos somente são acessíveis aos brasileiros natos ou naturalizados.

(D) Um servidor do Ministério da Cultura sofreu acidente vascular cerebral e foi julgado incapaz para o serviço público. Nessa hipótese, ele deverá ser submetido a procedimento de readaptação para outro cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a

limitação que tenha sofrido em sua capacidade física e mental.

(E) Um ex-Agente do Departamento de Polícia Federal, após ocupar esse cargo por trinta anos, aposentou-se voluntariamente em 2008, quando contava 60 anos de idade. Nessa situação, mesmo que haja cargo vago e interesse por parte da administração, não há amparo legal para eventual pedido de reversão desse servidor.

19. STM – ANALISTA ADMINISTRATIVO - CESPE

Denomina-se ato composto aquele que ocorre quando existe a manifestação de dois ou mais órgãos e as vontades desses órgãos se unem para formar um só ato.

20. STM – ANALISTA ADMINISTRATIVO - CESPE

Considere que um servidor público tenha sido removido, de ofício, como forma de punição. Nessa situação, o ato de remoção é nulo, visto que configura desvio de finalidade.

21. STM – CESPE - CARGO 3: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: EXECUÇÃO DE MANDADOS

O presidente da República pode dispor, mediante decreto, sobre a organização e o funcionamento da administração federal, promovendo a extinção de funções ou cargos públicos que julgar desnecessários e inconvenientes para o serviço público.E

22. TRE – ES - CARGO 10: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: JUDICIÁRIA

Suponha que um ato administrativo do qual decorram efeitos favoráveis para o seu destinatário tenha sido editado com vício de legalidade. Nesse caso, decai em cinco anos o prazo para que a administração anule esse ato.

23. TRE – ES - CARGO 10: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: JUDICIÁRIA

Os atos administrativos, em regra, devem ser motivados, não sendo, contudo, obrigatória a motivação quanto importarem em convalidação de outro ato administrativo.

24. TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE - FCC - TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA

Nos atos administrativos:

(A) a imperatividade é um atributo que existe em todos os atos administrativos.

(B) a invalidação é o desfazimento de um ato administrativo, e nem sempre ocorre por razões de ilegalidade.

(C) o motivo e a finalidade são requisitos sempre vinculados dos atos administrativos.

(D) a Administração pode autoexecutar suas decisões, empregando meios diretos de coerção, utilizando-se inclusive da força.

(E) a invalidação dos atos administrativos opera efeitos ex nunc.

25. ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA – TRE/RN – FCC

Quanto às espécies de atos administrativos, é correto afirmar:

(A) Certidões e Atestados são atos administrativos classificados como constitutivos, pois seu conteúdo constitui determinado fato jurídico.

(B) Autorização é ato declaratório de direito preexistente, enquanto licença é ato constitutivo.

(C) Admissão é ato unilateral e discricionário pelo qual a Administração reconhece ao particular o direito à prestação de um serviço público.

(D) Licença é ato administrativo unilateral e vinculado, enquanto autorização é ato administrativo unilateral e discricionário.

(E) Permissão, em sentido amplo, designa ato administrativo discricionário e precário, pelo qual a Administração, sempre de forma onerosa, faculta ao particular a execução de serviço público ou a utilização privativa de bem público.

26. FCC - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS-
Analista Judiciário - Área Judiciária

No que diz respeito ao instituto da convalidação dos atos administrativos, é correto afirmar:

(A) a convalidação sempre será possível quando houver vício no objeto do ato administrativo.

(B) a impugnação expressa, feita pelo interessado, contra ato com vício sanável de competência, constitui barreira a sua convalidação pela Administração.

(C) admite-se convalidação quando o vício relacionar-se ao motivo do ato administrativo.

(D) admite-se convalidação quando houver vício de incompetência em razão da matéria, como por exemplo, quando determinado Ministério pratica ato de competência de outro.

(E) convalidação é o ato administrativo pelo qual é suprido vício existente

27. FCC - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS-
Técnico Administrativo

No que diz respeito aos requisitos dos atos administrativos, (A) a competência, no âmbito federal, é, em regra, indelegável.

(B) o desvio de finalidade ocorre apenas se não for observado o fim público.

(C) o motivo, se inexistente, enseja a anulação do ato administrativo.

(D) se houver vício no objeto e este for plúrimo, ainda assim não será possível aproveitá-lo em quaisquer de suas partes mesmo que nem todas tenham sido atingidas pelo vício.

(E) a inobservância da forma não enseja a invalidade do ato.

28. FCC - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS-
Técnico Administrativo

Podem ser revogados os atos administrativos

(A) que já exauriram seus efeitos.

(B) enunciativos, também denominados “meros atos administrativos”, como certidões e atestados.

(C) vinculados.

(D) que geram direitos adquiridos.

(E) editados em conformidade com a lei.

29. ABIN - DIREITO - CESPE - 2010

Considerando-se que, de acordo com a teoria do órgão, os atos praticados pelos agentes públicos são imputados à pessoa jurídica de direito público, é correto afirmar que os atos provenientes de um agente que não foi investido legitimamente no cargo, são considerados inexistentes, não gerando qualquer efeito.

30. ABIN – OFICIAL TÉCNICO DE INTELIGÊNCIA –
ADMINISTRAÇÃO - 2010

Considere a seguinte situação hipotética.

Um município estabeleceu que somente seriam concedidos alvarás de funcionamento a restaurantes que tivessem instalado exaustor de fumaça acima de cada fogão industrial. Na vigência dessa determinação, um fiscal do município atestou, falsamente, que o restaurante X possuía o referido equipamento, tendo-lhe sido concedido o alvará. Dias após a fiscalização, a administração verificou que não havia no referido estabelecimento o exaustor de fumaça. Nessa situação hipotética, considera-se nulo o alvará, dada a inexistência de motivo do ato administrativo.

31. ESAF – AFTE – MTE - 2010

Relativamente à vinculação e à discricionariedade da atuação administrativa, assinale a opção que contenha elementos do ato administrativo que são sempre vinculados.

a) Competência e objeto.

b) Finalidade e motivo.

c) Competência e finalidade.

d) Finalidade e objeto.

e) Motivo e objeto.

32. ESAF – AFTE – MTE - 2010

Assinale a opção que contemple ato administrativo passível de revogação.

a) Atestado de óbito.

b) Homologação de procedimento licitatório.

c) Licença para edificar.

d) Certidão de nascimento.

e) Autorização de uso de bem público.

33. ESAF - ANALISTA TÉCNICO DA SUSEP – 2010

O chamado mérito administrativo costuma ser relacionado ao(s) seguinte(s) elemento(s) do ato administrativo:

a) finalidade e objeto.

b) finalidade e motivo.

c) motivo e objeto.

d) finalidade, apenas.

e) motivo, apenas.

34. ESAF - ANALISTA TÉCNICO DA SUSEP – 2010

No que tange aos atos administrativos discricionários praticados no âmbito da SUSEP, o Poder Judiciário:

a) não pode sobre eles se manifestar, em face da liberdade que é concedida ao agente público na produção de tais atos.

b) pode exercer controle sobre tais atos, em todos os seus aspectos, em vista da inafastabilidade do Poder Judiciário no exame dos atos dos gestores públicos.

c) somente poderá exercer o controle que diga respeito à competência daquele que expediu o ato.

- d) poderá exercer o controle que diga respeito ao motivo de tais atos.
- e) poderá exercer o controle que diga respeito à finalidade de tais atos.

35. ESAF - ANALISTA TÉCNICO DA SUSEP – 2010

No desvio de poder, ocorre o seguinte fenômeno:

- a) o agente, que tem competência para a prática do ato, o realiza, contudo, com finalidade diversa daquela prevista em lei.
- b) o agente pratica um ato para o qual não tem competência.
- c) o agente pratica um ato com objeto ou motivo diverso do originalmente previsto em lei.
- d) o agente deixa de praticar um ato vinculado.
- e) o agente pratica um ato discricionário com motivo diverso do previsto em lei.

36. ESAF - ANALISTA TÉCNICO DA SUSEP – 2010

A partir da Emenda Constitucional n. 32, de 2001, parte significativa dos administrativistas passou a aceitar a possibilidade de edição, pelo Chefe do Poder Executivo, de espécie de decreto autônomo. Nesse contexto, é matéria a ser disciplinada por meio de tal modalidade de decreto:

- a) criação de órgãos públicos, desde que sem aumento imediato de despesas.
- b) extinção de órgãos públicos, mas apenas do Poder Executivo.
- c) extinção de entidades vinculadas aos Ministérios.
- d) criação de funções ou cargos públicos, desde que sem aumento imediato de despesas.
- e) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos.

37. ESAF - Fiscal de Rendas - Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro - 2010

Assinale a opção incorreta, no tocante à revogação do ato administrativo.

- a) Ato que geraram direitos adquiridos a particulares não podem ser revogados.
- b) A revogação não é o instrumento idôneo para atingir ato administrativo ilegal.
- c) A revogação só pode ocorrer mediante ato da Administração, não podendo ser determinada por decisão judicial.
- d) Os efeitos da revogação retroagem, alcançando os efeitos já produzidos pelo ato revogado.
- e) A revogação do ato administrativo tem como motivo a inconveniência ou a inoportunidade na manutenção de tal ato.

38. Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro Secretaria Municipal de Fazenda - Agente de Fazenda – ESAF - 2010

Não é hipótese de extinção do ato administrativo:

- a) a revogação.
- b) a renúncia.
- c) a cassação.
- d) a caducidade.
- e) a convalidação.

39. FCC - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1a REGIÃO - Analista Judiciário - Área Administrativa - Caderno de Prova 'AA', Tipo 001 - 2011

A anulação do ato administrativo

- (A) não pode ser decretada pela Administração Pública.
- (B) pressupõe um ato legal.
- (C) produz efeitos ex nunc.
- (D) ocorre por razões de conveniência e oportunidade.
- (E) pode, em casos excepcionais, não ser decretada, em prol do princípio da segurança jurídica.

40. FCC - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1a REGIÃO - Analista Judiciário - Área Administrativa - Caderno de Prova 'AA', Tipo 001 - 2011

Dentre outros, são exemplos de ato administrativo negocial:

- (A) a deliberação e o apostilamento.
- (B) a aprovação e o protocolo administrativo.
- (C) o provimento e o atestado.
- (D) o parecer e o provimento.
- (E) a portaria e a resolução.

41. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1a REGIÃO - Analista Judiciário - Área Judiciária - Especialidade Execução de Mandados - Caderno de Prova 'AM', Tipo 001 - FCC - 2011

A Administração Pública exonerou ad nutum Carlos, sob a alegação de falta de verba. Se, a seguir, nomear outro funcionário para a mesma vaga, o ato de exoneração será

- (A) legal, pois praticado sem vício, e regular porque o cargo estava vago.
- (B) legal, por se tratar de ato discricionário, pautado por razões de conveniência e oportunidade da Administração.
- (C) ilegal por vício quanto ao motivo.
- (D) legal, pois detém mero vício de objeto, o qual nem sempre acarreta sua invalidação.
- (E) ilegal por vício de finalidade.

42. FCC - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14a REGIÃO - Analista Judiciário - Área Judiciária - 2011

Considere a seguinte hipótese: a Administração Pública aplicou pena de suspensão a determinado servidor, quando, pela lei, era aplicável a sanção de repreensão. O fato narrado caracteriza

- (A) vício na finalidade do ato administrativo e acarretará sua revogação.
- (B) ato lícito, tendo em vista o poder discricionário da Administração Pública.
- (C) vício no objeto do ato administrativo e acarretará sua anulação.
- (D) vício no motivo do ato administrativo, porém não necessariamente constitui fundamento para sua invalidação.
- (E) mera irregularidade formal, não constituindo motivo para sua anulação.

43. FCC - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA - Procurador do Estado - 2011

Um cidadão, interessado em realizar uma construção em terreno de sua propriedade, protocolizou o pedido de licença para construir e aguardou, durante seis meses, a

apreciação do pedido pela Administração Municipal, sem obter resposta. Diante dessa situação, é correto concluir que

(A) se trata de hipótese de “silêncio eloquente”, na qual o titular do direito subjetivo se vê legitimado a exercê-lo, até que haja contraposição expressa pela autoridade administrativa.

(B) ocorreu a prática de ato administrativo tácito, de conteúdo negativo. Portanto, o particular deverá conformar-se com o indeferimento de seu pedido, haja vista que se trata de decisão discricionária da Administração.

(C) houve a prática de ato administrativo indireto, sendo que na hipótese de direitos subjetivos de natureza potestativa, como o direito de construir, a Administração somente poderá impedir seu exercício mediante o sacrifício do direito, com a consequente indenização ao titular.

(D) não se trata de ato administrativo, pois não ocorreu a manifestação de vontade imputável à Administração; todavia, a omissão configura um ilícito administrativo, que pode ser corrigido pela via judicial, em que a decisão judicial obrigará a autoridade administrativa à prática do ato ou suprirá os efeitos da omissão administrativa. (E) se trata de comportamento omissivo e antijurídico da Administração; nesse caso, por se tratar de ato administrativo de competência discricionária da autoridade do Poder Executivo, o Judiciário não poderá suprir os efeitos da omissão da autoridade pública nem compeli-la a praticar o ato, resolvendo-se a questão pela via indenizatória.

44. FCC - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS - 2011

O ato administrativo distingue-se dos atos de direito privado por, dentre outras razões, ser dotado de alguns atributos específicos, tais como

(A) autodeterminação, desde que tenha sido praticado por autoridade competente, vez que o desrespeito à competência é o único vício passível de ser questionado quando se trata deste atributo.

(B) autoexecutoriedade, que autoriza a execução de algumas medidas coercitivas legalmente previstas diretamente pela Administração.

(C) presunção de legalidade, que permite a inversão do ônus da prova, de modo a caber ao particular a prova dos fatos que aduz como verdadeiros.

(D) imperatividade, desde que tenha sido praticado por autoridade competente, vez que o desrespeito à competência é o único vício passível de ser questionado quando se trata deste atributo.

(E) presunção de veracidade, que enseja a presunção de conformidade do ato com a lei, afastando a possibilidade de dilação probatória sobre a questão fática.

45. FCC - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS - 2011

Considerando o posicionamento doutrinário que admite nulidade absoluta ou relativa dos atos administrativos eivados de vícios, é correto afirmar:

(A) A desobediência à forma prescrita em lei e o vício de incompetência sempre ensejam a nulidade absoluta do ato praticado.

(B) A nulidade relativa depende de provocação da parte interessada para ser reconhecida pela Administração Pública ou pelo Judiciário.

(C) O vício relativo ao objeto impede a convalidação se inalterada a situação fático-jurídica, pois não é possível a repetição do mesmo ato sem que se incida no mesmo vício.

(D) O desvio de poder enseja vício em relação ao motivo, mas pode ser convalidado caso seja possível o atingimento de outra finalidade pública.

(E) A incompetência, seja quanto ao sujeito ou quanto à matéria objeto do ato administrativo, é sempre passível de convalidação, ainda que demande a edição de um novo ato.

46. IADES – PGDF – ANALISTA ADM. - 2011

Julgue os itens a seguir acerca da possibilidade de controlar judicialmente os atos administrativos.

I - A competência, a forma prescrita e a finalidade dos atos administrativos, sejam eles vinculados ou discricionários, são elementos que sempre podem ser analisados judicialmente.

II - O motivo, pressupostos fáticos ou jurídicos que determinam ou autorizam a realização de um ato, dos atos administrativos vinculados é insindicável pelo Poder Judiciário.

III - Segundo a teoria dos motivos determinantes, há outra forma de controle judicial: a Administração Pública, no exercício de sua discricionariedade, se apresentar motivação expressa e clara deve responder por esta.

IV - As teorias do desvio do poder, do desvio da finalidade e do excesso de poder estabelecem outras formas de controle judicial sobre os atos administrativos.

A quantidade de itens certos é igual a

(A) 0. (B) 1. (C) 2. (D) 3. (E) 4.

47. CESPE – TJES – ANALISTA JUDICIÁRIO - 2011

O ato administrativo pode extinguir-se pela cassação, situação em que a retirada do ato se dá porque sobrevém norma jurídica que torna inadmissível a situação antes permitida pelo direito e outorgada pelo ato precedente.

48. CESPE – TJES – ANALISTA JUDICIÁRIO - 2011

A autorização é ato administrativo vinculado pelo qual a administração consente que o particular exerça atividade ou utilize bem público no seu próprio interesse.

49. CESPE – ANALISTA ADM – CORREIOS – 2011

A revogação de ato administrativo é privativa da administração que o praticou e somente produz efeitos prospectivos, visto ser o ato revogado válido.

50. CESPE – ANALISTA ADM – CORREIOS – 2011

Em uma situação de decisão, a possibilidade de o agente público adotar mais de um comportamento, de acordo com a ótica da conveniência e da oportunidade, caracteriza a discricionariedade administrativa.

51. CESPE – ANALISTA ADM – CORREIOS – 2011

A motivação do ato administrativo, isto é, a declaração por escrito dos motivos que determinaram a prática do ato, constitui, em qualquer situação, elemento obrigatório para a prática do ato, sob pena de nulidade, que, se declarada, terá efeitos ex tunc.

52. CESPE – ANALISTA ADM – CORREIOS – 2011

Em regra, o ato administrativo goza da presunção de legitimidade, mas, caso esteja inquinado com mácula insanável e dele tiverem decorrido efeitos favoráveis a seus destinatários, a administração terá o direito de anulá-lo no prazo decadencial de cinco anos.

53. CESPE – ANALISTA ADM – CORREIOS – 2011

Considerando-se a possibilidade de convalidação do ato administrativo eventualmente viciado, é correto afirmar que os efeitos da convalidação retroagem à data do ato convalidado.

54. CESPE – ADVOGADO – CORREIOS - 2011

Elemento do ato administrativo, o sujeito é aquele a quem a lei atribui competência para a prática do ato, razão pela qual não pode o próprio órgão estabelecer, sem lei que o determine, as suas atribuições.

55. CESPE – ADVOGADO – CORREIOS - 2011

Segundo a doutrina, no que se refere à exequibilidade, ato administrativo consumado é aquele que já exauriu seus efeitos e se tornou definitivo, não sendo passível de impugnação na via administrativa nem na judicial.

56. CESPE – ADVOGADO – CORREIOS - 2011

O atributo da autoexecutoriedade está presente em todos os atos administrativos, como também o da presunção de legitimidade e o da imperatividade.

57. JUIZ PARAÍBA – CESPE - 2011

O motivo do ato administrativo vinculado confunde-se com a motivação, razão pela qual a ausência de qualquer deles, por si só, não vicia o ato.

58. JUIZ PARAÍBA – CESPE - 2011

De acordo com a jurisprudência majoritária dos tribunais superiores, a aposentadoria de servidor público é ato administrativo composto, que somente se perfaz com o exame realizado pelo respectivo tribunal de contas.

59. JUIZ PARAÍBA – CESPE - 2011

A evolução no controle judicial dos atos administrativos permite, atualmente, que o magistrado substitua o administrador e reavalie o mérito do ato administrativo, com a finalidade de alterar a conveniência e oportunidade manifestadas pela administração na realização do referido ato.

60. JUIZ PARAÍBA – CESPE - 2011

É ilegítima a verificação, pelo Poder Judiciário, da regularidade do ato discricionário no que se refere às suas causas, motivos e finalidades.

GABARITO			
Questão	Resposta	Questão	Resposta
1	E	31	C
2	B	32	E
3	C	33	C
4	E	34	E
5	B	35	A
6	E	36	E
7	A	37	D
8	A	38	E
9	C	39	E
10	B	40	B
11	B	41	C
12	E	42	C
13	B	43	D
14	A	44	B
15	C	45	C
16	D	46	D
17	C	47	E
18	A	48	E
19	E	49	C
20	C	50	C
21	E	51	E
22	C	52	C
23	E	53	C
24	D	54	C
25	D	55	C
26	B	56	E
27	C	57	E
28	E	58	E
29	E	59	E
30	C	60	E

Responsabilidade Civil do Estado

1. (CESPE / ANAL. ADM. / DPU) Quanto à responsabilidade civil da administração, assinale a opção correta.

A O nexo de causa e efeito não constitui elemento a ser aferido na apuração de eventual responsabilidade do Estado.

B O Brasil adotou a teoria da responsabilidade subjetiva do Estado, segundo a qual a administração pública somente poderá reparar o prejuízo causado a terceiro se restar devidamente comprovada a culpa do agente público.

C A reparação do dano, na hipótese de prejuízo causado a terceiros pela administração, pode ser feita tanto no âmbito administrativo quanto no judicial.

D As empresas prestadoras de serviços públicos não respondem pelos prejuízos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros. Em tal hipótese, o ressarcimento do terceiro prejudicado deve ser feito diretamente pelo agente causador do dano.

E A teoria da irresponsabilidade do Estado é aplicável no direito brasileiro.

2. (CESPE / ADVOGADO/ CAIXA) Com relação às teorias acerca da responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta.

A No caso de danos causados por rebelião em presídio, que resulte na morte de detento, o STJ possui entendimento pacificado de que a responsabilidade do Estado somente ocorrerá na hipótese de restar demonstrada a culpa (ou dolo) do agente público responsável pela guarda.

B A teoria do risco integral somente é prevista pelo ordenamento constitucional brasileiro na hipótese de dano nuclear, caso em que o poder público será obrigado a ressarcir os danos causados, ainda que o culpado seja o próprio particular.

C Segundo a jurisprudência atual do STF, o art. 37, § 6.º, da Constituição Federal de 1988 (CF) deve ser interpretado no sentido de definir que a responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva somente em relação aos usuários do serviço, não se estendendo tal entendimento para os não usuários.

D Segundo a jurisprudência majoritária do STJ, nas ações de indenização fundadas na responsabilidade civil objetiva do Estado, é obrigatória a denúncia à lide do agente supostamente responsável pelo ato lesivo, até mesmo para que o poder público possa exercer o direito de regresso.

E Na hipótese de falha do serviço público prestado pelo Estado, é desnecessária a comprovação do nexo de causalidade entre a ação omissiva atribuída ao poder público e o dano causado a terceiro.

3. (FCC / EXEC.MANDADOS/ TRF4º) Questão 22. Tendo ocorrido uma enchente causada por chuvas, com danos a moradores locais, foi comprovado que os serviços prestados pela Administração municipal foram ineficientes, além do que os bueiros de escoamento das águas estavam entupidos e sujos, principalmente pelo depósito acumulado de terra e argila. Nessa caso, a Administração

(A) não será responsável porque o fato não ocorreu pela conduta de seus agentes.

(B) deverá indenizar os moradores por força da responsabilidade objetiva.

(C) responderá pelos danos causados face à responsabilidade subjetiva.

(D) não será responsável face à culpa exclusiva dos moradores por eventual depósito de lixo no local.

(E) responderá pelos danos causados por culpa objetiva concorrente.

4. STM – CESPE - CARGO 2: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: JUDICIÁRIA

Com referência à responsabilidade civil do Estado e supondo que um aluno de escola pública tenha gerado lesões corporais em um colega de sala, com uma arma de fogo, no decorrer de uma aula, julgue o item abaixo.

No caso considerado, existe a obrigação do Estado em indenizar o dano causado ao aluno ferido.

5. STM – CESPE - CARGO 3: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: EXECUÇÃO DE MANDADOS

reparação do dano causado a terceiros pode ser feita tanto no âmbito judicial quanto no administrativo, mas, neste último caso, a administração é obrigada a pagar o montante indenizatório de uma só vez, em dinheiro, de maneira a recompor plenamente o bem ou o interesse lesado.

6. TRE – ES - CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA

A marca característica da responsabilidade objetiva é a desnecessidade de o lesado pela conduta estatal provar a existência da culpa do agente ou do serviço, ficando o fator culpa desconsiderado como pressuposto da responsabilidade objetiva; a caracterização da responsabilidade objetiva requer, apenas, a ocorrência de três pressupostos: o fato administrativo; a ocorrência de dano e o nexo causal.

7. TRE – ES - CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA

A responsabilidade civil do Estado no caso de morte de pessoa custodiada é subjetiva.

8. TRE – ES - CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA

A responsabilidade civil do Estado por condutas omissivas é subjetiva, sendo necessária a comprovação da negligência na atuação estatal, ou seja, a prova da omissão do Estado, em que pese o dever legalmente imposto de agir, além do dano e do nexo causal entre ambos.

9. TRE – ES - CARGO 10: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: JUDICIÁRIA

De acordo com decisão do STF, no caso de dano causado por magistrado decorrente de atos jurisdicionais por ele praticados, a ação indenizatória deve ser ajuizada diretamente contra o próprio magistrado, visto que não se qualificam magistrados como agentes políticos.

10. OAB – 2011 – FGV

Um policial militar, de nome Norberto, no dia de folga, quando estava na frente da sua casa, de bermuda e sem camisa, discute com um transeunte e acaba desferindo tiros de uma arma antiga, que seu avô lhe dera.

Com base no relatado acima, é correto afirmar que o Estado

(A) se rá responsabilizado, pois Norberto é agente público pertencente a seus quadros.

(B) será responsabilizado, com base na teoria do risco integral.

(C) somente será responsabilizado de forma subsidiária, ou seja, caso Norberto não tenha condições financeiras.

(D) não será responsabilizado, pois Norberto, apesar de ser agente público, não atuou nessa qualidade; sua conduta não pode, pois, ser imputada ao Ente Público.

11. ABIN - DIREITO - CESPE - 2010

De acordo com a jurisprudência atual do Supremo Tribunal Federal (STF), não se aceita a tese da responsabilidade civil do Estado nos casos de prisão preventiva de acusado que, depois, seja absolvido.

12. PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA - CESPE - 2010

No entendimento do STF, a intervenção do Estado no domínio econômico pode violar os princípios do livre exercício da atividade econômica e da livre iniciativa, gerando a sua responsabilidade civil objetiva no caso de ser fixado preço abaixo do adequado e em desconformidade com a legislação aplicável ao setor.

13. PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA - CESPE - 2010

Se determinada pessoa, submetida a investigação penal pelo poder público, for vítima da decretação de prisão cautelar, embora não tenha tido qualquer participação ou envolvimento com o fato criminoso, e, em decorrência direta da prisão, perder o seu emprego, tal situação acarretará responsabilidade civil objetiva do Estado.

14. ESAF – 2010 – FISCAL DE RENDAS – MUNICÍPIO DO RJ

No tocante à Responsabilidade Civil do Estado, assinale a opção correta, conforme o entendimento mais recente do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

a) Os atos jurisdicionais típicos podem ensejar responsabilidade civil objetiva do Estado, sem maiores distinções em relação aos atos administrativos comuns.

b) É viável ajuizar ação de responsabilidade diretamente em face do agente público causador do dano, ao invés de ser proposta contra a pessoa jurídica de direito público.

c) O Estado não é passível de responsabilização civil objetiva por atos praticados por notários.

d) A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva em relação aos usuários, bem como em relação a terceiros não usuários do serviço público.

e) Só haverá responsabilidade objetiva do Estado se o ato causador do dano for ilícito.

15. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO - Analista Judiciário - Área Judiciária - Especialidade Execução de Mandados - Caderno de Prova 'AM', Tipo 001 – FCC - 2011

No início do ano, é comum a ocorrência de fortes tempestades, que, conforme têm mostrado os noticiários, estão causando consequências avassaladoras em diversas regiões do país. Quando chuvas dessa natureza provocarem enchentes na cidade, inundando casas e destruindo objetos, o Estado (A) responderá, por se tratar de exemplo em que se aplica a responsabilidade objetiva do Estado.

(B) responderá se, aliado ao fato narrado, ocorreu omissão do Poder Público na realização de determinado serviço.

(C) jamais responderá, por se tratar de hipótese de força maior, causa excludente da responsabilidade estatal.

(D) jamais responderá, por se tratar de hipótese de caso fortuito.

(E) responderá, com fundamento na teoria do risco integral.

16. FCC - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA - Procurador do Estado - 2011

Desgovernado, o ônibus de uma concessionária de transporte intermunicipal de passageiros, acabou por atropelar um pedestre, sendo que ambos – ônibus e pedestre – trafegavam por estrada federal. Nessa situação, constata-se a responsabilidade

(A) subjetiva direta da concessionária, sendo que a ação de reparação de danos deve ser proposta no prazo de cinco anos a partir do evento danoso.

(B) objetiva direta do Estado-concedente, sendo que a ação de reparação de danos deve ser proposta no prazo de cinco anos a partir do evento danoso.

(C) objetiva direta da concessionária, sendo que a ação de reparação de danos deve ser proposta no prazo de três anos a partir do evento danoso.

(D) objetiva subsidiária da União, titular da estrada federal em que ocorreu o acidente, sendo que a ação de reparação de danos deve ser proposta no prazo de três anos a partir do evento danoso.

(E) objetiva direta da concessionária, sendo que a ação de reparação de danos deve ser proposta no prazo de cinco anos a partir do evento danoso.

17. CESPE – TJES – ANALISTA JUDICIÁRIO - 2011

Para se caracterizar a responsabilidade civil do Estado no caso de conduta omissiva, não basta a simples relação entre a omissão estatal e o dano sofrido, pois a responsabilidade só estará configurada quando estiverem presentes os elementos que caracterizem a culpa.

18. JUIZ PARAÍBA – CESPE - 2011

Acerca da responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta.

A Em face da prolação de sentença penal com equívoco do juiz, o ordenamento jurídico não permite a reparação dos eventuais prejuízos em ação contra o Estado, mas tão somente contra o próprio magistrado.

B A teoria da responsabilidade civil objetiva do Estado deve ser aplicada de modo absoluto, não sendo admitida hipótese de exclusão nem de abrandamento.

C Mediante expressa determinação legal, o Estado poderá responder civilmente por danos causados a terceiros, ainda que sua atuação tenha ocorrido de modo regular e conforme com o direito.

D Segundo o STF, os atos jurisdicionais típicos no âmbito cível ensejam a responsabilidade objetiva do Estado.

E Na hipótese de conduta omissiva do Estado, incide a responsabilidade objetiva, bastando a comprovação do nexo causal entre a omissão e o prejuízo causado ao particular.

GABARITO			
Questão	Resposta	Questão	Resposta
1	C	10	D
2	B	11	C
3	C	12	C
4	C	13	C
5	E	14	D
6	C	15	B
7	E	16	E
8	C	17	C
9	E	18	C

Controle Administrativo

1. (CESPE / AGENTE ADM. / DPU) Acerca do controle exercido sobre a administração direta e indireta, assinale a opção correta.

A As fundações, as empresas públicas e as sociedades de economia mista não se submetem à fiscalização do TCU, apenas à supervisão ministerial.

B As empresas públicas e as sociedades de economia mista submetem-se à fiscalização do TCU, independentemente de sua criação por lei.

C As fundações, as empresas públicas e as sociedades de economia mista submetem-se à fiscalização do TCU, desde que criadas por lei.

D As empresas públicas e as sociedades de economia mista submetem-se à fiscalização do TCU, desde que possuam servidores celetistas e também estatutários em seu quadro de pessoal.

E Por serem parte da administração indireta, as empresas públicas e as sociedades de economia mista não se submetem à fiscalização do TCU.

2. (FCC / EXECUTIVO PÚBLICO / CASA CIVIL SP). Em tema de controle da Administração Pública, assinale alternativa INCORRETA.

(A) Controle externo é o que se realiza por um Poder ou órgão constitucional independente funcionalmente sobre a atividade administrativa de outro Poder estranho à administração responsável pelo ato controlado.

(B) Nem mesmo os atos discricionários refogem do controle judicial, porque quanto à competência, constituem matéria de legalidade, tão sujeita ao confronto da Justiça como qualquer outro elemento vinculado.

(C) Controle interno é todo aquele realizado pela entidade ou órgão responsável pela atividade controlada, no âmbito da própria Administração.

(D) No âmbito do controle legislativo, encaminhada a proposta de rejeição de contas da administração pelo Tribunal de Contas é desnecessário novo contraditório e eventual defesa antes do parecer legislativo para a rejeição.

(E) O controle no âmbito da administração direta decorre da subordinação hierárquica, e, no campo da administração indireta, resulta da vinculação administrativa, nos termos da lei instituidora das entidades que a compõem.

3. (FCC / EXEC.MANDADOS/ TRF4º). No que diz respeito ao controle da Administração, analise:

I. O controle administrativo é um controle de legalidade e de mérito derivado do poder-dever de auto tutela da Administração.

II. O controle legislativo configura-se, sobretudo, como um controle político, podendo ser controlados aspectos relativos à legalidade e à conveniência pública dos atos do Poder Executivo.

III. O controle judicial, regra geral, é exercido a priori e de ofício, concernente à legalidade e à conveniência dos atos administrativos, produzindo efeitos ex nunc.

IV. Dentre outros, são instrumentos de controle judicial a ação popular, a representação, o mandado de segurança e os processos administrativos em geral.

Nesses casos, é correto o que consta APENAS em

(A) I, II e IV.

(B) II e III.

(C) I e II.

(D) II, III e IV.

(E) I, III e IV.

GABARITO			
Questão	Resposta	Questão	Resposta
1	B	3	C
2	D		

Bens Públicos

1. (FCC / ANAL CONTROLE EXTERNO- INSPETOR / TCM.CE / ABRIL DE 2010 / A1T1- Questão 23.

Os bens públicos são classificados em:

(A) de domínio privado do Estado, divididos em de uso especial e de uso comum do povo; e de domínio público, também denominados bens dominicais.

(B) de uso comum do povo, de uso especial e dominicais, sempre inalienáveis, imprescritíveis e impenhoráveis.

(C) disponíveis e indisponíveis, em decorrência da forma de aquisição da propriedade pela Administração.

(D) de domínio público do Estado, podendo caracterizar-se como de uso especial e de uso comum do povo, e de domínio privado do Estado, denominados bens dominicais.

(E) de domínio público e de domínio privado, sendo apenas os de domínio público passíveis de utilização pelo particular sob a forma de concessão ou permissão de uso.

2. JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTADO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA PRIMEIRA REGIÃO – CESPE - 2010

Acerca dos bens públicos e dos princípios da administração pública, assinale a opção correta.

A A impenhorabilidade dos bens públicos tem lastro no próprio texto constitucional, que estabelece processo especial de execução contra a fazenda pública, excluindo, dessa forma, a possibilidade de penhora de tais bens.

B De modo geral, os imóveis públicos não estão sujeitos a usucapião, mas os bens móveis públicos são suscetíveis de usucapião especial, também denominado usucapião pro labore.

C A jurisprudência e a doutrina reconhecem, majoritariamente, a penhorabilidade de bens públicos dominicais quando estes forem utilizados em caráter privado.

D O princípio da legalidade estrita significa que a administração não pode inovar na ordem jurídica por simples ato administrativo, salvo se, em razão do poder de polícia, houver necessidade de impor vedações ou compeli comportamentos, casos em que a atividade administrativa prescinde de determinação legal.

E Em atenção ao princípio da publicidade, todo ato administrativo deve, em princípio, ser publicado, mas os contratos administrativos, como regra, se operacionalizam e adquirem eficácia independentemente de publicação.

3. FCC - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA - Procurador do Estado - 2011

Um sítio instalou-se com sua família em uma área rural que considerava abandonada e ali residiu durante 10 (dez) anos, cultivando a referida terra. Decidiu entrar com ação de usucapião e, durante o processo, foi constatado que se tratava de terras indígenas. Diante disso, é correto afirmar que

(A) as terras indígenas são de propriedade privada dos índios, e portanto o sítio fará jus ao reconhecimento da usucapião.

(B) as terras indígenas são bens públicos da União, e portanto, não podem ser usucapidas e, por força de mandamento da Constituição, são inalienáveis e indisponíveis.

(C) as terras indígenas são bens públicos dominicais, podendo ser alienadas; logo, estão sujeitas também a usucapião.

(D) as terras indígenas são consideradas res nullius, portanto, qualquer um pode delas se apossar, sem necessidade de promover ação de usucapião.

(E) embora sejam bens públicos, e portanto não sujeitos a usucapião, as referidas terras podem ser objeto de concessão de uso especial para fins de moradia, nos termos da Medida Provisória no 2.220/2001.

4. JUIZ PARAÍBA – CESPE - 2011

Com relação aos bens públicos, assinale a opção correta.

A Adota-se no Brasil a teoria clássica do domínio eminente para justificar ser o patrimônio do Estado constituído por bens do seu domínio efetivo e, indiretamente, pelos bens na posse de particulares.

B A imprescritibilidade dos bens públicos somente foi adotada a partir da vigência do Código Civil de 1916, razão pela qual era admissível, até aquela época, a aquisição de bens públicos por usucapião.

C No ordenamento jurídico pátrio, há um único regime jurídico aplicável a todos os bens públicos.

D Os bens públicos de uso especial destinam-se à utilização do Estado para fins econômicos que gerem alguma forma de renda para o erário.

E Não é possível penhorar bens públicos, com exceção dos que se classificam como dominicais.

GABARITO			
Questão	Resposta	Questão	Resposta
1	D	3	B
2	A	4	B

Improbidade Administrativa- Lei n. 8429/92

1. CESPE – TJES – ANALISTA JUDICIÁRIO - 2011

As sanções penais, civis e administrativas previstas em lei podem ser aplicadas aos responsáveis pelos atos de improbidade, de forma isolada ou cumulativa, de acordo com a gravidade do fato.

2. FUNIVERSA – AUDITOR - 2011

Não constitui ato de improbidade administrativa com prejuízo ao erário

(A) permitir ou facilitar a aquisição, a permuta ou a locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.

(B) celebrar contrato que tenha por objeto a prestação de serviços públicos por meio da gestão associada, sem observar as formalidades previstas em lei.

(C) frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo imotivadamente.

(D) realizar operação financeira, sem observância das normas legais e regulamentares.

(E) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou a aplicação de verba pública de qualquer natureza.

3. CESPE – TJES – ANALISTA JUDICIÁRIO - 2011

Os atos de improbidade administrativa estão taxativamente previstos em lei, não sendo possível compreender que sua enumeração seja meramente exemplificativa.

4. (FCC / DIREITO / BAHIA GÁS / ABRIL DE 2010 / CAD B2T1/. A penalidade por improbidade administrativa que enseja o ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos, se destina, dentre outras hipóteses a quem

(A) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.

(B) receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado.

(C) praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência.

(D) frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente.

(E) ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento.

5. MMA – CESPE - CARGO: ANALISTA AMBIENTAL ESPECIALISTA EM MEIO AMBIENTAL: CLASSE A, PADRÃO I – ÁREA DE CONCENTRAÇÃO I

Considere que um servidor público requisite, seguidamente, para proveito pessoal, os serviços de funcionários de uma empresa terceirizada de serviços de

limpeza, contratada pelo órgão em que o servidor exerce função de chefia. Nessa situação, esse fato é caracterizado como ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.

6. TRE – ES - CARGO 10: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: JUDICIÁRIA

Os atos de improbidade administrativa que, nos termos da Constituição Federal, importem na suspensão dos direitos políticos, na perda da função pública, na indisponibilidade de bens e no ressarcimento ao erário têm natureza penal.

7. TRE – ES - CARGO 10: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: JUDICIÁRIA

De acordo com a CF, os atos de improbidade administrativa, entre outras consequências, importaram a cassação dos direitos políticos.

8. TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE – ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA - FCC
Constitui ato de improbidade administrativa causador de lesão ao erário:

(A) deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo.

(B) retardar, indevidamente, ato de ofício.

(C) frustrar a licitude de concurso público.

(D) permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.

(E) agir negligentemente no que diz respeito à conservação do patrimônio público.

9. FCC - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO - Analista Judiciário - Área Judiciária - Especialidade Execução de Mandados

Nos termos da Lei no 8.429/1992, o ato de improbidade administrativa

(A) causador de lesão ao erário não pode ser punido na modalidade culposa.

(B) que importa enriquecimento ilícito nem sempre acarretará a perda dos bens ou valores acrescidos ao patrimônio do agente público ou terceiro beneficiário.

(C) consistente em agir negligentemente na arrecadação de tributos corresponde a ato ímprobo causador de prejuízo ao erário.

(D) consistente em negar publicidade aos atos oficiais corresponde a ato ímprobo que importa enriquecimento ilícito.

(E) consistente em omissão de prestar contas, quando esteja obrigado a fazê-lo, corresponde a ato ímprobo causador de prejuízo ao erário.

10. FCC - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO - Analista Judiciário - Área Administrativa

Nos termos da Lei no 8.429/1992, revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço, constitui

- (A) ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.
- (B) mero ilícito administrativo.
- (C) ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.
- (D) conduta lícita, não caracterizando qualquer irregularidade.
- (E) ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública.

11. FCC - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS-
Analista Judiciário - Área Judiciária

De acordo com a Lei no 8.429/92 (Improbidade Administrativa), nas ações de Improbidade Administrativa é INCORRETO afirmar que

- (A) qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
- (B) da decisão que receber ou rejeitar a petição inicial na ação de improbidade administrativa caberá apelação com efeito suspensivo.
- (C) a ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar.
- (D) é vedada a transação, acordo ou conciliação nas ações que versem sobre improbidade administrativa.
- (E) o Ministério Público, se não intervir no processo como parte, atuará obrigatoriamente como fiscal da lei, sob pena de nulidade.

12. FCC - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS-
Técnico Administrativo

O servidor público que frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente, estará sujeito nos termos da Lei de Improbidade Administrativa, dentre outras cominações, à suspensão dos direitos políticos de (A) dois a cinco anos, pagamento de multa civil de até seis vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público, pelo prazo de três anos.

- (B) três a cinco anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público, pelo prazo de sete anos.
- (C) cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público, pelo prazo de cinco anos.
- (D) sete a nove anos, pagamento de multa civil de até quatro vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público, pelo prazo de dez anos.
- (E) oito a dez anos, pagamento de multa civil de até cinco vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público, pelo prazo de nove anos.

13. ABIN - DIREITO - CESPE - 2010

Foi proposta, em 5/6/1998, ação civil pública por ato de improbidade administrativa contra um ex-prefeito, por ilícito praticado na sua gestão. Na ação, foram requeridos não apenas a sua condenação por ato de improbidade, mas também o ressarcimento dos danos causados ao erário. O término do mandato do referido prefeito ocorreu em 31/12/1992. Nessa situação, de acordo com a Lei n.º

8.429/1992 e os precedentes do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o ex-prefeito não poderá ser punido pelo ato de improbidade, já prescrito, mas não ficará impune da condenação pelos danos causados ao erário, que são imprescritíveis.

14. PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL
JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA -
CESPE - 2010

A comprovação da improbidade administrativa, que poderá ser declarada tanto pela via judicial quanto por processo administrativo, gera a perda dos direitos políticos, que somente poderão ser readquiridos por meio de ação rescisória.

15. PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL
JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA -
CESPE - 2010

Atos de improbidade administrativa são os que geram enriquecimento ilícito ao agente público ou causam prejuízo material à administração pública. Quem pratica esses atos pode ser punido com sanções de natureza civil e política — mas não penal — como o ressarcimento ao erário, a indisponibilidade dos bens e a perda da função pública.

16. PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL
JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA -
CESPE - 2010

A configuração do ato de improbidade que viola princípios administrativos independe da ocorrência de dano ou lesão ao erário público.

17. JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTODO TRIBUNAL
REGIONAL DO TRABALHO DA PRIMEIRA REGIÃO – CESPE -
2010

Com relação à improbidade administrativa, assinale a opção correta de acordo com a disciplina da Lei n.º 8.429/1992.

A O particular que não tem vínculo com a administração pública somente pode sofrer as sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa se for beneficiário direto do ato de improbidade.

B Qualquer cidadão pode representar administrativamente para que seja instaurada investigação destinada a apurar prática de ato de improbidade, e a comissão processante responsável pela apuração deve dar conhecimento do procedimento administrativo ao MP e ao respectivo tribunal ou conselho de contas.

C Apenas as entidades nas quais o poder público concorra com mais de 50% do patrimônio ou da receita anual sujeitam-se às penalidades previstas na Lei n.º 8.429/1992, sejam elas regidas pelo direito público ou pelo direito privado.

D Apenas o MP dispõe de legitimidade para ajuizar ação visando à aplicação da sanção pela prática de ato que configure improbidade.

E A perda e o afastamento, ainda que provisório, de cargo, emprego ou função pública, e a suspensão dos direitos políticos, em razão da prática de ato de improbidade, somente podem efetivar-se após o trânsito em julgado da sentença condenatória.

18. FCC - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO - Analista Judiciário - Área Judiciária - 2011

De acordo com a Lei no 8.429/92, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional, a medida de indisponibilidade de bens (A) consiste em forma de tutela precedida de cognição plena e exauriente.

(B) destina-se a todas as modalidades de ato ímprobo.

(C) é decretada pelo Ministério Público.

(D) recairá somente sobre o acréscimo patrimonial, na hipótese de ato ímprobo que importe enriquecimento ilícito.

(E) exige, para seu deferimento, apenas a prova do risco de dilapidação patrimonial.

19. FCC - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO - JUIZ - 2011

Nos termos da Lei vigente no Brasil, um agente público que aceite emprego, comissão ou exerça atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade, está praticando um ato caracterizado como

(A) de improbidade administrativa, estando sujeito, por este enquadramento, entre outras, às penas de prisão e multa civil.

(B) apenas infração administrativa, estando sujeito, por este enquadramento, entre outras, às penas de advertência e multa.

(C) de improbidade administrativa, estando sujeito, por este enquadramento, entre outras, às penas de perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio e suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos.

(D) abuso de autoridade, estando sujeito, por este enquadramento, entre outras, às penas de perda do cargo ou emprego público e prisão civil.

(E) apenas infração administrativa, estando sujeito, por este enquadramento, entre outras, às penas de ressarcimento do dano e suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos.

20. FCC - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS - 2011

A contratação direta de empresa para aquisição de bens móveis, sem a realização de licitação quando esta fosse exigível, que tenha ensejado despesas em valor menor que o praticado no mercado,

(A) configura ato de improbidade administrativa, ainda que não tenha causado dano ao patrimônio econômico do ente público.

(B) não configura ato de improbidade administrativa porque o valor despendido foi menor que aquele que seria praticado no mercado.

(C) configura ato de improbidade apenas se o agente público responsável pelo ato tiver experimentado enriquecimento ilícito.

(D) não configura ato de improbidade porque o agente não agiu com dolo, requisito essencial à configuração da improbidade administrativa.

(E) não configura ato de improbidade porque a conduta deve ser tipificada na lei de licitações, que prevê consequências específicas, inclusive penais, para a contratação sem licitação.

GABARITO			
Questão	Resposta	Questão	Resposta
1	C	12	C
2	E	13	C
3	C	14	E
4	C	15	E
5	C	16	C
6	E	17	B
7	E	18	D
8	E	19	C
9	C	20	A
10	E	21	E
11	B		

Serviços Públicos- Lei n. 8987/95

1. (CESGRANRIO / ADVOGADO/ EPE/ ABRIL DE 2010 / Questão 25 A modalidade de extinção de concessão de serviço público que se caracteriza pela retomada do serviço pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento de indenização denomina-se

- (A) adjudicação.
- (B) caducidade.
- (C) encampação.
- (D) reversão.
- (E) intervenção.

2. (ESAF / ANALISTA TÉCNICO / SUSEP / 17.4.2010 / Caderno 1 - Questão 59- Conforme a legislação atual, a reversão de bens, uma vez extinta uma concessão de serviço público:

- a) não é mais admitida.
- b) é admitida em todas as modalidades de extinção da concessão.
- c) é aceita apenas na hipótese de advento do termo final de vigência do contrato respectivo.
- d) é admitida somente nas hipóteses de rescisão.
- e) é aceita apenas na hipótese de ocorrência de encampação.

3(FCC / DIREITO / BAHIA GÁS / ABRIL DE 2010 / CAD B2T1/ Questão 44. Quanto à concessão é correto afirmar:

- (A) Findo o prazo da concessão, devem reverter ao poder concedente os direitos e bens vinculados à prestação do serviço, nas condições estabelecidas no contrato.
- (B) É em regra conferida com exclusividade, salvo nas hipóteses de inviabilidade técnica ou econômica de concorrência na prestação do serviço.
- (C) O contrato de concessão, diferentemente dos demais contratos administrativos, não pode ser alterado unilateralmente pela Administração, ainda que para modificar as condições objetivas do serviço.
- (D) O serviço concedido deve ser remunerado por taxa, que somente pode ser alterada para assegurar o equilíbrio econômico do contrato e após executado metade do prazo do contrato.
- (E) Encampação é a retomada do serviço pelo poder concedente, após o prazo da concessão, mediante acordo entre as partes, independentemente de lei autorizadora.

4. (FCC / ANAL CONTROLE EXTERNO- INSPETOR / TCM.CE / ABRIL DE 2010 / A1T1- Questão 25. A declaração de caducidade em um contrato de concessão de serviços públicos

- (A) depende de prévia indenização, apurada em processo administrativo.
- (B) ocorre, entre outras hipóteses, quando a concessionária

seja condenada por sonegação de tributos, em sentença transitada em julgado.

(C) impõe-se quando constatada a inexecução total ou parcial do contrato de concessão.

(D) necessita de prévia autorização legislativa.

(E) acarreta a responsabilidade solidária do poder concedente pelas obrigações trabalhistas da concessionária.

5. STM – CESPE - CARGO 3: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: EXECUÇÃO DE MANDADOS
Acerca das formas e meios de prestação de serviço público, julgue o item abaixo.

Quando o Estado processa a descentralização do serviço público por delegação contratual, ocorre apenas a transferência da execução do serviço. Quando, entretanto, a descentralização se faz por meio de lei, ocorre a transferência não somente da execução, mas também da titularidade do serviço, que passa a pertencer à pessoa jurídica incumbida de seu desempenho.

6. TRE – ES - CARGO 10: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: JUDICIÁRIA

É vedada a outorga de concessão ou permissão de serviços públicos em caráter de exclusividade, uma vez que qualquer tipo de monopólio é expressamente proibido pelo ordenamento jurídico brasileiro.

7. CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS EFETIVOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAGI – PR – ADVOGADO – UNIUV -

Acerca dos Serviços Públicos, é CORRETO afirmar que:

(A) Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

(B) A Constituição Federal de 1988 estabelece que o regime jurídico das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos será determinado no estatuto e/ou contrato constitutivo de cada pessoa jurídica concessionária ou permissionária.

(C) A política tarifária para execução de serviços públicos por empresas concessionárias e permissionárias obedecerá às regras do procedimento licitatório específico de cada caso.

(D) Todos os serviços públicos podem ser delegados a pessoas jurídicas de direito privado, mediante concessão ou permissão.

(E) A delegação de serviços públicos é sempre uma forma de auxílio do Estado, nunca uma forma de implementação de políticas públicas.

8. FCC - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO - Analista Judiciário - Área Judiciária - Especialidade Execução de Mandados

No que concerne às concessões de serviço público, é correto afirmar:

(A) A concessionária poderá contratar com terceiro o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, sendo tal contrato regido pelo direito público.

(B) É admitida a subconcessão, nos termos previstos no contrato de concessão, sendo tal outorga sempre precedida de concorrência, não se exigindo, todavia, autorização expressa do poder concedente.

(C) O contrato de concessão não poderá prever o emprego de mecanismos privados de solução de conflitos, como a arbitragem, por se tratar de contrato de direito público, o qual deve ser dirimido somente pelo Judiciário, na hipótese de litígio.

(D) A concessão é feita mediante licitação, na modalidade concorrência, havendo algumas peculiaridades em tal procedimento licitatório, como a possibilidade da inversão das fases de habilitação e julgamento.

(E) A transferência da concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará na encampação da concessão do serviço público.

9. FCC - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS - Analista Judiciário - Área Judiciária

Na concessão de serviço público:

(A) Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, com exceção dos direitos e privilégios transferidos ao concessionário conforme previsto no edital e estabelecido no contrato.

(B) A retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização denomina-se reversão.

(C) O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente, através de requerimento administrativo promovido para esse fim.

(D) A extinção do contrato de concessão pode ocorrer por diversas formas e razões, sendo uma delas a anulação, que pode provir de decisão administrativa ou judicial e os efeitos que produz são ex nunc.

(E) A inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério do poder concedente, a declaração de caducidade da concessão ou a aplicação das sanções contratuais, respeitadas as disposições legais e as normas convencionadas entre as partes.

10. FCC - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS - Técnico Administrativo

Um dos princípios concernentes aos serviços públicos denomina-se princípio da atualidade, que, em síntese, significa

(A) igualdade entre os usuários dos serviços contratados.

(B) modernidade das técnicas, melhoria e expansão do serviço.

(C) razoabilidade no valor atualizado das tarifas exigidas.

(D) continuidade na prestação do serviço público.

(E) bom tratamento para com o público usuário do serviço contratado.

11. JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUÍDO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA PRIMEIRA REGIÃO – CESPE - 2010

Assinale a opção correta acerca das características e da classificação dos serviços públicos.

A Os serviços públicos prestados diretamente pelo Estado submetem-se à disciplina do direito público, mas os serviços prestados por particulares em colaboração com o poder público são regidos integralmente por normas de direito privado.

B Os serviços de utilidade pública, ao contrário do que acontece com os serviços administrativos, são indelegáveis e, por isso, somente podem ser prestados por órgãos e agentes do próprio Estado.

C Os denominados serviços públicos próprios, destinados a atender necessidades coletivas, só podem ser executados por órgãos da administração direta.

D Os serviços que têm por finalidade a satisfação individual e direta das necessidades dos cidadãos, como os de energia elétrica, gás e transportes, são exemplos de serviços públicos uti universi.

E Considera-se serviço público toda atividade exercida pelo Estado ou por seus delegados, sob regime total ou parcial de direito público, com vistas à satisfação de necessidades essenciais e secundárias da coletividade.

12. ESAF - Analista de Planejamento e Orçamento – MPOG – Prova 1 – Gabarito 1

O “acordo firmado entre a Administração Pública e pessoa do setor privado com o objetivo de implantação ou gestão de serviços públicos, com eventual execução de obras ou fornecimento de bens, mediante financiamento do contratado, contraprestação pecuniária do Poder Público e compartilhamento dos riscos e dos ganhos entre os pactuantes” constitui conceito para o seguinte instituto do direito administrativo:

a) permissão de serviço público.

b) autorização de serviço público.

c) concessão de serviço público ordinária.

d) concessão especial de serviço público.

e) concessão florestal.

13. ESAF - ANALISTA TÉCNICO DA SUSEP – 2010

Conforme a legislação atual, a reversão de bens, uma vez extinta uma concessão de serviço público:

a) não é mais admitida.

b) é admitida em todas as modalidades de extinção da concessão.

c) é aceita apenas na hipótese de advento do termo final de vigência do contrato respectivo.

d) é admitida somente nas hipóteses de rescisão.

e) é aceita apenas na hipótese de ocorrência de encampação.

14. FCC - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO - Analista Judiciário - Área Judiciária - 2011

A permissão de serviço público

(A) tem por objeto a execução de serviço público, razão pela qual a titularidade do serviço fica com o permissionário.

(B) é formalizada mediante contrato de adesão, precário e revogável unilateralmente pelo poder concedente.

(C) pressupõe que o serviço seja executado pelo permissionário, todavia, a responsabilidade por sua execução pertence a ele e ao poder concedente.

(D) não pode ser alterada a qualquer momento pela Administração.

(E) independe de licitação, ao contrário do que ocorre na concessão de serviço público.

15. FCC - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO – JUIZ – 2011

Nos termos da Lei federal que dispõe sobre normas gerais de concessão de serviços públicos, a encampação, entendida como

(A) intervenção do poder concedente na concessão, ocupando provisoriamente as instalações da empresa concessionária, é cabível para garantir a continuidade da prestação do serviço.

(B) o modo de encerramento do contrato, por motivo de inexecução por parte da empresa concessionária, depende de apuração das faltas mediante devido processo legal.

(C) a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, depende de lei autorizativa específica e prévio pagamento da indenização.

(D) o modo de encerramento do contrato, por motivo de caso fortuito ou de força maior, depende de autorização judicial.

(E) o desfazimento do contrato devido a ilegalidade não imputável à intenção das partes, enseja o pagamento de indenização correspondente aos investimentos não amortizados realizados pela empresa concessionária.

16. FCC - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA - Procurador do Estado - 2011

O Governo do Estado de Rondônia pretende construir um sistema de transmissão de dados por rádio, de maneira a garantir o acesso à Internet de todas as escolas públicas estaduais. Para tanto, pretende celebrar contrato com particular, que se disponha a realizar as obras civis necessárias, o fornecimento dos equipamentos e se responsabilize pela manutenção física e lógica da rede, com suporte aos usuários, durante o prazo de dez anos, a partir de seu funcionamento. O investimento inicial deve ser suportado por esse particular, cuja remuneração ocorrerá apenas a partir da disponibilização dos serviços de transmissão de dados. Estima-se que o valor do contrato será de R\$ 50 milhões. Diante dessas características, é correto afirmar que o Estado pretende, neste caso, celebrar contrato de

(A) concessão de serviços públicos comum, precedido da execução de obra pública.

(B) parceria público-privada, na modalidade de concessão patrocinada.

(C) parceria público-privada, na modalidade de concessão administrativa.

(D) gestão, com organização social.

(E) fornecimento de equipamentos, com cláusula de assistência técnica estendida.

17. FCC - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS - 2011

Em relação aos contratos de parcerias público-privadas disciplinados pela Lei Federal no 11.079/2004, é correto afirmar:

(A) É imprescindível ao Poder Público comprovar a prévia reserva de recursos financeiros em montante suficiente para cobrir as despesas decorrentes do contrato.

(B) É obrigatório ao Poder Público o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, inclusive para a abertura da licitação.

(C) Cabe ao Poder Público assumir integralmente os riscos nos contratos em que haja financiamento por parte do parceiro privado.

(D) É facultativa para o licitante vencedor do certame a constituição de uma sociedade de propósitos específicos, exceto se se tratar de consórcio, quando é expressamente dispensada essa exigência.

(E) Não há garantia da manutenção do equilíbrio financeiro tal como na Lei de Concessões, visto que não há tal previsão expressa na Lei no 11.079/2004.

18. FCC - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS - 2011

A caracterização de uma atividade como serviço público exige

(A) a execução direta por parte do Poder Público.

(B) a submissão a regime integralmente público, por meio de concessão ou permissão.

(C) sua definição em ato administrativo do Poder Público que delegar sua execução.

(D) gestão direta do Poder Público sobre a atividade delegada a particular.

(E) previsão em lei, passível de delegação de sua execução material.

19. IADES – PGDF – TÉCNICO - 2011

A delegação dos serviços públicos, regulada pelo art. 175 da Constituição Federal e pela Lei no 8.987/95, pode ser operada aos particulares, mediante a utilização dos institutos da concessão, permissão ou autorização. Assinale a alternativa correta em relação ao tema.

(A) A concessão de serviço público constitui a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou ao consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.

(B) A permissão de serviço público constitui a delegação, à título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concessionário à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.

(C) A concessão de serviço público constitui a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de tomada de preço, à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.

(D) A permissão de serviço público constitui a delegação, à título precário, mediante licitação, sempre na modalidade de concorrência, da prestação de serviços públicos, feita

pelo poder concedente, exclusivamente à pessoa física que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.

(E) As concessões e as permissões sujeitar-se-ão à fiscalização pelo poder concedente responsável pela delegação, independente da cooperação dos usuários, não sendo necessária a justificação da conveniência da outorga desta delegação pelo poder concedente.

20. IADES – PGDF – TÉCNICO - 2011

Assinale a alternativa correta que corresponde aos princípios para a prestação dos serviços públicos que, respectivamente, indicam

a) a obrigatoriedade de serem ofertados sem discriminação entre os beneficiários, observadas as mesmas condições jurídicas e técnicas entre aqueles; e

b) a ideia de que o lucro não é objetivo da função administrativa, não devendo os cidadãos serem aliçados da condição de usuários daqueles.

(A) Eficiência e isonomia.

(B) Universalidade e interesse público.

(C) Razoabilidade e vedação à intervenção estatal no domínio econômico.

(D) Generalidade e modicidade.

(E) Interesse público e continuidade.

21. FUNIVERSA - AUDITOR FISCAL DE ATIVIDADES URBANAS - 2011

A Constituição Federal dispõe expressamente que incumbe ao poder público, na forma da lei, a prestação de serviços públicos. A esse respeito, assinale a alternativa incorreta.

(A) Os serviços de defesa nacional são classificados como serviços públicos, considerados privativos do poder público, cabendo somente à Administração prestá-los diretamente à comunidade.

(B) A regulamentação e o controle do serviço público caberão sempre ao poder público, qualquer que seja a modalidade de sua prestação aos usuários.

(C) Os serviços de utilidade pública são os que a Administração presta diretamente ou os que são autorizados por ela para serem prestados por terceiros, como é o caso do serviço de fornecimento de energia elétrica.

(D) Os serviços *uti universi*, que são indivisíveis, geram direito subjetivo à sua obtenção para os administrados que se encontrem na área de sua prestação.

(E) A exploração direta de atividades econômicas pelo Estado somente será permitida quando necessária a imperativos de segurança nacional ou a relevante interesse coletivo.

22. CESPE – TJES – ANALISTA JUDICIÁRIO - 2011

Os serviços públicos devem ser prestados ao usuário com a observância do requisito da generalidade, o que significa dizer que, satisfeitas as condições para sua obtenção, eles devem ser oferecidos sem qualquer discriminação a quem os solicite.

23. CESPE – TJES – ANALISTA JUDICIÁRIO - 2011

Consideram-se serviços públicos *uti universi* os que são prestados à coletividade, mas usufruídos indiretamente

pelos indivíduos, como são os serviços de defesa do país contra inimigo externo e os serviços diplomáticos.

24. CESPE – ADVOGADO – CORREIOS - 2011

Quando exercem funções delegadas do poder público, as autoridades que integram as entidades da administração pública indireta, inclusive as empresas públicas, podem ser tidas como coatoras para fins de impetração de mandado de segurança.

25. CESPE – ADVOGADO – CORREIOS - 2011

No tocante ao critério da exclusividade, o serviço postal e o Correio Aéreo Nacional são considerados exemplos de serviços públicos exclusivos.

26. JUIZ FEDERAL – TRF 5ª REGIÃO – CESPE - 2011

Considere as situações hipotéticas I e II, a seguir.

I O Estado brasileiro deseja transferir para o setor privado o serviço de conservação e manutenção de estradas com a instituição da cobrança de pedágio, cuja arrecadação será suficiente para a remuneração de serviços e obras necessários ao atendimento adequado dos usuários.

II O Estado brasileiro deseja transferir para o setor privado a conservação e a manutenção de presídios, serviço que, por não ser autossustentável financeiramente, demandará o aporte de recursos públicos.

Com base nessas situações e na Lei n.º 11.079/2004, que dispõe sobre PPPs, assinale a opção correta.

A É admissível a celebração de contrato de PPP na situação I, de acordo com a discricionariedade do administrador.

B É vedada a celebração de contrato de PPP em ambas as situações.

C Cabe a celebração de contrato de PPP tanto na situação I quanto na situação II, independentemente de o empreendimento ser autossustentável financeiramente ou não.

D Permite-se a celebração de contrato de PPP apenas na situação I, que trata de empreendimento autossustentável financeiramente.

E Apenas na situação II, que trata de empreendimento não autossustentável financeiramente, admite-se a celebração de contrato de PPP.

GABARITO			
Questão	Resposta	Questão	Resposta
1	C	14	B
2	B	15	C
3	A	16	C
4	B	17	B
5	E	18	E
6	E	19	A
7	A	20	D
8	D	21	D
9	E	22	C
10	B	23	C
11	E	24	C
12	D	25	C
13	B	26	E

Processo Administrativo- Lei n. 9784/99

1. (CESPE / AGENTE ADM. / DPU) Determinado servidor requereu indenização por anistia há aproximadamente quatro anos, sem que tenha sido julgado administrativamente o seu pleito. Nessa situação, considerando que o pedido do servidor fundamenta-se na Lei da Anistia, a qual não contempla expressamente prazo para a autoridade efetivar o julgamento, e tendo por parâmetro os princípios que regem o processo administrativo, em não havendo prazo específico, A a administração deve motivar o atraso em prazo de até trinta dias e, então, decidirá quando lhe for mais conveniente e oportuno.

B a administração julgará quando lhe for mais conveniente e oportuno, sendo desnecessária a justificativa do atraso, tendo em vista o princípio da legalidade estrita.

C a administração julgará quando lhe for mais conveniente e oportuno, justificando no julgamento o tempo despendido, tendo em vista o princípio da motivação.

D a administração tem o prazo de até trinta dias para decidir, não sendo possível a prorrogação.

E a administração tem o prazo de até trinta dias para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada.

2. (CESPE / TÉCNICO ADM./ ANEEL) O princípio da obediência à forma e aos procedimentos tem aplicação absoluta no processo administrativo, razão pela qual os atos do processo administrativo sempre dependerão de forma determinada.

3. (CESPE / TÉCNICO ADM./ ANEEL) A referida lei preconiza a segurança jurídica como um dos princípios basilares a que a administração pública está submetida.

4. (CESPE / TÉCNICO ADM./ ANEEL) No caso de um parecer obrigatório e não vinculante deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo não deve ter seguimento até a respectiva apresentação, responsabilizando-se quem der causa ao atraso.

5. (CESPE / TÉCNICO ADM./ ANEEL) Diante da relevância de uma questão controversa, antes da tomada de decisão, a autoridade responsável pode realizar audiência pública para debates sobre a matéria do processo.

Acerca dos servidores públicos, do regime jurídico único dos servidores públicos civis da União e do processo administrativo, julgue os itens a seguir.

6. (CESPE/ CARGOS N.SUPERIOR / ANEEL) A administração pública pode, independentemente de provocação do administrado, instaurar processo administrativo, como decorrência da aplicação do princípio da oficialidade.

7. (CESGRANRIO / ADVOGADO/ EPE) Odair é servidor público federal e, no exercício cotidiano de suas atribuições, emite pronunciamento em processos

administrativos inaugurados a partir de requerimentos formulados pelos administrados. Interessado em aprimorar as manifestações que emite na sua rotina de trabalho, Odair resolve pesquisar a legislação que regula o processo administrativo em âmbito federal (Lei no 9.784/99) e constata que

(A) a Administração Pública deve observar o princípio da inércia, sendo-lhe vedado iniciar o processo administrativo de ofício.

(B) a Administração Pública tem o dever de revogar seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, respeitados os direitos adquiridos.

(C) a competência administrativa é irrenunciável e indelegável, ressalvada a hipótese de edição de atos de caráter normativo e decisão de recursos administrativos, que admitem delegação expressa.

(D) o direito da Administração Pública de anular atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em três anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

(E) os atos administrativos que apresentarem defeitos sanáveis podem ser convalidados pela Administração Pública, em decisão na qual se evidencie que não acarretam lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.

8. (FCC / EXEC.MANDADOS/ TRF4º) Na sistemática do Processo Administrativo previsto na Lei no 9.784/1999,

(A) os prazos do processo e do recurso começam a correr a partir da data da cientificação oficial, incluindo-se na contagem o dia do começo e excluindo-se o do vencimento.

(B) o não conhecimento do recurso impede a Administração de rever de ofício o ato ilegal, ainda que não ocorrida preclusão administrativa.

(C) quando a lei não fixar prazo diferente, o recurso administrativo deverá ser decidido no prazo máximo de quinze dias, a partir da sua interposição nos autos pelo interessado.

(D) salvo disposição legal específica, é de dez dias o prazo para interposição de recurso administrativo, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.

(E) salvo disposição legal em contrário, o recurso não tem efeito devolutivo, embora sempre suspenda a decisão atacada até o seu julgamento final.

9. STM – CESPE - CARGO 3: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: EXECUÇÃO DE MANDADOS

1- No âmbito do processo administrativo, um órgão e seu titular podem, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, devendo, tanto o ato de delegação quanto sua eventual revogação, ser objeto de publicação em meio oficial.

10. STM – CESPE - CARGO 22: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA: ADMINISTRATIVA

O prazo para a interposição de recurso administrativo é, em regra, de dez dias, contados a partir da ciência ou da divulgação oficial da decisão recorrida e quando a lei não fixar prazo diferente.

11. STM – CESPE - CONHECIMENTOS BÁSICOS E CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES PARA OS CARGOS DE 4 A 21

Se um servidor público federal intimado, em processo administrativo, a solicitar ou apresentar provas a seu favor não atender à intimação nem fizer nenhum requerimento, ficará configurado o reconhecimento da verdade dos fatos contra ele imputados.

12. STM – CESPE - CONHECIMENTOS BÁSICOS E CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES PARA O CARGO 14

Em um processo administrativo, cabe ao interessado fornecer a prova dos fatos que tenha alegado; por essa razão, mesmo que o interessado declare que os dados alegados estejam em poder da própria administração, o órgão não poderá obter esses documentos de ofício, visto que cabe ao interessado providenciar a sua respectiva juntada.

13. STM – CESPE - CONHECIMENTOS BÁSICOS E CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES PARA O CARGO 14

Considere, por hipótese, que João e Maria, ambos servidores públicos federais, sejam, respectivamente, tio e sobrinha. Nessa situação hipotética, caso haja processo administrativo em que João figure como testemunha, Maria estará impedida de nele atuar.

14. MMA – CESPE - CARGO: ANALISTA AMBIENTAL ESPECIALISTA EM MEIO AMBIENTAL: CLASSE A, PADRÃO I – ÁREA DE CONCENTRAÇÃO I

Um órgão administrativo e seu titular podem delegar competências a outros que não lhe sejam hierarquicamente subordinados, cabendo, como objeto de delegação, entre outros, a edição de atos normativos e a decisão de recursos administrativos.

15. TRE – ES - CARGO 10: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: JUDICIÁRIA

Entre os princípios que orientam a condução do processo administrativo, está o da verdade formal, segundo o qual a administração pública deve decidir a controvérsia fundamentando-se somente nas provas produzidas no processo.

16. FCC - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO - Analista Judiciário - Área Administrativa

De acordo com Lei no 9.784/1999, no processo administrativo será observado, dentre outros, o critério de (A) garantia dos direitos à comunicação, à apresentação de alegações finais, à produção de provas e à interposição de recursos, nos processos de que possam resultar sanções e nas situações de litígio.

(B) impulsão do processo administrativo mediante atuação dos interessados, vedada a impulsão, de ofício, pela Administração Pública.

(C) cobrança de despesas processuais, não havendo tal cobrança apenas em hipóteses excepcionais previstas em lei.

(D) interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se

dirige, permitida a aplicação retroativa de nova interpretação.

(E) atendimento a fins de interesse geral, permitida, em regra, a renúncia total ou parcial de poderes ou competências.

17. FCC - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS- Técnico Administrativo

Quanto ao Processo Administrativo Disciplinar no âmbito da Administração Pública Federal (Lei no 9.784/99), é correto afirmar que

(A) a motivação das decisões de órgãos colegiados e comissões ou de decisões orais, não constará da respectiva ata ou de termo escrito.

(B) o indeferimento de alegação de suspeição de servidor ou autoridade, poderá ser objeto de recurso, sem efeito suspensivo.

(C) os prazos começam a correr a partir da data da sua edição, incluindo-se na contagem o dia do começo e excluindo-se o do vencimento.

(D) os atos administrativos deverão ser motivados, salvo quando decidam recursos administrativos ou decorram de reexame de ofício.

(E) podem ser objeto de delegação, além de outros, a edição de atos de caráter normativo.

18. ABIN - DIREITO - CESPE - 2010

Caso o diretor-presidente de uma autarquia federal edite um ato, delegando a outro diretor a competência para julgar recursos administrativos, tal delegação será legal.

19. ESAF – AFTE – MTE - 2010

A esposa de um servidor público é advogada e fez a defesa administrativa de uma empresa autuada pela fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego. Os honorários que ela pactuou com essa empresa, para a realização da defesa, foi com base no resultado (contrato de êxito). Esse servidor é a autoridade competente para apreciar a defesa e julgar a autuação. Neste caso esse servidor:

a) pode dar-se por suspeito se alguém arguir sua suspeição.

b) não está impedido, mas pode dar-se por suspeito, por razões de foro íntimo.

c) deve, necessariamente, dar-se por suspeito.

d) está impedido de atuar no feito.

e) não está impedido de atuar no feito nem obrigado a dar-se por suspeito, ainda que alguém argua a sua suspeição.

20. FCC - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO - Analista Judiciário - Área Administrativa - Caderno de Prova 'AA', Tipo 001 - 2011

No processo administrativo, previsto na Lei no 9.784/1999, (A) não pode ser objeto de delegação a decisão de recursos administrativos.

(B) o ato de delegação não pode conter ressalva de exercício da atribuição delegada.

(C) o ato de delegação e sua revogação não necessitam ser publicadas no meio oficial.

(D) o ato de delegação não poderá ser revogado a qualquer tempo, tendo em vista a ocorrência do instituto da preclusão.

(E) a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior é admitida como regra, entretanto, deve ser devidamente justificada.

21. FCC - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO - Analista Judiciário - Área Administrativa - Caderno de Prova 'AA', Tipo 001 - 2011

No que concerne à comunicação dos atos, prevista na Lei no 9.784/1999, é correto afirmar que (A) os atos do processo que resultem para o interessado em imposição de deveres, ônus, sanções ou outras restrições devem ser objeto de intimação, o mesmo não ocorrendo para os atos de outra natureza, ainda que de interesse do administrado.

(B) a intimação pode ser efetuada por ciência no processo, por via postal com aviso de recebimento, ou ainda, por telegrama,

não sendo cabível por outro meio, ainda que assegure a certeza da ciência do interessado.

(C) no caso de interessados indeterminados, desconhecidos ou com domicílio indefinido, a intimação deve ser efetuada por meio de publicação oficial.

(D) as intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais, e o comparecimento do administrado não supre sua falta ou irregularidade.

(E) a intimação observará a antecedência mínima de cinco dias úteis quanto à data de comparecimento.

22. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO - Analista Judiciário - Área Judiciária - Especialidade Execução de Mandados - Caderno de Prova 'AM', Tipo 001 - FCC - 2011

No que concerne à desistência e outras formas de extinção do processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, é correto afirmar:

(A) O interessado poderá, mediante manifestação escrita,

(B) O interessado poderá, mediante manifestação escrita ou oral, desistir total ou parcialmente do pedido formulado.

(C) A desistência do interessado, conforme o caso, prejudica o prosseguimento do processo, ainda que a Administração considere que o interesse público exija sua continuidade.

(D) O órgão competente não poderá declarar extinto o processo quando o objeto da decisão se tornar inútil por fato superveniente, devendo, nessa hipótese, levar o feito até seu término, com decisão de mérito.

(E) Havendo vários interessados, a desistência ou renúncia atinge somente quem a tenha formulado.

23. FCC - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO - Analista Judiciário - Área Judiciária - 2011

Nos termos da Lei no 9.784/99, que regula o Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, é correto afirmar:

(A) Não é dever do administrado prestar informações solicitadas pela Administração, pois caracterizaria afronta a princípios constitucionais, como a liberdade e a democracia.

(B) É possível, como regra, a renúncia de competências.

(C) Considera-se entidade a unidade de atuação sem personalidade jurídica.

(D) É possível a impulsão, de ofício, do processo pela Administração e, assim ocorrendo, dar-se-á com prejuízo da atuação de interessados, por prevalecer o interesse público.

(E) Autoridades e servidores deverão facilitar o exercício dos direitos dos administrados.

24. FCC - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO - JUIZ - 2011

Conforme o Direito federal vigente, como regra, não há necessidade de motivação de atos administrativos que

(A) imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções.

(B) promovam a exoneração de servidores ocupantes de cargos em comissão.

(C) decidam processos administrativos de concurso ou seleção pública.

(D) dispensem ou declarem a inexigibilidade de processo licitatório.

(E) decorram de reexame de ofício.

25. CESPE - ANALISTA ADM - CORREIOS - 2011

As intimações dos atos administrativos devem obedecer às prescrições legais, contudo, ainda que apresentem algum vício que as tornem nulas, o comparecimento espontâneo do administrado suprime a irregularidade.

26. CESPE - ANALISTA ADM - CORREIOS - 2011

O processo administrativo pode ser instaurado exclusivamente a requerimento do interessado; no entanto, caso se caracterize flagrante conduta ilegal do servidor, o processo administrativo pode ser instaurado de ofício.

27. CESPE - ANALISTA ADM - CORREIOS - 2011

Os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, embora não estejam mencionados no texto constitucional, estão previstos, de forma expressa, na lei que rege o processo administrativo federal.

28. CESPE - ANALISTA ADM - CORREIOS - 2011

Consoante o princípio da autotutela, consagrado na Lei n.º 9.784/1999, a administração deve anular seus próprios atos de conteúdo decisório, quando eivados de vício de legalidade.

29. CESPE - ANALISTA ADM - CORREIOS - 2011

Assim como as decisões judiciais, os atos administrativos devem ser motivados, com indicação de fatos e fundamentos jurídicos, mesmo quando decorrerem do exame de ofício feito por autoridade superior.

GABARITO					
Questão	Resposta	Questão	Resposta	Questão	Resposta
1	E	11	E	21	C
2	E	12	E	22	E
3	C	13	C	23	E
4	E	14	E	24	B
5	C	15	E	25	C
6	C	16	A	26	E
7	E	17	B	27	C
8	D	18	E	28	E
9	C	19	D	29	C
10	C	20	A		

Licitação Pública- Lei n. 8666/93

1. (CESPE / TÉCNICO ADM./ ANEEL / 16.5.2010/ Questão 115 É inexigível a licitação para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

2. (CESPE / TÉCNICO ADM./ ANEEL / 16.5.2010/ Questão 116 Na modalidade de pregão eletrônico, após a homologação, o adjudicatário deve ser convocado para assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo definido no edital.

3. (CESPE / TÉCNICO ADM./ ANEEL / 16.5.2010/ Questão 117 Convite, leilão, concurso e compra direta são modalidades de licitações públicas.

4. (CESPE / TÉCNICO ADM./ ANEEL / 16.5.2010/ Questão 118 Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação técnica, jurídica e financeira exigidos no edital.

Julgue o item que se segue, relativo ao instituto da licitação.

5. (CESPE/ CARGOS N.SUPERIOR / ANEEL/ 16.5.2010/ Questão 39 De acordo com a Lei de Licitações, é inexigível a licitação nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.

6. (FCC / DIREITO / BAHIA GÁS / ABRIL DE 2010 / CAD B2T1/ Questão 37. Dentre outras hipóteses é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial

(A) para a aquisição de bens ou serviços nos termos de acordo internacional específico aprovado pelo Congresso Nacional, quando as condições ofertadas forem manifestamente vantajosas para o Poder Público.

(B) quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.

(C) quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvindo o Conselho de Defesa Nacional.

(D) nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.

(E) para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

7. (FCC / DIREITO / BAHIA GÁS / ABRIL DE 2010 / CAD B2T1/ Questão 38. Modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto:

(A) Concurso.

(B) Tomada de Preço.

(C) Convite.

(D) Concorrência.

(E) Leilão.

8. (FCC / EXECUTIVO PÚBLICO / CASA CIVIL SP / ABRIL DE 2010 / Questão 35. Nos termos da Lei no 8.666/93, que trata das licitações e contratos administrativos, é correto afirmar que

(A) qualquer modificação no edital exige nova divulgação, por forma igual ou diversa da que se deu o texto original, reabrindo-se novo prazo, ainda que a alteração não afete a formulação das propostas.

(B) o prazo mínimo até o recebimento das propostas ou da realização do evento será de 15 (quinze) dias para tomada de preços, quando a licitação for do tipo "melhor técnica" e de 20 (vinte) dias para "técnica e preço".

(C) convite é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

(D) é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial, para a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.

(E) nos casos em que couber convite, a Administração poderá utilizar a tomada de preços e, em qualquer caso, a concorrência.

9- CESPE - GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO - ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

A administração pública, após realização de procedimento licitatório, formalizou contrato administrativo com uma construtora, visando à construção de uma ponte rodoviária. O contrato estabeleceu, para o início das obras, a data de 5/8/2010. Entretanto, em 5/10/2010, a construtora ainda não havia iniciado as obras nem apresentado qualquer justificativa de atraso à administração.

Nessa situação hipotética, a administração pública deve, conforme dispõe a Lei n.º 8.666/1993,

A ajuizar ação, pleiteando o cumprimento do objeto do contrato e o pagamento de indenização correspondente.

B rescindir unilateralmente o contrato, apontando como razão para a rescisão o atraso injustificado no início da execução do contrato.

C suspender o pagamento devido à construtora até que a obra seja iniciada.

D efetuar contrato emergencial com outra construtora, para que a obra tenha início imediato.

E aplicar multa, no valor de 10% do total do contrato, independentemente de processo administrativo.

10. (FCC / JUIZ / TJMS / ABRIL DE 2010 / Questão 83. O Estado promoveu regular licitação para contratação de empresa para realizar a manutenção de informática das

escolas estaduais de ensino fundamental. Ao final do processo, mas antes da homologação da licitação, adveio orientação do Ministério da Educação (MEC) para que o ensino fundamental fosse municipalizado por meio da celebração de convênio com o Estado. O Estado entendeu oportuna a orientação do MEC e deu início à celebração de convênios para municipalização do ensino.

No que concerne a licitação, entendeu por bem

- (A) anulá-la, uma vez que a decisão do MEC eivou o procedimento de vício de ilegalidade superveniente.
- (B) revogá-la, uma vez que não se mostrava mais conveniente e oportuna a realização da despesa, porque a obrigação da manutenção seria oportunamente assumida pelos municípios quando da celebração dos convênios.
- (C) mantê-la, homologando o resultado e adjudicando o objeto ao vencedor, uma vez que os municípios, celebrados os respectivos convênios, sucederiam o Estado na contratação.
- (D) anulá-la, na medida em que não se mostrava mais oportuna e conveniente a contratação.
- (E) suspendê-la, para que os Municípios, após a celebração dos respectivos convênios, pudessem optar entre a obrigação de finalizar o procedimento ou anular a licitação.

11. (FCC / ANAL CONTROLE EXTERNO- INSPETOR / TCM.CE / ABRIL DE 2010 / A1T1- Questão 21. Leilão é modalidade licitatória aplicável para

- (A) alienação de bens móveis de qualquer valor.
- (B) aquisição de bens de natureza comum.
- (C) alienação de obras de arte e produtos penhorados, desde que em valor inferior a R\$ 150.000,00.
- (D) alienação de bens móveis inservíveis e imóveis adquiridos em procedimento judicial.
- (E) alienação de bens móveis avaliados em até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e imóveis avaliados em até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

12. (FUNRIO / DIREITO/ INVESTE RIO / MAIO DE 2010 / Questão 37 Uma vez certificado que o objeto a ser adquirido pela Administração Pública é singular e fornecido por fornecedor exclusivo, sem que haja equivalente, pode-se afirmar sobre o processo licitatório, nos termos da Lei nº 8666/93, de contratação do mesmo, que haverá

- A) dispensa de licitação.
- B) concorrência privada, em função da peculiaridade do objeto.
- C) inexigibilidade de licitação.
- D) pregão Eletrônico Presencial.
- E) leilão.

13. (FUNRIO / DIREITO/ INVESTE RIO / MAIO DE 2010 / Questão 31 A Lei nº 8666/93 disciplina situações em que licitações são dispensáveis ou inexigíveis. Com relação a estas situações, está correta a seguinte afirmação:

- A) No caso de inexigibilidade, a licitação é possível, por haver possibilidade de competição, mas não é obrigatória, enquanto na dispensa não é possível a concorrência.

B) Nos termos da Constituição Federal é obrigatória a licitação, em qualquer modalidade de serviços prestados na União Federal.

C) Uma das hipóteses de inexigibilidade de licitação é a contratação emergencial, que ocorre quando caracterizada emergência ou calamidade pública, quando caracterizada por urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, por um prazo máximo de 180 dias, improrrogável.

D) Uma das hipóteses de dispensa de licitação é a aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca.

E) No caso de dispensa, a licitação é possível, por haver possibilidade de competição, mas não é obrigatória, enquanto na inexigibilidade não é possível a concorrência.

14. (MOVEIS / AGENTE ADM. / MIN.CUL./ 25.4.2010 / Questão 40 Quanto às licitações em geral, assinale a opção correta.

(A) A licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, inclusive quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.

(B) A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação, por parte da administração, de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que o vício for declarado, ainda que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.

(C) Constitui contravenção penal, punível com prisão simples e multa, dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei, ou deixar de observar as formalidades pertinentes à dispensa ou à inexigibilidade.

(D) Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência aos bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no Brasil, ainda que estrangeiras.

(E) O Ministério da Cultura pretende contratar diretamente músico profissional consagrado pela crítica especializada e pela opinião pública para participar da festa de comemoração dos cinquenta anos de Brasília. Nessa hipótese, a licitação é inexigível.

15. (MOVEIS / AGENTE ADM. / MIN.CUL./ 25.4.2010 / Questão 41 Em relação à inexigibilidade de licitação, assinale a opção correta.

(A) A Lei n.º 8.666/1993 prevê um rol meramente exemplificativo de situações em que a licitação é inexigível, de forma que pode haver uma hipótese não prevista expressamente pelo diploma legal, mas que, no plano jurídico, se revele como de competição inviável, legitimando eventual contratação direta.

(B) Determinado órgão público federal publicou edital de licitação para a aquisição de certos materiais necessários ao funcionamento de sua gráfica. No entanto, não houve

Administração, e sejam mantidas todas as condições preestabelecidas, o procedimento licitatório é inexigível.

(C) É inexigível a licitação para a contratação de serviços técnicos de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, especialmente para serviços de publicidade e divulgação.

(D) É inexigível a licitação para aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, admitida a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de certidão do servidor responsável pela licitação.

(E) Nas hipóteses de inexigibilidade de licitação, se comprovado superfaturamento, respondem subsidiariamente pelo dano causado à Fazenda Pública o fornecedor ou o prestador de serviços e o agente público responsável.

16. (MOVENS / AGENTE ADM. / MIN.CUL./ 25.4.2010 / Questão 42 No que se refere à dispensa de licitação, assinale a opção correta.

(A) A Lei n.º 8.666/1993 prevê um rol meramente exemplificativo de situações em que a licitação é dispensável, de forma que, diante de situações semelhantes, mas não previstas em lei, é possível que o administrador justifique o seu ato e dispense o procedimento licitatório.

(B) Em razão da situação de calamidade pública decorrente do período de fortes chuvas em determinado estado da federação, o governo federal pretende adquirir coletes salva-vidas para o auxílio ao resgate das vítimas, que estão isoladas nas áreas de risco, e construir pequenas residências para os desabrigados no prazo de um ano.

Nesse caso, a licitação para a aquisição dos coletes e para a construção das residências é dispensável.

(C) Na contratação de associação de portadores de deficiência física sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade por órgãos ou entidades da Administração Pública para a prestação de serviços ou fornecimento de mão de obra, ainda que o preço contratado não seja compatível com o praticado no mercado, a licitação é dispensável.

(D) Nas situações em que a licitação é dispensável ou dispensada, a lei autoriza a Administração, segundo critério de conveniência e oportunidade, mediante ato administrativo discricionário, a dispensar sua realização.

(E) O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) pretende adquirir para o seu acervo objetos históricos, de autenticidade certificada e alto valor econômico. Nessa situação, a licitação é dispensável.

17. (MOVENS / ANAL. TÉC ESP / MIN.CUL./ 25.4.2010 / Questão 35 A respeito da modalidade de licitação pregão, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção correta.

I – O pregão é uma modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns, para a qual são estabelecidos limites rígidos para o valor de contratação, em que a disputa pelo fornecimento é feita em sessão pública, por

meio de propostas preferencialmente escritas, para classificação e

habilitação do licitante com a proposta de menor preço.

II – A ordem de abertura de envelopes, no pregão, é a seguinte: primeiro se conhece o valor ofertado e depois se verifica se o interessado (ou seus representantes) oferece condições econômica, financeira, jurídica e regularidade fiscal.

III – O pregão poderá ser realizado na forma presencial e, nesse caso, a disputa pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços comuns é feita em sessão pública por meio de propostas de preços escritas, apresentadas em envelopes lacrados, e eventualmente por lances verbais.

IV – No pregão eletrônico, a disputa pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços comuns à Administração Pública é feita a distância, em sessão pública, por meio de propostas de preços e lances apresentados pela internet.

Estão certos apenas os itens

(A) I e II.

(B) I e IV.

(C) II e III.

(D) II e IV.

(E) III e IV.

18. FCC - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS- Técnico Administrativo

Nos termos da Lei, a dispensa e inexigibilidade de licitação, ocorrem respectivamente:

(A) PARA aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo e QUANDO a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.

(B) PARA a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade e PARA contratação de profissional de qualquer setor artístico, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

(C) PARA a contratação de serviços de assessoria técnica, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização e PARA a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.

(D) NOS casos de guerra ou grave perturbação da ordem e PARA compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.

(E) QUANDO houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional e PARA a contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, desde que

19. FCC - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS-
Técnico Administrativo

No que diz respeito à licitação, na modalidade concurso, é correto afirmar:

- (A) Os interessados devem estar previamente cadastrados.
- (B) Destina-se à escolha de trabalho apenas científico.
- (C) A forma de contraprestação ao vencedor é tão somente a instituição de prêmios.
- (D) O edital deve ser publicado na Imprensa Oficial com antecedência mínima de trinta dias.
- (E) Exaure-se com a escolha do trabalho e a contraprestação devida ao seu autor, não conferindo direito a contrato com a Administração.

20. STM – ANALISTA ADMINISTRATIVO - CESPE

De acordo com a legislação brasileira, a licitação deve seguir, obrigatoriamente, os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

21. STM – ANALISTA ADMINISTRATIVO - CESPE

No processo licitatório, a desistência de proposta após a fase de habilitação só é permitida por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela comissão de licitação.

22. FCC - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS-
Analista Judiciário - Área Judiciária

De acordo com a Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações), os interessados em participar de licitação, na modalidade convite:

- (A) Como regra, são convidados em número mínimo de três pela unidade administrativa.
- (B) Não precisam ser necessariamente do ramo pertinente ao objeto do convite.
- (C) Devem ser previamente cadastrados.
- (D) Não poderão participar, os cadastrados na correspondente especialidade, ainda que manifestem interesse até vinte e quatro horas antes da apresentação das propostas.
- (E) São convocados obrigatoriamente por meio da publicação do edital na Imprensa Oficial.

23. STM – CESPE - CARGO 2: ANALISTA JUDICIÁRIO –
ÁREA: JUDICIÁRIA

Na modalidade convite, apenas as empresas convidadas poderão apresentar propostas.

24. STM – CESPE - CARGO 2: ANALISTA JUDICIÁRIO –
ÁREA: JUDICIÁRIA

As empresas públicas, devido ao seu caráter eminentemente privado, não estão obrigadas à realização de procedimentos licitatórios.

25 STM – CESPE - CARGO 22: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA:
ADMINISTRATIVA

Após a homologação de licitação, ocorre a adjudicação, que consiste na atribuição, ao vencedor da licitação, do objeto da contratação.

26 STM – CESPE - CARGO 22: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA:
ADMINISTRATIVA

As diversas situações em que é possível aplicar a hipótese de dispensa de licitação prevista na Lei nº 8.666/1993 incluem a caracterizada pela urgência concreta e efetiva de atendimento a situação decorrente de estado emergencial ou calamitoso, visando afastar risco de danos a bens, à saúde ou à vida das pessoas.

27 STM – CESPE - CARGO 22: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA:
ADMINISTRATIVA

Melhor técnica ou técnica e preço são tipos de licitação que não podem ser utilizados para serviços de natureza intelectual; na elaboração de projetos, cálculos, estudos técnicos preliminares e projetos básicos e executivos; e na fiscalização, supervisão e gerenciamento de engenharia consultiva, em geral.

28. STM – CESPE - CONHECIMENTOS BÁSICOS E
CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES PARA OS CARGOS
DE 4 A 21

A aquisição de bens e serviços mediante registro de preços deve ser realizada por meio de tomada de preços ou convite, conforme o valor do bem ou serviço.

29. STM – CESPE - CONHECIMENTOS BÁSICOS E
CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES PARA OS CARGOS
DE 4 A 21

Considerando-se que um bem imóvel tenha sido recebido pela União como forma de pagamento de dívida de particular, é correto afirmar que a alienação desse bem poderá ocorrer por meio de dispensa de licitação.

30 STM – CESPE - CONHECIMENTOS BÁSICOS E
CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES PARA OS CARGOS
DE 4 A 21

A contratação do arquiteto Oscar Niemeyer para realizar um projeto arquitetônico em Brasília é um exemplo de situação que enseja dispensa de licitação.

31. MMA – CESPE - CARGO: ANALISTA AMBIENTAL
ESPECIALISTA EM MEIO AMBIENTAL: CLASSE A, PADRÃO I
– ÁREA DE CONCENTRAÇÃO I

É facultado à administração pública exigir garantia de proposta aos participantes de certame licitatório na modalidade pregão.

32. Concorrência, tomada de preços e convite são modalidades de licitação que apresentam estruturação diversa para as fases de divulgação, proposição e habilitação.

33. O contrato será obrigatório caso a administração pública realize procedimento licitatório nas modalidades concorrência e tomada de preço, bem como nos casos de dispensas e inexigibilidades cujos preços estiverem compreendidos nos limites das referidas modalidades de licitação.

34. Para a aquisição de bens e serviços comuns, a administração pública federal deve utilizar a modalidade pregão, obrigatoriamente na forma eletrônica.

35. TRE – ES - CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA

É dispensável a licitação caso haja possibilidade de comprometimento da segurança nacional nos casos estabelecidos em decreto do presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional.

36. TRE – ES - CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA

Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao objeto a ser licitado, cadastrados ou não, escolhidos e convidados, em número mínimo de três, pela unidade administrativa, devendo, na impossibilidade de obtenção do número mínimo de licitantes exigidos, a administração eleger outra modalidade para a realização do ato.

37. TRE – ES - CARGO 10: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: JUDICIÁRIA

Como expressão da participação popular no controle da atividade administrativa, a legislação sobre licitações prevê, expressamente, que, nas contratações de grande valor, é obrigatória a realização de audiência pública com antecedência mínima de quinze dias úteis da data de publicação do edital.

38. TRE – ES - CARGO 10: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: JUDICIÁRIA

É hipótese de dispensa de licitação a aquisição de materiais que só possam ser fornecidos por produtor exclusivo.

39. (CESPE / TÉCNICO ADM./ ANEEL / 16.5.2010/ Questão 43 O pregão constitui modalidade de licitação para aquisição de serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado da contratação.

40. FCC - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24a REGIÃO - Analista Judiciário - Área Administrativa

No que concerne aos princípios das licitações, é correto afirmar:

- (A) O desrespeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório não torna inválido o procedimento licitatório.
- (B) Apenas o licitante lesado tem direito público subjetivo de impugnar judicialmente procedimento licitatório que não observou ditames legais.
- (C) A licitação não será sigilosa, sendo públicos todos os atos de seu procedimento, como por exemplo, o conteúdo das propostas, inclusive quando ainda não abertas.
- (D) É possível a abertura de novo procedimento licitatório, ainda que válida a adjudicação anterior.
- (E) A Administração não poderá celebrar o contrato com preterição da ordem de classificação das propostas, sob pena de nulidade.

41. FCC - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24a REGIÃO - Analista Judiciário - Área Administrativa

Para a contratação de serviço técnico de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, de natureza singular, com empresa de notória especialização,

- (A) exige-se, obrigatoriamente, licitação na modalidade tomada de preços.
- (B) é inexigível a licitação.
- (C) é dispensável a licitação.
- (D) exige-se, obrigatoriamente, licitação na modalidade convite.
- (E) exige-se, obrigatoriamente, licitação na modalidade concurso.

42. FCC - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24a REGIÃO - Analista Judiciário - Área Administrativa

No que concerne aos princípios das licitações, é correto afirmar:

- (A) O desrespeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório não torna inválido o procedimento licitatório.
- (B) Apenas o licitante lesado tem direito público subjetivo de impugnar judicialmente procedimento licitatório que não observou ditames legais.
- (C) A licitação não será sigilosa, sendo públicos todos os atos de seu procedimento, como por exemplo, o conteúdo das propostas, inclusive quando ainda não abertas.
- (D) É possível a abertura de novo procedimento licitatório, ainda que válida a adjudicação anterior.
- (E) A Administração não poderá celebrar o contrato com preterição da ordem de classificação das propostas, sob pena de nulidade.

43. FCC - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS - Analista Judiciário - Área Judiciária

De acordo com a Lei no 8.666/93 (Lei de Licitações), os interessados em participar de licitação, na modalidade convite:

- (A) Como regra, são convidados em número mínimo de três pela unidade administrativa.
- (B) Não precisam ser necessariamente do ramo pertinente ao objeto do convite.
- (C) Devem ser previamente cadastrados.
- (D) Não poderão participar, os cadastrados na correspondente especialidade, ainda que manifestem interesse até vinte e quatro horas antes da apresentação das propostas.
- (E) São convocados obrigatoriamente por meio da publicação do edital na Imprensa Oficial.

44. FCC - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS - Técnico Administrativo

No que diz respeito à licitação, na modalidade concurso, é correto afirmar:

- (A) Os interessados devem estar previamente cadastrados.
- (B) Destina-se à escolha de trabalho apenas científico.
- (C) A forma de contraprestação ao vencedor é tão somente a instituição de prêmios.
- (D) O edital deve ser publicado na Imprensa Oficial com antecedência mínima de trinta dias.
- (E) Exaure-se com a escolha do trabalho e a contraprestação devida ao seu autor, não conferindo direito a contrato com a Administração.

45. FCC - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS-
Técnico Administrativo

Nos termos da Lei, a dispensa e inexigibilidade de licitação, ocorrem respectivamente:

(A) PARA aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo e QUANDO a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.

(B) PARA a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade e PARA contratação de profissional de qualquer setor artístico, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

(C) PARA a contratação de serviços de assessoria técnica, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização e PARA a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.

(D) NOS casos de guerra ou grave perturbação da ordem e PARA compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.

(E) QUANDO houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional e PARA a contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, desde que detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos.

46. (MOVENS / AGENTE ADM. / MIN.CUL./ 25.4.2010 /
Questão 29 No que se refere às licitações no âmbito da Administração Pública, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção correta.

I – A concorrência é uma modalidade de licitação aplicada a quaisquer compras e serviços, bem como a todos os serviços de engenharia.

II – A diferença fundamental entre dispensa e inexigibilidade de licitação reside no fato de que, na inexigibilidade, há possibilidade de competição, mas a licitação não é obrigatória, porque a lei faculta ao gestor contratar diretamente, tendo em vista algum valor jurídico relevante. Por outro lado, nos casos de dispensa, há inviabilidade de competição.

III – Um gestor público pode, conforme disposição legal, dispensar a licitação nos casos de guerra ou de grave perturbação da ordem.

IV – O concurso é modalidade de licitação que permite a seleção e a escolha de trabalhos técnicos ou artísticos, em que o fator predominante seja a criação intelectual.

V – Nenhuma compra será feita sem adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa.

Estão certos apenas os itens

- (A) I, II e V.
- (B) I, III e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) II, IV e V.
- (E) III, IV e V

47. ABIN - DIREITO - CESPE - 2010

Se, após procedimento de dispensa de licitação, a administração convocar o contratado para firmar o contrato, no valor de R\$ 6.000,00, não será facultado à administração substituir o instrumento do contrato por outros instrumentos hábeis.

48. ABIN - DIREITO - CESPE - 2010

O pregão é modalidade inaplicável na formação do registro de preços, dada a exigência legal da concorrência.

49. CFOPMDF - DF - 2010

De acordo com o princípio da obrigatoriedade da licitação, previsto na Constituição Federal de 1988 (CF), salvo disposição em contrário, obras, serviços, compras e alienações devem ser contratados mediante processo licitatório público que assegure a igualdade de condições entre todos os participantes.

50. AUDITOR FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO –
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – TCU – CESPE - 2010

76 É dispensável licitação para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, ao fornecedor original de tais equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia.

51. AUDITOR FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO –
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – TCU – CESPE - 2010

Os trabalhos relativos à fiscalização, à supervisão ou ao gerenciamento de serviços não são considerados serviços técnicos profissionais especializados para os fins da Lei de Licitações.

52. AUDITOR FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO –
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – TCU – CESPE - 2010

A legislação de regência admite que a administração pública inclua no objeto da licitação o fornecimento de materiais e serviços sem a previsão de quantidades.

53. AUDITOR FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO –
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – TCU – CESPE - 2010

Na hipótese de as obras, os serviços ou as compras efetuados pela administração pública serem parcelados, a cada etapa ou conjunto de etapas da obra, serviço ou compra há de corresponder licitação distinta, preservada a modalidade pertinente para a execução do objeto da licitação.

54. AUDITOR FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO –
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – TCU – CESPE - 2010

É inexigível licitação para a prestação de serviços de informática a pessoa jurídica de direito público interno por órgãos ou entidades que integrem a administração pública criados para esse fim específico.

55. AUDITOR FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – TCU – CESPE - 2010

Se o convocado não assinar o termo de contrato, a administração pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para esse fim, no prazo e nas condições por eles apresentadas nas respectivas propostas.

56. AUDITOR FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – TCU – CESPE - 2010

Pela sua própria natureza e finalidade, o pregão não admite a participação de empresas estrangeiras.

57. AUDITOR FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – TCU – CESPE - 2010

É vedada a exigência de garantia de proposta no pregão.

58. FCC - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO - Analista Judiciário - Área Administrativa - Caderno de Prova 'AA', Tipo 001 - 2011

A modalidade de tomada de preços

(A) aplica-se aos interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de três pela unidade administrativa.

(B) é indicada para a escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores.

(C) exige que os interessados estejam devidamente cadastrados ou atendam a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

(D) compreende uma fase inicial de habilitação preliminar, para que os interessados comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

(E) é utilizada para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados.

59. CESPE - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - Conhecimentos Básicos - Nível Superior - 2010

Como forma de favorecer a celeridade na contratação de serviços públicos ou na alocação de bens, a legislação atribui competência concorrente aos municípios para que estes possam criar modalidades simplificadas de licitação.

60. FCC - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO – JUIZ - 2011

É regra estranha ao tratamento legal da modalidade de licitação dita pregão, em termos de normas gerais, a que determina que

(A) no curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 20% superiores

àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.

(B) o prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a 8 dias úteis.

(C) para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital.

(D) examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao pregoeiro decidir motivadamente a respeito da sua aceitabilidade.

(E) encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital.

61. FCC - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA - Procurador do Estado - 2011

NÃO é hipótese legal de dispensa de licitação:

(A) A alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública.

(B) A contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido.

(C) A contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública.

(D) A contratação de associação de portadores de deficiência física, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, por órgãos ou entidades da Administração Pública, para a prestação de serviços ou fornecimento de mão de obra, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.

(E) O credenciamento de número indeterminado de profissionais de saúde para atendimento de saúde complementar aos servidores públicos, garantindo-se a publicidade do procedimento, a objetividade dos requisitos, a regulamentação da prestação dos serviços e a fixação criteriosa da tabela de remuneração dos serviços prestados.

62. FCC - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA - Procurador do Estado - 2011

A Lei de Licitações e Contratos – Lei Federal no 8.666/93 – exige que seja feita audiência pública com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis da data prevista para a publicação do edital quando (A) se tratar de obra ou prestação de serviço decorrente de contrato de programa celebrado com ente da Federação ou com entidade de sua administração indireta, para a prestação de serviços públicos de forma associada, em virtude de contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação.

(B) o valor estimado para uma licitação ou para um conjunto de licitações simultâneas ou sucessivas for superior a 100 (cem) vezes o valor referente à dispensa de licitação, em contratação de obras ou serviços de engenharia.

(C) a obra ou a prestação de serviços forem realizados no envoltório de 100 (cem) quilômetros do perímetro de unidade de conservação de proteção integral.

(D) o valor estimado para uma licitação ou para um conjunto de licitações simultâneas ou sucessivas for superior a 100 (cem) vezes o valor estipulado como limite para a adoção da modalidade concorrência, em contratação de obras e serviços de engenharia.

(E) se tratar da alienação ou concessão de direito real de uso de terras públicas rurais da União na Amazônia Legal superiores ao limite de 15 (quinze) módulos fiscais ou 1.500 ha (mil e quinhentos hectares).

63. FCC - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS - 2011

A Administração Pública realizou licitação para venda de ativos mobiliários à vista. Venceu o licitante que apresentou proposta de maior valor. Em razão de oscilações no mercado financeiro, o licitante apresentou, posteriormente, requerimento para parcelamento do valor ofertado. A Administração Pública deverá

(A) indeferir o pedido, com base no princípio da publicidade.

(B) deferir o pedido, com fundamento no princípio da legalidade, já que não há vedação expressa.

(C) indeferir o pedido, com base no princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

(D) deferir o pedido, em razão do princípio da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

(E) deferir o pedido, com base no princípio do julgamento objetivo das propostas, desde que as parcelas sejam atualizadas monetariamente.

64. FCC - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS - 2010

Uma hipótese expressa na Lei no 8.666/93 de dispensa de licitação é:

(A) A contratação de profissional de setor artístico, consagrado pela crítica especializada.

(B) Alienação por investidura ao proprietário de imóvel lindeiro de área remanescente de obra pública, por valor não superior a R\$ 150.000,00.

(C) Quando tiver havido licitação anterior para o mesmo objeto que tenha resultado deserta e desde que o valor do objeto não ultrapasse R\$ 150.000,00.

(D) Aquisição de bens produzidos por empresa privada que tenha vencido a última licitação com o mesmo objeto.

(E) Venda de um imóvel de uma autarquia estadual para uma autarquia federal.

65. IADES – PGDF – ANALISTA ADM. - 2011

Assinale a alternativa que não representa situação em que a licitação é dispensável.

(A) Nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.

(B) Quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preço ou normalizar o abastecimento.

(C) Quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional.

(D) Para a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.

(E) Quando houver inviabilidade de competição, em especial, para a contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

66. IADES – PGDF – ANALISTA ADM. - 2011

Conforme o previsto na Lei de Geral de Licitações, são modalidades de licitação:

(A) Concorrência, Melhor Técnica, Menor Preço e Tomada de Preço.

(B) Tomada de Preço, Maior Lance ou Oferta, Melhor Técnica e Convite.

(C) Concurso, Leilão, Convite e Tomada de Preço.

(D) Leilão, Melhor Técnica, Menor Preço e Concorrência.

(E) Tomada de Preço, Convite, Leilão e Melhor Técnica.

67. IADES – PGDF – TÉCNICO - 2011

O Direito Administrativo se encarrega de normatizar os procedimentos que devem ser observados não só pelos agentes públicos como, também, pelos licitantes e pela sociedade em geral. Assinale a alternativa correta em relação ao tema.

(A) Nas contratações diretas, destacam-se duas espécies, a saber, dispensa e inexigibilidade de licitação. A despeito de suas diferenças, é ponto comum entre elas o fato de as hipóteses cabíveis estarem taxativamente arroladas nos artigos correspondentes a cada uma delas na lei licitatória geral.

(B) No que diz respeito aos critérios de habilitação dos licitantes, é dever dos agentes da Administração, ao confeccionarem os editais, inserirem o maior número possível de requisitos de habilitação e qualificação, a fim de que o Estado-contratante possa, sobejamente, ficar resguardado na contratação.

(C) A lei licitatória geral arrola, exaustivamente, os tipos de licitação como o de menor preço, o da melhor técnica e o da técnica e preço.

(D) Os recursos administrativo-licitatórios, na lei licitatória geral, têm, de regra, o efeito suspensivo, salvo os

apresentados em face de inabilitação e contra o julgamento das propostas.

(E) A adjudicação é o ato administrativo que atribui o objeto ao vencedor da licitação, não se confundindo com a homologação do procedimento administrativo licitatório.

A Lei nº 8666, de 1993, tem previsão de precedência da homologação sobre aquele outro procedimento.

68. CESPE – ANALISTA ADM – CORREIOS – 2011

A dispensa indevida de processo licitatório por agente público, além de causar prejuízo ao erário, constitui ato de improbidade administrativa que importa no enriquecimento ilícito daquele que o pratica.

69. CESPE – ANALISTA ADM – CORREIOS – 2011

Embora o princípio do formalismo não esteja expresso na Lei de Licitações, todo procedimento licitatório se caracteriza pela formalidade e solenidade; por essa razão, o desrespeito a esse princípio acarreta a nulidade do certame devido a vício de forma.

70. CESPE – ANALISTA ADM – CORREIOS – 2011

No procedimento licitatório, antes de ser declarado o vencedor, é irreversível a decisão que revoga o certame por motivo de conveniência e oportunidade administrativa, uma vez que apenas o vencedor detém legitimidade para contestar a decisão revogatória.

71. CESPE – ANALISTA ADM – CORREIOS – 2011 – Em relação ao pregão:

É lícito ao administrador determinar, no edital, prazo superior a sessenta dias para validade das propostas apresentadas pelos participantes, diferentemente da concorrência, caso em que fluência dos sessenta dias importa automática liberação dos compromissos assumidos pelos licitantes.

72. CESPE – ANALISTA ADM – CORREIOS – 2011

O pregão pressupõe a inversão das fases de habilitação e classificação de propostas como forma de conferir celeridade ao procedimento licitatório.

73. CESPE – ANALISTA ADM – CORREIOS – 2011

No pregão, os licitantes podem manifestar intenção de recurso contra o resultado do certame somente depois de adjudicado o objeto.

74. CESPE – ADVOGADO – CORREIOS - 2011

A administração pública agirá corretamente se, mesmo após a homologação de certame licitatório e a consequente adjudicação do seu objeto à empresa vencedora, anular o procedimento ante a constatação de vício no edital de abertura da licitação.

75. CESPE – ADVOGADO – CORREIOS - 2011

É facultada à empresa pública a contratação com suas subsidiárias ou controladas, desde que o preço seja compatível com o praticado no mercado, para aquisição de bens e prestação de serviços, mediante inexigibilidade de licitação.

76. JUIZ FEDERAL – TRF 5ª REGIÃO – CESPE - 2011

Conforme o disposto no art. 3.º da Lei nº 8.666/1993, a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a administração. Com relação ao dever constitucional de licitar e à possibilidade excepcional de não fazê-lo, assinale a opção correta.

A É dispensável a licitação para a aquisição de bem fornecido por uma única empresa.

B É necessária a licitação no caso de dação em pagamento.

C É inexigível a licitação para a contratação de obra de pequeno valor.

D Dispensa-se a licitação quando o prazo necessário à realização do procedimento licitatório for incompatível com a urgência na execução do contrato.

E Nos casos de inexigibilidade de licitação, há possibilidade de competição entre particulares.

GABARITO					
Questão	Resposta	Questão	Resposta	Questão	Resposta
1	C	27	E	53	C
2	C	28	E	54	E
3	E	29	E	55	E
4	C	30	E	56	E
5	E	31	E	57	C
6	E	32	C	58	C
7	D	33	C	59	E
8	E	34	E	60	A
9	B	35	C	61	E
10	B	36	E	62	D
11	D	37	C	63	C
12	C	38	E	64	E
13	E	39	C	65	E
14	E	40	E	66	C
15	A	41	B	67	E
16	E	42	E	68	E
17	D	43	A	69	E
18	B	44	E	70	E
19	E	45	B	71	C
20	C	46	E	72	C
21	C	47	E	73	E
22	A	48	E	74	C
23	E	49	C	75	E
24	E	50	C	76	D
25	C	51	E		
26	C	52	E		

Contratos Administrativos

Julgue os próximos itens, a respeito do serviço público e do contrato administrativo.

1. CESPE – ADVOGADO – CORREIOS – 2011

A possibilidade de alteração unilateral do contrato administrativo pela administração pública, independentemente de motivação, constitui uma de suas cláusulas exorbitantes.

2. CESPE – ADVOGADO – CORREIOS - 2011

O pedido de recuperação judicial formulado por empresa concessionária de serviço público, com fundamento na Lei de Falências, é suficiente para a declaração de caducidade e constitui hipótese de extinção do contrato de concessão.

3. CESPE – ANALISTA ADM – CORREIOS – 2011

Segundo o grau de reprovabilidade da conduta do contratado, serão aplicadas as penalidades de advertência, multa e suspensão temporária de participação em licitação, previstas para o inadimplemento de contratos administrativos.

4. (CESPE/ CARGOS N.SUPERIOR / ANEEL/ 16.5.2010/ Questão 38 Entre as cláusulas exorbitantes presentes no contrato administrativo, destaca-se a possibilidade de a administração pública alterar unilateralmente as cláusulas contratuais, independentemente de qualquer motivação.

5. (CESGRANRIO / ADVOGADO/ EPE/ ABRIL DE 2010 / Questão 27 A respeito do regime jurídico aplicável aos contratos administrativos, analise as assertivas abaixo.

I - É vedado o contrato administrativo com prazo de vigência indeterminado.

II - Nos contratos administrativos, a Administração Pública tem a prerrogativa de fiscalizar a execução do contrato e aplicar as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

III - A prerrogativa de rescisão unilateral do contrato administrativo nos casos de inexecução total ou parcial do ajuste, independente de garantia de prévia defesa ao contratado, é uma cláusula exorbitante favorável à Administração Pública.

É correto APENAS o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) I e III.

6. (FCC / DIREITO / BAHIA GÁS / ABRIL DE 2010 / CAD B2T1/ Questão 36. Os contratos regidos pela Lei no 8.666/93, poderão ser alterados unilateralmente pela Administração, com as devidas justificativas, além de outras hipóteses,

(A) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.

(B) quando conveniente a substituição da garantia de execução.

(C) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários.

(D) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes,

mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço.

(E) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

7. (FCC / EXECUTIVO PÚBLICO / CASA CIVIL SP / ABRIL DE 2010 / Questão 38. Quanto à extinção do contrato administrativo é certo que

(A) a anulação unilateral do contrato ilegal, independe de procedimento administrativo para a oitiva prévia da contratada.

(B) a expiração do prazo de vigência, sem prorrogação, não opera de pleno direito a extinção do contrato.

(C) sem a indicação da ilegalidade em processo regular faltará justa causa para a declaração da nulidade do contrato, sabido que esta não se presume, pelo que deverá ser cabalmente demonstrada.

(D) o contrato administrativo, ainda que nulo, gera direitos e obrigações entre as partes, sendo a anulação ato declaratório que opera efeitos ex nunc.

(E) a prorrogação do contrato depende de nova licitação, não podendo seu prazo ser igual ou superior ao do contrato original, salvo se inferior.

8. CESPE – ANALISTA ADM – CORREIOS – 2011

Caso a substituição da garantia ofertada pelo contratado seja conveniente para a administração, o contrato administrativo poderá ser alterado unilateralmente pelo órgão contratante, com as devidas justificativas.

9. (FCC / ANAL CONTROLE EXTERNO- INSPETOR / TCM.CE / ABRIL DE 2010 / A1T1- Questão 22. Os contratos administrativos podem ser rescindidos,

(A) unilateralmente, pela Administração, apenas quando ocorra o descumprimento de obrigação assumida pelo contratado.

(B) unilateralmente, pela Administração ou pelo contratado, por descumprimento de obrigação contratual ou razões de interesse público.

(C) amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência da Administração.

(D) apenas unilateralmente pela Administração, não sendo admitida rescisão amigável.

(E) unilateralmente, pela Administração, por razões de interesse público e, nas demais hipóteses de conveniência e oportunidade, obrigatoriamente por decisão judicial.

10. CESPE – ANALISTA ADM – CORREIOS – 2011

No caso particular de reforma de edifício público, não constitui motivo para rescisão de contrato administrativo a supressão de até 50% do valor atualizado do contrato.

11. (MOVENS / ANAL. TÉC ESP / MIN.CUL./ 25.4.2010 / Questão 34 Em relação às licitações e aos contratos administrativos, assinale a opção correta.

(A) A Lei n.º 8.666/1993 traz o conceito de administração contratada, que se refere ao regime de execução indireta consistente na contratação excepcional da execução da obra ou do serviço mediante o reembolso de todas as despesas incorridas para sua execução e ao pagamento da remuneração ajustada para os trabalhos de administração.

(B) É dispensável a licitação na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido.

(C) Nas hipóteses de dispensabilidade de licitação, não há possibilidade de competição, uma vez que só haverá um objeto ou uma pessoa que atenderá ao que, justificadamente, a administração deseja contratar, inviabilizando o certame. Nas situações de inexigibilidade, há a possibilidade de competição, e a sua não realização é uma faculdade da administração.

(D) Nos contratos celebrados pela administração pública com pessoas físicas ou jurídicas, exceto aquelas domiciliadas no exterior, deverá constar necessariamente cláusula que declare competente o foro do domicílio ou da sede da contratada para dirimir qualquer questão contratual.

(E) Nos pregões, na forma eletrônica, após a divulgação do edital no endereço eletrônico, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço e, se for o caso, o respectivo anexo, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, preferencialmente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

12. STM – ANALISTA ADMINISTRATIVO - CESPE

Todos os contratos celebrados pela administração pública são regidos por normas de direito público.

13. STM – ANALISTA ADMINISTRATIVO - CESPE

As cartas-contrato, notas de empenho de despesa, autorizações de compra e ordens de execução de serviço podem substituir os termos do contrato desde que não se refiram a: licitações realizadas nas modalidades concorrência, tomada de preços e pregão; dispensa ou inexigibilidade de licitação, cujo valor esteja compreendido nos limites das modalidades concorrência e tomada de preços; contratações de qualquer valor das quais resultem obrigações futuras.

14. STM – ANALISTA ADMINISTRATIVO - CESPE

No caso de obras e serviços, após executado o contrato, o objeto só pode ser recebido por comissão designada pela autoridade competente para tal fim.

15. STM – ANALISTA ADMINISTRATIVO - CESPE

Nos casos de emergência ou de calamidade pública, é permitido o contrato com prazo de vigência indeterminado.

16. FUNIVESA – AUDITOR - 2011

No tocante ao contrato administrativo em que a administração pública, direta ou indireta, ajusta-se com particular ou outra entidade administrativa para a consecução de objetivos de interesse público, é correto afirmar que

(A) a Administração não pode realizar contratos sob normas predominantemente do direito privado.

(B) o poder de alteração e rescisão unilaterais do contrato administrativo é inerente à Administração, mas essas mudanças só podem ser feitas quando previstas expressamente em lei ou consignadas em cláusula contratual.

(C) o contrato administrativo é sempre consensual e, em regra, formal, oneroso, comutativo e realizado *intuitu personae*.

(D) o fato do príncipe equipara-se à força maior e produz os meios efeitos excludentes da responsabilidade do particular pela inexecução do ajuste.

(E) a alteração das cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos prescinde de prévia concordância do contratado.

17. STM – CESPE - CARGO 3: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: EXECUÇÃO DE MANDADOS

Os contratos administrativos têm, como uma de suas características essenciais, o fato de a administração dispor de uma posição de supremacia em relação ao contratado. Isso ocorre mesmo quando a contratação é efetivada por pessoas administrativas de direito privado, como empresas públicas e sociedades de economia mista.

18. STM – CESPE - CARGO 3: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: EXECUÇÃO DE MANDADOS

Como os contratos administrativos são comutativos, ou seja, pressupõem equivalência entre as obrigações previamente ajustadas e conhecidas, a nulidade do procedimento licitatório não necessariamente induz à anulação do contrato, se este já tiver sido celebrado.

19. MMA – CESPE - CARGO: ANALISTA AMBIENTAL ESPECIALISTA EM MEIO AMBIENTAL: CLASSE A, PADRÃO I – ÁREA DE CONCENTRAÇÃO I

Se a parte contratada atrasa injustificadamente o início do serviço, mesmo assim a administração pública precisará de autorização judicial para rescindir unilateralmente o contrato administrativo.

20. MMA – CESPE - CARGO: ANALISTA AMBIENTAL ESPECIALISTA EM MEIO AMBIENTAL

Tanto os consórcios quanto os convênios administrativos são acordos de vontades e não adquirem personalidade jurídica.

21. MMA – CESPE - CARGO: ANALISTA AMBIENTAL ESPECIALISTA EM MEIO AMBIENTAL

É vedado à administração pública aplicar cumulativamente multa e suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo de até dois anos.

22. TRE – ES - CARGO 10: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: JUDICIÁRIA

A duração dos contratos regidos pela Lei n.º 8.666/1993 fica adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, excetuando-se os contratos relativos a projetos de longo prazo que estejam autorizados no plano plurianual. Nesse caso, os contratos podem ser prorrogados motivadamente, desde que tal prorrogação tenha sido prevista no ato convocatório.

23. FCC - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO - Analista Judiciário - Área Administrativa

Constitui motivo para rescisão do contrato administrativo:

(A) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato.

(B) o atraso superior a sessenta dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obra já recebida.

(C) o atraso no início da obra, serviço ou fornecimento, ainda que justificado.

(D) a supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor contratual em vinte e cinco por cento do valor inicial atualizado do contrato.

(E) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, mesmo quando não impeditivos da execução contratual.

24. FCC - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS- Analista Judiciário - Área Judiciária

Nos contratos administrativos,

(A) o instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e tomada de preços, sendo dispensável em algumas hipóteses de inexigibilidade e dispensa de licitação.

(B) é permitida a qualquer interessado a obtenção gratuita de cópia autenticada de contrato administrativo.

(C) a minuta do futuro contrato integrará sempre o edital ou ato convocatório da licitação.

(D) decorridos cinquenta dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

(E) nenhum contrato com a Administração Pública pode ser de forma verbal.

25. FCC - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS- Técnico Administrativo

Dentre outras, são características dos contratos administrativos:

(A) comutatividade e formalidade.

(B) informalidade e natureza intuitu personae.

(C) onerosidade e inexistência de obrigações recíprocas para as partes.

(D) presença de cláusulas exorbitantes e unilateralidade.

(E) consensualidade e informalidade.

26. CESPE – SEAS/ES – ESPECIALISTA EM GESTÃO, REGULAÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Todo contrato verbal efetivado com a administração pública é nulo e não possui nenhum efeito, independentemente de sua realização ter sido em regime de adiantamento e de haver montante.

27. CESPE – SEAS/ES – ESPECIALISTA EM GESTÃO, REGULAÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE

As prerrogativas especiais da administração pública nos contratos administrativos decorrem do princípio da supremacia do interesse público.

28- ABIN – OFICIAL TÉCNICO DE INTELIGÊNCIA – ADMINISTRAÇÃO - 2010

No contrato de adesão, todas as cláusulas são fixadas unilateralmente pela administração.

29. ABIN – OFICIAL TÉCNICO DE INTELIGÊNCIA – ADMINISTRAÇÃO - 2010

O extrato dos contratos administrativos deve ser publicado no Diário Oficial, no prazo máximo de 30 dias, a contar da data de sua assinatura.

30. CFOPMDF - DF - 2010

Se, após a celebração de contrato administrativo, houver sensível aumento das despesas assumidas pelo contratado, decorrente de fatos imprevisíveis, o contrato administrativo deverá ser rescindido, diante da impossibilidade de alteração de suas cláusulas originais, para recompor os valores.

31. AUDITOR FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – TCU – CESPE - 2010

O regime de execução ou a forma de fornecimento constitui cláusula necessária em todo contrato firmado pela administração pública.

32. AUDITOR FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – TCU – CESPE - 2010

Quando regidos pela Lei n.º 8.666/1993, os contratos relativos ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática devem ter duração adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários.

33. AUDITOR FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – TCU – CESPE - 2010

O contratado deve manter preposto aceito pela administração pública no local da obra ou serviço, para representá-lo na execução do contrato.

34. AUDITOR FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – TCU – CESPE - 2010

A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial é condição indispensável à sua eficácia.

35. AUDITOR FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – TCU – CESPE - 2010

A fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão público interessado reduzirá a responsabilidade da empresa contratada pelo poder público quando esta, por dolo ou culpa na execução do contrato, causar prejuízo a terceiros.

36. AUDITOR FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – TCU – CESPE - 2010

A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública constitui sanção, aplicável ao contratado, que não admite reabilitação.

37. AUDITOR FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – TCU – CESPE - 2010

O atraso injustificado na execução do contrato sujeita o contratado à multa de mora, cuja aplicação pela administração pública implica renúncia à faculdade de rescindir unilateralmente o contrato.

38. FCC - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO - Analista Judiciário - Área Administrativa - Caderno de Prova 'AA', Tipo 001 - 2011

É nulo o contrato verbal com a Administração, salvo, no caso de pequenas compras de pronto pagamento, com valor não superior a

- (A) 2.000 reais.
- (B) 4.000 reais.
- (C) 5.000 reais.
- (D) 6.000 reais.
- (E) 8.000 reais.

39. FCC - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO - Analista Judiciário - Área Administrativa - Caderno de Prova 'AA', Tipo 001 - 2011

O contrato administrativo, na administração pública brasileira

- (A) não pode ser alterado em razão de acréscimos e supressões nas obras, serviços ou compras contratadas.
- (B) pode ser estabelecido por prazo indeterminado.
- (C) não pode ser prorrogado por meio de aditivos.
- (D) pode ser alterado unilateralmente sem a anuência do contratante.
- (E) não pode findar sem anuência do particular.

40. FCC - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO - Analista Judiciário - Área Administrativa - Caderno de Prova 'AA', Tipo 001 - 2011 Os contratos regidos pela Lei no 8.666/1993 poderão ser alterados, entre outros motivos,

- (A) para adequar a remuneração do contratante à taxa de juros média do mercado.
- (B) sempre que a inflação superar os índices anuais superiores a 12 pontos percentuais.
- (C) quando necessária a modificação do valor contratual - e por acordo das partes - em decorrência de acréscimo ou

diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei.

(D) unilateralmente pela Administração, quando conveniente a substituição da garantia de execução.

(E) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

41. FCC - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS - 2011

A mutabilidade do contrato administrativo é

(A) prerrogativa inerente a qualquer das partes, desde que vise ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro.

(B) passível de ser invocada pelo particular contratado, nos casos de álea empresarial que resulte no desequilíbrio econômico financeiro do contrato.

(C) dever da Administração Pública de rescindir unilateralmente o contrato nos casos de álea econômica, fato da Administração ou força maior.

(D) faculdade atribuída às partes para, nos casos de fato da administração, imprevisível, possibilitar a alteração unilateral do contrato.

(E) característica que permite à Administração Pública a alteração unilateral e limitada do contrato.

42. IADES – PGDF – TÉCNICO - 2011

Em relação aos contratos administrativos, assinale a alternativa incorreta.

(A) Os contratos decorrentes de dispensa ou de inexigibilidade de licitação devem atender aos termos do ato que os autorizou e da respectiva proposta.

(B) A Administração será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

(C) São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam o regime de execução ou a forma de fornecimento.

(D) Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia: caução em dinheiro ou em título da dívida pública, seguro garantia e fiança bancária.

(E) As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos não podem ser alteradas sem prévia concordância do contratado.

GABARITO					
Questão	Resposta	Questão	Resposta	Questão	Resposta
1	E	15	E	29	E
2	E	16	C	30	E
3	E	17	C	31	C
4	E	18	E	32	E
5	D	19	E	33	C
6	A	20	E	34	C
7	C	21	E	35	E
8	E	22	C	36	E
9	C	23	A	37	E
10	E	24	C	38	B
11	B	25	A	39	D
12	E	26	E	40	E
13	E	27	C	41	E
14	E	28	C	42	B

Na questão 3 o gabarito foi alterado de "C" para "E". Justificativa: De fato, segundo o grau de reprovabilidade da conduta do contratado, são aplicadas as penalidades de advertência, multa e suspensão temporária de participação em licitação, previstas para o inadimplemento de contratos administrativos. Por essa razão, opta-se pela alteração do gabarito.

Serviços Públicos- Lei n. 8112/90

1. (CESPE / CARGOS N.SUP. / SEC.EDU-RN) O servidor público

A não pode ausentar-se do país, sem autorização do chefe do poder respectivo, salvo em gozo de férias ou do período de licença-prêmio por assiduidade.

B não pode opor resistência, mesmo que justificada, à execução de obra ou serviço.

C pode manifestar-se, em apreço ou desapreço, no recinto da repartição.

D pode ser conivente com erro ou infração ao código de ética de sua profissão, em função de seu espírito de solidariedade, que constitui valor ético essencial.

E não pode, em qualquer hipótese, retirar da repartição pública qualquer documento ou objeto oficial.

2. (CESPE / CARGOS N.SUP. / SEC.EDU-RN) De acordo com a legislação em vigor, acarreta aplicação da pena de suspensão ao servidor público

A a reincidência em falta punida com advertência.

B o abandono de cargo.

C a acumulação ilegal de cargos, funções ou empregos públicos.

D a insubordinação grave em serviço.

E a inassiduidade habitual.

3. (CESPE / CARGOS N.SUP. / SEC.EDU-RN) Antônia, servidora pública aposentada, aplicou irregularmente dinheiro público enquanto estava em atividade. Após o devido processo administrativo disciplinar, e no prazo legal, a administração pública comprovou a conduta irregular. Nessa situação hipotética,

A por estar em inatividade, Antônia estará isenta de qualquer penalização por sua conduta.

B a única sanção cabível para Antônia será o ressarcimento aos cofres públicos pelos prejuízos causados.

C a cassação de aposentadoria, por não se tratar de falta sujeita à penalidade de demissão, será inadmissível.

D trata-se de nulidade do processo administrativo disciplinar, que deve ser arquivado após o ato de aposentação de Antônia.

E considerando que a conduta praticada constitui falta sujeita à penalidade de demissão, Antônia poderá ter sua aposentadoria cassada.

4. (CESPE / CARGOS N.SUP. / SEC.EDU-RN) Ao servidor público é proibido

A opor resistência justificada ao cumprimento de ordem.

B retirar da repartição qualquer documento, ainda que mediante autorização da autoridade competente e no interesse do serviço.

C exercer o comércio em sociedade na qualidade de acionista ou cotista.

D dar posse a servidor sem lhe exigir a declaração de bens e valores.

E atuar como procurador ou intermediário junto a repartições públicas para tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de cônjuge.

5. (CESPE / CARGOS N.SUP. / SEC.EDU-RN) O servidor público efetivo que procede de forma desidiosa ou pratica usura incorre em conduta proibida. De acordo com a legislação em vigor, em tais hipóteses, a penalidade prevista é de

A advertência.

B demissão.

C suspensão.

D ressarcimento ao erário.

E indisponibilidade dos bens.

6. (CESPE / TÉCNICO ADM. / SEC.EDU-RN) É proibido ao servidor público

I pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro servidor para o mesmo fim.

II usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, de modo a causar dano moral ou material, bem como fazer uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno de seu serviço, em benefício próprio, de parentes, de amigos ou de terceiros.

III usar o cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem, bem como desviar servidor público para atendimento a interesse particular.

IV usar símbolos que evidenciem sua filiação religiosa no ambiente de trabalho.

V consumir medicamentos sem prescrição médica, bem como dar o seu concurso a qualquer instituição que atente contra a moral, a honestidade ou a dignidade da pessoa humana.

Estão certos apenas os itens

A I e II.

B IV e V.

C I, II e III.

D I, III, IV e V.

E II, III, IV e V.

7. (CESPE / TÉCNICO ADM. / SEC.EDU-RN) Carlos, servidor público, excede-se na bebida aos fins de semana, quando costuma frequentar bares e casas noturnas de sua localidade. Nessas ocasiões, Carlos costuma falar palavras de baixo calão, fazer gestos obscenos e dirigir impropérios contra a vida conjugal de seus colegas de trabalho.

Diante da situação hipotética acima e considerando a regulamentação ética do serviço público, assinale a opção correta.

A Os excessos cometidos por Carlos referem-se aos períodos de folga e fora de seu local de trabalho, portanto não afetam o serviço público.

B Embora não haja nenhuma disposição no Código de Ética do Servidor Público quanto aos excessos cometidos por Carlos, ele praticou o crime de difamação contra seus

colegas, podendo, em razão, disso, ser por estes processado.

C O problema de Carlos é a propensão ao alcoolismo. Isso não é crime nem imoralidade, pois se trata de um distúrbio que deve ser devidamente tratado no Sistema Único de Saúde.

D Ao prejudicar deliberadamente a reputação de seus colegas e apresentar-se embriagado com habitualidade, Carlos viola as disposições do Código de Ética do Servidor Público.

E Carlos poderá ser exonerado do serviço público pelas práticas dos crimes de atentado violento ao pudor e calúnia.

8. (CESPE / TÉCNICO ADM. / SEC.EDU-RN) Lúcia, servidora pública, a fim de complementar sua renda, associou-se a um grupo de vizinhas para comercializar um milagroso chá caseiro para emagrecer. O produto, vendido pelo grupo, era anunciado com a garantia de fazer os usuários perderem 20 kg em uma semana.

Com base na situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

A Caso Lúcia comercializasse seus produtos fora de seu local de trabalho e em suas horas de folga, não haveria nenhum impedimento ético para sua conduta.

B Ao vender o referido produto, Lúcia praticou o crime descrito como exploração da credulidade pública e, se condenada, perderá seu cargo.

C Lúcia violou o código de ética, pois assumiu encargos sociais incompatíveis com o exercício do poder político.

D Lúcia praticou o crime de patrocínio infiel, porém tal conduta não encontra vedações no Código de Ética do Servidor Público.

E Lúcia violou as regras do Código de Ética do Servidor Público, pois é vedado ao servidor exercer atividade profissional aética ou ligar o seu nome a empreendimentos de cunho duvidoso.

9. (CESPE/ CARGOS N.SUPERIOR / ANEEL) João, servidor público da ANEEL, teve sua demissão invalidada por decisão administrativa. Nessa situação, João deverá ser reintegrado ao cargo anteriormente ocupado, estando sua aposentadoria automaticamente sujeita a cassação.

10. (CESPE/ CARGOS N.SUPERIOR / ANEEL) Paulo, em função da reintegração de um colega, será reconduzido ao cargo que anteriormente ocupava, cabendo-lhe devolver ao erário os emolumentos percebidos no período. Nessa situação, caso Paulo não faça a devolução dos referidos emolumentos no prazo de noventa dias, ele estará sujeito à suspensão e ao pagamento de multa diária.

11. (CESPE / AGENTE ADM. / DPU) Nos termos da Lei n.º 8.112/1990, a pena de demissão é aplicada ao servidor que A recusar fé a documentos públicos.

B descumprir o dever de manter conduta compatível com a moralidade administrativa.

C aplicar irregularmente dinheiro público.

D não exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo.

E violar a proibição de promover manifestação de apreço ou desapeço no recinto da repartição.

12. (CESPE / AGENTE ADM. / DPU) Acerca da Lei n.º 8.112/1990, notadamente no que for pertinente ao afastamento para participação em programa de pós-graduação stricto sensu (mestrado ou doutorado) no país, assinale a opção correta.

A O servidor ocupante de cargo em comissão poderá ser autorizado a afastar-se do exercício do cargo para participação em programa de mestrado ou doutorado, desde que no interesse da administração e sem remuneração.

B O servidor que não obtiver o título ou grau que justificou seu afastamento do exercício do cargo para participar de programa de mestrado ou doutorado deverá compensar o período utilizado, correspondente ao afastamento, trabalhando, no máximo, por mais duas horas por dia.

C O servidor beneficiário da licença para participar de programa de mestrado ou doutorado ficará impedido de solicitar aposentadoria ou exoneração do cargo que ocupa, até que se tenha cumprido período igual ao do afastamento do exercício do cargo solicitado.

D O servidor beneficiado pelo afastamento para participação em programa de mestrado ou doutorado terá de permanecer no exercício de suas funções, após o seu retorno, por um período igual ao do afastamento concedido.

E O servidor ocupante de cargo efetivo poderá ser autorizado a afastar-se do exercício do cargo para participar de programa de mestrado e doutorado em instituição de ensino superior no país, sendo prescindível o interesse da administração.

13. (CESPE / ANAL. ADM. / DPU) De acordo com o disposto na Lei n.º 8.112/1990, na hipótese de inassiduidade habitual, a penalidade disciplinar a ser aplicada ao servidor público é de

A multa.

B suspensão de até 15 dias.

C demissão.

D advertência.

E suspensão de até 30 dias.

14. (CESPE/ CARGOS N.SUPERIOR / ANEEL) No que se refere aos vocábulos cargo, emprego e função pública, é correto afirmar que o servidor contratado por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público exerce função pública.

15. (ESAF / ANALISTA TÉCNICO / SUSEP) O Regime Jurídico Único dos servidores públicos federais, em consonância com jurisprudência reiterada do Supremo Tribunal Federal, não mais admite a seguinte forma de provimento derivado de cargos públicos:

a) ascensão funcional.

b) aproveitamento.

c) reintegração.

d) readaptação.

e) reversão.

16. (ESAF / ANALISTA TÉCNICO / SUSEP) Para fins do Regime Jurídico Único estabelecido pela Lei n. 8.112, de 1990, considera-se servidor público:

- a) apenas a pessoa legalmente investida em cargo público efetivo.
- b) apenas a pessoa legalmente investida em cargo público sujeito a estágio probatório.
- c) apenas a pessoa legalmente investida em cargo público efetivo ou em comissão.
- d) todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função.
- e) quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.

17. (FCC / ANAL. ADM ./ TRF4°). A investidura em cargo público ocorrerá com a

- (A) posse.
- (B) nomeação.
- (C) transferência.
- (D) ascensão.
- (E) promoção.

18(FCC / ANAL. ADM ./ TRF4°) A reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens, é

- (A) a reversão.
- (B) a readaptação.
- (C) a reintegração.
- (D) a recondução.
- (E) o aproveitamento.

19. (FCC / ANAL. ADM ./ TRF4°) No âmbito do regime disciplinar do servidor público federal,

- (A) a ação disciplinar prescreverá, dentre outras hipóteses, em 2 (dois) anos, quanto à suspensão.
- (B) a acumulação de cargos, ainda que lícita, não fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários.
- (C) a proibição de acumular não se estende a funções em autarquias, fundações públicas e empresas públicas, salvo sociedades de economia mista da União e dos Estados.
- (D) a destituição de cargo em comissão exercido por ocupante de cargo efetivo será aplicada nos casos de infração sujeita às penalidades de advertência.
- (E) é o servidor proibido de participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.

20. (FCC / EXEC.MANDADOS/ TRF4°) Analise:

- I. O retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrente de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo ou reintegração do anterior ocupante.
 - II. O deslocamento do servidor a pedido, no âmbito do mesmo quadro, com mudança de sede.
- Tais situações configuram, respectivamente,

- (A) transferência e recondução.
- (B) remoção e transferência.
- (C) ascensão e reintegração.
- (D) recondução e remoção.
- (E) reversão e ascensão.

21. (FCC / EXEC.MANDADOS/ TRF4°) Quanto ao tempo de serviço do servidor público, é INCORRETO afirmar:

- (A) O tempo de serviço em atividade privada, vinculada à Previdência Social, contar-se-á apenas para efeito de promoção, remoção e ascensão, vedada a contagem para a aposentadoria e a disponibilidade.
- (B) O tempo em que o servidor esteve aposentado será contado apenas para nova aposentadoria.
- (C) Será contado em dobro o tempo de serviço prestado às Forças Armadas em operações de guerra.
- (D) A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos, considerado o ano como de trezentos e sessenta e cinco dias.
- (E) Além de outras hipóteses de ausências, são considerados como de efetivo exercício os afastamentos em virtude de desempenho de mandato eletivo federal, exceto para promoção por merecimento.

22. (FCC / TÉCNICO ADM./ TRF4°) Dentre outras hipóteses, NÃO é forma de provimento de cargo público

- (A) promoção e reversão.
- (B) reintegração e nomeação.
- (C) aproveitamento e readaptação.
- (D) recondução e reintegração.
- (E) ascensão e transferência.

23. (FCC / TÉCNICO ADM./ TRF4°) A posse em cargo público ocorrerá no prazo de

- (A) 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de provimento.
- (B) 15 (quinze) dias contados do ato de nomeação, no caso de cargo em comissão.
- (C) 30 (trinta) dias contados do início de exercício no cargo nomeado.
- (D) 15 (quinze) dias contados do ato de proclamação da aprovação no concurso público.
- (E) 30 (trinta) dias contados da apresentação à inspeção médica obrigatória, no caso de cargo de provimento efetivo.

24. (FCC / TÉCNICO ADM./ TRF4°). Analise:

- I. A promoção interrompe o tempo de exercício a partir da data da posse do servidor no novo cargo.
- II. Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo público ou da função de confiança.
- III. Só haverá posse nos casos de provimento de cargo por nomeação.
- IV. Os servidores cumprirão jornada de trabalho respeitada a duração máxima do trabalho semanal de quarenta e oito horas e observados os limites mínimo e máximo de quatro horas e seis horas diárias, respectivamente.
- V. O servidor não aprovado no estágio probatório exigido

em cargo comissionado, se estável, será reconduzido ao cargo anteriormente ocupado.

É correto o que consta APENAS em

- (A) I, III e IV.
- (B) I e IV.
- (C) IV e V.
- (D) II e III.
- (E) I, II e V.

25. (FCC / TÉCNICO ADM./ TRF4º) A reintegração é

- (A) o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado em razão de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo.
- (B) a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.
- (C) o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria.
- (D) a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.
- (E) o retorno à atividade de servidor em disponibilidade, mediante aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

26. (FCC / TÉCNICO ADM./ TRF4º) Dentre outras, NÃO é hipótese de vacância do cargo público a

- (A) aposentadoria.
- (B) exoneração.
- (C) promoção.
- (D) readaptação.
- (E) posse em outro cargo acumulável.

27. (FUNRIO / DIREITO/ INVESTE RIO) Leia atentamente as afirmações.

- I. O adicional de periculosidade é pago em três níveis: mínimo – 10%; médio: 20% e máximo: 40%.
- II. A Constituição da República Federativa do Brasil, além de prever os adicionais de insalubridade, periculosidade e penosidade, também indica o percentual respectivo para cada um.
- III. Pode o empregado menor trabalhar em condições de insalubridade, desde que utilize os equipamentos de segurança, mas não pode trabalhar em horário noturno.
- IV. É considerado menor, na condição de aprendiz, o empregado entre 14 e 18 anos.
- V. A empregada mulher, quando gestante, não pode ser dispensada, por possuir garantia de emprego, mesmo se cometer uma falta grave, porque a gravidez é mais importante por causa do nascituro.
- VI. A empregada gestante possui garantia de emprego desde o nascimento do bebê até seis meses após o parto.

Sobre essas assertivas, pode-se dizer que

- A) todas elas estão corretas.
- B) nenhuma delas está correta.
- C) somente a segunda está correta.
- D) somente a segunda e a quarta estão corretas.
- E) somente a quarta está incorreta.

28. (MOVENS / AGENTE ADM.) Considere que um servidor público com cargo de direção e poderes de chefia em um órgão público federal vem enfrentando problemas com um funcionário considerado por todos como eficiente, mas de difícil relacionamento interpessoal. Em razão dessa circunstância, o diretor utiliza-se dos poderes do cargo para transferi-lo para outro estado da federação, fundamentando-se no relevante interesse público. Nessa situação, é correto afirmar que o ato praticado pelo servidor:

- (A) embora seja formalmente válido, é materialmente ilegal, pois fere o princípio da impessoalidade administrativa.
- (B) embora seja formalmente válido, é materialmente proibido, pois fere o princípio da moralidade administrativa.
- (C) é formalmente válido, materialmente legal, porém fere o princípio da legalidade administrativa.
- (D) é formalmente ilegal e, portanto, fere todos os princípios constitucionais da Administração Pública.
- (E) por ser formalmente válido e materialmente legal, não fere qualquer princípio administrativo.

29. (MOVENS / AGENTE ADM. / MIN.CUL.) Acerca dos direitos do servidor público, assinale a opção correta.

- (A) Após cada quinquênio de efetivo exercício, o servidor terá direito líquido e certo de afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, por até três meses, para participar de curso de capacitação profissional, independentemente do interesse da administração.
- (B) Determinado servidor do Ministério da Educação deslocou-se de Brasília até Belo Horizonte para participar de auditoria em instituição de ensino superior sediada na capital mineira, tendo retornado no mesmo dia. Nessa situação, o servidor fará jus a uma diária inteira, além da indenização para o custeio das despesas de transporte.
- (C) Uma servidora de determinado órgão federal foi transferida de ofício de Brasília para Goiânia. Seu marido é servidor administrativo do Ministério da Educação na capital federal. Nessa situação, ele poderá exercer provisoriamente suas atribuições, por exemplo, na área administrativa da Defensoria Pública da União na capital goiana, ficando vedado ao casal o recebimento de dupla indenização a título de ajuda de custo.
- (D) Um ex-servidor do Ministério da Cultura foi demitido quando estava em débito com o erário no valor de R\$100.000,00. Nessa situação, ele deverá devolver a quantia devida, monetariamente atualizada, em parcelas mensais não inferiores a 10% da remuneração que recebia em atividade.
- (E) Um Advogado da União afastou-se das atribuições de seu cargo pelo prazo de seis meses para participar de banca

examinadora de concurso público para o provimento de vagas no âmbito da Advocacia-Geral da União, período de duração do certame. Nessa situação, será devida a ele, em caráter eventual, a Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso.

30. (MOVENS / AGENTE ADM.) Questão 39 A respeito dos direitos e deveres do servidor público, assinale a opção correta.

(A) Determinado servidor público federal presenciou a subtração de resmas de papel por parte de funcionários terceirizados. Nessa situação, o servidor não está obrigado a levar esse fato ao conhecimento da autoridade superior, uma vez que os infratores não são servidores públicos.

(B) O Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União não traz a possibilidade de representação de autoridade por servidor hierarquicamente inferior, mas apenas na via descendente, ou seja, de autoridade superior contra subordinado.

(C) Prescreve em três anos o direito de requerer a anulação de ato de demissão e de cassação de aposentadoria ou disponibilidade, sendo certo que a prescrição é de ordem pública, não podendo ser relevada pela administração.

(D) Será concedido horário especial aos servidores estudantes e portadores de deficiência, desde que comprovada a incompatibilidade entre o horário da repartição e o horário escolar ou para o tratamento médico (quando comprovada a necessidade por junta médica oficial), respectivamente, sem prejuízo do exercício do cargo, mediante a compensação de horário no órgão ou entidade em que estiverem em exercício, respeitada a jornada semanal do trabalho.

(E) Um jogador de futebol e servidor do Senado foi convocado pelo técnico da seleção brasileira de futebol para a disputa do mundial da África do Sul, devendo ficar à disposição da Confederação Brasileira de Futebol pelo prazo de 60 dias. Nesse caso, o prazo do eventual afastamento do servidor será considerado como de efetivo exercício no serviço público.

GABARITO			
Questão	Resposta	Questão	Resposta
1	A	16	C
2	A	17	A
3	E	18	C
4	D	19	E
5	B	20	D
6	C	21	A
7	D	22	E
8	E	23	A
9	E	24	D
10	E	25	B
11	C	26	E
12	D	27	B
13	C	28	B
14	C	29	C
15	A	30	E

Intervenção do Estado na propriedade

1. FCC - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA - Procurador do Estado - 2011

Considera-se apossamento administrativo

(A) o ato administrativo pelo qual se dá posse a um servidor público, em decorrência de um provimento de caráter originário.

(B) o provimento jurisdicional pelo qual o juiz, no processo de desapropriação, concede à Administração a posse do bem expropriado.

(C) o fato da administração, consistente na irregular apropriação de um bem de terceiro pelo Poder Público.

(D) a medida de polícia, consistente na intervenção em obra cuja utilização está comprometendo a segurança ou a saúde da coletividade.

(E) o ato administrativo unilateral pelo qual a Administração regulariza a posse de uma terra devoluta ocupada de forma tradicional e pacífica por um particular, que a explora de forma produtiva e consentânea à sua função social.

2. FCC - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA - Procurador do Estado - 2011

Sobre os prazos decadenciais e prescricionais, nos assuntos relacionados à Administração Pública, é INCORRETO afirmar:

(A) A alegação de urgência, na desapropriação, obriga o expropriante a requerer a imissão provisória dentro do prazo improrrogável de 120 (cento e vinte) dias.

(B) A prescrição para aplicação de sanções em face do ato de improbidade praticado por exercente de mandato, cargo em comissão ou função de confiança, ocorre após 5 (cinco) anos do término do exercício das respectivas funções.

(C) O direito da Administração federal de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em 5 (cinco) anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

(D) A prescrição quinquenal (Decreto no 20.910/32), uma vez interrompida recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu ou do último ato ou termo do respectivo processo.

(E) Declarado o interesse social, deve o Poder Público propor a ação de desapropriação no prazo de 5 (cinco) anos, a partir do decreto declaratório.

3. FCC - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS - 2011

A desapropriação realizada pelos entes públicos legalmente habilitados a fazê-lo possui traço característico, qual seja

(A) pertinência temática com as competências materiais que lhes são constitucional e legalmente atribuídas.

(B) possibilidade de expropriação de quaisquer bens públicos inservíveis.

(C) necessidade de observância do direito de reversão dos expropriados caso não seja dado ao bem desapropriado nenhuma finalidade pública.

(D) obrigatoriedade da eleição da via judicial sempre que o pagamento da indenização ultrapasse um exercício fiscal.

(E) obrigatoriedade de celebração de escritura pública para as desapropriações em que os expropriados concordam com o preço.

4. FCC - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS - 2011

A União Federal pretende implantar um gasoduto subterrâneo para transporte da produção de gás de uma região para outra. O trajeto do gasoduto atinge parcialmente imóveis particulares e imóveis públicos. Para materialização da obra pretendida, que acarretará restrição parcial do aproveitamento dos imóveis, a União deverá

(A) desapropriar os imóveis de particulares e requisitar temporariamente os imóveis públicos.

(B) instituir servidão administrativa sobre as áreas, observadas as formalidades legais, inclusive para os imóveis públicos.

(C) instituir servidão administrativa sobre os imóveis particulares e desapropriar os imóveis públicos, que não podem ser objeto de servidão administrativa.

(D) requisitar administrativamente os imóveis públicos e desapropriar os imóveis particulares.

(E) adquirir as parcelas dos imóveis públicos atingidas pela obra e desapropriar o perímetro necessário dos imóveis particulares.

5. FCC - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS - 2011

No caso da Administração Pública impor a um imóvel particular limitações que terminem por inviabilizar qualquer aproveitamento da propriedade, estar-se-á diante de hipótese de desapropriação indireta. O instituto afeto à desapropriação direta que se aplica à desapropriação indireta:

(A) a retrocessão.

(B) o direito de extensão.

(C) o desapossamento ficto.

(D) os juros compensatórios.

(E) a avaliação administrativa.

6. IADES – PGDF – ANALISTA ADM. - 2011

A Constituição Federal garante o direito de propriedade, mas exige que a mesma atenda à sua função social. Sob esses pressupostos, assinale a alternativa que não corresponde ao regime constitucional da propriedade e da desapropriação.

(A) A desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, depende de prévia e justa indenização em dinheiro.

(B) As glebas onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas podem ser expropriadas com pagamento indenizatório a ser efetivado por títulos da dívida agrária resgatáveis em até 30 anos.

(C) A propriedade urbana não edificada, subutilizada ou não utilizada pode vir a ser submetida à desapropriação com pagamento indenizatório a ser efetivado por títulos da dívida pública resgatáveis em até 10 anos.

(D) O imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social pode ser submetido à desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, com pagamento indenizatório a ser efetivado por títulos da dívida agrária resgatáveis em até 20 anos.

(E) Os imóveis públicos não podem ser adquiridos por usucapião.

7. CESPE – ADVOGADO – CORREIOS - 2011

Os recursos administrativos, meios colocados à disposição do administrado para o reexame do ato pela administração pública, só serão dotados de efeito suspensivo quando a lei expressamente o estabelecer.

8. CESPE – ADVOGADO – CORREIOS - 2011

Ao contrário da desapropriação, a servidão administrativa decorrente de lei, de acordo ou de decisão judicial não gera, para a administração pública, o dever de indenizar o proprietário.

9. JUIZ FEDERAL – TRF 5ª REGIÃO – CESPE - 2011

Com base na CF e no Decreto-lei n.º 25/1937, assinale a opção correta a respeito de tombamento de bens.

A Somente os bens privados constituem objeto de tombamento.

B Os bens privados podem ser tombados a pedido do proprietário desde que a coisa se revista dos requisitos necessários para constituir parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional.

C O tombamento compulsório ocorre mediante determinação do presidente do IPHAN, com a anuência do particular proprietário do bem.

D O ato de tombamento pode ser revogado, mas não anulado.

E Estão autorizados a proceder ao tombamento de bens a União e os municípios, mas não os estados-membros da Federação.

GABARITO			
Questão	Resposta	Questão	Resposta
1	C	6	B
2	E	7	C
3	A	8	E
4	B	9	B
5	D		